

Defesa Nacional



OUTUBRO
1949

NÚMERO
425

Coronel **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente
Ten.-Cel. **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário
Ten.-Cel. **ENIO DA CUNHA GARCIA**, Diretor-Gerente
1º Ten. **DIÓGENES VIEIRA SILVA**, Auxiliar

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1949

N. 425

SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	3
----------------	---

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Processo de conduta do tiro com o transferidor de locação — Notas de aula da E.A.O.....	5
O concurso de admissão à E.T.E. — Ano de 1948 — 2ª Prova: Geometria e Trigonometria — Ten.-Cel. Ary Quintella.....	21
As amplas atribuições da Engenharia — Introd. e Trad. do Major Antônio Andrade Araujo.....	25
Guerra Blindada — Considerações do passado e futuro — Trad. Tenente-Coronel Manoel Alves Pires de Azambuja.....	29
Ano de instrução de 1948 no 13º B.C. (Conclusão) — Cap. Murillo Gomes Ferreira — 2º Ten. José Arnaldo Teixeira Bollina — 2º Ten. Henrique Luiz Stephan.....	37
Piano de fogos no ataque (Um artigo da coletânea da E.E.M.) — Comentários do Cap. Nilton Freixinho.....	45
Estudo das munições empregadas no obus de 105 mm da Artilharia de Campanha (Continuação) — Cap. Sylvio Octávio do Espírito Santo.....	61

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Vias de comunicação — Ten.-Cel. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura....	65
Guerra Psicológica — Mobilização de espíritos — Depressão moral — Tenente-Coronel J.H. Garcia.....	67
<i>Economia e Finanças:</i>	
A política monetária e os militares (Dinheiro e sangue) — Cel. J.B. Magalhães.....	71

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Apontamentos para a história da 3ª R.M. (Continuação) — Ten.-Cel. Rio-grandino da Costa e Silva.....	75
--	----

OPINIÕES

Não é bem assim... (Conversa de vestiário) — Ten.-Cel. Aguiinaldo José Senna Campos.....	89
Restabelecimento dos tiros de guerra — Um parecer — Ten.-Cel. Antônio de Castro Nascimento.....	89
Vamos modificar o R. Cont. ? — Cap. Acaia.....	95

DIVERSOS

Um gesto raro e significativo — General João Theodureto Barbosa.....	99
Gerició !... — Oração aos mortos — Ten.-Cel. Ernesto Leite Machado....	105
Lei da Praia — Interpretação e aplicabilidade — Major Saturnino Lange....	111
O que pode fazer o Exército — Impressões de uma visita ao 2º Batalhão Ferroviário — Cap. Newton C. de Andrade Melo.....	115
Compromisso dos recrutas — Alocação à Tropa — 1º Ten. Diógenes Vieira Silva.....	123
Notícias Militares.....	127

EDITORIAL

No dia 10 de outubro de 1949 completa "A Defesa Nacional" o 36º ano de existência.

Ao ensejo do aparecimento do seu primeiro número, que veio preencher lacuna injustificável na literatura militar do País, a 10 de outubro de 1913, afirmavam seus denodados idealizadores que o programa da nova Revista se enfeixaria totalmente na fórmula que lhe servia de epígrafe :

A DEFESA NACIONAL

E acrescentavam ainda :

"Como é fácil de ver, o escopo dos seus fundadores não é outro senão colaborar, na medida das suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram e da enorme soma de interesses que sobre elles se acumulam."

* * *

Lançando, agora, um olhar retrospectivo sobre o que tem sido a sua vida e o seu labor, havemos de concluir, sem dúvida, que ela se manteve sempre e inflexivelmente devotada ao programa a que se propusera, embora tendo passado por seus cargos de Direção algumas gerações de camaradas, todos dedicados e patriotas.

"Fundada, dirigida e freqüentada sempre pelos valores mais representativos da nossa classe, esta Revista tem superado tôdas as dificuldades materiais, tem transposto todos os óbices oriundos ora da incompreensão ora das vaidades ou dos interesses contrariados, fiel, intransigentemente fiel, ao supremo objetivo de servir

ao Exército, contribuindo para o aperfeiçoamento da cultura geral e dos conhecimentos profissionais dos nossos camaradas, bem como interpretando, nos termos compatíveis com a nossa condição de soldados, as legítimas aspirações de toda a classe." (1)

* * *

Mas, se o programa, mercê de Deus, tem sido cumprido à risca, se bem útil tem sido o seu batalhar incessante pelos sagrados interesses do Exército e da Pátria, enormes também têm sido as dificuldades que à sua Direção, a todo instante, se apresentam por vencer.

Dificuldades de toda espécie, e, particularmente, as de ordem financeira resultantes do encarecimento assustador que vêm sofrendo ininterruptamente as utilidades que lhe são indispensáveis para viver e para progredir.

Já um distinto colaborador mostrou-se surpreendido de que ela "tenha sobrevivido no tumulto em que nos agitamos nestes últimos trinta e cinco anos, em que tanta coisa nasceu e morreu", enquanto que outro, não menos distinto porém mais pessimista afirmou "parecer verdadeiro milagre que três decênios tenham decorrido desde a publicação do primeiro número da "A Defesa Nacional" num país em que as coisas do espírito ocupam sempre o terceiro lugar..."

* * *

Quanto mais árdua a luta mais alto se levanta o valor da vitória conseguida.

Com os olhos fitos na grandeza da Pátria Brasileira e com fé inabalável nos sagrados destinos do Exército Nacional, para a frente havemos de caminhar sempre, a passo firme e resolutivo, embora lento por vêzes, sejam quais forem os obstáculos que se anteponham à nossa trajetória.

Eia! pois, "A DEFESA NACIONAL", para diante e para o alto, que a tua causa é nobre e é justa!

(1) Editorial do número de novembro de 1943.

Processo de Conduta do Tiro com o Transferidor de Locação

(NOTAS DE AULA DA E.A.O.)

CAPÍTULO II

TIRO DE PRECISAO

10 — FINALIDADE:

A regulação de precisão visa levar o ponto médio dos arrebitamentos sobre o objetivo, por meio de correções sucessivas, baseadas na observação dos tiros.

A regulação estará concluída quando forem obtidos os elementos que proporcionem tiros no objetivo ou que o enquadrem dentro de limites apropriados.

11 — REGULAÇÃO DE PRECISAO — CONDUTA DO OBSERVADOR

a) Generalidades:

A regulação do tiro de precisão é conduzida por uma única peça — geralmente a diretriz.

Compreende três fases distintas: preparatória, ensaio e melhora.

b) *Fase preparatória*, em que se busca levar o tiro para a linha de observação por correções em direção, de sentido contrário e grandeza igual ao desvio observado.

Esta fase termina quando se obtém um tiro explorável em alcance ou um tiro no alvo, o que, geralmente, só é possível quando os arrebitamentos se dão ao longo da linha de observação ou em suas proximidades.

c) *Fase de ensaio*, cuja finalidade é a obtenção da alça e da di-

reção de ensaio — média de um enquadramento de 100 m do objetivo, em relação à linha de observação, ou os elementos que produziram um arrebitamento no alvo. Para isso, após haver observado o alcance do último tiro da fase preparatória, o observador procura, por um lance largo, obter uma observação de sentido contrário, isto é, enquadrar o objetivo ao longo da linha de observação.

1) A *grandeza* desse lance é função da precisão com que foi feita a localização do objetivo e do afastamento entre este e o arrebitamento considerado.

A menos que se possa avaliar com segurança o valor do lance (caso dos observatórios dominantes, p. ex.), os valores abaixo tabelados devem ser empregados, a fim de enquadrar rapidamente o objetivo:

100 m, quando se dispõe de dados da carta, corrigidos;

200 m, para dados da carta, não corrigidos, ou quando é feito um pequeno transporte de objetivo anterior;

400 m, para dados estimados.

2) Se, porém, o tiro é feito nas proximidades de tropas amigas, deve ser iniciado com elementos reconhecidamente seguros (alças longas).

O enquadramento é então baseado em lances prudentes.

Obtido o enquadramento inicial, vai ele sendo quebrado sucessivamente até a obtenção dos elementos de ensaio (quebra de um enquadramento de 100 m).

3) O observador não necessita preocupar-se com a manutenção dos arrebentamentos na linha de observação — isso é feito graficamente pela Central de Tiro —, se, no entanto, durante o ensaio, o tiro fugir da linha de observação, impossibilitando a observação do alcance, compete ao observador corrigir o desvio, por meio de uma correção idêntica às enviadas na fase preparatória.

4) Os pequenos desvios, porém, deverão ser considerados como resultantes da dispersão em alcance, cuja influência se percebe cada vez mais, à medida que o ângulo de observação aumenta.

Se a observação do alcance, nesse caso, foi prejudicada, o tiro deverá ser repetido; persistindo o desvio, será enviada uma correção baseada na média dos desvios observados.

d) Fase de melhora (Eficácia nas destruições):

Visa obter a alça de regulação e a direção correta, isto é, a alça cujo ponto médio dos tiros corresponde no momento, ao alcance do objetivo, e a direção média de um enquadramento de 2", ou, ainda, a que proporcionar tiros à direita e à esquerda do objetivo ou que ocasionar um tiro no objetivo (NA).

A fase de melhora termina quando se obtiver a alça de regulação e a direção correta.

A fase de eficácia termina com a destruição do objetivo.

A melhora é conduzida pela C.T.

O observador se limita a enviar as observações do tiro: Direção (plano de tiro) e alcance.

Nesta fase, o alcance dos tiros não situados sobre a linha de observação, pode ser observado pela regra.

O fim da regulação é decisão da C.T., que comunica o fato ao observador.

Numa destruição é o observador quem decide sobre o fim da missão,

transmitindo à C.T. essa decisão e anunciando os resultados do tiro.

Nos tiros de destruição a eficácia é realizada com espoleta com retardar, para aumentar os efeitos dos projéteis sobre o objetivo.

Contudo, para eliminar as possibilidades de informações errôneas, ocasionadas por ricochetes, até a primeira série de eficácia (primeiros 6 disparos) o tiro é feito com espoleta instantânea.

Ao contrário das fases preparatória e de ensaio, conduzidas sistematicamente por 1, a melhora pode ser conduzida por meias séries de 3 tiros.

Tal decisão cabe à C.T., devendo o observador ser notificado, se for o caso, da modificação do mecanismo.

12 — CONDUTA DO OBSERVADOR NA FASE PREPARATÓRIA:

Na observação da fase preparatória, três casos podem se apresentar:

a) O tiro cai fora da linha de observação e não é explorável em alcance.

O observador envia uma correção de direção igual e de sentido contrário ao desvio observado.

Exemplo: Observação 35 DR.
DO = 2000 m.

Mensagem do observador: DR 50 — RAL.

b) O tiro é explorável em alcance.

Está terminada a fase preparatória. O observador estima o valor do lance inicial e comanda essa correção no sentido conveniente (11-c-1). Se o tiro caiu fora da L.O., observa o prescrito em o número 11-c-4.

Exemplos: 1º) Elementos estimados.

Observação: BD-C.

Mensagem: RD-ALO 400.

2º) Localização por transporte de objetivo anterior DO = 3000 m.

Observação: 3 DR-L.

Mensagem: RD-ENC 200.

c) O tiro incidiu sobre o objetivo.

Estão terminadas as fases preparatória e de ensaio, e obtida a direção correta.

O observador envia a seguinte mensagem:

RD-MLH-Q5-RAL.

Nota: Se, no caso da letra b), tratar-se do 1º tiro da peça (tiro de peça fria), será necessário repetir o tiro com esses elementos, caso esse tiro venha a constituir limite de enquadramento na fase de ensaio.

No caso da letra c), a mensagem será:

RD-MLH-RAL, pois esse tiro, embora nos assegure direção correta, não poderá ser computado na determinação da alça de regulação.

13 — CONDUTA DO OBSERVADOR NA FASE DE ENSAIO.

Cerrar progressivamente o enquadramento inicial até quebrar um enquadramento de 100 m ou obter um tiro no objetivo.

No primeiro caso a mensagem se revestirá da forma: RD-MLH-ENC (ALO) 50.

No segundo, o NA será caracterizado pela seguinte mensagem: RD-MLH-Q5-RAL.

Se, durante o ensaio, o tiro fugir da LO, proceder de acordo com os ns. 3 e 4, do S 11.c.

14 — CONDUTA DO OBSERVADOR NA FASE DE MELHORA (EFICÁCIA):

O observador envia sempre as observações do plano de tiro e alcance.

Se não puder observar um deles ou ambos, transmitirá "não observado" para o elemento considerado.

A ordem dos elementos não deverá ser alterada na transmissão, para evitar confusões.

Exemplos de observações dessa fase:

DR-C; DR-NO; NO-NO; NO-L; NA; NV.

A C.T. comunicará o fim da regulação pela mensagem: Regulação terminada (RGT).

O observador anunciará o término da destruição por u'a mensa-

gem de forma: Missão cumprida — Abrigo destruído.

15 — CASOS ESPECIAIS:

a) Observação axial:

Quando o ângulo de ob. fôr inferior a 100" o processo sofrerá as seguintes modificações.

1) a C.T., na resposta à mensagem inicial transmitirá, ao invés do lado de Bia, a expressão "AXIAL".

2) Durante a melhora não são observados os planos de tiro, e o alcance não poderá ser observado pela regra.

3) Um desvio que persiste durante a MLH será corrigido integralmente pelo observador.

b) Observação transversal.

Quando o ângulo de obs. estiver compreendido entre 1300 e 1800" o processo sofrerá as seguintes modificações:

1) Na resposta à mensagem inicial do observador, a C.T. transmitirá, além do lado da Bia, a expressão "TRANSVERSAL" e o valor de d (pequeno desvio).

2) Na melhora o alcance só poderá ser observado pela regra.

3) Na observação do plano de tiro serão considerados PL DR ou (ES) os tiros que se derem além ou aquém do objetivo, se a Bia, estiver à esquerda, e o inverso se a Bia, estiver à direita.

Nesta fase dever-se-á ter muita cautela com as correções dos pequenos desvios, pois a dispersão em alcance se apresenta, praticamente, em verdadeira grandeza.

c) Observação avançada:

Quando a DO fôr muito pequena, impossibilitando a utilização do binóculo pelo observador, este necessitará no terreno de uma escala de referência, para poder avaliar a grandeza dos desvios.

Ela poderá ser obtida por um balizamento: conjunto de 2 tiros realizados numa mesma direção, com distâncias diferentes de 400 m.

16 — CONDUTA DA C.T. — Vide capítulo V.

ANEXO AO CAPÍTULO II

EXERCÍCIOS

(Vide funcionamento da C.T. no Cap. V)

I — Tiro de precisão — Regulação no PV — P.T.O. :

Material — Bia. de obuses-105 M2.

Missão — Regulação no P.V. indicado à vista.

— Organização da P.T.O.

Situação — Não há carta, foto ou documento similar.

— A bia. foi apontada para o CZA.

— Elementos do CZA estimados :
Lançamento = 5600".

Alcance = 4000 m.

— Deriva de vigilância 2800.

a) Antes de iniciar a regulação :

(1) Trabalho do observador :

Mede o lançamento do PV c/ a bússola = 5200".

Avalia a Do do PV em 3000 m.

Envia a mensagem inicial : "AQ PR29 - MT - L 5200 - AS CZA - RG FV - REG".

(2) Trabalho na C.T./Bia.

Controlador — (a) Organiza a prancheta provisória, escolhendo

um canto de quadricula para CZA e fixa o centro do T.Loc. neste ponto. Gira-o até o L = 5600 em que está apontada a Bia., e sobre a linha 0-3200 marca o alcance do CZA, 4000 m. Obtém a posição provisória da peça diretriz, com que irá operar até o término da regulação no PV.

(b) Ao receber a mensagem inicial, registra no T.Loc. o lançamento enviado de 5200, e informa ao L.F. : "Bia. à esquerda" e ao calculador "Deriva 2800 — Alcance 4000".

Cmt. Linha de fogo — (a) Fixa a munição : Ex. 5 EI.

(b) Envia a resposta ao obs. : "PR-EX-EI-RG PV-SO 02 Q1-BIA ES-QP".

(c) Dá o comando inicial à L.F. se não houver telefone nas peças.

Calculador — Organiza na "ficha do calculador" o comando inicial para a Bia., e o transmite diretamente às peças, se houver telefone nas peças : "BAT-RG-EX 5 EIDER 2800-5300-SO 02 Q1-A245 (retirada da régua de tiro, correspondente a um alcance de 4000 m).

b) Durante a regulação — Após o "peça atirou" do 1º tiro, a sequência dos trabalhos está indicada nos quadros seguintes :

OBSERVADOR

Tiro	Observações	Correções à C.T.
1	50 ES-C (avaliado em 500 m curto). Correção em direção $50 \times 2,5 = 125$ m	DR 120-ALO 500
2	BD-C (um lance de 400 m foi fulgado necessário para enquadrar)	RD-ALO 400
3	10 DR-L (cerca o enq.; despreza o pequeno desvio)	RD-ENC 200
4	5 ES-NO (não corrige o pequeno desvio)	RD-RAL
5	BD-C	RD-ALO 100
6	BD-L	RD-MLH-ENC 50

Tiro	Observações	Correções à C.T.
7	L-NO (L pela regra) (1º de melhora)	L-NO
8	C-PL DR (2º)	C-PL DR
9	L-PL ES (pela regra) (3º)	L-PL ES
10	L-PL ES (4º)	L-PL ES
11	C-PL NO (C pela regra) (5º)	C-PL NO
	L-PL DR (L e PL pela regra)	L-PL DR

C.T. informa: "Regulação terminada".

CENTRAL DE TIRO

Tiro	L.F.	Controlador	Calculador
1		D 2818 — AL 4610	DER 2818 — A 285
2		D 2850 — AL 4890	DER 2850 — A 315
3		D 2835 — AL 4700	DER 2835 — A 300
4		—	A 300
5		D 2842 — AL 4790	DER 2842 — A 307
6		D 2840 — AL 4740	DER 2840 — A 303 (1º da MLH)
7	<p>Verifica na prancheta do controlador o ang. de observação e determina o $\frac{1}{2} S$ ou $50/Dt$:</p> $S = \frac{1}{10} \frac{350}{4.8} = 7 \quad \frac{1}{2} S = 4$ $\frac{50}{Dt} = \frac{50}{4.8} = 10$ <p>Toma o menor, 4 e informa ao calculador.</p>		A 303
8			D 2844 — A 303
9			D 2842 — A 303
10			D 2841 — A 303
11			A 303
12			A 303
	Regulação terminada!		Nova vigilância inscrever

c) Após a regulação:

O computador determina os elementos de relocação:

Direção: $D\ RG = 2841$

$V\ RG = 2841 - 2800 = Es\ 41$

$L\ RG = 5600 + ES\ 41 = 5559$

Alcance: Correção da A = $\frac{2C-4L}{12} \times 10 = 2$

$A\ RG = 303 - 2 = 301$

$AL\ RG\ (na\ régua) = 4720\ m$

Fornece ao controlador:

Elementos de relocação:

$L = 5559$

$AL = 4720\ m$

O controlador organiza a P.T.O.

II — Tiro de precisão — Regulação num A.A.

Após a regulação no PV anterior, a Bia. recebeu a missão de regular num A.A., cuja situação em relação ao PV é a constante da figura abaixo. O observador envia a mensagem inicial: AQ PR 29 — MT — L 5320 — Do PV DR 360 — AC 10 — ALO 1000 — RG AA1 — REG.

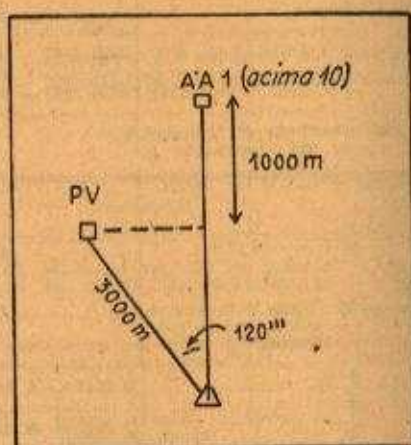


Fig. 3

a) Antes da regulação:

- (1) O controlador loca o AA1 no T Loc. e retira os elementos de tiro para o computador:

DER 2782 S 302 AL 5800

- (2) O calculador organiza o comando inicial consoante as ordens do L.F.:

02 AT — RG — EX 6 EI — DER 2782 — S 302 —
SO 02 Q1 — A 302

- (3) O L.F. informa ao observador: PR — Ex EI — RG AA1 — SO 02 Q1 — BIA ES — QP.

b) Durante a regulação:

OBSERVADOR

Tiro	Observações	Correções à C.T.
1	30 ES — C	DR 120 — ALO 200
2	BD — L	RD — ENC 100
3	5 DR — C	ES-20-MLH-ALO 50
4	C — PL ES	C — PL ES
5	L — PL DR	L — PL DR
6	C — PL DR	C — PL DR
7	L — PL ES	L — PL ES
8	L — PL ES	L — PL ES
9	NA	NA

C.T. informa: "Regulação terminada".

CENTRAL DE TIRO

Tiro	L.F.	Controlador	Calculador
2	Verifica o ang. obs. e determina $\frac{1}{2} S$:	D 2768 AL 6020	D 2768 A 318
3	$S = \frac{1}{10} \cdot \frac{300}{6} = 5$	D 2762 AL 5920	D 2762 A 311
4	$\frac{1}{2} S = 5$	D 2768 AL 5960	D 2768 A 313

Tiro	L.F.	Controlador	Calculador
5			D 2765 — A 313
6			D 2767 — A 313
7			D 2768 — A 313
8			A 313
9			A 313
	Reg. terminada !		Peça repousar na vigilância

c) *Após a regulação :*

Cálculo dos elementos de relocação :

Direção : D RG = 2768

Alcance : Correção do A = $\frac{2C - 3L}{12} \times 7 = -1$

A RG = 313 — 1 = 312

AL RG = 5940 m

O controlador loca o AA1 na prancheta com os elementos de relocação DER = 2768 AL = 5940.

CAPÍTULO III

TIRO SOBRE ZONA

17 — *Finalidade* — O fim da ajustagem é enquadrar o objetivo de acordo com a sua profundidade e obter a direção correta ou então, obter rajadas enquadantes ou no alvo. Isso é obtido fazendo-se um enquadramento largo inicial e quebrando-se sucessivamente esse enquadramento.

18 — *Ajustagem — Conduta do observador :*

a) *Generalidades* — A ajustagem é conduzida normalmente com rajadas de centro, a menos que o observador solicite outra forma de tiro. A espoleta é designada conforme o efeito que se procure e a natureza do objetivo. As rajadas são observadas como um todo, sen-

do a direção referida ao centro da rajada.

b) *Direção e distribuição* — Os desvios das rajadas em relação à linha de observação são medidos e calculadas as correções para manter o centro das rajadas sobre a referida linha, da mesma forma que no tiro de precisão.

O observador pode a qualquer momento alterar o feixe, mediante o envio de uma das correções : "Fechar feixe", "Abrir feixe", "Convergir feixe", solicitando aquela que a observação indicar como mais conveniente para o objetivo que tiver de ser batido. Em qualquer caso o feixe nunca excederá o valor do feixe normal (100 m para 75 e 105).

c) *Munição* — Contra pessoal a descoberto ou ligeiramente abrigado a munição mais indicada, é a

granada em ricochete. Obtem-se o efeito de ricochete empregando-se cargas vivas e espoletas com curto retardo. Se o número de ricochetes obtidos for inferior a 50 %, nas rajadas, limites do enquadramento, o observador deve solicitar "Espoleta instantânea" ou "Tempo" se for exequível.

Contra pessoal abrigado em trincheiras profundas o tiro de tempo é mais eficaz que o ricochete, mas o efeito de penetração é também necessário, empregando-se a espoleta com retardo.

d) *Alcance* — Durante a ajustagem são feitas correções em alcance em centenas de metros, até que uma correção menor que 100 metros seja indicada.

Normalmente não são feitas correções menores que 50 metros. O enquadramento procurado na ajustagem depende da natureza e das dimensões do objetivo, ou então do grau de conhecimento que se tem de sua localização. Assim, os seguintes enquadramentos devem ser procurados:

200 m, para objetivos profundos; para objetivos mal definidos ou localizados sem exatidão; para objetivos fugazes, isto é, que possam furtar-se rapidamente aos efeitos do tiro.

100 m, para objetivos pouco profundos e bem definidos; para objetivos localizados nas proximidades da tropa amiga; quando da eficácia devam participar outras bias.

O enquadramento de 100 m é apropriado para a maioria dos objetivos. Contra objetivos em movimento, deve-se escolher um ponto da rota do objetivo e ajustar sobre ele de modo a desencadear a eficácia no momento exato em que o inimigo transponha este ponto.

Sob certas circunstâncias favoráveis, tal como um observatório dominante, é possível quebrar o enquadramento proporcionalmente. Por exemplo: tendo alongado 800 m, o observador verificou com segurança, que o objetivo ficou a um quarto entre a nova rajada e a anterior. A próxima correção será ENC 200.

18 — Eficácia:

a) *Generalidades* — A eficácia é iniciada no centro do enquadramento obtido na ajustagem. Se durante a ajustagem for obtida uma rajada enquadrante ou uma rajada que dê um tiro no alvo, a eficácia é pedida imediatamente.

b) *Direção* — Ao iniciar a eficácia envia-se uma correção para trazer o centro do feixe para a linha de observação. A direção está correta quando os arrebitamentos das peças do centro enquadram o ponto de ajustagem.

c) *Alcance* — A eficácia é iniciada no centro do enquadramento obtido, ou no alcance que deu uma rajada ENQ ou NA.

Algumas vezes a eficácia pode ser desencadeada com elementos diferentes do centro do enquadramento obtido na ajustagem. É o caso por exemplo, de um objetivo no interior de um bosque e que a ajustagem tenha sido conduzida na orla anterior do bosque.

d) *Modo de bater os objetivos* — A menos que o observador indique na mensagem inicial outra forma, uma bta. normalmente desencadeia a eficácia com ALÇA ÚNICA, realizando 2 ou 3 rajadas inicialmente. Se o objetivo for profundo, mal definido, ou fugaz, o observador pedirá ZONA DE 100 ou ZONA DE 200 se se tratar do tiro de uma só bta.

Se no decorrer das rajadas iniciais da eficácia o observador verificar um desvio em direção sensível ou uma preponderância de tiros curtos ou longos, ele enviará correções para centrar o tiro sobre o objetivo. Durante a eficácia, a direção e o alcance podem ser alterados de acordo com os movimentos do objetivo ou com as informações posteriores sobre a sua localização. Entretanto, jamais o observador deverá fazer pequenas alterações, que interrompendo o tiro, irão quebrar a eficácia, sem compensação material para seu efeito de neutralização. O observador durante a eficácia pode mudar o modo de bater o objetivo. Por exemplo, pode passar, da ZONA DE 100 para a ALÇA ÚNICA.

duas meias séries de 3 tiros, iniciada com o tempo ajustado da primeira série.

Atirada a primeira meia série (3 tiros) da segunda série, três casos são possíveis:

- 1) Se resultarem TE e PE, realizar a segunda meia série de 3 tiros com o mesmo tempo anterior, e o tempo de regulação será computado da mesma forma que na melhora de 12 tiros;
- 2) Se os três tiros forem TE, seguir o procedimento do caso anterior;
- 3) Se os três tiros forem PE, o tempo de regulação anterior é desprezado. Faz-se uma alteração de menos 2 décimos de segundo no tempo e atira-se a segunda meia série que:
 - a) se der um TE, nos dará para tempo de regulação a média dos tempos com que foi realizada a última série de 6 tiros;
 - b) se der todos PE, nos indicará que devemos voltar ao ensaio.

28 — *Conduta da C.T. e do Observador* — O trabalho da C.T. (Grupo ou Bia.) e do Observador se resume no seguinte:

a) *C.T.* — Previne o observador das alterações de mecanismo durante a regulação de tempo; conduz a regulação de precisão de acordo com os §§ 24, 25, 26 e 27 deste Capítulo, além das comuns a regulação percutente;

b) *Observador* — Se não recebeu a incumbência de regular o tiro de tempo da C.T., compete-lhe incluir na sua mensagem inicial esse fato.

Durante a fase de ensaio procede como na regulação percutente de precisão.

Nas fases de ensaio e de melhora se restringe a enviar à C.T. as observações de acordo com o § 23, deste Capítulo.

CAPÍTULO IV

2ª PARTE

TIRO DE TEMPO SOBRE ZONA

29 — *Generalidades* — Quando, pela natureza do objetivo, sente o observador necessidade de conduzir o seu tiro com espóleta de tempo, deverá ele incluir isto na sua mensagem para que a Central de Tiro (Grupo ou Bia.) possa concluir sobre a espóleta a utilizar.

A observação, durante a ajustagem, é feita do modo seguinte:

- a) *Direção* — Como no tiro sobre zona percutente.
- b) *Distribuição* — Idem.
- c) *Altura de arrebrandamento* — É observada e anunciada como um todo, sob uma das seguintes formas:

PERCUTENTE — se todos os arrebrandamentos se derem no solo;

MISTA PERCUTENTE — havendo preponderância de arrebrandamentos no solo;

MISTA — se houver igualdade de arrebrandamentos no solo e no ar;

MISTA TEMPO — havendo preponderância de arrebrandamentos no ar;

TEMPO — se todos os arrebrandamentos se derem em tempo.

A ressalva, constante da letra b) do § 23, tem aplicação também no tiro sobre zona.

d) *Alcance* — Como um todo e anunciado sob uma das seguintes formas:

CURTO — se os efeitos dos arrebrandamentos se derem entre o objetivo e o observador; convém ressaltar que um arrebrandamento percutente visto curto, sem que tenhamos a sensação exata de que foi curto, deve ser anunciado como não observado;

LONGO — se os efeitos dos arrebrandamentos se derem além do objetivo;

ENQUADRANTE — se os efeitos dos arrebrandamentos enquadrarem o objetivo;

NO ALVO — quando forem observados efeitos destruidores.

30 — Conduta do tiro durante a ajustagem.

Os diferentes elementos de tiro são ajustados da seguinte forma:

a) *Direção* — Da mesma forma que para o tiro sobre zona percutente.

b) *Altura de arrebetamento* — No tiro sobre zona a altura de arrebetamento é ajustada por lances no sítio, devendo de preferência o alcance ser ajustado quando se obtém arrebetamentos no ar; uma boa altura de arrebetamento, durante a ajustagem, é aquela que proporciona a observação do alcance pelo efeito do projétil.

Quando nenhuma informação é dada pelo observador em sua mensagem inicial com referência à altitude do objetivo, cabe à C.T. (Grupo ou Bia.) acrescentar ao desnível nulo 20 metros (altura tipo do tiro de tempo para o material 105) ou 30 metros (altura tipo para espoleta VT no mesmo material) e concluir o sítio para a rajada inicial.

Os lances abaixo, indicados para as diferentes observações das rajadas, devem ser observados e enviados pelo observador:

PERCUTENTE — a correção será em metros de **ACIMA 40**;

MISTA PERCUTENTE ou MISTA — será de **ACIMA 20**;

MISTA TEMPO — nenhuma correção é feita;

TEMPO — a modificação será indicada pela altura de arrebetamento.

d) *Alcance* — O alcance é ajustado da mesma forma que no tiro sobre zona percutente; no tiro de tempo, entretanto, se a última das rajadas limites do enquadramento for percutente, a eficácia não poderá ser desencadeada.

A eficácia não será também iniciada, enquanto não for obtida a altura tipo, a menos que o observador esteja seguro de que a próxima correção de sítio leve o tiro para a altura procurada.

31 — Conduta do tiro durante a eficácia.

a) *Direção* — Do mesmo modo que para o tiro sobre zona percutente.

b) *Distribuição* — Idem.

c) *Altura de arrebetamento* — A alteração de sítio para a obtenção da altura tipo é referida ao centro do objetivo.

A eficácia não será iniciada se da última rajada da ajustagem resultarem todos os tiros percutentes.

A altura de arrebetamento acima do objetivo deve ser determinada medindo-se o ângulo vertical entre o centro dos arrebetamentos e o objetivo e convertendo-se esta medida em metros pela relação do milésimo. Deve ser estimada, também, por comparação com dimensões conhecidas de objetos ou coisas na mesma distância de observação; a fumaça do arrebetamento da granada 105, por exemplo, tem cerca de 10 metros no momento da explosão.

d) *Alcance* — Tudo o que foi dito na conduta do tiro sobre zona percutente se aplica ao tiro de tempo sobre zona.

e) *Informações do observador.*

Após a eficácia enviará o observador à CT a sua observação e os efeitos que pôde observar como por exemplo:

"MISSÃO CUMPRIDA — MORTEIROS SILENCIADOS"

CAPÍTULO V

CENTRAL DE TIRO DE BATERIA FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

32 — *Generalidades* — Nos tiros observados a C.T. da Bia. deve:

a) Determinar os dados de tiro do objetivo.

b) No decorrer da ajustagem, determinar os dados de tiro que mantenham os arrebetamentos na linha de observação.

c) Conduzir nos tiros de precisão a fase de melhora ou eficácia (destruições) baseada nas observações.

d) Comandar derivas e sítios ao invés de transportes sobre a vigilância e alterações do sítio.

33 — *Organização* — A C.T. compreende:

— o Cmt. de L.F. cumulativamente com suas atribuições normais;

— um controlador, cabo auxiliar de tiro;

— um calculador, sargento de tiro.

Ao auxiliar do Cmt. da L.F. cabe a fiscalização do serviço das peças e da pontaria.

34 — Atribuições — a) Cmt. L.F.:

(1) Organiza e dirige o funcionamento da C.T.

(2) Numera as missões de tiro.

(3) Decide as cargas a empregar.

(4) Decide o modo de bater os objetivos quando julgar inapropriada a forma solicitada pelo observador.

(5) Fornece ao calculador o valor de $1/2 S$ ou $50/Dt$ a utilizar quando se tratar de regulações de precisão.

(6) Envia ao observador a resposta ao seu pedido de tiro, discriminando: indicativo da Bia., munição a empregar, número e nome da missão, mecanismo de tiro, lado em que está a Bia. e momento do desencadeamento do tiro. Por exemplo: "Azul. Explosiva retard, concentração n. 22, só o centro por 1, Bia. a direita, quando pronto".

(7) Fornece ao observador o valor do pequeno desvio d quando julgar conveniente.

(8) Notifica o observador do fim das regulações em PV ou AA.

b) Controlador:

(1) Organiza a prancheta de tiros observados da Bia. logo após a conclusão da regulação no PV, ou então utiliza a prancheta topográfica caso lhe tenha sido fornecida.

(2) Ao receber uma missão de tiro, loca o objetivo e fornece ao calculador a DERIVA, o ALCANCE e o SÍTIQ, do objetivo.

(3) Após uma regulação ou ajustagem, recebe do calculador os dados finais de tiro, e reloca o objetivo.

(4) Fornece ao L.F., quando pedido, o lado da Bia. e valor do ângulo de observação.

(5) Se a Bia. não estiver utilizando uma deriva de vigilância comum, o controlador em vez de

ler DERIVAS deverá medir ALTERAÇÕES DE DERIVAS SOBRE A VIGILANCIA (Vig. direita ou esquerda tanto), e registrar esse valor no "REITERADOR" retirando daí o valor da ALTERAÇÃO DE DERIVA SOBRE O ÚLTIMO COMANDO DADO.

c) Calculador:

(1) Registra na "ficha de calculador" a missão de tiro enviada pelo observador.

(2) De acordo com as ordens dadas pelo L.F. e os elementos recebidos do controlador, organiza o comando de tiro, e os fornece ao L.F.

(3) Transforma com auxílio da régua de tiro o alcance em alça e fornece ao L.F.

(4) Durante a ajustagem, registra as correções subsequentes enviadas pelo observador, e dá os comandos em função dos elementos dados pelo controlador.

(5) No tiro de precisão, durante a melhora (ou eficácia, nas destruições) aplica no sentido conveniente a correção de $1/2 S$ ou $50/Dt$ (a que for menor) quando o observador der a observação do plano de tiro, de modo a enquadrar o objetivo em direção. Em seguida cerra esse enquadramento até obter a direção correta, isto é, direção resultante da quebra de um enquadramento de $2''$, ou a direção que der um tiro NA, ou ainda, a direção que der planos à direita e à esquerda.

(6) Notifica o L.F. do término de regulações em PV ou AA.

(7) Calcula o valor da alça de regulação aplicando sobre a alça de ensaio (ou sobre a média das duas alças com que foi feita a melhora), a correção obtida pela seguinte fórmula:

Longos-Curtos

12

— x Garfo correspondente a alça de ensaio.

(8) Na melhora de 12 tiros ou nos tiros de destruição, aplica após a 2ª série de 6 tiros, uma correção igual à metade do valor dado pela fórmula acima. Após a 3ª série,

aplica uma correção igual a $1/3$, e após a 4ª e subseqüentes igual a $1/4$.

(9) Quando, na fase de melhora, a primeira $1/2$ série de 3 tiros fôr tóda do mesmo sentido, um lance de $1/2$ garfo deve ser feito no sentido conveniente e atirada a 2ª meia série. A alça de regulação será calculada sobre a alça fictícia média.

(10) Se a 2ª meia série fôr ainda no mesmo sentido da 1ª, realizam-se novos lances de $1/2$ garfo até obter tiros no sentido contrário. A alça de regulação será calculada sobre a fictícia média das duas últimas meias séries feitas, abandonando-se as demais.

35 — Prancheta de tiros observados — Construção :

(1) Numa fôlha de papel quadriculado escolhe-se um canto de quadrícula para PV.

(2) Firma-se o transferidor de locação no PV orientando-o de acôrdo com o lançamento em que está apontada a Bia. (lançamento aproximado do centro da zona de ação).

(3) Sobre a linha 0-3200 marca-se o alcance com que vai ser iniciado o tiro de regulação no PV, ficando assim locada a Bia. provisoriamente.

(4) Ao receber a mensagem do observador, orienta-se o transferidor de locação de acôrdo com o lançamento enviado pelo mesmo e tem-se imediatamente o lado da Bia. e aproximadamente o ângulo de observação.

(5) Inicia-se o tiro. O controlador vai aplicando sobre o transferidor as correções enviadas pelo observador e retirando para cada ponto, a DERIVA e ALCANCE, para os tiros subseqüentes.

(6) Concluída a regulação, o calculador fornece os dados de re-locação do PV que é locado no transferidor de locação.

(7) Liga-se o PV relocado com a Bia. (provisória). Mede-se com um transferidor o valor do lançamento de regulação.

(8) Orienta-se o transferidor de locação de acôrdo com o lançamento da regulação e sobre a linha

0-3200 marca-se o alcance de regulação. Tem-se a posição definitiva da Bia.

(9) Manda-se inscrever nova vigilância na Bia.

36 — Utilização da P.T.O. nas missões subseqüentes :

a) Designado um objetivo, o controlador loca-o, consoante o processo de designação que tenha sido utilizado, orientado previamente o transferidor de locação com o valor do lançamento do objetivo enviado.

b) Em seguida retira com o TDA a Deriva e Alcance e fornece-as ao calculador.

c) Calcula e fornece o sítio do objetivo, se fôr o caso.

d) A regulação ou ajustagem processa-se semelhantemente ao descrito no número anterior.

e) Finda a ajustagem, o objetivo deve ser relocado.

37 — Preparo do T.D.A. :

a) A fim de permitir o comando direto em deriva, o controlador deve graduar seu T.D.A. de acôrdo com a figura abaixo, tomando-se como deriva de vigilância de 2.800 (caso de obus 105).

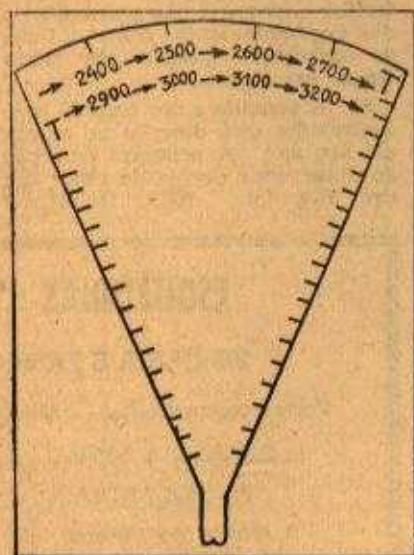


Fig. 4

b) A bia refere, nas balizas com a deriva de vigilância adotada. No caso acima, deveria referir com 2800.

c) As duas graduações devem ser em cores distintas, bem como o T, existente à direita ou à esquerda.

d) Quando o lado do T.D.A. que estiver de encontro ao alfinete que marca o objetivo (ou posição do tiro), corresponder ao T da direita, faz-se a leitura na escala superior (é só seguir a mesma cor do T). Quando for o T da esquerda, a leitura será na escala inferior.

e) Quando é dado o comando de "NOVA VIG. INSCREVER", a Bia. registra a deriva de vigilância adotada, sem alterar a direção dos tubos, e replanta as balizas.

38 — *Correção de uma orientação aproximada do transferidor de locação:*

a) Quando o observador envia "LANCAMENTO APROXIMADO TANTO", o controlador fica alertado que deverá corrigir a orientação do transferidor de locação.

b) Esta correção é feita com as próprias informações do tiro. Um erro de orientação do transferidor acarreta a não permanência dos arrebentamentos sobre a linha de observação quando são feitos lances em alcance.

c) A conduta a ser seguida pelo controlador está descrita no exemplo abaixo: A primeira correção do observador depois de obter um tiro BD, foi: REP. DIREÇÃO

ALONGUE 400. O controlador move o alfinete 400 metros para a frente sobre a linha de observação e tira os dados de tiro que fornece ao calculador. Dado o novo tiro, o observador enviou: DIREITA 200 — REPITA ALCANCE. Isto indica que o lançamento está realmente errado. O controlador move o alfinete 200 m para a direita e retira os elementos para o outro tiro.

Enquanto se efetua o novo tiro, o controlador traça na prancheta, uma reta ligando a atual posição do alfinete com a posição do 1º tiro (o que foi BD). Em seguida, gira o transferidor de locação até que a linha 0-3200 fique paralela à reta traçada na prancheta. O transferidor ficará assim orientado corretamente.

Quando a próxima correção do observador for recebida, o alfinete deve ser movido em relação à posição na prancheta, do último tiro feito.

39 — *Pranchetas de tiro topográficas.*

Quando são utilizadas pranchetas de tiro topográficas, sejam elas, cartas, fotocartas ou simples papel quadriculado com os pontos levantados pela turma topográfica, o seguinte aspecto deve ser considerado: Não é inscrita "nova vigilância" após a regulação no PV. Em consequência, tem-se uma "deriva de regulação". Face a essa deriva, deve traçar-se o "índice de derivas", no qual serão feitas todas as leituras.

(Continua)

ESQUADRIAS "PADRÃO" S.A.

SERRARIA E FABRICA DE ESQUADRIAS

Portas compensadas — Madeiras em geral para construções

SERRARIA SINPA

Em ROLANDIA

Norte do Paraná

AV. TIRADENTES, 1110

Caixa Postal 5.556

Telefones 4-5010 e 4-5000

SÃO PAULO

O CONCURSO DE ADMISSÃO À E.T.E.

ANO DE 1948 — 2ª PROVA: GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA

Tenente-Coronel ARY QUINTELLA

1ª Questão

Calcular o co-seno da soma dos ângulos que satisfazem às equações do sistema:

$$\begin{cases} tga + cotgb = 1 \\ cotga + tgb = 4 \end{cases}$$

RESOLUÇÃO

Substituindo as co-tangentes pelas tangentes, vem:

$$\begin{cases} tga + \frac{1}{tgb} = 1 \\ \frac{1}{tga} + tgb = 4 \end{cases}$$

Donde, sendo $tga \cdot tgb \neq 0$:

$$\begin{cases} tga \cdot tgb + 1 = tgb \\ tga \cdot tgb + 1 = 4tga \end{cases} \quad (1)$$

Subtraindo:

$$\begin{aligned} 4tga - tgb &= 0 \\ \therefore tgb &= 4tga \quad (2) \end{aligned}$$

Substituindo o valor de tgb em (1):

$$4tg^2a - 4tga + 1 = 0$$

Donde:

$$tga = \frac{2 \pm \sqrt{4 - 4}}{4} = \frac{1}{2}$$

Substituindo tga em (2):

$$tgb = 2$$

Assim, temos:

$$\frac{\text{sen}a}{\text{cos}a} = \frac{1}{2} \quad \therefore \text{cos}a = 2\text{sen}a \quad (3)$$

$$\frac{\text{sen}b}{\text{cos}b} = 2 \quad \therefore \text{cos}b = \frac{1}{2}\text{sen}b \quad (4)$$

Considerando a fórmula:

$$\cos(a+b) = \text{cos}a \cdot \text{cos}b - \text{sen}a \cdot \text{sen}b$$

e substituindo os valores (3) e (4) dos co-senos:

$$\cos(a+b) = 2\text{sen}a \cdot \frac{1}{2}\text{sen}b - \text{sen}a \cdot \text{sen}b = 0$$

RESPOSTA:

$$\cos(a+b) = 0$$

2ª QUESTÃO

É dado um prisma reto de base hexagonal regular, cujas arestas laterais, são:

$$AA', BB', CC', DD', EE', FF'.$$

Corta-se esse prisma pelos planos:

$$AB'C, CD'E, EF'A, B'CD', D'EF' \text{ e } F'AB',$$

que dêe destacam seis pirâmides triangulares. Pede-se:

- a) - a forma geométrica do sólido restante;
- b) - a relação entre a altura do prisma e o lado da base hexagonal para que o sólido restante seja um poliedro regular;
- c) - o volume desse poliedro regular em função do raio do círculo circunscrito à base do prisma.

RESOLUÇÃO

a) - O sólido restante é um octaedro de faces triangulares, como se observa na figura 1. Realmente, a o de uma das seis pirâmides destacadas corresponde no sólido restante uma face triangular, e a cada base do prisma dado corresponde, ainda, uma face no sólido restante.

b) - Os triângulos ACE e B'D'F', situados nas bases do prisma são regulares, pois, as diagonais do hexágono regular são iguais. Os triângulos AB'C, ... são todos iguais porque os lados que os formam ou são diagonais de retângulos iguais ou diagonais de hexágonos regulares iguais, em virtude da hipótese de ser o prisma hexagonal regular. Além disso, os triângulos citados resultantes das seções mencionadas no enunciado são todos isósceles.

Assim, para que o sólido restante seja um poliedro regular basta que a diagonal da face lateral do prisma dado seja igual à diagonal da base, pois, neste caso, os triângulos das seções serão iguais aos das bases.

Logo, para que seja satisfeita a condição pedida devemos ter

$$B'C = AC \quad (1)$$

Representemos por l o lado da base e por h , a altura do prisma. Como AC é a diagonal do hexágono, será igual ao lado do triângulo equilátero inscrito no mesmo círculo; logo, temos:

$$AC = l\sqrt{3} \quad (2)$$

B'C é a diagonal do retângulo da face lateral do prisma, cujas dimensões são l e h . Assim:

$$B'C^2 = l^2 + h^2 \quad (3)$$

Substituindo os valores (2) e (3) em (1), resulta a equação:

$$l\sqrt{3} = \sqrt{l^2 + h^2}$$

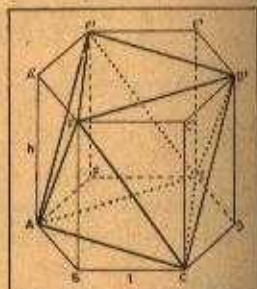


Figura 1

ou, elevando ao quadrado:

$$3l^2 = l^2 + h^2$$

donde, finalmente, a relação pedida:

$$h = l\sqrt{2}$$

isto é, para que o octaedro seja regular a altura do prisma deve ser a diagonal do quadrado de lado igual ao da base do mesmo prisma.

c) - Cálculo do volume em função de R.

O octaedro é regular; logo, a fórmula do volume será:

$$V = \frac{a^3\sqrt{2}}{3}$$

De acordo com a parte anterior, temos:

$$a = AC = l_3 = R\sqrt{3}$$

Substituindo na fórmula, vem:

$$V = \frac{(R\sqrt{3})^3\sqrt{2}}{3} = \frac{3R^3\sqrt{6}}{3}$$

donde finalmente:

$$V = R^3\sqrt{6}$$

3ª QUESTÃO

Numa esfera de raio R inscrever um prisma reto, cujas bases sejam triângulos equiláteros, de modo que o seu volume seja igual a R^3 . Calcular a altura do prisma para uma esfera de raio igual a $2\sqrt{3}$ cm.

RESOLUÇÃO

1) - Inscrição do prisma.

Em virtude do enunciado temos a equação:

$$V = R^3 \quad (1)$$

Representemos por x a distância do centro da esfera a cada uma das bases do prisma, pois, por serem essas bases iguais estarão inscritas em círculos mínimos iguais e, consequentemente, equidistantes do centro da esfera. Seja, ainda, r o raio do círculo mínimo circunscrito ao triângulo da base.

Teremos de acordo com a figura 2:

$$\begin{cases} h = 2x \\ OA = R \\ O'A = r \end{cases}$$

De acordo com a fórmula do volume dos prismas, temos:

$$V = Bh = 2Bx \quad (2)$$

O triângulo $OO'A$ fornece a relação:

$$R^2 = r^2 + x^2$$

donde:

$$x^2 = R^2 - r^2$$

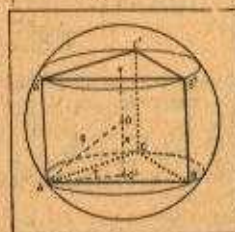


Figura 2

Como a base é um triângulo equilátero, a área em função de x será:

$$B = \frac{3x^2\sqrt{3}}{4} = \frac{3(R^2 - x^2)\sqrt{3}}{4}$$

Substituindo em (2):

$$V = 2x \cdot \frac{3(R^2 - x^2)\sqrt{3}}{4} = \frac{3\sqrt{3}}{2} (R^2x - x^3)$$

Comparando este último valor de V com a igualdade (1), resulta a equação em x :

$$\frac{3\sqrt{3}}{2} (R^2x - x^3) = R^3$$

ou:

$$3\sqrt{3}x^3 - 3\sqrt{3}R^2x + 2R^3 = 0$$

Façamos então:

$$x = \frac{x_1}{\sqrt{3}} \quad (3)$$

e teremos, substituindo na equação anterior:

$$x_1^3 - 3R^2x_1 + 2R^3 = 0$$

Pesquisando as raízes inteiras, pelo dispositivo de Briot, vem:

$$\begin{array}{r|rrrr} R & 1 & 0 & -3R^2 & 2R^3 \\ R & 1 & R & -3R^2 & 0 \\ -2R & 1 & 2R & 0 & \\ & 1 & 0 & & \end{array}$$

As raízes são:

$$x_1 = R; \quad x_1' = R; \quad x_1'' = -2R$$

Daí a solução única:

$$x_1 = R \quad \therefore \quad x = \frac{R}{\sqrt{3}} = \frac{R\sqrt{3}}{3}$$

Assim, o prisma inscrito será obtido, traçando-se duas seções paralelas, à distância:

$$\frac{R\sqrt{3}}{3}$$

do centro da esfera.

2) - Cálculo de altura

A altura do prisma é $2x$. Assim, considerando o valor obtido de x teremos:

$$\begin{aligned} h &= 2x = \frac{2R\sqrt{3}}{3} \\ \therefore h &= \frac{2 \times 2\sqrt{3} \times \sqrt{3}}{3} = 4 \text{ cm} \end{aligned}$$

AS AMPLAS ATRIBUIÇÕES DA ENGENHARIA

Major-General LEWIS A. PICK, Diretor de Engenharia do Exército Norte-Americano

Transcrito, com autorização, do número de julho-agosto de 1949 da THE MILITARY ENGINEER

Introdução e Tradução do Major ANTONIO ANDRADE ARAUJO

No momento em que o processo de formação e aperfeiçoamento dos oficiais de Engenharia, bem como os encargos que lhes devem corresponder, são objeto de estudos que visam a sua atualização, pareceu-nos de grande interesse a publicação do depoimento do Major-General LEWIS A. PICK, Diretor de Engenharia do Exército Norte-Americano. Tivemos, recentemente, as considerações feitas pelo Tenente-Coronel JACKSON GRAHAM que, em duas ótimas conferências, tratou muito objetivamente das Engenharias dos Exércitos norte-americano e brasileiro, expondo particularmente as missões que lhes cabem e os processos mais convenientes para habilitá-las à sua eficiente execução.

A tese comum a essas duas abalizadas opiniões é a natureza dos trabalhos que devem caber, normalmente, à Engenharia e o modo de torná-la capaz de executá-los. Esses trabalhos dizem respeito, concomitante e indistintamente, às missões da Engenharia de Combate e às construções em geral. E se o treinamento para as primeiras é realizado nas escolas e nas unidades de engenharia de combate, a preparação para os últimos só pode ser obtida pela prática continuada de todos os tipos de obras e permanente ligação com os elementos civis que se dedicam aos trabalhos da mesma natureza. Além disso, é de tal forma estreita a dependência entre essas duas ordens de missões, que não é possível estabelecer limites bem definidos entre umas e outras e, em consequência, entre seus executantes. Os mesmos elementos, componentes da Engenharia do Exército, devem realizar o conjunto dessas missões.

Se a esses depoimentos de hoje, associarmos a experiência que temos da nossa própria Engenharia, desde o Real Corpo de Engenheiros até a Engenharia que fez a campanha da F.E.B., atentando bem nas missões que lhe couberam sempre, na paz e na guerra, e na sua valiosa contribuição tanto no desbravamento e equipamento do nosso território, como para o sucesso das operações em que participou, poderemos chegar a conclusões de que resultará a solução mais conveniente.

Vejamos o que diz o Major-General LEWIS A. PICK.

A segunda Guerra Mundial ressaltou, em destaque cada vez maior, que a ligação entre os recursos naturais e industriais da nação e os das forças armadas corresponde à eficiente execução dos planos logísticos. O sucesso de cada campanha, em todos os teatros de operações, foi medido, em última análise, pela aptidão da Engenharia do

Exército em mobilizar a capacidade de trabalho nacional e empregar a resultante combinação de recursos naturais e industriais em proveito do comando militar.

A luz dessa lição, um preeminente general já se referiu a esse conflito como uma "guerra de Engenheiros". Foi, evidentemente,

uma afirmativa de grande significação.

No passado, era a incapacidade de atender às necessidades logísticas de todo o ano que forçava os exércitos de outrora a recolherem-se a quartéis de inverno e limitava as operações de vulto às condições favoráveis de tempo. Como um dos nossos mais destacados oficiais de Engenharia afirmou certa vez, a notável vitória de inverno de Washington em Trenton foi, em grande parte, um triunfo do seu punhado de engenheiros sobre as dificuldades logísticas.

Refletindo uma segura direção militar, o Corpo de Engenheiros é mantido hoje na proporção que atingiu durante a 2ª Guerra Mundial — como a segunda maior subdivisão do Exército Norte-Americano.

O presente efetivo do Corpo de Engenheiros é de 60.000 oficiais e praças. Esse efetivo representa 9 por cento do pessoal do Exército e só é ultrapassado pela Infantaria.

Para atender às necessidades atuais do conjunto das nossas forças, bem proporcionadas em seus diversos componentes, com a percentagem necessária de elementos de Serviços, o efetivo de Engenharia exigido é de cerca de três vezes o total do Exército nos anos que precederam a guerra.

A 2ª Guerra Mundial, entretanto (como aconteceu em cada guerra desde a Revolução até a 1ª Guerra Mundial), trouxe novos encargos logísticos e os meios para satisfazê-los com êxito. Consequentemente, o pessoal efetivo no Corpo de Engenheiros aumentou de 10.000 em julho de 1940 até um máximo de 705.000. Os efetivos de Engenharia em todo o mundo só foram excedidos pela Infantaria e pela Força Aérea do Exército Norte-Americano de então. A Engenharia compreendia 11,5 por cento do efetivo total do Exército. No Teatro Europeu, o número de Engenheiros foi realmente maior que o pessoal da Força Aérea e ultrapassou a metade do efetivo da Infantaria.

Além disso, as operações da Engenharia na 2ª Guerra Mundial

foram nitidamente caracterizadas pela maior proporção de pessoal destacado no ultramar. Em junho de 1945, 85 por cento do Corpo de Engenheiros estava empregado além-mar, enquanto que só 62 por cento da Infantaria e 43 por cento da Força Aérea encontravam-se nesta situação.

As tropas da reserva geral normalmente mantidas na Zona do Interior contêm, aproximadamente, 11,5 por cento de Engenharia. No Corpo da Reserva Organizada, o pessoal de Engenharia soma ligeiramente mais que a metade da Infantaria.

Êstes algarismos são citados apenas como um índice da elevada posição conferida à logística na guerra moderna.

A missão da Engenharia do Exército foi expressa a 16 de junho de 1775 — um dia antes da Batalha de Bunker Hill. Nesse dia, o General Washington foi autorizado pelo Congresso a nomear "um Diretor de Engenharia e dois assistentes". A novel Engenharia do Exército imediatamente improvisou o pretexto que protegeu as tropas americanas até que pudessem "ver o branco dos olhos dos inimigos", e a seguir lançou-se como uma unidade de combate na batalha que se seguiu. Desde esse dia, há 174 anos passados — e através das guerras importantes — o Corpo de Engenheiros tem sabiamente sido conservado como uma arma combatente e um ramo dos Serviços do Exército Norte-Americano. Sua missão tem sido, simplesmente, "assegurar o movimento do Exército".

Hoje, assegurar o movimento do Exército significa construir oficinas militares, quartéis, acantonamentos, acampamentos, campos de aviação, instalações, oleodutos, armazéns, estradas, docas, pontes e outras obras essenciais, no próprio país ou em qualquer parte do mundo em que o Exército delas necessite. Significa homens que fizeram do "bulldozer" uma indispensável arma de guerra. E manter um Corpo de tais homens e alguma coisa mais que meros números. Significa treinamento e experiência: homens que aprende-

ram em grande parte pela execução e aos quais não é dada a oportunidade de deixar que seus conhecimentos e experiência embotem-se pelo desuso.

Este fator também era conhecido pelo General Washington, que prescreveu a singular e sábia diretriz de ter a Engenharia do Exército empregada durante a paz em trabalhos civis, tanto quanto em encargos militares. A diretriz tem sido mantida. O Corpo de Engenheiros, hoje, ainda serve ao Congresso dos Estados Unidos como seu órgão de Engenharia, responsável pelos rios e portos nacionais e pelo controle das enchentes.

Este trabalho proporciona a experiência de campo necessária nas múltiplas fases dos trabalhos de construções de vulto. Conserva, também, o Corpo de Engenheiros na mesma base de trabalho que a engenharia civil e as firmas construtoras, e o dota de um grande núcleo de pessoal treinado. O valor deste treinamento, desta ligação pelo trabalho, e deste pessoal civil que pode ser convertido quase instantaneamente em pessoal militar, foi ressaltado no ano findo pelo

ex-Secretário do Exército, Kenneth C. Royal, por ocasião do 173º aniversário do Corpo de Engenheiros:

"Através toda a história dos períodos de paz da nossa nação, a Engenharia do Exército tem balizado o progresso Nacional, abrindo estradas em regiões inexploradas, franqueando nossos portos ao comércio mundial, desenvolvendo os recursos hidráulicos dos nossos grandes vales e proporcionando-nos o maior sistema mundial de navegação fluvial.

Para o bom êxito no cumprimento de suas missões civis e militares, o Corpo de Engenheiros mantém intercâmbio de trabalho com a engenharia civil e firmas construtoras, o que as mantém ao corrente dos problemas da nossa engenharia militar e contribui inestimavelmente para a rápida e eficaz mobilização de toda a indústria de construção em ocasião de emergência nacional. Este permanente serviço é uma contribuição vital para a nossa Defesa Nacional.

Certamente, na paz e na guerra, nosso país não teve nenhum mais efetivo servidor do povo que o eminente Corpo de Engenheiros."

Fábrica de Móveis Rio D'Ouro

A. F. de Souza — Móveis

Avenida Automóvel Clube, 1559 — Fone 29-6694

ENGENHO DO MATO — RIO DE JANEIRO

Café e Bar "Flor de Bonsucesso"

Variado sortimento de bebidas nacionais
e estrangeiras

RUA CARDOSO DE MORAIS N. 71 — BONSUCESSO
DISTRITO FEDERAL

GUERRA BLINDADA

CONSIDERAÇÕES DO PASSADO E FUTURO

Pelo General HEINZ GUDERIAN (1)

Tradução, autorizada, do Ten.-Cel. MANUEL
ALVES PIRES AZAMBUJA
Instrutor da E.E.M.

Quando as Forças Blindadas Alemãs romperam o prolongamento da Linha Maginot, em maio de 1940, e atingiram o Oceano Atlântico e o foz do rio Somme em poucos dias, a admiração, mesmo dos profissionais, foi excitada por esse acontecimento. O inquérito sobre as causas da derrota das tropas aliadas franco-inglesas nessa ocasião ainda não terminou.

O êxito alemão foi atribuído inicialmente a uma suposta superioridade numérica. Os franceses calcularam que a força blindada alemã em maio de 1940 era de 7.000 carros, aos quais se opunham, conforme documentos franceses, cerca de 4.500 carros do lado aliado. Na

realidade, a força dos carros alemães (incluindo carros blindados de reconhecimento) era de 2.800. Depois de cuidadoso cálculo, deduzindo as viaturas de reconhecimento e os carros perdidos durante a marcha de 13 de maio, data do cruzamento do Mosa, pôde ser estabelecido que a força era aproximadamente de 2.200. Não era portanto a qualquer superioridade numérica que os alemães deviam sua surpreendente vitória. Consequentemente, deveriam existir outras razões de natureza decisiva.

Quando de uma batalha perdida, é sempre hábito lançar a culpa primeira ao comando e buscar os erros nessa direção. Quando é ganha

(1) Heinz Guderian nasceu em Kulm (Pomerania) em 1886. Estudou em Academia Militar e entrou para o Exército em 1906. Alguns de seus estudos foram completados em Colmar, onde seu pai, oficial do exército, servia.

Durante a 1ª Guerra Mundial, Guderian atingiu o posto de Capitão, servindo por algum tempo na região de Ardenas — Sedan, que ia ser mais tarde de tão grande significação na sua carreira. Ele foi destacado em 1919 para o Ministério da Guerra e promovido a Major em 1927, e Tenente-Coronel em 1931. Durante o período em que exerceu as funções de chefe do estado-maior da Seção de Inspeção das unidades motorizadas, de 1931 a 1935, bem como comandante da unidade de Condutores Negros, primeiro corpo regular de carros, ele adquiriu experiência com o emprego de veículos blindados rápidos.

Em 1935, Guderian tornou-se Major-General, deixando em novembro de 1935 o comando da 2ª Divisão Blindada para assumir o de Comandante de Corpo de Exército. Seu livro "Atenção, carros", sumário dos princípios básicos da Guerra de Carros, foi publicado em 1939.

O General Guderian comandou as tropas alemãs na ocupação da Áustria em 1938. Em 1939, como comandante do 19º Corpo de Exército Blindado, ele pôs em prática, na invasão da Polónia, sua doutrina de emprego dos blindados, apoderando-se do Corredor Polonês, libertando sua cidade natal e efetuando junção com as forças da Prússia Oriental. Seu novo comando foi na Frente Ocidental, onde a 10 de maio de 1940 comandava as Forças Blindadas do Exército de Von Kleist. A ruptura de Sedan e a invasão da França constituem um marco na guerra blindada. Em julho de 1944, Guderian substituiu Jodl como Chefe do Estado-Maior Geral e esteve novamente, desde o outono de 1944 à primavera de 1945, como Comandante em Chefe das Forças Alemãs no Leste.

uma batalha, o número dos que clamam crédito cresce consideravelmente. Segue-se, portanto, que a responsabilidade do comando no êxito era exatamente tão grande no lado dos ganhadores, como da derrota no lado dos vencidos. Nós devemos, portanto, olhar primeiro para o comando das Forças Blindadas Alemãs, se desejamos estimar a vitória alemã no Oeste em 1940.

COMANDO

A influência do comando, sobre as Forças Blindadas Alemãs fez-se sentir muito antes da Guerra. Consistia na renovação do velho e bem treinado princípio básico do comando de Cavalaria: "O chefe deve estar bem na frente". Deve estar aí para que ele mesmo possa ver o que está acontecendo, e receber diretamente as mensagens de suas unidades de reconhecimento, podendo assim dar rapidamente suas ordens. No caso de Grandes Unidades que marcham em várias colunas, ele deve estar com a mais importante. Ele deve estar em qualquer caso sempre "na frente de sua reserva", pois de outra forma ele perde toda possibilidade de comando.

O chefe de tropa blindada deve exercer essa função pessoalmente. Ele não se pode permitir a representação por membros de seu estado-maior. O soldado quer ver seu general. De outro lado, seu estado-maior deve gozar uma certa estabilidade, de forma que as comunicações laterais e com a retaguarda possam ser mantidas e as ordens do comando transmitidas a todos os interessados. Daí surge a necessidade de dividir o estado-maior, estabelecendo um escalão avançado que acompanha o chefe, e um escalão recuado, para a transmissão de ordens e mensagens aos flancos e à retaguarda.

O escalão avançado deve ser pequeno, muito móvel, e apto para manter-se no campo de batalha. Deve, portanto, ser montado em veículos blindados. Deve ser equipado com os melhores meios de transmissões.

TRANSMISSÕES

O mais importante meio de transmissão é o rádio. Quase todas as ordens de combate no decurso da guerra de movimento na França foram dadas pelo rádio. Naturalmente, estas ordens tiveram de ser cifradas, o que exigia um aparelho de cifração na viatura do comandante.

O uso efetivo e integral do rádio exige grande brevidade nos textos. Assim a "linguagem de comando" para unidades blindadas pressupõe treinamento especial.

O telefone, entretanto, de qualquer forma, não se tornou superfluo. Foi usado regularmente durante as fases de movimento da guerra na França e na Rússia, para assegurar o fluxo de transmissões para a retaguarda. O contacto rádio não bastou para assegurar a transmissão para a retaguarda de ordens e mensagens — especialmente as ordens relativas a suprimentos.

Mas como o ataque aéreo torna-se um perigo crescente para as conexões com a retaguarda, especialmente se importantes linhas de suprimento e suas interseções forem atingidas, as transmissões por fio tornam-se cada vez menos utilizáveis e o recurso às transmissões rádio cada vez mais necessário. O alto grau de perfeição atingido nos recentes aperfeiçoamentos na técnica do rádio é tal, que torna possível o seu emprêgo nessa forma. A radiotelefonía, em particular, facilita o contacto entre o chefe e suas tropas, desde que a disciplina de emprêgo seja mantida por ambos. A brevidade e o uso de código são indispensáveis. Eu entendo certo que nenhum outro sistema prevalecerá no futuro.

CONCENTRAÇÃO DE PODER

A mobilidade do comando e a presença do comandante no meio das unidades de tanques foram as primeiras razões justificadoras dos grandes êxitos obtidos pelos alemães.

Outra razão foi a concentração dos carros em grandes unidades e

a combinação dessas grandes unidades em grupos blindados — mais tarde mesmo em exércitos blindados — em regiões de importância decisiva.

Antes da guerra nossos adversários tinham pensado na formação de grandes unidades de carros, mas tinham falhado na transformação desse princípio em realidade.

Os alemães foram então os primeiros a transformarem em realidade a idéia de criar uma divisão blindada.

Todos os demais exércitos copiaram subsequentemente esse princípio algum tempo antes do fim da guerra.

ORGANIZAÇÃO

As divisões blindadas alemãs incluíam todos os ramos de serviço necessários ao apoio dos carros de combate: infantaria (conhecidos inicialmente como fuzileiros, depois como granadeiros de carros); tropa de reconhecimento; artilharia; unidades anticarro; tropa de engenharia; tropa de transmissões; destacamento de saúde; oficinas de carros e outros serviços de retaguarda. Particularmente, um assunto de debate foi a questão da *"relação entre os carros e a infantaria de acompanhamento"*. Nunca houve discrepância quanto à necessidade de tropas de infantaria como orgânicas da divisão blindada; a única questão discutida foi a da proporção. Em 1940, a organização compreendia quatro batalhões blindados, dois batalhões de fuzileiros e um batalhão de fuzileiros motociclistas. Em 1941, por ordem de Hitler, o número de batalhões blindados foi reduzido a dois ou três, e o de batalhões de fuzileiros aumentado para quatro. No início da Campanha da Rússia, um batalhão de fuzileiros motociclistas foi adicionado. Entretanto, esses últimos foram incapazes de enfrentar as dificuldades impostas pelas condições de terreno e tempo na Rússia. Por essa razão esses batalhões foram combinados com os batalhões de reconhecimento.

A redução do número de batalhões blindados a dois ou três por divisão foi lamentável. Afinal de

contas, os carros constituem a principal arma da divisão blindada; e o grande e complicado instrumento, que é a divisão blindada, não vale sua criação com uma fraca força de carros. O poder de ruptura da organização, no ataque, diminui rapidamente com a redução do número de carros. Nossos grandes êxitos no Oeste em 1940 foram em grande parte devidos à reunião de todos nossos carros em uma forte divisão.

Somente dessa forma foi possível para nós dominar a superioridade numérica de nossos adversários. Nos pontos em que se travavam os engajamento decisivos, nós nos apresentávamos, mesmo numericamente mais fortes — como resultado desse processo — do que as forças inimigas que se opunham a nós. Qualquer disseminação de forças é nociva. Por essa razão um número pequeno de divisões realmente fortes é preferível a um grande número de fracas divisões.

Provavelmente a correta proporção entre carros e infantaria de acompanhamento é de um batalhão de infantaria para um de carros.

CORRETA PROPORÇÃO

Entretanto, ao lado da questão da infantaria motorizada, cuidadoso estudo deve ser feito quanto à força das outras tropas empregadas no apoio dos próprios carros, de forma a assegurar a correta força de apoio sem tornar a divisão, como conjunto, uma pesada organização.

Nessa ordem de idéias eu tratarei primeiro da *artilharia blindada*. No exato momento da organização das unidades de carros, eu pedi artilharia auto-propulsada, mas não consegui obtê-la porque os convenientes reparos de canhões (veículos rebocados) não eram disponíveis. Mais tarde os chefes de artilharia recusaram empreender a construção de artilharia auto-propulsada porque eles não previam combate de natureza tão móvel que a artilharia tracionada não fosse capaz de seguir seus movimentos. A construção da primeira artilharia auto-propulsada foi completada tão

tarde que não pôde influir até o fim da guerra.

Antes da guerra, a artilharia blindada compreendia apenas seis baterias de quatro canhões cada uma; obuseiros leves de campanha, o favorito e mais largamente empregado canhão da artilharia alemã. Depois da Campanha da Polónia, a artilharia foi aumentada da seguinte forma: um grupo pesado consistindo em 2 baterias de obuseiros pesados de campanha (150 mm) e uma bateria de 4 canhões de 100 mm. Perto do fim da guerra o número de canhões da bateria pesada foi aumentado para seis, de forma a ter canhões suficientes para a ação apesar das perdas e facilitar o deslocamento para a frente (marcha por escaloões) no decorrer de uma ação de rápida evolução.

Até o fim da guerra as divisões blindadas puderam combater com nove baterias. É provável que esse continue a ser um número adequado para divisões que tenham respectivamente três ou quatro batalhões de carros e infantaria.

O batalhão blindado de reconhecimento era originalmente composto de duas companhias blindadas de reconhecimento, uma companhia de fuzileiros motociclistas, uma companhia de armas pesadas (composta de um pelotão de canhões leves, um pelotão de canhões antitarro e um pelotão de engenharia). Os fuzileiros motociclistas foram abandonados no decurso da Campanha da Rússia.

O batalhão blindado de transmissões consistia de uma companhia de radiotelegrafistas e uma companhia mista de telegrafistas e telefonistas rádio. Esses batalhões incluíam os pelotões de transmissões dos comandos de brigada de carros e unidades de fuzileiros.

Seu transporte era feito parcialmente em veículos blindados.

Particularmente útil aos carros é a engenharia. As tropas dessa arma devem ser bem treinadas na travessia de rios e construção de estradas em terreno pantanoso, e na destruição de campos de minas e outros obstáculos antitarros. Sem contar com o batalhão de en-

genharia que era dado à divisão blindada, os batalhões blindados (de carros), os batalhões de infantaria e de reconhecimento possuíam pelotões de engenharia para poderem contar, quando necessário, com auxílio técnico. Essa organização foi julgada muito útil.

Infelizmente a produção alemã de carros nunca atingiu posição tal que o equipamento desejado para a artilharia, a engenharia e as unidades de reconhecimento pudessem ser fornecido. O poder efetivo da divisão blindada é proporcional ao número de unidades inteiramente blindadas dessa espécie que lhe são orgânicas.

As unidades antitarro foram originalmente equipadas com canhões rebocados de 37 mm. O calibre foi aumentado durante a guerra, primeiro para 50 mm e então para o canhão de 75 mm longo. No futuro o canhão longo auto-propulsado será o mais desejável.

VELOCIDADE

O terceiro fator determinante de nossos grandes êxitos foi a grande velocidade de nossos movimentos. No dia seguinte à abertura da brecha de Sedan, em 1940, meu Corpo Blindado marchou 165 quilômetros; e depois da brecha na frente do Aisne, em junho de 1940 — do Murne à fronteira suíça — cobriu uma média diária de 100 quilômetros. O rápido aproveitamento dos êxitos iniciais durante a Campanha da Rússia impediu uma defesa eficiente do Dnieper pelos russos e tornou possível a conquista de Smolensk. Os êxitos simultâneos obtidos por unidades de carros nos flancos do esforço principal criaram condições favoráveis a uma precoce continuação do ataque a Moscou. O fato de Hitler não aproveitar essa oportunidade é outra história.

Em todas as oportunidades, a grande rapidez de movimento foi uma condição de nossos grandes êxitos durante a guerra. Foi a velocidade que permitiu ao General Patton suas constantes vitórias na frente de invasão em 1944. Era característico particular do blindado conservar sua importância,

especialmente em face do desenvolvimento crescente da arma aérea.

MOBILIDADE VERSUS POTÊNCIA

Isto nos leva à questão da preferência a ser dada entre velocidade e armamento, entre os diferentes tipos de carros. Os últimos modelos alemães da guerra indicavam que uma dessas qualidades não exclui necessariamente a outra. O Tigre II (conhecido entre as tropas aliadas como "Tigre Real") tinha blindagem muito pesada, especialmente na frente, e montava um canhão longo de 88 mm; era ainda capaz de uma velocidade máxima de 70 km com um peso aproximado de 70 toneladas. O "Jagtiger", tinha uma blindagem ainda mais pesada, além de possuir um canhão de 128 mm, se bem que não fosse montado em torre giratória.

Entretanto, um carro da classe "Tigre Real" é um engenho de combate de tal valor que não deve ser empregado em missões de importância secundária. Onde a rapidez é o fator predominante, é possível operar com veículos de tipo muito mais leve; por exemplo, os carros blindados de reconhecimento. Para esse tipo de veículo, a rapidez e a aptidão para o movimento através campo são de maior importância do que a blindagem pesada; e bom equipamento rádio e um canhão perfurante são igualmente importantes para eles.

No futuro, portanto, será prático construir leves e rápidos veículos blindados de reconhecimento, para serem empregados em combinação com os pesados carros de combate, para realizarem reconhecimento de combate para as unidades de carros, e também para cumprir missões de operações como integrantes dos batalhões de reconhecimento das divisões blindadas e de infantaria. Possivelmente, será dada preferência aos veículos de lagarta sobre os veículos de rodas, pois a lagarta é mais apropriada à mobilidade através campo do que a roda. Isto é particularmente verdadeiro na Europa Oriental.

AS RAZÕES PRINCIPAIS

Em resumo, nossos grandes êxitos na França em 1940 e na Rússia em 1941 podem ser atribuídos aos seguintes fatores: 1 — Proeminência do Comando pela presença dos generais bem na frente e equipados com excelentes comunicações rádio; 2 — Reunião dos carros em grandes unidades e emprego dessas, em massa, nas áreas de importância decisiva; 3 — máxima rapidez em todos os movimentos, especialmente no aproveitamento dos êxitos iniciais. Os mesmos elementos de vitória ajudaram os aliados no seu grande triunfo em 1944. A isto deve ser adicionado um fator de importância decisiva no lado aliado — absoluta superioridade aérea.

A TERCEIRA DIMENSÃO

Em 1944, o domínio do ar tinha passado completamente para o lado aliado. Esse domínio interferia com os movimentos alemães nas estradas e no campo de batalha, quase inteiramente durante o dia e, em grande extensão, mesmo à noite. Ele interferia com o movimento dos suprimentos alemães, restringindo assim a mobilidade e a eficiência de combate das unidades blindadas, além da de substituições de pessoal e equipamento. Fomos forçados a marchar com grande profundidade e com largos intervalos, o que provocava grande dispersão de unidades no campo de batalha. O disfarce tornou-se essencial para todas as tropas, inclusive blindados.

Esse domínio do ar inspirou a idéia de modificar os métodos de combate, sugerindo movimentos e ações nas horas de escuridão. As marchas noturnas nas estradas tinham sido parte do treinamento e não constituíam grande dificuldade. O mesmo porém não era verdade com as marchas noturnas através campo e o combate à noite. Estes inspiraram um temor e uma timidez que eram difíceis de dominar.

No futuro, será necessário para qualquer exército que não possua superioridade aérea dar grande importância aos problemas de movimento através campo e combate à

noite. Sem dúvida novos meios serão descobertos para dominar estas dificuldades da melhor maneira do que até hoje.

Nessa ordem de idéias, eu gostaria de dizer algumas palavras quanto à defesa antiaérea, tipo de defesa que assumiu crescente importância nas forças blindadas alemãs. No começo da guerra cada divisão blindada tinha à sua disposição um batalhão (grupo) de artilharia antiaérea (fornecido pela Aeronáutica) com canhões de pequeno calibre. Com exceção de um pequeno número de metralhadoras para a defesa antiaérea, as forças de carros não tinham qualquer proteção antiaérea orgânica. Essa organização bastou enquanto nós tivemos domínio do ar, ou pelo menos não éramos nitidamente inferiores em força aérea; entretanto, no começo de 1943 a proteção antiaérea tornou-se inadequada e nós fizemos grande esforço para construir carros antiaéreos. Os primeiros modelos foram rejeitados por Hitler em vista de sua alta silhueta. Novos planos foram elaborados mas não houve tempo suficiente para completá-los. O adequado suprimento de metralhadoras para a defesa antiaérea, para as tropas não blindadas da Divisão, foi retardado devido à produção insuficiente.

No futuro, será aconselhável construir viaturas blindadas antiaéreas equipadas com canhões automáticos de 30 e 37 mm. Será necessário ainda suprir todas as unidades motorizadas com metralhadoras suficientes para a proteção do pessoal contra o metralhamento.

Todas essas medidas são passivas na sua essência. Uma força aérea poderosa, treinada para operar em ligação com os blindados e capaz de limpar o céu de aviões inimigos, será muito mais eficiente.

O COMBINADO CARRO-AVIAO

A necessidade de cooperação entre a aeronáutica e os blindados é tão evidente que ocupou a atenção de brilhantes oficiais em vários países, mesmo antes da guerra. Assim sucedeu na Alemanha. Entretanto, pouco resultado se obteve dessa idéia, em vista do fato que

não havia na Alemanha um Estado-Maior de Forças Blindadas para planejar e realizar os exercícios de coordenação aeroterrestre.

Enquanto a guerra estava em progresso, entretanto, havia grande simpatia entre os interessados para o esforço cooperativo. Assim, antes da Campanha do Oeste em 1940, eu consegui juntar-me com o Comando Aéreo do meu setor de ataque e obter um acordo tático conjunto para o assalto à Linha Maginot, perto de Sedan — verificando-o então num exercício na carta. O plano, que nós verificamos em teoria, provou seu grande valor a 13 de maio de 1940. Ele consistia em ataques de bombardeio contra as baterias francesas e pontos fortes, realizados por esquadrões sucessivos e continuados durante todo o ataque, das 14 às 21 horas. O emprêgo de forte fogo assegurou o domínio do campo de batalha nesse dia. O resultado foi acima da expectativa. Muitos canhões franceses permaneceram silenciosos até a chegada às posições das tropas de assalto — sem dúvida porque as guarnições não previam o ataque da infantaria enquanto ainda se processava o bombardeio aéreo. Os pilotos dos Stuka alemães estavam em excelentes condições de observar os progressos da tropa terrestre e regular, em consequência, os retardos de suas bombas.

Da mesma forma, uma muito bem sucedida cooperação foi obtida durante a fase inicial da Campanha da Rússia.

Este apoio essencial para as forças blindadas começou a falhar com o declínio da força aérea alemã. Seu resultado foi tornar mais difícil o esforço de combate das forças blindadas.

Na frente oeste de invasão, em 1944, os aliados tiveram a melhor oportunidade para prover suas unidades blindadas com todo o apoio desejável, através da cooperação com uma força aérea superior. Desde que com elas veio um equipamento mais moderno, esse apoio tomou uma forma levemente modificada do método mais velho alemão.

OLHANDO PARA FRENTE — COM PRUDÊNCIA

Será necessário no futuro adaptar os métodos às condições mais avançadas. Devido às suas extremas velocidades, será impossível aos aviões foguete sobrevoar o campo de batalha dos Carros, por tempo considerável, como fazia o velho bombardeiro. Será necessário empregar algum outro tipo de avião ou realizar outro método de cooperação.

Outro e inteiramente novo problema se apresenta pela existência da bomba atômica. O efeito dessa bomba sobre o emprego de tropas blindadas depende essencialmente de saber se ela pode ou não ser utilizada no campo de batalha, na vizinhança de tropas amigas. As informações jornalísticas, disponíveis agora, indicam que seu raio de ação exclui tal utilização.

No que diz respeito aos chamados projéteis V, sua restrita precisão limita sua utilidade contra os carros, confinando seu valor às áreas de retaguarda. A possibilidade de seu emprego contra os blindados aumentará em função de um possível aumento da precisão.

Tudo muda! O comandante do futuro terá de adaptar sua estratégia e sua tática aos instrumentos de que dispuser. Ele pode considerar-se feliz se estiver em condições de exercer influência sobre os desenhos e a construção de qualquer parte de seus instrumentos. Precisamente devido a essa condição, é muito arriscado formular qualquer profecia quanto à conduta da guerra. Essa consideração levou o autor a impor grande reserva a seu pensamento e suas opiniões.

(Tradução do número de janeiro-fevereiro de 1949, do Armored Cavalry Journal.)

Corta os resfriados

Instantina

Alivia as dores

BAYER

FABRICA DE CALÇADOS

PETRONIO

F. GALLO & Cia.

SUCESORES

RUA DR. SATAMINI, 164 — Edifício próprio

End. Tel. : "PETRONIO" — Telefone 28-0318

— RIO DE JANEIRO —

MARINHA — AERONÁUTICA — EXÉRCITO E FORÇAS AUXILIARES

INFORMAÇÕES MILITARES

Ten.-Cel. IDÁLIO SARDEMBERG, do E.M.G.

O livro mais completo sôbre êste assunto até agora publicado.

ÚTIL aos militares em geral.

Processo completo desde as informações estratégicas às táticas, desde a recepção das E.E.I. (informações necessárias) à difusão da informação, passando pelos planos de busca, pelas ordens de busca, pela recepção, tratamento e catalogação dos informes e difusão das informações.

350 páginas e 50 quadros e esquemas.

Tome parte nesta edição por cooperação, único processo que permite a venda dêste livro por Cr\$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros) e Cr\$ 38,00 (trinta e oito cruzeiros), pelo Correio.

Pedidos para a DEFESA NACIONAL

Ministério da Guerra — 4º andar — Fundos
Caixa Postal 32 — Rio.

INDÚSTRIAS DE PAPEL

“J. Costa e Ribeiro” S. A.

PAPEL ONDULADO — PAPEL GOMADO — CAIXAS
E SEUS ARTEFATOS

Escritório e Fábrica :

RUA GENERAL CANABARRO, 59 — Tel. 28-1060
RIO DE JANEIRO

ANO DE INSTRUÇÃO DE 1948 NO 13º B. C.

(Conclusão)

Cap. MURILLO GOMES FERREIRA

2º Ten. JOSÉ ARNALDO TEIXEIRA BOLINA

2º Ten. HENRIQUE LUIZ STEPHAN

FICHA N. 22

DEVERES DOS COMANDANTES DE GRUPO DE COMBATE

MARCHAS

Antes da Marcha :

1 — Dar a seus homens a hora do início do movimento, o itinerário e a extensão (se possível) ;

2 — Passar uma inspeção minuciosa no grupo ;

3 — Verificar todos os detalhes, assegurando-se, principalmente, se os malotes estão ajustados e as mochilas bem equilibradas ;

4 — Assegurar-se de que cada homem recebeu a ração de reserva para a marcha e que os cantis estão cheios d'água pura ou misturada com café ;

5 — Relembrar ao grupo as regras de disciplina de marcha e as precauções a tomar durante os altos ;

6 — Regular o seu relógio pelo do Comandante do Pelotão ou do Comandante da Companhia ;

7 — Reunir e apresentar sua tropa na hora e local fixados para a formatura.

Durante a Marcha :

1 — Verificar se cada homem marcha em seu local e guarda a distância certa ;

2 — Animar a tropa pelo exemplo de resistência e bom humor ;

3 — Exigir que os homens, excepcionalmente autorizados pelo

Cmt. do Pel., para abandonar a formação, deixem suas armas com o companheiro e regressem o mais rapidamente possível ;

4 — Observar os homens que demonstram sinais de fadiga e os aliviar, se necessário, fazendo transportar sua mochila e sua arma pelo vizinho ;

5 — À noite, se as circunstâncias o exigirem, impedir os homens de fumar e fazer observar o silêncio.

Durante os Altos-Horários :

1 — Fazer com que os homens abandonem o leito da estrada e impedir que fiquem cruzando-a ;

2 — Verificar se os homens colocam as mochilas no lado da estrada e a arma sobre a mesma.

MARCA DE APROXIMAÇÃO— COBERTA

Antes do Deslocamento :

1 — Indicar aos homens :

— direção de marcha ;

— formação do pelotão ;

— direção particular do G.C. e seu local no Pel. ;

— distâncias e intervalos a observar com os G.C. vizinhos.

2 — Verificar o armamento, principalmente o funcionamento do F.M.H. ;

3 — Verificar se a munição está distribuída e recompletada ;

4 — Verificar todas as ferramentas e máscaras, se for o caso ;

5 — Participar ao Comandante do Pel. assim que o G.C. estiver pronto.

Durante a Marcha :

1 — Ser o guia da tropa ;

2 — Manter a direção, utilizando judiciosamente o terreno ;

3 — Observar as distâncias e os intervalos prescritos ou retomá-los se a forma do terreno os fêz perder momentaneamente ;

4 — Manter a ligação constante com o Comandante do Pel. e grupos vizinhos.

**MARCHA DE APROXIMAÇÃO
NÃO COBERTA**

Antes do Deslocamento :

1 — Indicar :

— direção do inimigo ;

— direção de marcha do Pel. ;

— direção particular do grupo ;

— as informações que receber sobre o inimigo ;

2 — Fazer tomar a formação (dispositivo) de combate ;

3 — Participar assim que o grupo esteja pronto ;

DURANTE A APROXIMAÇÃO

1 — Manter os esclarecedores na direção de marcha ;

2 — Manter a ligação constante com o Comandante do Pel. e grupos vizinhos ;

3 — Verificar as observações dos esclarecedores ;

4 — Reconhecer todos os pontos suspeitos ou os assinalar ;

5 — Não permitir demora ou paradas injustificáveis ;

6 — Assinalar, sobre o campo, os movimentos suspeitos, indícios, obstáculos, etc. ;

7 — Não se deixar deter por tiros isolados.

TOMADA DE CONTACTO

1 — Colocar os esclarecedores sempre mais à frente, apesar dos primeiros tiros ;

2 — Determinar de onde partem os tiros e se infiltrar habilmente pelos caminhamentos não batidos.

Observação : Se a infiltração não for possível, assinalar rapidamente os pontos do terreno a bater e abrir fogo do F.M.H.

3 — Retomar, sem ordem, a progressão, assim que a resistência fôr aniquilada, ou retrair-se ;

4 — Manter estreita ligação com os grupos vizinhos e estar atento às ordens do Cmt. do Pel. ;

5 — Aferrar-se ao terreno se a progressão fôr impossível e informar ao Cmt. do Pel. ;

**G.C. NO ATAQUE (NO ESCALÃO
DE ATAQUE)**

Antes do Ataque :

1 — Indicar :

— Missão do grupo ;

— Objetivo ;

— Direção desse objetivo ;

— Posições dos grupos vizinhos.

2 — Quais os apoios de fogo que o grupo terá ;

3 — Fazer tomar o dispositivo de ataque ;

4 — Colocar o grupo face ao objetivo e a coberto ;

5 — Regular o seu relógio pelo do Cmt. do Pel.

Durante o Ataque :

1 — Partir à hora ou a sinal determinado ;

2 — Avançar tanto quanto possível diretamente ao objetivo (movimento contínuo ou por lanços) ;

3 — Estar atento aos gestos e sinais do Cmt. do Pel. ;

4 — Seguir atentamente os movimentos dos grupos vizinhos ;

5 — Aproveitar os caminhamentos não batidos nas proximidades da direção de marcha ;

6 — Aproveitar os efeitos do fogo para progredir ;

7 — Em caso de ser detido contribuir com o seu fogo para a progressão dos grupos vizinhos ;

8 — Esforçar-se para cumprir a missão mesmo se o F.M. fôr pôsto fora de combate ;

9 — Em caso de contra-ataque manter-se no terreno e não ceder.

G.C. SOBRE A POSIÇÃO OCUPADA (CONQUISTADA)

1 — Logo que a posição é ocupada: colocar o F.M. em posição para cobrir a posição face à direção de marcha;

2 — Colocar elementos do grupo para observar e bater as partes do terreno que escapam ao F.M.;

3 — Reorganizar o G.C.;

4 — Restabelecer as ligações com o Cmt. do Pel. e grupos vizinhos;

5 — Proceder ao reaprovisionamento da munição (recuperar as armas e víveres abandonados pelo inimigo);

6 — Participar as disposições tomadas;

7 — Esforçar-se para assinalar todos os indícios de contra ataque do inimigo e comunicar ao Cmt. do Pel.

SE O ATAQUE DEVE PROSSEGUIR

1 — Continuar a observar o inimigo e atender às ordens do Cmt. do Pel.;

2 — Se o G.C. deve se manter em posição;

3 — Realizar com todos os homens uma barragem de fogos frente à posição;

4 — Fazer executar trabalhos necessários para pôr a posição em condições de defesa (abrigo para os homens, plataforma para o F.M.);

5 — Fazer limpar o campo de tiro e amarrar o tiro do F.M.;

6 — Amarrar os pontos importantes do terreno e, em particular, os caminhamentos possíveis de serem utilizados pelo inimigo;

7 — Disfarçar as posições.

NO ESTACIONAMENTO

a) Ao atingir a área de estacionamento:

1 — Fazer alto com o seu G.C. no local determinado pelo Cmt. do Pel.;

2 — Fazer armar as barracas, dentro das condições fixadas pelo Cmt. do Pelotão;

3 — Verificar se todas as barracas estão bem armadas e se os homens mantêm o armamento afastado do solo;

4 — Fazer partir os homens designados para os serviços de instalação e guarda do estacionamento;

5 — Indicar o local de reunião;

6 — Comunicar as ordens recebidas ao chegar à área do estacionamento;

7 — Saber sempre onde se encontram os seus homens.

b) Durante a permanência no estacionamento:

1 — Velar sempre para que seja mantida limpa a área do estacionamento;

2 — Verificar se os homens cumprem as medidas de higiene do estacionamento;

3 — Saber o estado de saúde dos homens e fazer comparecer ao médico os doentes;

c) Antes de partir:

1 — Fazer limpar e colocar em ordem o local de estacionamento;

2 — Enterrar os detritos e apagar todos os indícios de permanência da tropa;

3 — O local do estacionamento deve ser deixado em melhores condições do que o encontramos — "NOSSO EXÉRCITO ORGULHA-SE DE ASSIM PROCEDER".

ATAQUE ATRAVÉS DE CURSO D'ÁGUA

1 — Dizer aos homens o que vai ser realizado;

2 — Indicar e certificar-se de que todos sabem o número do bote de assalto;

3 — Saber o local onde encontrar o guia de "ENGENHARIA";

4 — Seguir o guia de "ENGENHARIA" e transportar o bote até às praias de embarque;

5 — Deixar a operação a cargo dos homens de Engenharia; não intervir, pois a responsabilidade é da ENGENHARIA;

6 — Manter silêncio absoluto durante toda a operação de travessia;

7 — Não atirar durante a travessia e ao atingir a margem ini-

miga atacar à baioneta todas as resistências que se revelarem;

8 — Conduzir o G.C. para o ponto de reunião previsto pelo Cmt. do Pelotão;

9 — Procurar ligação com o Cmt. do Pelotão e Grupos vizinhos.

FICHA N. 23

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES AERÉOS

A) Enquanto o inimigo tiver qualquer avião de combate em condições de voar, nossas tropas devem esperar ataques aéreos. Para obter segurança contra esses ataques, cada unidade terrestre coloca observadores do ar para assinalar a aproximação de aviões inimigos e alertar as tropas. Esses observadores são colocados nas marchas, durante os trabalhos de organização do terreno e no combate.

Eles podem permanecer em um ponto, marchar ao lado da unidade ou deslocar-se de um ponto para outro, por meio de veículos motorizados. Se você for escalado para este serviço, deve observar todas as direções e especialmente aquela de onde são esperados ataques aéreos. As direções do sol, de montes, bosques, ou de outros acidentes que permitam aos aviões, em vôo baixo, se aproximar da unidade sem ser vistos, são particularmente perigosas. Observadores do ar trabalham normalmente aos pares e se revezam em intervalos nunca maiores de 15 minutos. Eles são equipados com binóculos de campanha e óculos escuros e devem saber qual o sinal a fazer para dar o alarme.

São instruídos em reconhecer aviões inimigos e amigos. O alarme é dado logo que aviões, voando a baixa altura, tenham sido vistos e positivamente identificados como sendo inimigos. Observadores localizados nas armas antiaéreas, postos de comando e observatórios se mantêm alertas, à espera de sinais dos observadores do ar.

B) No caso de um ataque aéreo diurno, nunca tente escapar, correndo. É provável que o piloto não o tenha visto, mas certamente

o verá, se você correr. Sua melhor proteção é deitar ao contrário, no chão. Um buraco, cratera, depressão ou sombras ao longo da estrada oferecer-lhe-ão boa proteção. Quando atacado por avião em vôo baixo, a menos que tenha recebido ordens definitivas em sentido contrário, todo soldado deve atirar contra os aviões inimigos e com fuzil-automático e metralhadoras. Isto obrigará os aviões inimigos a se manterem fora do alcance do fogo das armas portáteis.

C) Bosques densos oferecem cobertura perfeita contra as vistas aéreas e, mesmo em bosques ralos, é pouco provável que você seja visto, uma vez que não fique andando de um lado para outro. Se estiver em campo descoberto você pode se ocultar, por algum tempo, colocando galhos ou arbustos sobre o corpo, para confundir-se com a paisagem, e mantendo-se imóvel.

D) À noite, aviões inimigos podem lançar bombas luminosas para iluminar o terreno.

Ao cair, a bomba luminosa brilha cerca de um segundo e em seguida, queima produzindo uma luz brilhantíssima: Quando você vir que uma dessas bombas foi lançada, pare no lugar onde estiver e se mantenha imóvel até que ela se queime completamente.

FICHA N. 24

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONTRA CARROS

A) Para dar o alarme da aproximação de carros de combate ou carros blindados, inimigos, destacam-se vigias anticarros. Às vezes, estes vigias funcionam ao mesmo tempo como observadores do ar para assinalar a aproximação de aviões inimigos e também como vigias anticarros. Sinais acústicos e óticos, previamente convenção-dos, são usados para transmitir o alarme às nossas tropas.

A aproximação de carros pode ser pressentida pelo ruído dos motores e lagartas, ou por nuvens de pó características. Quando sua unidade está longe do inimigo, a pro-

vável via de aproximação dos carros de combate e dos carros blindados serão as estradas. Entretanto, quando perto do inimigo, todo o terreno à sua frente, nos flancos e na retaguarda deve ser vigiado.

B) Pela mesma razão por que você não deve correr de um ataque aéreo, não corra também quando atacado por um carro de combate ou carros blindados inimigos. Você não pode correr com rapidez suficiente para se livrar deles, e eles certamente, o verão e o alvejarão, o que não acontece se você permanecer imóvel. Se você está com sua unidade, ao ver ou escutar o sinal de alarme contra carros, aguarde ordens do seu Comandante.

C) Se estiver sozinho, sua melhor proteção contra esta espécie de veículos é tirar vantagens dos obstáculos naturais que eles não podem transpor. Estes obstáculos podem ser: riachos profundos, canais ou outros cursos d'água, pântanos ou terreno lamacento, valas fundas ou ravinas, matos cerrados, troncos de árvores e terreno junçado de grandes blocos de pedra.

D) Você poderá proteger-se contra estes veículos também, em uma trincheira ou em um abrigo individual para homem em pé (fox-hole), abaixo do nível do solo, e deixar o carro passar por cima de você. Se tiver oportunidade de atirar no carro, alveje as fendas de visadas ou outras aberturas, atirando somente quando o veículo estiver a pequena distância. Se a parte inferior do carro estiver exposta terá boa chance se atirar contra ela com munição perfurante calibre .30. Granadas de mão têm sido usadas, com êxito, contra veículos blindados, bem como garrafas de gasolina que quebram ao baterem contra o veículo e o incendiam. Antes de tudo, lembre-se de que os veículos blindados podem ser paralisados e destruídos e, assim sendo, não se aterrorize quando se aproximarem de sua posição.

(Transcritos do FM 21-100)

FICHA N. 25

PROTEÇÃO CONTRA GÁS

A) O gás é outra arma que o inimigo pode usar no campo de batalha, para obter surpresa.

A fim de evitar ser surpreendido, você deve aprender a determinar a presença de gases e a usar a sua máscara contra gás. Se está em condições de fazer isto, aja prontamente e mantenha-se calmo, pois nada tem a recear de um ataque de gases.

B) O INIMIGO PODE EMPREGAR GASES:

1 — Por meio de velas e cilindros. Você pode perceber um ataque desta natureza pelo assobio produzido pelo escapamento do gás; durante o dia, pela própria nuvem de gás.

2 — Por meio de projetores de gás, projetis de artilharia e de morteiros. Ataques por meio de projetores produzem uma grande explosão, um clarão forte e uma grande nuvem de fumaça e de pó. Projetis de artilharia e de morteiros cheios de gás, ao explodirem, fazem um barulho quase como de uma granada que falhasse. Geralmente, uma névoa ou nevoeiro fino forma-se no local da explosão, por alguns momentos.

3 — Por meio de aviões e carros de combate. A bomba de avião carregada com gás, ao explodir soa também como uma bomba que falhasse. Se o gás é espalhado pelo avião ou carro de combate, pode-se, geralmente, vê-lo.

4 — Por meio de grandes recipientes, e minas terrestres de gás, colocados sem posição e acionados por uma espolheta elétrica ou de percussão.

C) No que diz respeito à sua segurança contra gases, LEMBRE-SE DO SEGUINTE:

1 — Não carregue nada na bolsa da máscara contra gases, além da máscara.

2 — Evite danos à sua máscara contra gases, tratando-a com cuidado;

3 — Conserve a sua máscara contra gases. Pode necessitar da mesma, a qualquer momento, e ela pode ter de salvar a sua vida;

4 — Dê o alarme de gás somente quando estiver certo da sua presença;

5 — Suspenda a respiração, após ter sido dado o alarme de gás, até estar seguro de que a sua máscara está bem ajustada e de que fez sair os gases do interior da mesma, soprando vigorosamente dentro da parte facial enquanto mantém tapada a válvula de expiração;

6 — Conserve a máscara contra gases colocada até que um oficial ou um sargento de gás dê permissão para retirá-la;

7 — Não entre em um abrigo ou caverna durante ou logo após um ataque de gás;

8 — Durante, ou logo após um ataque de gás, conserve a sua máscara, mesmo quando estiver em um abrigo;

9 — Mantenha-se quieto e não ande sem necessidade de um lado para outro, durante um ataque de gás;

10 — Conserve-se calmo e lembre-se de que o seu equipamento de proteção o salvará, se devidamente usado;

11 — O inimigo emprega muitas variedades de gases, ora uma qualidade de cada vez, ora misturadas umas com outras, ora com fumaça, ou explosivos;

12 — A roupa que esteve em contacto com o gás mostarda (Iperite) deve ser retirada logo que possível;

13 — Use luvas para retirar a roupa de outro soldado para tocar equipamento que tenha sido contaminado com o gás mostarda;

14 — O gás mostarda permanece em uma área durante dias; é persistente;

15 — Evite as zonas que tenham sido contaminadas por gás mostarda. Se suas obrigações exigem a sua presença em uma dessas áreas, permaneça na mesma o menor tempo possível, mesmo usando vestuário de proteção e máscara contra gases;

16 — Lembre-se de que as melhores ocasiões para um ataque de

gases são durante um período de calma, um tempo nevoento e nublado, uma garoa e à noite. Esteja alerta;

17 — Evite beber água ou comer alimentos que tenham sido submetidos a um ataque de gases;

18 — Lembre-se de que todas as vítimas de gases necessitam: primeiro, descanso; segundo, calor e terceiro, ar fresco;

19 — Se estiver gasado, não fale, não caminhe e não se mova;

20 — Não aplique ataduras nos olhos de uma vítima de gases. É prejudicial e pode causar-lhe cegueira.

(Transcrito do FM 21-100)

FICHA N. 26

SÓCORROS DE URGÊNCIA

Durante o serviço militar você pode se encontrar em uma situação em que terá de prestar socorro de urgência a um ferido, até que um membro do Serviço de Saúde chegue.

Os seguintes pontos são importantes, para serem lembrados por você:

1 — Não fique nervoso, aja com rapidez, mas em silêncio;

2 — Seja delicado; não lide brutalmente com um ferido; conserve os curiosos afastados;

3 — Não se exceda, além daquilo que lhe é possível fazer;

4 — Um membro do Serviço de Saúde (Serviço Médico) deve ser chamado o mais cedo possível;

5 — Faça o ferido sentar-se ou deitar-se;

6 — Nunca remova um ferido, antes da assistência médica chegar, a menos que seja impossível conservá-lo, em vida, no lugar em que está, ou a menos que ele tenha de ser removido, do campo de Batalha, para ser socorrido. Quanto menos um ferido for removido, logo após ter sido atingido ou acidentado, maior possibilidade terá de se restabelecer;

7 — O calor é de grande importância para evitar calafrios e tremores, mesmo em um dia quente.

Encha cantis com água quente e bloque-os sob as axilas e entre as pernas do ferido, sempre por fora do seu vestuário, a fim de não o queimar. Envolve-o em mantas, apote, jornais ou qualquer outra coisa que esteja à mão, para mantê-lo quente. Se ele estiver consciente e não apresentar ferimentos no estômago, garganta ou boca, uma bebida quente lhe poderá ser dada;

8 — Não introduza líquidos em sua boca se ele estiver inconsciente; podem fazer mal;

9 — Não tente reanimar um ferido inconsciente.

Deixe-o imóvel, estanque o seu sangue e conserve-o agasalhado;

10 — Nunca toque em um ferimento com qualquer objeto sujo, como, por exemplo, mãos sujas ou água e ataduras que não estejam esterilizadas. Isto pode causar o envenenamento do sangue.

Não lave o ferimento.

11 — Exponha o ferimento, desabotando, desatando ou cortando o fardamento, borzeguins, perneiras ou botas.

Abra todas as peças do vestuário que prejudiquem a circulação do sangue ou a respiração, mas faça-o delicadamente.

(Transcrito do F M 21-100).

V. EXCIA. DESEJA COMPRAR PAO?

Seja um freguez da

PADARIA CRUZEIRO DO SUL

COM SECÇÃO DE CONFEITARIA

ENTREGA A DOMICILIO

Fornece a Cafés e Restaurantes com asseio e presteza, única no gênero que fabrica Pão de milho à Portuguesa, Brã de mistura e o delicioso "PAO CRUZEIRO"

J.J.F. Teixeira

AGRADECEM A PREFERENCIA

Rua Camerino, 11 — Tel. 43-2554 — Rio de Janeiro

ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.

Succ. de L.B. de Almeida & Cia.

RUA DOS ARCOS, 28 A 42 — RIO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL — CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA E OUTRAS USINAS NACIONAIS

CHAPAS de ferro PRETAS-GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHOES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L — T — U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados pretos, vermelhos e de aço para caldeiras de todas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo.

FUNDIÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

Telefones: Armazém — 22-0409 — 22-1718 — 22-2748 — 22-1584 — Escritório Técnico — 42-4675 — Contabilidade — 22-1342 — 22-2549.

PLANO DE FOGOS NO ATAQUE

UM ARTIGO DA COLETÂNEA DA E.E.M.

Comentário do Cap. NILTON FREIXINHO
Instrutor da E.E.M.

O ano letivo de 1948, na Escola de Estado-Maior do Exército, foi sem dúvida pleno de grandes realizações. Entre estas encontra-se a publicação do primeiro número da Coletânea.

A seguir transcrevemos a "Apresentação" contida na primeira página daquela revista:

"A Coletânea da Escola de Estado-Maior, que hoje aparece, tem por finalidade difundir (1) no meio militar brasileiro os conhecimentos profissionais de sua especialidade, concorrendo destarte para maior divulgação — sem vulgarização — dos ensinamentos militares da última grande guerra, no tocante à Tática e aos Serviços de Estado-Maior.

Será seu propósito publicar notícia da atividade da Escola, relacionada com o ensino e sua vida particular; estudos de importância que bem caracterizem a evolução do ensino da Escola, como temas ou conferências didáticas de reconhecido valor; trabalhos dos Cursos, dos Instrutores e dos Oficiais-Alunos; e, finalmente, transcrição de artigos de revistas militares estrangeiras, na íntegra ou em forma condensada, inclusive casos vívidos, de autores cujo renome aconselhe semelhante publicação.

Sem se afastar jamais deste propósito, seu intuito nobre e elevado será em última análise, servir à instrução geral dos quadros per-

manentes do nosso Exército, máxime, os de estado-maior, levando-lhes um subsídio de conhecimentos atuais, que seja realmente útil a todos os militares conscientes dos seus deveres e amantes da sua profissão."

Tendo em vista os companheiros que labutam nos corpos de tropa, vamos aqui transcrever o artigo intitulado Plano de Fogos no Ataque, publicado na referida coletânea.

Trata-se de um trabalho organizado pelos Cursos de Infantaria, Artilharia e Guerra Química, da E.E.M. É, portanto, uma obra de equipe, onde cada um deu o melhor de seus esforços.

Sugerimos aos companheiros que realizem no terreno numerosos exercícios tendo por base os princípios contidos no artigo referido, o qual vemos a seguir:

PRIMEIRA PARTE

I — GENERALIDADES

"A melhor garantia do êxito no ataque é a cooperação eficiente entre a tropa do escalão de ataque, a artilharia de apoio e a aviação de combate" (C-100-5, n. 474).

"Para assegurar íntima cooperação com as tropas de ataque, as unidades de apoio mantêm ligação constante com as unidades apoiadas, pela juxtaposição dos postos de comando e por meio de agentes de ligação" (C-100-5, n. 474).

(1) Os grifos são nossos.

Em resumo: o sucesso de um ataque repousa também no apoio eficiente dos fogos das diferentes armas em benefício da arma apoiada.

Para que haja eficiente apoio de fogos, é necessário trabalho de coordenação dos fogos a realizar com a manobra projetada. Torna-se portanto necessário estabelecer num documento único todo esse trabalho de coordenação. Com esta finalidade, é organizado o *Plano Geral de Fogos* de apoio ao Regimento de Infantaria, que contém todos os tiros previstos a serem desencadeados por todas as unidades de apoio ao R.I., notadamente pelo Agrupamento de Apoio Direto e pelo Grupo (Bia) Químico de Morteiro.

O Plano Geral de Fogos é baseado em Planos Provisórios de Fogos elaborados pelo Comando do Regimento de Infantaria e Comandantes de Batalhão com a assistência de oficiais das unidades de apoio. Estes Planos Provisórios, de R.I. e de Btl., contém as necessidades de fogos que ficam a cargo das unidades de apoio (Art. e G. Química), traduzidas pela indicação de objetivos a ser batidos, quem deve batê-los e outras informações necessárias ao desencadeamento dos tiros.

De posse das necessidades de seus subordinados e em face da manobra projetada e da disponibilidade de apoio, o Comandante do Regimento de Infantaria poderá assentar o emprêgo dos fogos das unidades que a Divisão colocou em apoio ao R.I.

Este artigo tem por finalidade estudar como se organiza um Plano Geral de Fogos no âmbito R.I. — Agr. Apoio Direto — Grupo Químico de Morteiro.

II — PLANO GERAL DE FOGOS

Mecanismo para sua confecção

Tendo em vista a elaboração do Plano Geral de Fogos, as unidades de apoio e apoiadas procedem do seguinte modo:

1º. Os Cmts. do R.I., Agr. Ap. Dir. e Gr. Mrt. Q. estabelecem um

Plano Provisório de Fogos que estuda os objetivos que interessam diretamente à manobra projetada pelo Cmt. do R.I.

2º. Simultaneamente cada Cmt. de Batalhão, com os oficiais de ligação de artilharia e do Gr. Q. Mrt., planeja os fogos de apoio imediato, em função da missão que recebeu e da manobra projetada e organiza o Plano Provisório de Fogos, que contém: os objetivos, unidades de apoio que deverão batê-los, duração do tiro, modo de desencadeamento e outros dados que se fizerem necessários.

3º. Finalmente, os Planos Provisórios dos Batalhões (apenas relativos às unidades de apoio) são transmitidos ao Cmt. do R.I., que, em ligação com os Cmts. das unidades de apoio, os coordenará, organizando então definitivamente o Plano Geral de Fogos, que fixa os objetivos a serem batidos por cada uma dessas unidades. Quaisquer necessidades de fogos fora da zona de ação do R.I. devem ser coordenadas pela GU.

III — PLANOS PROVISÓRIOS

Técnica de elaboração

Estudemos a seguir com minúcia os elementos a serem considerados durante os entendimentos mútuos, tendo em vista a elaboração dos Planos Provisórios, que servirão de base ao estabelecimento do Plano Geral de Fogos do R.I.

A) Plano Provisório de R.I.

É, como foi dito, o resultado do entendimento pessoal entre o Cmt. do R.I. e os Cmts. das unidades de apoio, durante o qual são examinados os seguintes pontos:

1 — Ordem, a ser expedida pelo R.I.

Desta ordem, os elementos que mais vão interessar às unidades de apoio são: Situação — Hora de ataque — Dispositivo — Zona de Ação do R.I. — Linha de partida — Batalhão de esforço — Objetivos do R.I. e dos Btls. — Localização e previsão de emprêgo de reserva — Itinerários para ocupa-

ção de posições — Localização dos PC.

2 — Material e munição disponíveis para o apoio ao R.I.

3 — Missão imposta pela AD ao Agr. Apoio Direto; região ou regiões onde são previstas concentrações de toda AD.

4 — Fogos necessários antes do ataque.

5 — Designação do Btl. a ter prioridade de apoio.

6 — Localização geral, duração e prioridade de fogos de proteção, tais como neutralização de órgãos de comando e de observação, interdição de itinerários, etc. A localização definitiva baseada em objetivos realmente identificados ou regiões evidentemente suspeitas de conter objetivos compensadores.

7 — Margem de segurança dos tiros que varia com o calibre, espoletas, natureza do terreno e grau de treinamento da tropa.

8 — Uso comum de referências do terreno. Esse processo é usualmente preparado pelo escalão superior e distribuído às unidades subordinadas para assinalar por números de referência os pontos importantes da zona de ação do R.I.

9 — Sinais para desencadeamento ou suspensão dos tiros. No decorrer de um ataque, num período inicial mais ou menos breve, os tiros previstos podem ser desencadeados a horário, prosseguindo somente a pedido o que poderá ser feito por telefone, rádio, mensageiros (oficiais de ligação ou observadores avançados). São usados os artifícios de Sinalização apenas como meios suplementares.

Se possível, o mesmo sinal piro-técnico para desencadeamento do tiro é usado inicialmente na zona de ação de um Btl. Os sinais para suspensão dos tiros são cuidadosamente regulados de forma a se tornarem bem conhecidos da artilharia e infantaria e obrigatoriamente constam das ordens do R.I. e dos Btlis.

10 — Outros entendimentos tais como:

a) Restrições sobre regulações ou abertura de fogo;

b) zona de ação do Agr. Art. que deve ser conhecida do Cmt. do R.I.;

c) tiros de cegar desejados;

d) outras missões que venham exigir colocação de observadores de artilharia ou cooperação de observadores de morteiros químicos, ou mesmo dos petrechos pesados da infantaria.

B) Plano Provisório do Batalhão

É o resultado do entendimento pessoal entre o Cmt. do Btl. e os Of. Lig. durante o qual, estes informam o Cmt. do Btl. sobre as possibilidades de suas unidades e são examinados os seguintes pontos, necessários à confecção do Plano Provisório:

1 — Sobre o inimigo — Objetivos identificados ou suspeitos.

2 — Atual localização dos elementos avançados amigos.

3 — Zonas de reunião das Cias., tendo em vista o envio de observadores avançados.

4 — Ordem para o ataque, a ser estabelecida particularmente quanto ao dispositivo, objetivos das Cias. e ritmo para a progressão.

5 — Regiões que podem dificultar a ação das Cias. durante o ataque.

6 — Tiros de cegar desejados.

7 — Fogos de deter necessários nos objetivos conquistados.

8 — Objetivos identificados e regiões de objetivos prováveis a serem batidos pela Artilharia e pelos morteiros químicos: suas dimensões, natureza e tempo durante o qual devem ser batidos (após entendimentos com o Of. de ligação dos morteiros químicos e a seleção de objetivos a bater pelos petrechos pesados da infantaria).

9 — Perfeita compreensão dos sinais para desencadeamento e suspensão dos tiros.

10 — Localização inicial do PC do Cmt. de Batalhão — eixo de transmissões.

IV — PLANO GERAL DE FOGOS DE R.I.

É estabelecido como preceitua o parágrafo II deste artigo, particularmente o item 3º.

V — PLANO DE FOGOS DE BATALHÃO

Estabelecido o Plano Geral de Fogos pelo Cmt. do R.I. com a assistência dos Cmts. das unidades de apoio, é ele expedido aos Cmts. de Btl. e unidades de apoio, para execução.

Então, cada Cmt. de Btl. planeja em definitivo os fogos dos Pelotões de Metralhadoras e do de Morteiros, em coordenação com os das unidades de apoio, sendo assim organizado o Plano de Fogos do Batalhão, onde são também fixados os objetivos e zonas de posição das metralhadoras pesadas e morteiros de 81 mm. Estes petrechos reforçam os fogos das unidades de apoio ou batem os objetivos demasiado próximos das tropas amigas. Os tiros das metralhadoras são executados por secções, enquanto que os morteiros podem ser empregados por Pelotão ou mesmo distribuídos por Secções ou Peças. Neste Plano, constam também os objetivos atribuídos às armas de apoio pelo Plano Geral de Fogos.

VI — PLANO DE FOGOS DAS UNIDADES DE APOIO

Os Cmts. do Agrupamento de Artilharia e do Grupo Químico de Morteiro em Apoio Direto ao R.I. estabelecem os respectivos Planos de Fogos, extraíndo do Plano Geral de Fogos os objetivos que lhes forem atribuídos. O Plano de Fogos do Agr. Dir. deve ser submetido à aprovação da AD.

VII — PLANO DE FOGOS ANTICARRO

Como oficial anticarro do R.I., o Cmt. da Cia. AC, em estreito contacto com o S/3 do R.I., com os oficiais anticarro dos Btls. e das unidades vizinhas, coordena a defesa anticarro e submete as propostas para o emprego dos meios anticarro regimentais, resultando desse seu trabalho o plano de fogos anticarro, onde estão previstas as disposições iniciais para o emprego coordenado das armas anticarro no ataque. Neste plano de fogos, as armas da Cia. AC, em posições no centro e na retaguarda, aprofundam

a defesa anticarro, asseguram a proteção dos flancos e da retaguarda, em coordenação com os fogos das unidades vizinhas (ver esboço n. 1).

VIII — A CIA. DE OBUS

Seu emprego no ataque

O obus é a arma que se caracteriza por uma pronta ação, contra objetivos inopinados. Geralmente está em apoio aos Batalhões do escalão de ataque (um Pelotão a cada Batalhão). O restante da Cia. é mantido nas mãos do Cmt. do R.I., que o emprega contra objetivos inopinados, não lhe sendo portanto atribuídos tiros previstos no Plano Geral de Fogos.

SEGUNDA PARTE

APLICAÇÃO

Para completar este artigo, apresentaremos a seguir, à luz de um caso esquemático, a técnica da elaboração do Plano Geral de Fogos no âmbito Regimento de Infantaria — Agrupamento de Apoio Direto — Grupo Químico de Morteiro.

I — SITUAÇÃO

1 — O esboço n. 2 anexo contém os elementos da situação, essenciais à resolução do problema.

2 — O 3º R.I. atacará apoiado pelo Agrupamento de Apoio Direto Centro (3º G.O. 105 e 357º G.O. 105) e pelo 115º Gr. Q. Mrt. 4.2 (menos 1 Bta.).

3 — O Agr. Ap. Dir. C. conta, para apoio ao ataque, com o reforço de fogos de 360º G.O. 105 do Agrupamento de Ação de Conjunto A, constituído de quatro grupos e que atua em toda a zona de ação da Divisão.

4 — O ataque será precedido por uma preparação de 40 minutos em 3 fases. A 3ª fase terá a duração de 20 minutos e por finalidade neutralizar os elementos situados aquém das alturas que balizam Os, estando a cargo das unidades de apoio aos R.I. nas respectivas zonas de ação.

— Em seu Anexo, a AD prescreveu que, em princípio, os objetivos situados além de Oa, inicialmente, estariam a cargo do Agr. Conj. A.

— Quanto à numeração dos objetivos na 1ª DI é NGA (Norma Geral de Ação):

a) os objetivos na zona de ação do R.I. e inicialmente a cargo dos Agr. Ap. Dir. são designados do seguinte modo:

1º R.I. — De 100 a 199;

2º R.I. — De 200 a 299;

3º R.I. — De 300 a 399.

b) os objetivos inicialmente a cargo dos Agrs. Ac. Conj. são designados de 400 a 499.

7 — O Cmt. do 3º R.I. estabeleceu como NGA para numeração dos objetivos na sua zona de ação, tendo em vista a elaboração dos Planos Provisórios:

Objetivos designados pelo I Btl.
De 1 a 29;

Objetivos designados pelo II Btl.
De 30 a 39;

Objetivos designados pelo III Btl.
De 40 a 59;

Objetivos designados pelo E.M.
R.I. — De 60 a 100.

— PLANO PROVISÓRIO DO R.I.

O Quadro n. 1 indica a previsão de fogos realizada pelo Cmt. do R.I. com a cooperação dos Cmts. do Agr. Ap. Dir. e Grupo Químico e Morteiros. Os objetivos 61, 62, 63 e 64 devem ser batidos na preparação de acordo com o pedido do Cmt. do 1º R.I..

Cumpra assinalar que no Plano Provisório devem ser citadas a natureza e as dimensões dos objetivos, bem como a natureza e a forma dos tiros a realizar.

II — PLANOS PROVISÓRIOS DOS I E II BTLs.

Os Quadros ns. 2 e 3 indicam os fogos de apoio imediato previstos respectivamente pelos Cmts. dos I e II Btl., com os oficiais de ligação

da Artilharia e do Grupo Químico e Morteiros.

A necessidade da manobra dos Btl. levou seus comandantes a solicitar tiros sobre objetivos mesmo fora de sua zona de ação, mas que, pela sua localização, podem interferir na progressão de suas subunidades durante o ataque.

Os Cmts. dos Btl., informaram aos Of. Lig. que os objetivos indicados devem ser batidos, na sua totalidade, durante a Preparação.

IV — COORDENAÇÃO DOS PLANOS PROVISÓRIOS: O PLANO GERAL DOS FOGOS

O calco n. 4 traduz finalmente a coordenação dos Planos Provisórios (calcos ns. 1, 2 e 3), dando origem ao Plano Geral de Fogos.

Os objetivos ns. 1 e 9 do calco número 2 e ns. 22 e 23 do calco n. 3, por estarem em parte fora da zona de ação do 3º R.I., foram levados à AD por intermédio do Agr. Ap. Direto C para que aquele Cmdo. decidisse a quem caberia bater tais objetivos.

A AD deliberou que ficariam a cargo das unidades em apoio direto ao 3º R.I. na preparação (3ª Fase) e, durante o ataque, com exceção do n. 9 do calco n. 2, que desde início seria atribuído ao AGR A.

O Agr. Ap. Dir. teria levado também ao conhecimento da AD os pedidos feitos pelo 3º R.I. sobre objetivos 65, 66, 67 e 68, situados numa região atribuída, a priori, ao Agr. Aç. Conj.

V — PLANO DE FOGOS DO AGR. AP. DIR. E DO 115º GR. Q. MRT. 4.2 (-).

De posse do calco n. 4 e das informações contidas nos Planos Provisórios referentes à natureza e dimensões dos objetivos, as unidades de apoio organizam em detalhe os respectivos Planos de Fogos.

Assim os Quadros ns. 4 e 5 traduzem estes Planos que são parte integrante das O.G.O. (Ordem Geral de Operações) de tais unidades.

N.R. — Por conveniência desta Revista, os calcos referidos no trabalho acima são apresentados como croquis.

Estes quadros foram organizados com o auxílio de dados constantes no Vade-Mecum da E.E.M.-1948. (2)

VI — PLANO GERAL DE FOGOS DE APOIO AO 3º R.I. ANEXO A O.G.O. PARA O ATAQUE

A Ordem Geral de Operações do R.I. é acompanhada do Plano Geral de Fogos (Quadro n. 6) que contém o apoio que a Artilharia e Grupo Químico Morteiro prestarão durante a operação.

VII — PLANO DE FOGOS DO 1 BTL

O calco n. 8 indica o Plano de Fogos do 1 Btl. compreendendo os objetivos batidos pelas unidades de apoio e pelos petrechos pesados do Btl.

Anexos:

- Quadros 1 a 6.
- 2 esboços.
- 8 calcos.

QUADRO N. 1 — PLANO PROVISÓRIO DO R. I.

Previsão de fogos feita pelo Cmt. do R.I. com a cooperação dos Cmts. AGE ART DE APOIO DIRETO e GRUPO QUÍMICO DE MORTEIROS

OBJETIVO			TIRO		Unidade de apoio que deve bater
Designação	Natureza	Dimensões (1)	Natureza	Forma	
60	Entronc	200 × 200	Neutralização	CONC	ART
61	ORG AC	200 × 350		CONC	ART
62	Obs	800		CEGAR	MRT Q
63	ORG	300 × 400		CONC	MRT Q
64	ORG AA	200 × 300		CONC	ART
65	Entronc	200 × 200		CONC	ART
66		200 × 200		CONC	ART
67	Entronc	200 × 200		CONC	ART
68	Ponte	200 × 200		CONC	ART
69	Região suspeita de Reserva	300 × 200		CONC	ART

ANEXO: Calco n. 1.

(1) Incluídas as majorações.

(2) "A Defesa Nacional" ns. 408-409 (1948), Cap. Nilton Freixinho.

QUADRO N. 2 — PLANO PROVISÓRIO DO I BTL.

Fogos de apoio imediato previstos pelo Cmt. do I Btl., com os oficiais de ligação da Artilharia e do Grupo Químico Mrt.

OBJETIVO			TIRO		Arma de apoio que deve bater
Designação	Natureza	Dimensões (1)	Natureza	Forma	
1	ORG AA	300 x 500	Neutralização	CONC	MRT Q
2	ORG AA	150 x 200		CONC	MRT Q
3	ORG AA	100 x 100		CONC	ART
4	ORG MRT	200 x 300		CONC	ART
5	ORG Obs	200 x 250		CEGAR	MRT Q
6	ORG AC	170 x 350		CONC	ART
7	ORG	200 x 350		CONC	ART
8	ORG Obs	200 x 350		CEGAR	MRT Q
9	Entrone	200 x 200		CONC	ART
10	Região suspeita de Res.	300 x 300		CONC	MRT Q

ANEXO : Calco n. 2.

(1) Incluídas as majorações.

QUADRO N. 3 — PLANO PROVISÓRIO DO II BTL.

Fogos de apoio imediato previstos pelo Cmt. do II Btl. com os oficiais de ligação da Artilharia e do Grupo Químico Mrt.

OBJETIVO			TIRO		Arma de apoio que deve bater
Designação	Natureza	Dimensões (1)	Natureza	Forma	
20	ORG AA	150 x 200	Neutralização	CONC	ART
21	ORG AA	170 x 350		CONC	ART
22	ORG AA	400 x 300		CONC	MRT Q
23	ORG Obs	350 x 250		CEGAR	MRT Q
24	ORG AC	170 x 350		CONC	ART
25	ORG AA	100 x 100		CONC	ART
26	ORG	200 x 300		CONC	ART
27	ORG	300 x 400		CEGAR	MRT Q
28	ORG Obs			CEGAR	MRT Q

ANEXO : Calco n. 3.

(1) Inclusive as majorações.

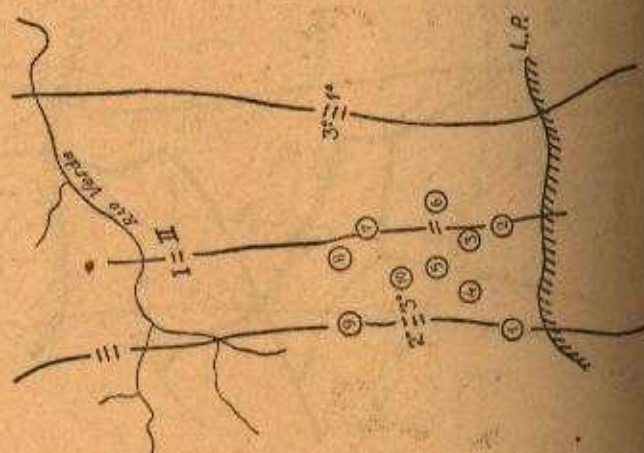
Fase	Unidade	TIPO		OBJETIVO		HORA DE EXECUÇÃO		MUNICIAO			Código de desencadeamento e suspensão	Observação	
		Designação	Natureza	Forma	Coord.	Alt.	Dimensões	Realização	Manutenção	Espécie			Rel.
Preparação	3º GO 105	306					200 X 250	H - 20 a H - 18			72		72
		301					200 X 300	H - 16 a H - 13			108		108
		303					150 X 200	H - 7 a H - 4 H - 11 a H - 9 H - 3 a H - 1	H - 4 a H		108	48	156
										60		60	
		304					170 X 350	H - 19 a H - 17			96		96
357 GO 105	307					170 X 350	H - 15 a H - 13 H - 3 a H - 1			96		96	
	308					200 X 350	H - 11 a H - 8			96		96	
										108		108	
Aplo	3º GO	301					300 X 300	H	H + 3 a H + 9	108	72	180	Os objetivos 306, 309 e 310, inicialmente estarão do batido do AGR Ação junto A
	360 GO	302					100 X 100	H	a H + 2	16		16	Desencadeamento : 1 estrela
	360 GO	303					150 X 200						
	357 GO	304					170 X 350	H	a H + 2		60	60	Suspensão : 3 estrelas
		305					200 X 250	a pedido	H + 2 a H + 9	96	94	190	I Bil - Verde II Bil - Vermelha III Bil - Branca
		307					170 X 350	a pedido					
		308					200 X 350	a pedido					
	310					200 X 300	a pedido						

Unidade	Fase	TIPO			OBJETIVO		HORA DE EXECUÇÃO		MUNICÃO			Código de desencadeamento e suspensão	Observação		
		Designação	Natureza	Forma	Coord.	Alt.	Dimensões	Realização	Manutenção	Especie	Consumo				
											Real.			Man.	Total
Preparação	3	302		CONC			100 X 100	H - 20 a H - 18		AE	24		24		
	2	305		CONC			400 X 300	H - 18 a H - 14	H - 6 a H	AE	144	288	432		
	2	308		Obsc e baixa			350 X 250	H - 9 a H - 8	H - 8 a H	WP				60	
	2	311		CONC			300 X 400	H - 12 a H - 8		AE	288		288		
	3	312		CONC			300 X 500	H - 20 a H - 15	H - 10 a H	AE	360	300	660		
	3	313		Cegar			800	H - 9 a H - 8	H - 9 a H - 8	WP	18	72	90		
Apóio	2	305		CONC			400 X 300		H a H + 10	AE		340	340	Desencadeamento : I Btl. - Verde II Btl. - Vermelha III Btl. - Branca	Desencadeamento de fulminença, coordenados com a AD.
	3	312		CONC			300 X 500		H a H + 10	AE		300	300	1 estrela	
	3	313		Cegar			800	a pedido		WP				Suspensão : 3 estrelas	
	2	308		CONC			350 X 250	a pedido		AE					
	2	311		CONC			300 X 350	a pedido		AE					
	3	314		CONC			300 X 300	a pedido		AE					

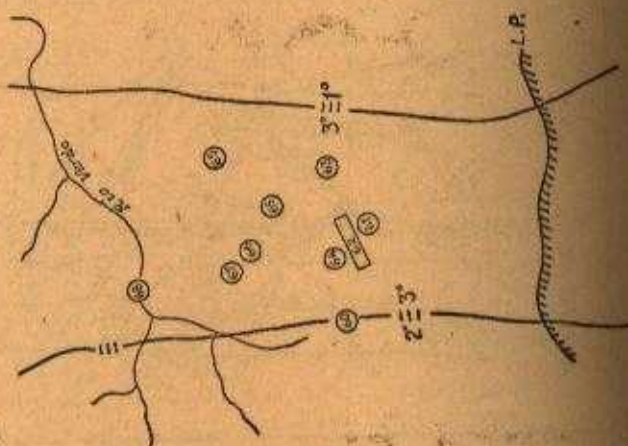
QUADRO N. 6 — PLANO GERAL DE FOGOS DO 3º R.I.

Fase	Unidade	TIPO		HORA DE EXECUÇÃO		Código de Suspensão e Desencadeamento	Observações
		Designação	Natureza	Forma	Realização		
Preparação	AGR AP DIR C	305	Neutratização		H-18 a H-13	H-4 a H	(1) O objetivo 302, no apêto será atribuído ao Agr. C.
		301		H-16 a H-13			
		303		H-11 a H-9			
		307		H-3 a H-1			
		309		H-15 a H-13			
	Mlt Gr Q	(1) 306	Neutratização		H-11 a H-3	H-10 a H-8	Os objetivos 300, 307, 308 e 310 inicialmente estarão sendo listados pelo AGR AC CONS A
		305		CONC	H-20 a H-18		
		308		CONC	H-18 a H-14		
		311		Obsc	H-9 a H-8		
		312		Baixa	H-12 a H-8		
313	CONC	H-20 a H-15					
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		
		310		Baixa	H-12 a H-8		
	AGR C	301	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		302		CONC	H-20 a H-18		
		303		CONC	H-18 a H-14		
		304		Obsc	H-9 a H-8		
		306		Baixa	H-12 a H-8		
307	CONC	H-20 a H-15					
309	Cegar	H-9 a H-8					
	Mlt Gr Q	305	Neutratização		H-12 a H-8	H-3 a H+9	Desencadeamento 1 estrela Suspensão 3 estrelas I Btl. - - Verde II Btl. - - Vermelha III Btl. - - Branca
		306		CONC	H-20 a H-18		
		307		CONC	H-18 a H-14		
		308		Obsc	H-9 a H-8		

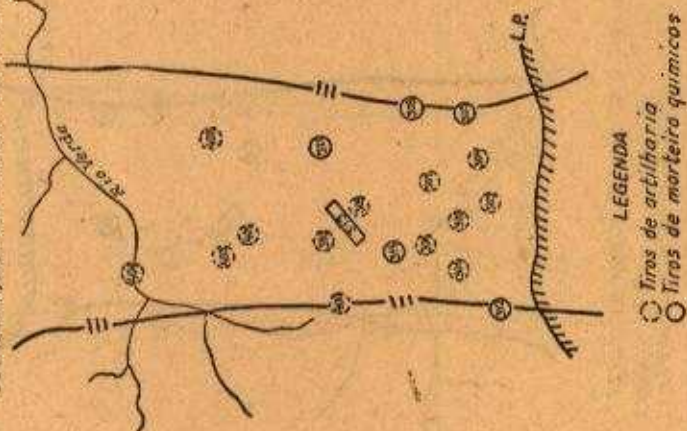
PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
CROQUIS nº 2
PLANO PROVISÓRIO DO 1º BTL.



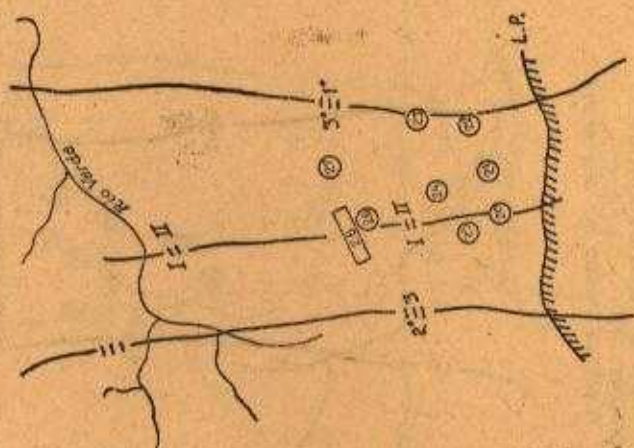
PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
CROQUIS nº 1
PLANO PROVISÓRIO DO 3º R.L.



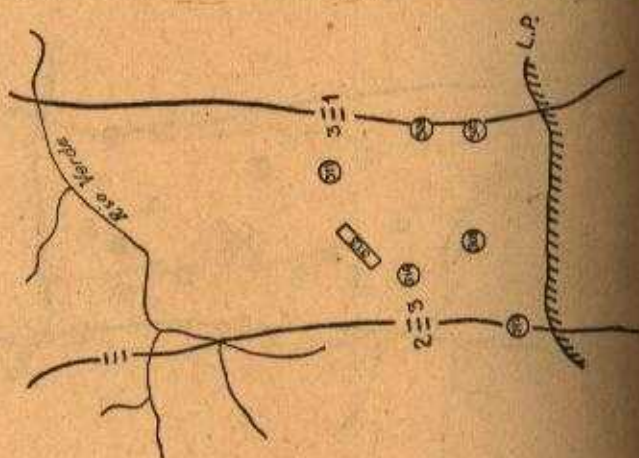
PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
CROQUIS n.º 4
COORDENAÇÃO DOS PLANOS PROVISÓRIOS



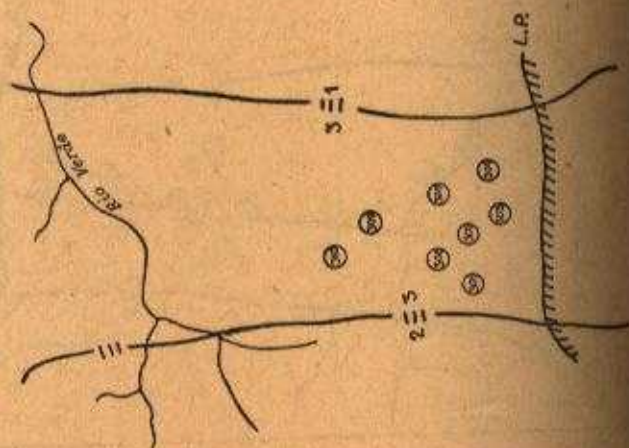
PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
CROQUIS n.º 3
PLANO PROVISÓRIO DO II BTL.



PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
 CROQUIS nº 6
 PLANO DE FOGOS DO 415 GR Q MRT (-)



PLANO DE FOGOS NO ATAQUE
 CROQUIS nº 5
 PLANO DE FOGOS DO AGR AR DIR C.



Estudo das munições empregadas no obus de 105 mm da Artilharia de Campanha

(Continuação)

Cap. SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO

3ª PARTE

4 — ESPOLETA DE OGIVA P.D. M57

a) Generalidades — A espoleta de ogiva PD M57 é no seu perfil igual à espoleta M48A2 e quanto ao seu funcionamento só possui o de percussão instantânea.

Este tipo de espoleta é usado nas granadas químicas.

b) Descrição — 1º Externamente — Ela se divide exteriormente em: capitel, corpo e base, possuindo um perfil idêntico ao da M48A2, porém, não existindo o anel de regulação.

Em sua base que é em forma de rêsca, normalmente se adapta um detonador reforçador M22 e eventualmente a ogiva da granada.

2º Internamente — Internamente notamos o dispositivo de ação instantânea A no capitel constando do seguinte: um percussor; seu suporte que mantém o percussor fora do seu alojamento e que é de metal dourado, que não resiste ao choque do impacto; e de uma cápsula detonadora.

Já no corpo da espoleta notamos o canal central que atravessa totalmente a espoleta no sentido longitudinal até à base.

No terço final do corpo da espoleta se encontra o calço de segurança B com sua mola e respectivo alojamento.

A fig. 11 ilustra quanto à descrição.

c) Dimensões:

Comprimento total incluindo o detonador-reforçador: 14,56 cm.

Comprimento fora do projétil: 9,50 cm.

Pêso — 970,70 g.

Modelo de perfil — 1.7 — 14 NS — 1.

d) Regulação da espoleta — Esta espoleta não precisa ser regulada. Ela já vem preparada para o tiro. Não é uma espoleta de segurança, pois, falhando o dispositivo de percussão instantânea ela se torna um "Tijolo Quente".

e) Funcionamento — O funcionamento é idêntico ao da M48A2 quanto ao funcionamento em percussão de ação instantânea.

Assim, nenhuma ação tem lugar até que o projétil atinja um certo número de rápidas rotações em sua trajetória. Atingida esta velocidade de rotação a força centrífuga, originada pela rotação, força o calço de segurança para dentro de seu alojamento, comprimindo sua mola, desobstruindo assim o canal central.

Neste instante a espoleta fica armada.

Ao se dar o impacto, o choque proveniente do mesmo, amassa o suporte do percussor e este indo à retaguarda, entrando no seu alojamento, ferirá a cápsula do detonador produzindo a detonação.

A onda detonadora e a chama se propagam através do canal central

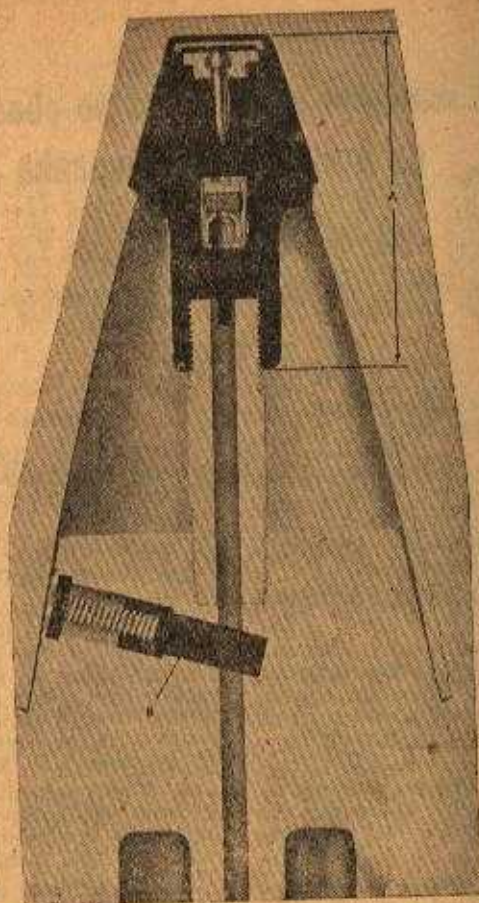


Fig. n. 11

indo agir no detonador-reforçador aumentando assim a ação da espoleta que então age na granada produzindo seu efeito.

5 — ESPOLETA DE CULOTE BD M62A1

a) Generalidades — Esta espoleta do tipo de culote é usada nos projéteis anticarro. (H.E.A.T.).

b) Descrição — 1º. Exteriormente — Exteriormente é uma espoleta de aço que se compõe de três partes que são: a cabeça de aço M; o corpo de aço C onde se nota o parafuso do deslizador; e a

tampa de latão A que fecha o detonador-reforçador interno em forma de taça.

2º. Internamente — Internamente ela consta do seguinte:

Na cabeça está situado: o percussor K; o pino de segurança L; tudo isto no suporte do percussor J. Neste suporte notamos um limitador do movimento do percussor. Ainda na cabeça de aço da espoleta encontramos u'a mola de segurança I, que mantém o suporte do percussor em posição recuada. Às vezes as molas de segurança são em número de duas.

No corpo de aço da espoleta encontramos a estopilha ou cápsula detonadora H e as cargas detonantes intermediárias G. Mais acima o deslizador E com sua carga detonante F que está fora do alinhamento das demais cargas.

Finalmente temos o detonador-reforçador em forma de taça, onde o pé D começa junto ao deslizador e a taça B contém grande quantidade de explosivo detonante, fechada já no exterior por uma tampa de latão A.

A fig. n. 12 ilustra quanto à descrição.

c) Dimensões :

Comprimento total — 8,99 cm.

Peso — 580,600 g.

Modelo do perfil — 1,5 — 12 NS — 1 LH.

d) Regulação da espoleta — Esta espoleta já vem pronta para o tiro.

e) Funcionamento — Inicialmente o percussor está numa posição de repouso, ou melhor, está desarmado, no suporte do percussor, e é mantido nesta posição por intermédio do pino de segurança. Este pino solta o percussor pela ação da força centrífuga. O mecanismo de percussão não se arma até que o projétil atinja em sua trajetória a mais ou menos 1.700 rotações por minuto.

O deslizador montado no corpo da espoleta se mantém na posição de repouso, isto é, com a carga detonante desalinhada dos outros elementos detonantes, isto é, da estopilha e cargas intermediárias e do pé da taça do detonador-reforçador, até que a espoleta atinja a velocidade de rotação de 2.400 a 3.600 rotações por minuto quando a força centrífuga começa a agir no deslizador.

Então este começa a se movimentar trazendo para o alinhamento das cargas detonantes, a sua. O deslizador não deve estar armado ao se atingirem 2.400 rotações por minuto, porém, ao se atingirem 3.600, ele deverá estar completamente armado.

Então, após o tiro, uma vez que a velocidade de rotação do projétil é suficiente, arma-se primeiro o

percussor ficando com sua ponta dirigida para a estopilha, e depois o deslizador alinhando sua carga detonante com as demais.

Entretanto, a mola de segurança mantém o suporte do percussor, recuado na cabeça da espoleta.

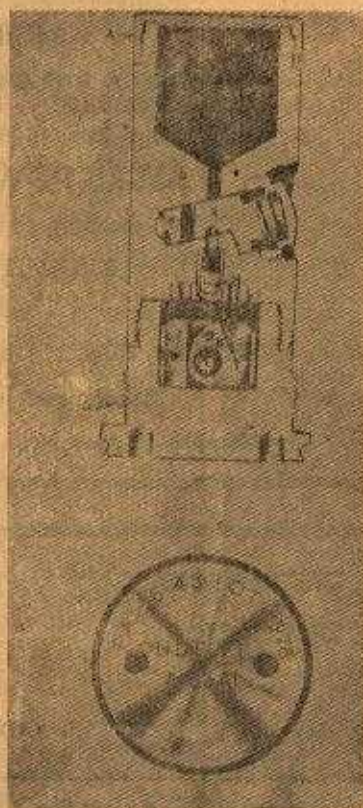


Fig. n. 12

Por ocasião do impacto com o alvo, o suporte do percussor avança, por ação da força de inércia, vencendo a resistência da mola de segurança que o separa da estopilha, e a ponta do percussor, ferindo a estopilha, provoca a detonação da mesma que é reforçada pela detonação das cargas intermediárias e do detonador-reforçador, produzindo o efeito desejado na carga de arrebitamento da granada.

(Continua)

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Ten.-Cel. MANOEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA

As vias de comunicação constituem, antes de tudo, fator de integração política na vida dos povos. Assim foi na antiguidade, da qual é exemplo notável Roma que, através das "vias romanas", manteve sob seu domínio civilizador os povos "bárbaros" da Europa Ocidental. Assim é na atualidade, o exemplo igualmente notável da Inglaterra, que, através das "vias imperiais", criou a maior comunidade de nações que o mundo conheceu.

O lusitano que descobriu as terras de Pindorama fixou-se, inicialmente, no litoral, onde, em certos pontos favoráveis, estabeleceu asses, com o fim de preparar a conquista do país; depois, através das vias de acesso naturais, consideradas pelos cursos d'água que, em alguns trechos, são remontados desde a foz, isto é, diretamente, quanto, em outros, a partir das ribeiras, só depois da difícil estrada da Serra do Mar, desbravou o interior a procura, seja de indígenas, seja de pedras e metais preciosos.

A expansão territorial do Brasil foi feita através de vias de comunicação naturais e sua integração política, na época da Independência, foi realizada ainda através de vias de comunicação, embora as condições das mesmas não fossem de molde a facilitar a centralização do poder, quer pelas distâncias a percorrer, quer pelos obstáculos a vencer.

Na Amazônia, por exemplo, a via aquática facilitou o "uti possidetis" que valeu a incorporação de mais da metade da bacia do rio

A influência do fator via de comunicação tem exercido papel assaz importante na vida política do Brasil, desde o período colonial.

Com efeito: no início, a localização da sede do governo central em Salvador teve em vista, principalmente, facilitar a comunicação, quer com a Metrópole, em Lisboa, quer com o restante da Colônia, tanto pelo mar, com por terra.

A seguir, a transferência do poder central para o Rio de Janeiro teve por fim colocar o governo colonial menos distante da fronteira sul, então ameaçada pelos hespanhóis. Consequentemente, a comunicação com a longínqua capitania de Mato-Grosso, a princípio feita através do rio Madeira, passou, desde a mudança de sede do governo, a ser realizada através do varadouro de Camapuã.

Mais tarde, a ocupação, seguida do povoamento do Rio Grande do Sul, contribuiu para a abertura de caminhos terrestres para a nova capitania, em consequência do difícil acesso pelo mar.

Herdamos do período colonial um sistema de comunicação, tanto terrestre, como por água, utilizando a energia muscular e a força do vento, bastante desenvolvido, que, praticamente, assegurava a ligação com todas as capitanias.

Por ocasião da visita de Saint Hilaire, na 2ª década do século XIX, a viagem mais rápida entre Porto Alegre e Rio de Janeiro, era feita de Porto Alegre ao porto de Laguna, por caminho terrestre; de Laguna a Sepetiba (via Deserto, Bertloga e Toque-Toque), por navegação a vela; de Sepetiba

ao Rio, pela estrada Real de Santa Cruz.

Nessa ocasião, São Paulo já constituía um importante nó de comunicações. Daí, entre outros, irradiam caminhos para o Planalto Central, como o "Anhanguera"; e para o sul, como o antigo caminho que passava por Sorocaba, Castro, Curitiba, Lapa, Curitiba e registro de Santa Vitória, no rio Pelotas. Além dessa via, para o sul, existia outra, pelo litoral, desde Paranaguá.

Nas guerras do último período colonial, ou melhor, nas guerras sob o Reino Unido, bem como na guerra da Cisplatina e na dos Farraços, os caminhos para o sul, de certo modo, foram utilizados, quer por tropa, quer por suprimento.

A famosa Divisão dos Voluntários do Rei, organizada em Portugal com veteranos da guerra contra Napoleão, sob o comando do General Lecor, desembarcou em Laguna, de onde marchou, por terra, para Montevidéu.

Depois da Independência, a navegação a vapor, logo intensamente utilizada, no mar e nos rios, se, por um lado, veio fortalecer a unidade nacional, por outro, contribuiu para retardar, em face de enormes dificuldades a vencer, a criação de melhores caminhos terrestres.

A introdução da estrada de ferro só se faz, com efeito, a partir da segunda metade do século XIX.

A guerra do Paraguai, entretanto, surpreende-nos completamente desprovidos de caminhos terrestres com a longínqua província de Mato Grosso, cuja parte sul de seu território é sujeita à ocupação militar pelo inimigo.

Por falta de caminhos diretos, teve-se de adotar um plano de campanha, que atendia aos interesses imediatos da população mato-grossense, assolada pela guerra.

O pequeno auxílio militar que se enviou por terra, desde S. Paulo,

alcançou o teatro de operações com sua eficiência bélica bastante reduzida, devido às longas caminhadas por regiões inóspitas.

Ainda assim teve energia e valor para escrever uma das mais brilhantes páginas da nossa história militar.

Na última década do Império, no Brasil meridional, por exemplo, já estavam construídas três estradas de ferro de penetração: a de Sentos a São Paulo, a de Paranaguá a Curitiba e a de Rio Grande a Bagé. A partir de então, as obras da barra e do porto do Rio Grande passaram a constituir um imperativo regional, proclamado por Gaspar Silveira Martins, da tribuna do Parlamento.

A República, não obstante dificuldade de ordem financeira, prosseguiu no programa ferroviário do Império. Coube, nesse particular, ao governo Hermes da Fonseca, interligar o sistema ferroviário do Rio Grande do Sul ao do Centro, com a construção da antiga "São Paulo — Rio Grande".

A utilização do motor de explosão nos transportes criou novas necessidades, que são encaras com vigor, desde a 1ª República.

Todavia, há muita coisa a fazer no setor comunicação, como foi pôsto em foco por ocasião da II Guerra Mundial, quando a utilização do grande tronco marítimo não oferecia a suficiente garantia, devido à ameaça de submarinos inimigos.

A criação de órgãos técnicos especializados, quer no âmbito federal, quer no estadual, constituiu uma feliz solução, cujos benefícios são evidentes.

Hoje em dia, graças à variedade e à rapidez dos meios de comunicação do século XX, não obstante a diversidade dos interesses econômicos das regiões em que se subdivide o Brasil, a União Nacional está definitivamente assegurada.

Na guerra não existem leis. Há, unicamente, circunstâncias e acontecimentos. O chefe dominará sempre essas circunstâncias e esses acontecimentos se, a uma inteligência viva, juntar uma vontade inflexível e um método impecável — (CEL. PERRIER DE LA BÂTHIE).

GUERRA PSICOLÓGICA

MOBILIZAÇÃO DE ESPÍRITOS — DEPRESSÃO MORAL

Tenente-Coronel J. H. GARCIA

Ninguém é mais avesso a arriscar o pélo que o americano, êle que tem na vida o que há de bom e de melhor! Os próprios chefes têm a preocupação de trocar material por homens, respondendo a seus próprios sentimentos que são os de seu povo.

Os ingleses não pensam doutro modo.

Não é o homem para êles a máquina de guerra mais cara?

Portanto, razoável e lógica essa preocupação!

Entretanto, lidando com russos e japoneses, tendo negócios a tratar com essas duas espécies, ou o americano se aborrece pensando e lidando com a desagradável morte ou será obrigado a vê-la um dia em seus próprios filhos, nas suas próprias casas.

Lá, devido a muitas razões, há a valorização do homem e daí talvez os ensaios imaginativos da tal guerra que será feita apenas apertando botões, sem perigo nenhum para quem aperta os botões e tudo tão tecnicamente perfeito que o inimigo não resistirá mais que dias!

Os grandes chefes, responsáveis pela mobilização dos espíritos, estão com um pé atrás e têm reagido a êsse pensamento mórbido e letárgico, talvez irmão gêmeo do outro de objetivos semelhantes — "o queremos a paz" —, empregado com tanto sucesso na guerra passada e já tentado agora, finda esta guerra.

Estes dois conceitos pertencem à guerra psicológica!

Um povo ou melhor uma geração amadurecida ao calor de lareiras, no doce aconchego que a técnica facilita, espiritualmente treinada no ódio à guerra e no amor à paz, no agarramento doentio a tôdas as belezas da vida que êste próprio povo criou e aperfeiçou para seu gozo e lucros, receberá, por certo, de braços abertos, um novo tipo de guerra em que só haja sangue, suor, doenças, destruições, dificuldades, misérias para o inimigo e, naturalmente, repelirá o velho tipo que infelizmente é o real.

Montgomery e Eisenhower têm feito referência a essa guerra de botões; os escritores a quem cabe parte da precípua missão de preparar os espíritos e que coadjuvam aquêles chefes a ela têm se referido como um processo eficaz de enfraquecimento.

Diffícil seria à nação americana, com seu alto padrão de vida, avessa, portanto, à utilização de processos violentos se não tivesse homens como Eisenhower que diz as piores coisas, as verdades mais duras, enfeitadas com aquêle seu sorriso que nem chega a ser paterno porque é de companheiro.

É tal a compreensão que os dirigentes americanos têm dos problemas mundiais do após guerra, que o comandante supremo da maior operação de conjunto montada até hoje deixou essa função para a de Presidente de uma Universidade.

Eisenhower um guerreiro, um soldado de botinas enlameadas e camisa cáqui suada, na direção da oficina destinada à fabricação de

elites dirigentes — é muita previsão, é para lá de compreensão, é controle dos acontecimentos, é vontade de ser forte, é vontade de vencer!

Nós, com a nossa natureza propícia ao sonho, com a nossa formação de fundo nitidamente católico, sentimentais até o âmago, teremos de vencer muitos obstáculos para repelir de nossas cogitações a guerra de botões.

Presentemente vem se acentando generalizado um modo muito material, mesmo monetário, de encarar os problemas da coletividade e este fato se faz sentir no comum menosprezo dos valores morais.

Muita gente tem dito que de uns tempos para cá tem havido entre nós uma retração de valores para o recesso de seus lares, para o convívio de pequenos grupos.

Atualmente há vários fatos que evidenciam menosprezo moral; estes fatos estão em toda a parte, nos jornais, nas mesas dos cafés, nas rodas de operários e intelectuais, todos comentam, todos criticam, mas aí estão e aí continuam, regularmente, se repetindo... E o interessante é que críticos e atores trocam comumente de papéis...

Muito interessante é o fenômeno: de início surge como uma bomba, durante dois, três dias é o motivo geral de todas as conversas, logo a seguir, violentamente, o assunto é retirado das cartazes, os jornais calam, as assembleias calam e o povo passa para outro assunto, nem sempre outro fato importante, e esquece.

Analisando este fato ele se revela um caso típico de depressão moral.

A impressão que se tem é de que os poucos que se acham em condições de persistir atirando pedras vão paulatinamente sendo trabalhados por inúmeros fatores circunstanciais e esmorecem.

Outro fato revelador da depressão moral é a questão dos preços das coisas: já alguém disse uma vez que a impressão que tinha era de que os comerciantes, particularmente do Rio, estavam sempre apu-

rados em encher os cofres rapidamente para partir (há um trem a uma determinada hora).

Outro fato é que por mais abatido que seja um indivíduo, auto-ridade ou não, ele não só não abre mão de um níquel de seus proventos, como não protesta se alguém deseja aumentá-los e até, às vezes, ele mesmo monta a manobra que será coroada com um aumento.

Estes fatos que revelam falta de lastro moral, no conjunto constituem a depressão moral.

Quanto mais baixa a reação moral, maiores os trabalhos para despertar o espírito, não tanto para a luta, mas para prevê-la.

A liberdade de Margarida Hirschman e a carta encontrada no relatório da missão Abink, constituem fatos a serem estudados, eles podem fazer parte de um conjunto de fatores que caracterizem uma situação...

Reagir à avalanche da dissolução, já é obra heróica, tal o desequilíbrio particularmente econômico que ela cria.

Como a geração que atualmente trabalha tem os seus descendentes, e de criminosa será chamada se não lhes deixar muitos haveres materiais embora negativos valores morais, há milhares que agarrados a essa tábua e com ela, de joelhos, no altar dos princípios morais, queimam suas derradeiras resistências e se lançam, com o maior despudor, aos golpes, passes e negociatas a bem de seus filhos, parentes e amigos.

Não há cerimônia na luta, ninguém se lembra de que não está só e não teme a posteridade porque raciocina que este momento será muito controvertido na história e não será fácil discernir os bons dos maus.

Quantos bons não serão atacados e quantos maus não serão defendidos.

Lastro moral é a grande deficiência!

Onde encontrá-lo?

— No sacrifício! Mas... quem se sacrificará primeiro?

Como? Como essa ação se refletiria no cenário geral?

Como influiria?

Com palavras — impossível;
nunca a doutrina esteve tão des-
moralizada.

* * *

Unicamente a ação, os fatos que
chegassem ao conhecimento do
povo ou da Nação quando já não
havia mais tempo para encômos.
Esta ação seria eficiente; não em
um, dois meses, mas em 10 ou mais

anos. Onde houvesse um adepto
da campanha a ação seria uma...

Eis pois uma operação combi-
nada à cata de um chefe.

* * *

Repilamos a guerra dos botões
porque não haverá outra guerra
senão a com sangue e dores; repi-
lamos os hinos à paz porque eles
não têm outra finalidade do que
amolecer-nos para a guerra...

"O CAMISEIRO"

Camisaria — Perfumaria — Cama e mesa —
Malhas e esportes — Crianças — Cristais — Pratas

RUA DA ASSEMBLEIA, 28 α 36

RIO DE JANEIRO

**BEBA O SEU "CAFÉ PREDILETO" E ADORNE
O SEU LAR COM
BRINDES DE VALOR**



PREPARADO pela mais moderna processo de
Tombado e Mergado o "CAFÉ PREDILETO", possui
as melhores, por muito tempo as suas qualidades de
PUREZA, SABOR e AROMA.

ESCOLHIDO entre as melhores marcas o "CAFÉ
PREDILETO", proporciona um café maravilhoso.

Por isso as donas de casa que o sabem fazer

O "CAFÉ PREDILETO"

RENDE MAIS E É MAIS GOSTOSO

CAFÉ

PREDILETO

A POLÍTICA MONETÁRIA E OS MILITARES

(DINHEIRO E SANGUE)

Coronel J. B. MAGALHÃES

(Da 1ª classe da reserva do Exército)

A natureza da guerra moderna, da guerra da era industrial, cujas realidades se revelaram com o conflito mundial de 1914, é traduzida por uma *solidariedade maior e in-defectível*, entre todos os fatores da vida nacional. Só nisto ela difere substancialmente da de outros tempos.

Nenhum cidadão culto, notadamente, se é militar e, mais notadamente ainda, se exerce funções públicas interessadas com os problemas de mobilização, pode desconhecer isto. Todos sabem que as forças militares em tempo de paz são apenas elementos hoje existentes para cogitar das cousas da guerra e, uma vez esta ocorrendo, garantir à nação poder desenvolver sua máxima capacidade de trabalho e de produção. Aí é que reside o poder bélico.

No tempo de paz os militares profissionais são técnicos da guerra, irrompendo esta, enquadram as vanguardas, cujo papel é garantir a liberdade de ação do respectivo grosso, formado por todo o corpo nacional. O êxito não depende só da força das vanguardas nem da sua capacidade de lutar, mas, principalmente, da força e da capacidade de ação do grosso. Numerosas e boas vanguardas podem manter a luta mais ou menos ativamente, durante um certo tempo, mas se o grosso não for capaz de desdobrar suas forças e de lançar aos campos de batalha elementos de maior rendimento na ação que os do adversário, não haverá vitória.

Isto reclama: *moral nacional indestrutível; organizações técnicas vigilantes e hábeis no estudo dos recursos de ação, para o aperfeiçoamento dos meios de combate existentes e a criação de novos; capacidade de produzir intensivamente o que for necessário à nação para viver e lutar.*

Dai decorre, dada a multiplicidade, o poder destruidor, a velocidade de deslocamento e o raio de ação dos armamentos modernos, e dada a complexidade das condições da vida da sociedade atual quanto devem, os conhecimentos próprios da cultura do militar moderno, ser bastantes para bem os informar sobre os elementos constitutivos de todos os aspectos da força própria a cada país, muito especialmente, os relativos à *ordem econômica*, ordem básica, em que repousa tudo o mais e de que depende o *moral nacional* e o resto, em forte grau.

A *ordem econômica* dá por si só a medida da *força nacional*, como o funcionamento fisiológico no corpo humano, dá a medida de sua saúde e de suas possibilidades na vida social. Dela dependem a *capacidade de trabalho* e os *estados da alma do povo*, como da saúde do corpo dependem os *estados da alma do ente vivo*.

Isto posto, considere-se agora que nos seres superiores, é o sangue que leva ao organismo os elementos de sua composição, indispensáveis ao seu desenvolvimento e para compensar os desgastos produzidos por suas atividades gerais. Carregando

substâncias coletadas no meio físico em que o animal vive e transformadas pelos aparelhos a isso apropriados, o sangue entra em circulação movimentado pelo coração, levando aos tecidos os elementos de que necessitam.

No corpo social o que funciona como sangue é a *circulação monetária*, o que funciona como veias e artérias são as vias do *comércio*, e o que trabalha como coração é o *mecanismo bancário*, nele incluído o Tesouro Nacional.

A analogia que fazemos poderá não ter o mérito da perfeição, mas servirá para alertar as opiniões sobre a importância da *política monetária*.

Quando para manter o *volume* e a *força vital* desse *sangue social*, a política monetária se contenta em vigiar atentamente os elementos de que ele se constitui (a capacidade de produção nacional, a produção efetivamente realizada, o mercado de consumo interno e o balanço no comércio exterior) para evitar que se corrompa, por *excesso* ou por *falta de riqueza*, a fim de provocar na política geral os convenientes procedimentos, o corpo nacional goza saúde e prospera, sentindo-se feliz o povo.

Quando tal política adota processos artificiais, que aumentam o volume e a velocidade da circulação, sem que os componentes fundamentais de que ela se constitui, os correspondentes aos princípios vitais do sangue (maior riqueza por maior produção), ela se corrompe, enfraquece e perde seu valor vivificante. Pode dar a princípio, aparências de maior vitalidade, como é o caso de um estado febril no corpo humano. Na realidade, o seu valor nutriente diminui e o corpo nacional torna-se tanto mais anêmico quanto maior é o seu volume, o do *sangue pobre* que circula nele.

Assim como na vigilância da saúde do corpo humano é preciso medir a temperatura nele existente, resultante da velocidade de circulação do sangue e a pressão deste, bem como examinar sua composição para corrigir excessos ou faltas, o mesmo se dá com a circulação monetária no corpo social.

E para isto, os *aparelhos correspondentes*, são um mecanismo de estatística bem feito, que permita comparar a *quantidade* de moeda existente, sua velocidade de circulação e o seu poder aquisitivo, com as necessidades do consumo, no mercado interno e no externo, a capacidade efetiva de produção e a produção efetivamente realizada, a fim de se atuar convenientemente sobre o coração, o *mecanismo bancário*, excitando ou moderando suas atividades.

Há nessas consultas às manifestações características das atividades da vida nacional, aos sinais do equilíbrio de sua saúde, um elemento de capital importância a considerar sempre: — a correlação existente entre o *volume da moeda* e o *custo relativo da vida*. Se o volume de moeda aumenta, provocando, sem melhoria do respectivo padrão, aumento no custo da vida, é sinal de que o *sangue* se empobrece, por falta de produção, perdendo valor aquisitivo. O corpo nacional se anemiza. Não corrigido a tempo esse desequilíbrio, pelo conveniente regime dietético (economia nas despesas do Estado, equilíbrio orçamentário, etc.) e as terapêuticas convenientes (aperfeiçoamentos técnicos no sistema de produção, desenvolvimento das fontes de energia industrial, aperfeiçoamento dos transportes, correções demográficas, etc.) a saúde nacional entra a decair e pode chegar a crises gravíssimas: bancarrota, desordens, perda de autonomia nacional.

Sempre há perda de calma nas manifestações da vida social e surgem agitações diversas, podendo atingir facilmente um estado de *delírio*, sob a forma de revoluções...

Vê-se quanto, em face das condições da guerra moderna tais fenômenos interessam ao *militar* de hoje e sobre tudo ao *Comando*, e consequentemente a *política monetária*. Não se podem eles evidentemente, mais do que quaisquer outros grupos de cidadãos, por que são como os *cirurgiões* chamados a intervir nas crises agudas, deixar de se manter atentos aos sinais in-

dicativos do estado de saúde nacional.

Não têm eles, por certo, de intervir normalmente no funcionamento do mecanismo executivo da política monetária, mas, não podem ficar indiferentes aos tratamentos dos *charlatões* e *curandeiros*, gente preocupada principalmente em ganhar dinheiro, de cujas mesinhas possam resultar males graves. Não podem ficar indiferentes, de fato, ao que é suscetível de ocorrer à nacionalidade de que fazem parte e de que são, ou devem ser, guardas vigilantes. Desde que remédios tais como *emissões de moeda* para incentivar a produção, desvalorização do valor cambial da moeda para fomentar o comércio exterior e outros recursos já experimentados e desmoralizados por seus efeitos perniciosos, se pretendam usar e que mais arrisquem agravar os males nacionais do que contribuir para a sua eliminação, eles não podem esquivar-se de lhes opor sérios embargos. É isto evidentemente decorrência de suas precípua responsabilidades cívicas.

É fácil comprovar o acerto do que dizemos. Bastará para tanto passar em revista o que tem sido a nossa política econômica e especialmente sob os aspectos financeiros e monetários, o que a qualquer é facilitado hoje, estudando "A Moeda Brasileira" e as "Realidades Econômicas do Brasil" de J. Pires do Rio. Bastará meditar a monografia do Sr. Américo L. Barbosa de Oliveira, sobre "o desenvolvimento planejado da economia brasileira", admirável e impressionante síntese dos maus efeitos de erros acumulados do passado, erros que ainda hoje se persistem em perpetuar, para bem se ajuizar do que nos poderá advir, se não se atender à lógica do bom senso esclarecido, praticando uma conveniente política econômica.

Bastará, principalmente aos militares, meditar um pouco sobre os precalços de nossa evolução militar, as necessidades, os projetos imaginados e as suas irrealizações, e as soluções improvisadas que fomos forçados a adotar sobre a pressão irreversível de prementes circuns-

tâncias, para sentir a necessidade de bons conhecimentos sobre estas coisas.

Nem mesmo é preciso tanto estudo, *estudo de que inadvertidamente nos temos descuidado*, para se ajuizar acertadamente a respeito. Uma simples análise de nossa vida atual nos habilita a perceber a atenção que é preciso saber dedicar a tais assuntos.

Os malefícios de uma política monetária inflacionista, viciosa, promovida pelo espírito de especulação de gente sem Deus nem Rei, aí estão patentes com as dificuldades e o encarecimento de nossa vida. Aí estão bem registrados por publicações, feitas atualmente no Brasil, que nos oferecem dados a respeito, entre as quais são de fácil aquisição "Conjuntura Econômica" que se edita mensalmente no Rio de Janeiro e o "Digesto Econômico" que se publica, também mensalmente, em S. Paulo.

São do número de setembro último de *Conjuntura Econômica* o que passamos a mencionar, transcrevendo algumas passagens à letra.

Em primeiro lugar consignaremos que "o aumento do meio circulante operou-se recentemente numa escala de 2 — 21,5 % havendo entre novembro de 1948 e julho de 1949 um acréscimo de 1.730.000 contos, sem que isto correspondesse a maior produção ou riqueza.

Apesar de ter havido sobre o índice do custo de vida (média necessariamente abstrata e de valor apenas relativo como elemento de raciocínio) fraca repercussão, por causa da baixa do preço do trigo importado "a alta de preço de diversos produtos nacionais determinou um aumento do nosso índice (de *Conjuntura Econômica*) de 3,4 %".

"Há ainda outros fenômenos de caráter inflacionista", diz *Conjuntura Econômica*. "A expansão dos meios de pagamento, por um lado, e as restrições à importação de bens dispensáveis, por outro, favorecem os serviços de diversões (opera, revista, circo, cinema), os quais gozam de extraordinária afluência. Outro efeito da expansão monetária

é o recrudescimento dos negócios imobiliários".

Verifica-se então, que os efeitos do *emissionismo*, sob o pretexto de fomentar a produção, são, de fato, contróvertidos em estímulo ao luxo e aos prazeres, e aos negócios de especulação.

Lógicamente, como decorre dos dados estatísticos de *Conjuntura Econômica*, resulta ainda, tendo-se em consideração o comércio exterior, "que as variações do preço dos bens e serviços da classe de renda elevada são menos acentuados do que as dos itens correspondentes da categoria da renda média, consumidos pela classe média (1). Entre 1944 e 1949 (1º semestre), os produtos dos grupos de renda elevada aumentaram de 46,1 % e os da classe de renda média, de 58,4 %, enquanto o índice geral do custo da vida acusa para o mesmo período um aumento de 78,7 %". Isto, em termos da vida social, quer dizer *exacerbação de injustiças*, que mostra bem quanto é justa a obser-

vação de *Lenine* de que a inflação trabalha pelo comunismo.

De fato, acirra os ânimos dos que sofrem e reduz sucessivamente a classe média à condição do proletariado, dificultando ainda a vida deste. Irrita a gente que sofre com a ostentação de luxo e prazeres da gente gozadora, do mesmo passo que estimula a corrupção em geral, fomentando o espírito de especulação.

Tudo isto são efeitos que se não podem desprezar ao se cogitar de política monetária. Efeitos que se somam aos manifestados na própria vida das classes armadas, forçando-as a economizar efetivo e materiais e nos outros aspectos mais imediatamente interessantes para o preparo da mobilização, da concentração e da manobra dos teatros de operações, impedindo as necessárias realizações. Tudo isto influi na ordem interna e na segurança externa, íntima e decisivamente; preocupações de que não se podem alhear os militares e muito menos os órgãos do comando.

(1) Renda elevada, mais de Cr\$ 10.000,00 mensais; renda média, entre Cr\$ 2.500,00 e 10.000,00.

VIDRARIA NOVO MUNDO LTDA.

Vidros finos e cristais — Artigos domésticos —
Frascaria em geral para Laboratórios Farmacêuticos e Perfumarias

RUA GOMES SERPA, 188 — FONE 29-3320

PIEDADE — RIO DE JANEIRO

SÃO LOURENÇO

As melhores águas

minerais naturais

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª R. M.

(Continuação)

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

"COMMANDO EM CHEFE DAS FORÇAS EM OPERAÇÕES CONTRA A TYRANNIA

Quartel General, em Porto Alegre, 20 de Novembro de 1891.

ORDEM DO DIA N. 1

Tendo sido nomeado hoje pelo Governo Provisorio deste Estado Commandante em chefe das forças que devem operar contra a dictadura estabelecida na Capital Federal, e pelo restabelecimento da Constituição da Republica, assumo nesta data o referido Commando.

Camaradas !

O que ha dias agita o Rio Grande do Sul não é um movimento revolucionario dividindo a familia rio-grandense, é a voz dos rio-grandenses e de todos os cidadãos residentes neste recanto do Brasil, fazendo-se ouvir como um protesto unanime contra o acto da dictadura irresponsavel que, com assombro do paiz inteiro, rasgou a lei fundamental da Republica, a qual o ex-presidente compromettera-se a sustentar e defender.

Nós todos militares vendo na nossa forma de governo instituido pela Constituição, uma garantia de ordem e progresso para a nossa Patria, não podíamos ficar indifferentes ante o protesto de nossos concidadãos, contra o acto prepotente e criminoso do chefe da Nação dissolvendo o Congresso Nacional.

A parte do Exercito Nacional aqui estacionado manifestou-se em inteira solidariedade com os pa-

triotas que repellem a tyrannia que se quer impor ao paiz.

O Rio Grande do Sul em pezo está de armas na mão para repellir a affronta que se nos quer fazer, e obrigar o governo do centro a entrar no regime da legalidade.

Com este intuito cumpre agir sem demora e sem vacilações. Que nenhuma outra preocupação nos guie a não ser o bem da Patria.

A responsabilidade que péza sobre meus hombros é enorme ; com o concurso, porém, de meus camaradas e compatriotas, para os quaes appello neste momento, não será difficil arrancar o paiz á afflicção em que se acha, restabelecando-se o regime da Constituição, ora violada.

Viva a Constituição !

Viva a Nação Brasileira !

Viva a Armada e Exercito !

Viva o Rio Grande do Sul !

**Manoel Luiz da Rocha Ozorio,
General de Brigada."**

Na Ordem do Dia n. 2, de 21 de novembro de 1891, do "Commando em chefe das forças em operações contra a tyrannia", exercido pelo General Manoel Luiz da Rocha Osorio, foi publicado o decreto n. 1, do Governador provisorio do Estado do Rio Grande do Sul, "Cidadão General" Domingos Alves Barreto Leite, indultando as praças do Exercito pertencentes á guarnição do Estado, incursas nos crimes de primeira e segunda deserções simples e agravadas.

Foram feitas, na mesma Ordem do dia, as seguintes nomeações:

Do General de Brigada Antonio Joaquim Bacelar para o comando das forças em operações ao norte do Estado; do Brigadeiro honorário do Exército João Nunes da Silva Tavares para o comando das forças em operações no sul do Estado; do coronel de estado maior de 2ª classe Joaquim Sabino Pires Salgado para ajudante General do Exército; do coronel do corpo de engenheiros Carlos Eugenio de Andrade Guimarães para quartel mestre General do Exército.

A ultima ordem do Dia do General Rocha Osório no exercicio do 'Commando em Chefe das Forças em Operações contra a Tyrannia' foi baixada, sob n. 3, em data de 26 de novembro de 1891, nos seguintes termos:

"Dispensado do Commando em Chefe das Forças que operaram pelo restabelecimento da Constituição Federal, me é grato reconhecer e confessar que o Rio Grande do Sul, em poucos momentos, soube mostrar a intensidade e a extensão do civismo brasileiro.

O povo, que fizera com flores o 13 de Maio, correspondendo a uma aspiração nacional, e o 15 de Novembro, obedecendo á logica dos factos e ás necessidades sociaes, mostrou ao mundo inteiro que não sabe viver sem liberdade, e que, se lhe é agradável derramar flores sobre os campeões do progresso e das aspirações nacionaes, não lhe é difficil pegar em armas para submeter os que o querem escravizar!

A simultaneidade de rompimento em diversos pontos do Estado; a imponencia d'esse movimento de revolta attestada pelas numerosas cohortas de patriotas levantados em todo território, congraçados com as guarnições militares de terra e mar, attestam eloquentemente a impossibilidade de exito na tentativa de submissão do povo brasileiro!

A noticia do acto despotico pelo qual na Capital Federal fôra ras-

gada a lei fundamental, para permittir a instituição da tyrannia, cnde a oppressão corre de par com o desrespeito a todas as prerogativas individuaes, transformou o Rio Grande em um vasto acampamento d'onde o exercito libertador ameaçou de morte o poder que, tendo em face da Nação, representada por seus eleitos, promettido respeitar e defender o pacto organico, o fraudára comousadia incrível.

Nossas tradições gloriosas foram reatadas pelas hostes revolucionarias de 91.

O 23 de Novembro feito na Capital pela attitude patriótica da marinagem brasileira, preludiado e preparado pelo heroico levantamento do extremo meridional do Brazil, veio pôr termo ao nosso trabalho bellico.

Banida a tyrannia, assegurado o respeito á lei, garantida a liberdade, cumpre-nos de novo transformar nossas tendas de guerra: — restabelecamos a tranquillidade de nossas familias; levemos a paz ao lar, restituindo-lhe o chefe; restituamos á industria os braços que a Patria em perigo lhe havia retirado. E que a conducta do soldado n'esta phase seja tal, que, de modo algum, possa embarçar, ao contrario, provoque o restabelecimento da confiança em nosso Paiz. Saiba o patricio e o estrangeiro, que este exercito que não conhece outra obediencia passiva que não seja o que estabelece a lei, não permite que em sua Patria se levante o governo da espada!

O militarismo, attestado de épocas passadas, já não pôde ter lugar n'esta phase em que a vida das nações assenta sobre a industria.

Assignalar, aqui detalhadamente, os grandes serviços prestados por eminentes cidadãos, seria adiantar um julgamento que só o tempo pôde permittir: — a historia se encarregará de registrar os serviços de cada um.

Nomeado pelo Governo Federal por decreto de 25, expresso em telegramma d'esta data, comandante do 6º Districto Militar, loco

ber que as forças federaes que constituem a guarnição militar deste Estado e que fizeram parte do exercito revolucionario, renunciarão, de hoje em diante, obediência sómente a este commando, como a legitima autoridade instituida pelo governo Federal. Como consequencia natural d'este facto, ficam dispensados todos os officiaes e praças nomeados para os diversos cargos do exercito revolucionário.

Manoel Luiz da Rocha Ozorio,
General de Brigada."

Na mesma data de 26 de novembro de 1891, foi publicada a Ordem do Dia n. 35, do Commando do 6º Distrito Militar, assinada pelo General Manoel Luiz da Rocha Osório e assim concebida:

"ORDEM DO DIA N. 35

Para conhecimento das forças em guarnição e devidos efeitos, publico seguinte:

Tendo sido nomeado pelo Governo Federal por decreto de 25. ex-presso em telegrama d'esta data, Commandante d'este districto militar, que havia sido extinto em face da revolução operada n'este Estado contra a dictadura estabelecida na Capital Federal, assumo hoje mesmo o exercicio das referidas funções.

Conto com o auxilio dos chefes e repartições, Commandantes de fronteiras, Guarnições, corpos e mais camaradas para o fiel desempenho da commissão que acaba de ser-me confiada pelo Governo da Republica."

Por essa mesma Ordem do Dia, foram reintegrados nos seus respectivos cargos, os officiaes que exerciam no extinto commando do Distrito Militar.

A REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1922

Por ocasião da revolta de 5 de julho de 1922, na qual a Escola Militar do Realengo se sublevou contra o governo da República, secundada heróicamente pelos elementos do Forte de Copacabana, achava-se o commando da 3ª Região, interina-

mente, o General Fábio Patricio de Azambuja, em virtude de se achar no Rio de Janeiro o commandante efetivo, General Cipriano da Costa Ferreira. E eis o que, com referência aos acontecimentos verificados na Capital Federal, foi publicado no Boletim do Commando da Região:

"Quartel General do Commando da 3ª Região Militar e 3ª D.I. em Porto Alegre, 8 de Julho de 1922.

BOLETIM N. 160

Rebellião suffocada

Transcreve-se o seguinte telegramma do Sr. Ministro da Guerra, de hontem datado:

"Na madrugada de cinco corrente Escola Militar Realengo rebellou-se e marchou sobre Villa Militar atacando-a com infantaria e atirando com artilharia sobre quartéis e casas de officiaes. Movimento foi suffocado na manhã cinco, pelas forças da Villa. Escola occupada e alumnos recolhidos presos. Nessa mesma madrugada forte Copacabana participou da rebellão atirando sobre cidade durante o dia e causando victimas na população civil. Foi bombardeado a tarde pelas demais fortalezas e pela esquadra. Rebeldes ergueram bandeira branca na manhã de seis e nessa occasião alguns officiaes e praças fugiram. Commandante forte pretendeu parlamentar e foi aprisionado. Governo não aceitou condições e exigiu rendição. Pequeno numero restante sahio do forte enfrentou forças legaes e foi quasi totalmente anniquilado ficando feridos poucos sobreviventes recolhidos ao hospital. Forte Copacabana foi occupado e a ordem restabelecida. Officiaes ligados ao movimento acham-se presos. Deveis dar conhecimento forças vosso Commando que mais uma vez o Exercito cumpriu nobremente seu dever suffocando sedição e mantendo regimen da lei. (A) — Calogeras."

Do Sr. General Chefe da Casa Militar da Presidencia da Republica, transcreve-se, tambem, sobre

o assumpto, o seguinte telegramma de hontem datado :

"De ordem do Sr. Presidente e como complemento telegrammas anteriores communico que antehontem Congresso votou no espaço de uma hora e por unanimidade votos lei decretando estado de sitio por trinta dias aqui e Estado Rio e autorizando Governo prorrogar-o e estender-o quaesquer outros pontos territorio nacional. Marechal Hermes foi preso hoje na Villa Proletaria. Reina aqui absoluta calma. Saudações. — (A) Hastimphilo de Moura, General."

No dia 10 de julho, pelo Bole-tim n. 161, o Gen. Fabio Patricio de Azambuja, que comandava a Região, interinamente, desde o dia 21 de junho e nesse Comando continuou até 5 de agosto, tudo de 1922, fez publicar o seguinte, a propósito dos acontecimentos de 5 de julho na Capital da Republica.

"Apelo ás forças desta Região."

Sabeis, por conhecimento proprio, que os fatos de monta, registram-se em nossa memoria, como cabedal valioso de experiencia, para doutrina da nossa conduta, para guia de nossa ação, para segurança de nosso acerto.

É, pois, justo que eu chame a attenção de todos vós, para os que se desenrolam na Capital do nosso Paiz, onde como uma condenação merecida acentua-se o desvio de elementos militares, tão heroicos e sublimes na luta, tão degradados nos fins.

Excitados a principio em seus sentimentos elevados de honra, de brio e dignidade por elementos corruptores, viram-se afinal empolgados na sua boa fé, envolvidos numa luta onde a morte de uns e o ludibrio de outros coroara tão horrendos crimes. E com pasmo geral, como uma edificante lição para o presente e para o futuro, nem ao menos consolando aos vivos e homenageando aos mortos, vê-se as tetricas figuras dos excitadores responsaveis diretos de tais desvios ou desatinos.

É a essa lição que eu por devo-tamento á nossa classe e por amor ás instituições que a regem, vos aponto com a sinceridade que caracteriza meus atos, com a franqueza que os distinguem, com a lealdade que os nobilitam.

E ainda aqueles mesmos instintos que fizeram tantas vítimas inocentes á boa fé e dignidade de conduta e macularam o conceito integral de nossa classe, estenderam suas raízes cancerosas até aqui em nosso meio, predispondo-o para o mesmo fatal destino.

Eu vos advirto sem os imbuídos dos interesses inconfessaveis, os que pautam a conduta dos nossos incitadores, os que perturbam a efetividade da nossa ação, coheos no cumprimento fiel dos nossos deveres expressos por leis e regulamentos em vigor, a acautelar-vos contra essa infecção morbida.

Não vos iludais, que esses incitadores vos mentem com a mesma facilidade com que respiram. Que eles vos despertam as ambições das vantagens dos acessos, quando estes, sabeis, estão prescritos uns pelos limites das leis e outros pela dignidade de conduta, alcançados todos pelo — Merito — unico alento nobre das vossas aspirações, unica justificativa digna das vossas posições.

Sem ela, toda a posição é um ludibrio, todo acesso um saque ao direito alheio, feito pela prepotencia, pelo arbitrio, inimigo fidal das instituições em geral que devemos combater sem tréguas.

Nada mais deve alentar o nosso espirito, demover a nossa ação, do que cumprimento fiel aos nossos deveres, primeiro para com a Patria, segundo para com a Sociedade em geral, terceiro para com a Familia e quarto para conosco mesma, tendo em todos a pratica efetiva da Virtude, a que como sabeis martirisa, mas eleva e glorifica.

Com ela tão somente consolidaremos a Republica que fizemos para bem de todos e não proveito de alguns.

Com a extirparemos o Vicio que a corrompe, transformando-a em Satrapia. Com a libertaremos a Nação, como agora, entre-

gando-a a si mesma, para que, na plenitude dos direitos constitucionais, conferidos a todos, possa firmar a escolha de quem a deve dirigir e governar, arrancada do real prestígio e popularidade, únicos sustentáculos dos legítimos governos democráticos.

O exercício só será digno, virtuoso e honesto, obediente as leis e autoridades constituídas. O exercício deve ser para a Nação o que o corpo de cada soldado, em geral, é para sua própria alma — obediente em tudo.

E assim sendo cumprirá fielmente o seu Dever.

Que a lição do presente vos sirva de experiência contra os embustes do futuro."

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1930

Movimento nacional de ampla envigadura e que se alastrou, desde logo, por todos os Estados da União, a Revolução de Outubro de 1930 teve, sem dúvida, seu principal centro de irradiação na cidade de Porto Alegre, sede do governo rio-grandense e do Comando da 3ª Região Militar, transformada em sede do Governo Nacional Revolucionário, em seguida ao irrompimento da insurreição armada, no dia 3 de outubro.

As repercussões do grande movimento sobre as forças de guarnição no Estado do Rio Grande do Sul tinham que ser, portanto, como efetivamente foram, de proporções extraordinárias e profundas. Os acontecimentos relativamente recentes não precisam ser recordados por miúdo e ainda não é, mesmo, oportuna a ocasião para lhes traçar o registro histórico. De sorte que vamos nos limitar, nestes apontamentos, a uma simples referência aos mais salientes reflexos da jornada revolucionária na vida normal da Região, baseando-nos nas publicações dos Boletins Diários que se encontram no Arquivo Regional.

Ainda aqui, é de lamentar seriamente que a coleção desses Boletins se encontre com faltas de muitos exemplares, apresentando-se incompleta e desfalcada, como as referências a diversos outros fatos de

importância indiscutível para a história da 3ª Região Militar.

Todos os Boletins correspondentes ao período da Revolução de 30 são de caráter reservado e o primeiro que conseguimos encontrar, no Arquivo da Região, tem o n.º 7 e é datado de 11 de outubro de 1930, sendo assinado pelo Coronel Newton Estillac Leal, "P.O. do Chefe do E.M.", com o "Confere" do Capitão Alcides Souza Ramos, Chefe da Seção do Pessoal. Vem publicada nesse Boletim a composição da "Casa Militar do Presidente" e do "Quartel General das Forças em Operações", assim constituídos:

Casa Militar do Presidente:

— Chefe — Coronel Galdino Esteves.

— Adjuntos — Majores Manoel Louzada e Aristides Krauser do Canto.

— Ajudante de Ordens — Tenente Ismar Góes.

Estado Maior das Forças em Operações:

— Chefe do E.M. — Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

— Ajudantes — Tenentes Ene-dino Nunes Pereira e Aurélio Viana.

— Chefe do Gabinete — Cap. Armando Dubois Ferreira.

— Adjunto — Tenente José Correia do Nascimento.

— Cartógrafo — Eng. Fagundes Portela.

1ª Subchefia — Chefe, Cap. Estillac Leal.

2ª Subchefia — Chefe, Cap. Correia Lima.

Seções — 1ª — Chefe — Capitão Osório Tuiuti.

— Adjuntos — Tenentes Lino Fontoura e Leandro Castilhos.

— 2ª — Chefe — Cap. Alcindo Nunes Pereira.

— Adjuntos — Cmt. Pinheiro (cifra) e Tenente Rabelo Miranda.

— 3ª — Chefe — Tenente Miranda Correia.

— Adjunto — Asp. Poly Marcelino Espírito.

— 4ª — Chefe — Cap. Manoel Gomes Parreiras.

— Adjunto — Tenente Zeno Zielinski.

Serviço de Material Bélico :

1º Tenente Frederico Drumond.

2º Tenente Heitor Almeida Herrera.

Aviação :

1º Tenente Nicanor Porto Virmond.

No Boletim Diário n. 8, de 12 de outubro, vem estabelecida a organização do Departamento do Pessoal da Guerra, para cuja chefia foi nomeado o Tenente-Coronel de Artilharia Horácio Heráclito Campello de Souza, sendo extinta a 3ª Região Militar. Os Boletins que aparecem, então, na coletânea do Arquivo, daí em diante, são todos do referido Departamento, publicados não mais "para o conhecimento das tropas desta Região", mas "para conhecimento do Exército e devida execução".

O primeiro Boletim do novo D. P. G. tem a data de 13 de outubro de 1930. No dia seguinte, foi instituído o Comando da 1ª Região Militar das Forças Nacionais no Rio Grande do Sul, tendo o Boletim Diário n. 2, do D. P. G., da mesma data, publicado o seguinte, a respeito :

"IX — Decreto n. 4.594, de 14 de Outubro de 1930 — Oswaldo Aranha, Secretário do Interior e Exterior, no exercício do cargo de Presidente do Estado do Rio Grande do Sul :

Nomeio, de conformidade com o decreto n. 4.594, desta data, o Coronel João Carlos Toledo Bordini para exercer o comando da 1ª Região Militar das Forças Nacionais, no Rio Grande do Sul.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 13 de Outubro de 1930. — (Assignado) Oswaldo Aranha."

O Quartel General da 1ª Região Militar das Forças Nacionais no Rio Grande do Sul passou a funcionar no edificio da Secretaria do Interior do Estado, desde a partida do Chefe Civil da Revolução, dr. Getulio Vargas, e do Estado Maior Revolucionario para a frente de operações, no Estado do Paraná.

O último Boletim Diário Reservado do Departamento do Pessoal

da Guerra foi baixado em 27 de outubro de 1930, após a vitória da Revolução no Rio de Janeiro, e dele consta o ato de restabelecimento da 3ª Região Militar, nos seguintes termos :

"III — Restabelecimento da III Região Militar — Como resolução superior, ficou restabelecida hoje a III Região Militar, sob o commando do Sr. Cel. João Toledo Bordini, que vinha exercendo o commando da 1ª Região Militar, creada por acto do Governo com as necessidades do movimento revolucionario, funcionando no edificio da Secretaria do Interior do Estado, desde o embarque do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas e Estado Maior Revolucionario".

O Boletim do D. P. G. indica, a seguir, a organização dada provisoriamente ao Quartel General da 3ª Região, publicada também no primeiro boletim regional da mesma data, e noutra passagem registra a extinção do próprio Departamento com estas palavras :

"VIII — Extinção do departamento do pessoal da guerra de criação provisoria.

Tendo em vista a paralisação das operações militares e desmobilização das forças em organização, ficou restabelecida a 3ª Região Militar de organização anterior ao movimento revolucionario, iniciado no dia 3 do corrente mez, neste Estado. Em consequencia deste acontecimento, fica extinto o Departamento do Pessoal da Guerra sob a chefia do Tenente Cel. Horacio Heraclito Campello de Souza, neste Quartel General, creado em virtude das necessidades das operações militares, com o embarque para a frente do Excellentissimo dr. Getulio Vargas e Estado Maior Revolucionario, sob a Chefia do sr. Tenente Cel. Pedro Aurelio de Góes Monteiro, criação provisoria como foi a da 1ª Região Militar sob o commando do sr. Cel. João Carlos Toledo Bordini, que funcionava no edificio da Secretaria do Interior do Estado."

Na mesma data de 27 de outubro de 1930, como dissemos acima, voltou a ser publicado o Boletim

Diário da 3ª Região Militar, saindo no de n. 1 a notícia do restabelecimento da mesma Região e da organização do seu Quartel General, nestes termos:

"I — *Commando de Região — Organização do seu Q.G.*

Fica nesta data restabelecida a 3ª Região Militar, que tinha sido extinta após o movimento revolucionário de 3 do corrente.

O Quartel General desta Região fica organizado provisoriamente do seguinte modo:

Commandante da 3ª Região — Cel. João Carlos Toledo Bordini.

Chefe do E.M. — Cap. João Valdetaro de Amorim Mello.

1ª Secção — Chefe: Cap. Fernando de Saboya Bandeira de Mello.

— Adjunto: Cap. Nelson Senna Dias.

2ª Secção — Chefe: Cap. Ignacio Corsouil.

3ª Secção — Chefe: Cap. Alcides de Sousa Ramos.

4ª Secção — Chefe: Cap. Ivano Gomes.

Serviço do Material Bélico — Chefe: Major Maurillo Meirelles Alves.

Serviço de Veterinária — Chefe: Major Idalino Saraiva.

Serviço de Saúde — Chefe: Coronel Dr. Alpheu Bicca de Medeiros.

S.I.R. — Tte.Cel. ref. Oscar Raphael Jost.

Serviço de Engenharia — Chefe: Cap. Alberto Seggario.

Serviço de Recrutamento — Chefe: Major Nathaniel Ribeiro Neves.

Inspectoria dos Tiros de Guerra — Cap. Alexandre Magno de Moraes.

Thezoureiro e Pagador do Q.G. — 1º Tte. int. Athanasio Loureiro Belmonte.

O Coronel João Carlos Toledo Bordini continuou no comando da Região até a data de 27 de janeiro de 1931, quando foi substituído pelo General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves, primeiro oficial general a ser nomeado para o alto cargo depois da vitória da Revolução de Outubro de 1930.

(Continua)

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

CASA OLIVEIRA LEITE

Louças — Cristais — Utensílios em geral para cozinha,
mesa e adorno

PRAÇA MONTE CASTELO, 32 (antigo Largo do Rosário)

Exposição no "RIEX"

NÃO É BEM ASSIM...

(CONVERSA DE VESTIÁRIO)

Tenente-Coronel A. J. SENNA CAMPOS

Entramos no momento em que se discutia da conveniência ou não de se darem, a um hoteleiro, as insígnias de oficial, para que bem possa dirigir um estabelecimento, de sua especialidade, em caso de guerra.

Como é comum, entre brasileiros, os ânimos se esquentam e às vezes dizem-se coisas candentes e cáusticas, em momentos de maior exaltação.

A serenidade, tão amiga dos raciocínios esclarecidos, foge no instante em que os argumentos devem ser alinhados em contraposição, uns aos outros.

Dizia um e com veemência, ser contrário a esse processo de presentear-se o civil com as insígnias do oficialato e dar-lhe as honras do posto com todos os imperativos decorrentes da hierarquia militar. Seria um desdouro para as classes armadas baratear as suas prerrogativas; e mais, que se opunha a esse desejo ou tendência de se americanizar o Exército. Aí entraram as referências pouco meditadas, mas que denotam uma certa incompreensão do problema atual e mesmo uma irreverência ao espírito em marcha.

O fenômeno que se passa na quadra presente, de reestruturação do Exército, não é mais nem menos do que aquele que presidiu o período de vinte anos após a guerra de 14, quando a França saiu vitoriosa da luta, de mais de quatro anos, contra a Alemanha.

O Exército Brasileiro, que moldava a sua instrução no figurino alemão, rígido, de calcanhares uni-

dos e de uniformes pomposos, teve em suas fileiras "pontos de resistência" isolados, constituídos por oficiais brilhantes, na sua generalidade, e que haviam estagiado no grande exército do Kaiser.

Que se passou? — a reação entre mentalidades e a lenta absorção dos ensinamentos trazidos, apesar dos pesares. Regulamentos e princípios vários foram tornando o lugar dos mais antigos e fora de moda.

A guerra de 14 impôs uma nova transformação natural e necessária, fruto da experiência de dura campanha, onde vários conceitos de caráter genérico e particular e mesmo novos, surgiram pela imposição dos acontecimentos. Dessa vez não nos limitamos a mandar oficiais às escolas francesas, pois contratamos uma numerosa missão militar que, reconstituída constantemente com valores novos, esteve no Brasil por espaço de 20 anos. E o que se passou? — a adoção integral das doutrinas e processos dos vencedores, da então maior campanha militar de todas as épocas.

O Exército Brasileiro criou a sua doutrina, reorganizou o seu Serviço de Estado-Maior, modernizou os seus processos de combate face à organização de suas novas unidades e cuidou mais a sério dos seus Serviços.

Conseguimos sedimentar alguma coisa útil para o nosso preparo profissional à luz dos ensinamentos de tantos chefes ilustres que nos transmitiram a sua experiência.

Apesar da influência francesa conservamos alguma coisa do alemão, misturando-a com as novas

idéias e criando dessa forma, juntamente com a tradição existente, o que poderemos chamar — a cousa nossa.

Permanecemos, assim, confiantes em nossa doutrina e nos princípios básicos que fomos criando e adotando naqueles 25 anos que precederam a nossa entrada na luta, em solo europeu.

Dessa vez não nos limitamos a simples espectadores, alunos atentos, ou ao aprendizado de ensinamentos auridos nos livros, ávidamente folheados à medida de seu manuseio.

Tomamos parte ativa no empreendimento e assimilamos, apressadamente, os processos de ação, pondo-os a serviço de uma doutrina que não podíamos abandonar pelo simples fato de estarmos ombro a ombro com os americanos e não lado a lado com os franceses.

A adaptação custou-nos bastante, porque tivemos que enfrentar situações difíceis e às vezes penosas, num meio onde tudo fugia aos nossos hábitos de vida e de trabalho.

Finda a campanha, trouxemos ensinamentos preciosos que não podem ficar à margem de nossa preparação. E o maior de todos é que a doutrina e os princípios básicos estão de pé, enquanto que os processos de ação revolucionaram tudo que existia e a sua transformação continua a passos de gigante.

Indiscutivelmente o Exército Americano não poderia passar, em curto prazo, de 200 mil homens para um efetivo de vários milhões, se não tivesse preparado rapidamente oficiais combatentes, em cursos intensivos e colocado nas variadas funções de mando, em Estados-Maiores e Serviços, civis comissionados e verdadeiros técnicos nas especialidades exigidas. Eram homens que deixaram as suas atividades normais em profissões civis e que convocados, continuaram a exercer a sua maneira de trabalho em uma organização militar e portanto fiéis a certos princípios e normas que rapidamente assimilaram, graças a seu grau de educação e conhecimentos. Homens selecionados, sem desdouro para as classes armadas, transformaram as suas

obrigações, de interesse mais ou menos pessoal, em ação comum e patriótica em favor da coletividade.

A prestação de serviço, em caso de guerra, é obrigação de cada um e esse serviço será executado em setor onde mais fôr exigida essa ou aquela especialidade.

Transformar-se o civil, particularmente habilitado a exercer no Exército uma função que lhe é familiar, em chefe ou auxiliar de um serviço, representa um aproveitamento inteligente, rápido e eficiente, que permitirá a transformação de uma organização de paz em máquina de guerra, aparelhada e proficiente, no momento desejado.

Que mal poderá haver, no que tange às prerrogativas militares, à honra e aos conceitos morais de seus quadros, em comissionarem-se, nos postos convenientes, civis cuidadosamente selecionados, técnica e moralmente capazes, para exercerem funções que lhe são próprias, num momento em que a pátria exige a cooperação de seus filhos?

Temos oficiais de reserva em várias profissões civis, uns com origem nos C.P.O.R. e outros em cursos de emergência e muitos deles participantes da campanha italiana, onde desempenharam suas atividades com proficiência e honradez.

Por acaso os médicos, antigos professores de nossas academias, os funcionários prestimosos do Banco do Brasil e os dedicados capelães que foram comissionados em vários postos, para que melhor desempenhassem a sua missão, comprometeram os brios e os princípios hierárquicos e disciplinares do Exército? Parece que não.

Por que não estender às demais profissões essa prerrogativa com os devidos cuidados, já se vê, de tal forma que possamos aparelhar os nossos Serviços com os elementos necessários a fazer chegar aos efetivos, em campanha, os progressos que a assistência social no seu aspecto moral, espiritual e físico põe ao alcance do homem, na contingência da luta?

As profissões civis, necessárias à coletividade, quando são dignas e

acatadas por todos, só poderão merecer o nosso respeito.

Que mal haverá em termos ao nosso lado, no momento do esforço conjunto, os seus elementos arvorados em postos da escala hierárquica, desde que os enobreçam e dignifiquem?

Não é possível ter-se um quadro de oficiais normalmente saídos de escolas militares, preparados para exercer as múltiplas funções que geralmente cabem ao elemento civil.

Façamos o máximo aproveitamento dos académicos das várias escolas, na constituição de unidades previstas para a mobilização, orientando os C.P.O.R. nesse sentido, mas não pretendamos organizar uma reserva de oficiais hoteleiros, de diversões, postalistas, capelães, bancários, etc., pelo simples fato de considerarmos tais misteres incompatíveis com o oficialato.

Copiar ou imitar a experiência e a organização alheias, quando foram aprovadas em longa e mundial campanha, adaptando-as aos nossos interesses, nada mais fazemos do que atingir mais rapidamente o objetivo e seguir o que se vem fazendo desde o tempo em que introduzimos no Exército, aquilo que nos proporcionaram alemães e franceses e agora, mais modernamente, nos apresentam os americanos.

Isso não implica em *americanizar* o Exército, tão desairosamente dito, às vészes, pelos que não consideram o problema em seus devidos termos.

Estamos em franco período de evolução, mais violenta e rapidamente feita, porque o nosso contacto com os americanos tem sido em muito maior escala e até mesmo no campo de batalha, e mesmo porque o mundo de hoje pensa e age, com outra velocidade que não a de 1920...

O número de oficiais com o "virus" de renovação, tanto de mentalidade como de organização, é muito maior agora e nesse propósito estão empenhados os Altos Comandos e o próprio Governo.

Ou aproveitamos os ensinamentos da última guerra para nos reorganizarmos, em curto prazo, ou seremos surpreendidos em franco

delito de discussões estéreis e resistências esparsas, perdendo-se o esforço dispendido em dura campanha que, ao em vez de estar sendo encarada como um empreendimento dignificante e honroso para o Exército, tem sido motivo, algumas vészes, de desairosas referências e conceitos menos justos.

Adotemos o que foi colhido como aproveitável e esqueçamos os erros e as falhas que, se foram muitos, não empanaram nem invalidaram os bons ensinamentos.

Americanizar o Exército seria perder a personalidade e esquecer os princípios básicos que têm norteado, desde os seus primórdios, a formação nacional.

Não somos uma força inconsciente e amoldável a qualquer ação alheia, nem nos bandeamos para os vários campos da doutrina, ao sabor dos ventos, como beirutas à feição das correntes aéreas.

Estamos à altura de discernir e adaptar ou copiar integralmente as boas idéias e os ensinamentos aproveitáveis como fazem todos os exércitos, mesmo o Exército Francês, nosso paradigma até a última guerra.

Não podemos copiar integralmente a disciplina americana que é fruto de uma compreensão perfeita dos deveres do cidadão e do soldado, graças ao seu grau de educação civil.

Nós tivemos a nossa formação militar dentro de observância aproximada do conceito da disciplina militar alemã e mesmo francesa, mas com base numa educação civil cheia de falhas.

Na campanha italiana sentimos, em certo momento, frouxos os nossos laços disciplinares e medidas enérgicas foram postas em prática. Tentamos explicar o fenómeno pelas seguintes causas:

- incorporação de reservistas sem espírito militar formado;
- falta de preparo psicológico;
- percentagem regular de oficiais subalternos da reserva entre os combatentes;
- mentalidade, quase generalizada, na linha de frente, de que seria contraproducente

exigir-se o cumprimento de preceitos disciplinares quando o homem poderia morrer no dia seguinte;

- a má compreensão da elasticidade aparente da disciplina americana, que os nossos homens procuraram, como sempre acontece, adaptar a seu feitio e aperfeiçoar.

A ignorância de que, em serviço, a disciplina era rígida, como qualquer outra, mas que nos momentos de repouso havia certa condescendência por efeito da própria convocação americana e formação de oficiais da reserva, de modo a colocar estes em posição hierárquica superior a seus companheiros de antes da guerra e mesmo de seus superiores funcionais da véspera, esse desconhecimento originou as mais variadas interpretações, com prejuízo da constituição básica de nossa tropa.

Quando em uma comemoração de Natal, no ano de 1943, na cidade marroquina de Marrakech, um sargento americano aproximou-se de uma mesa onde três oficiais, também americanos, tomavam champagne e comiam tâmaras e esses levantaram-se para os cumprimentos e apresentações aos brasileiros, esse quadro era inédito, mas para os americanos era perfeitamente normal, porque todos foram companheiros na vida civil e o regulamento disciplinar, na guerra, tinha sofrido as adaptações necessárias para que isso fosse presenciado. Não tínhamos dúvida que no serviço as coisas se passariam de modo inteiramente diferente e esse é nossos homens que se julgavam dispensados dessa diferenciação.

Quando em um dos hotéis de Roma, um P.M. entrou no bar para convidar a um oficial que se retrinhasse, pois a sua atitude era contrária aos preceitos regulamentares, podia parecer ao brasileiro um absurdo mas, para o americano, o P.M. representava a mais alta autoridade da região, no cumprimento de ordens severas a serem acatadas por todos.

Nossa mentalidade e nossa formação não se coadunam com esse modo de proceder, porque estamos

ainda no regime do "você sabe com quem está falando?" E isso é a pura verdade sentida pelos nossos P.M., na Itália e que delicadamente ponderavam quanto às ordens recebidas e limitavam-se a tomar nota do carro ou do indivíduo. Mas quando o P.M. era americano, as coisas passavam-se de modo diferente...

Quando um americano estava embriagado, porque, de folga, matava as suas máguas, os seus companheiros o carregavam a destino sem que isso causasse maior escândalo. Para nós a falta é grave e o destino normal seria o xadrez.

A nossa variedade de uniformes e o descaso de alguns elementos pela boa aparência e limpeza não encontraram paralelo no meio americano, sempre obedientes aos preceitos correspondentes, mas a incidência de tais fatos, não só na frente como nos locais de repouso à retaguarda, obrigaram a providências severas.

Muitos fatos reais poderiam ser alinhados para apontar as faltas que não deverão ser conservadas pela má interpretação dos sistemas americanos.

Quando saltamos em Nápoles com os nossos uniformes verde-oliva e fomos chamados de "tedescos", ou quando vimos em Lagone um entrincheiramento abandonado, dois dias antes, pelos alemães e onde o equipamento dava a impressão de que havia sido deixado por tropa brasileira, ninguém, certamente, recordou-se que havíamos sofrido a influência alemã, durante certo período de tempo e daí a semelhança de uniforme e material.

Quando, em torno de Argel, visitamos um acampamento de tropa colonial francesa, com a mesma aparência e a mesma falta de cuidado na sua instalação e muito de nosso conhecimento, também não nos lembramos que naquelas péggadas havíamos seguido.

E assim as citações poderiam continuar.

Não nos esqueçamos entretanto que:

- selecionar e copiar ou adaptar ensinamentos e processos de

- meio normal de se modernizarem regulamentos e preceitos diversos ;
- conservar doutrinas básicas e imutáveis, consideradas certas e indispensáveis à instituição a que se destinam, é norma de sobrevivência e solidez de princípios ;
 - lutar e reagir contra espíritos e mentalidades arraigadas em conceitos antiquados é abrir caminho ao progresso e fazer obra de utilidade presente e futura ;

- escudar-se em suposições e melindres de falso conceito moral é não progredir e não se adaptar às necessidades presentes, dentro do quadro geral de mais amplos conceitos ;
- adotar ensinamentos que são fruto da experiência, ou transformá-los em proveito geral, não implica em perda da personalidade, antes é anseio de aperfeiçoamento e reajustagem aos imperativos do adiantamento.

FORNECEDORA SÃO JOAQUIM

L. S. Pereira & Irmão

Madeiras — Telhas — Cimento — Tintas e demais artigos
para construção em geral

RUA SIRICÍ 373

MARECHAL HERMES

RIO DE JANEIRO

Móveis e Colchoaria Bristol Ltda.

Sortimento completo de Móveis — Colchões — Rádios —
Máquinas de Costuras — Bicycletas — Confecções e Tecidos

VENDAS A LONGO PRAZO

RUA CAROLINA MACHADO, 2050-A e B

MARECHAL HERMES

RIO DE JANEIRO

Companhia Fly-Tox do Brasil S.A.

INSETICIDA "FLY-TOX" — PÓ "FLY-TOX" (PÓ DA PÉRSIA)
ÓLEO DE RIGA PARA MÓVEIS — ÓLEO DE MÁQUINA

RUA ARQUIAS CORDEIRO, 828

CAIXA POSTAL, 379 — TELEGR. "FLY-TOX"

Telefones : Fábrica, 29-1688 ; Escritório, 29-6012

RIO DE JANEIRO

RESTABELECIMENTO DOS TIROS DE GUERRA

UM PARECER

Ten.-Cel. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO
Do E.M.E.

"Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os Tiros de Guerra e outros órgãos de formação de reservistas" (§ 4º, do art. 181, da Constituição Federal).

O "Diário de Notícias", em seu número de 30 de abril último, publicou um artigo de fundo tratando do — Restabelecimento dos Tiros de Guerra.

Diz o articulista ser da mais elevada conveniência o debate iniciado na Câmara, acerca do restabelecimento dos Tiros de Guerra, que deram ao Brasil gerações de bons reservistas, garantindo uma reserva de segunda categoria eficiente às Forças Armadas. "O país reclama mais adequado emprego para os doze meses que parte apreciável de sua mocidade consome, anualmente, nos quartéis. Estes raciocínios não conduzem a uma escapatória ao serviço da pátria. Há muitas modalidades de servir ao país, e se o serviço militar se reveste de características que o nobilitam extraordinariamente nem por isso deixam de ser importantes e necessárias as demais formas de dar à República o concurso de capacidade e sacrifício que a nação aguarda de cada um. Assim compreendendo, é de ver quanto o país necessita do restabelecimento dos Tiros de Guerra".

Procuramos consultar o projeto n. 59, de 1949, que autoriza a criação de Tiros de Guerra, apresen-

tado pelo Sr. Dr. Epilogo de Campos.

Diz o projeto em apêço:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder permissão para que, em todo o país, os colégios ou associações que disponham de alunos ou associados em número superior a 500, instalem, mediante fiscalização e orientação do Ministério da Guerra, Tiros de Guerra para a formação de reservistas de segunda categoria.

Art. 2º. Na ocasião da convocação geral das classes, de que trata o art. 1º, do Decreto-lei n. 7.343, de 26 de fevereiro de 1945 (já revogado pela Lei do Serviço Militar — Decreto-lei n. 9.500, de 25-VII-946), os cidadãos que apresentarem certificados de reservistas de segunda categoria, ficarão isentos de incorporação nas fileiras".

Justificação do projeto:

"Quis o Decreto-lei n. 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, com a extinção do sorteio militar, que todo o brasileiro ao completar 21 anos de idade, fôsse incorporado aos corpos de tropa do Exército para ali receber a indispensável instrução militar, a fim de se tornar re-

servista. Eis porém que, pela Portaria n. 8.198, de 26 de abril do mesmo ano, o Ministro da Guerra, regulamentando a aplicação do supra citado Decreto-lei, dispôs, no parágrafo do art. 35:

"Parágrafo único. Nas localidades onde existir guarnição federal não poderão ser instalados Tiros de Guerra".

Doravante para um rapaz se fazer reservista de segunda categoria, torna-se preciso que resida em localidade onde não exista corpo de tropa.

Caso contrário terá de ir para as fileiras".

"Tal prática vem causando sérios transtornos a centenas de milhares de jovens, anualmente.

É que só podendo dispor de certificado de reservista aos 21 anos, ficam impossibilitados de conseguir empregos. O serviço público, federal, estadual e municipal, e até mesmo as entidades autárquicas e paraestatais, negam-lhes trabalho. Idêntico procedimento têm para com esses jovens os empregadores privados".

"Embora durante a convocação só tenham de lhes reservar o lugar não se dispõem a admitir um empregado suplementar para substituir o convocado por um ano somente. O resultado é que por todo o país, de norte a sul, todos os rapazes, entre 16 e 20 anos, não podem estudar, vadiam e até, em alguns casos, dão trabalho à polícia, porque não têm meios para conseguir emprego".

"Mas, vejamos em que se baseou o Ministro da Guerra para extinguir cerca de 500 Tiros de Guerra. Não seriam eficientes os reservistas que anualmente entregavam às reservas do Exército?"

Sempre o foram, é a resposta. A prova é que ainda recentemente o Brasil teve necessidade de mandar à Europa um exército e essa força, a gloriosa Força Expedicionária Brasileira, foi composta de 98 % de reservistas de segunda categoria, saídos dos Tiros de Guerra.

Enquanto essa gente ia aos campos de batalha, dos quais voltava coberta de glória, no país ficava

um grande exército tendo a mesma proporção de reservistas de segunda categoria. E tanto no além-mar, como na metrópole provaram eles possuir ótimo preparo militar. Esse preparo foi conseguido em apenas seis meses de fileira, pois já dispunham, quando ali ingressaram, de um sólido conhecimento básico das coisas da caserna e do manejo do armamento elementar. Enquanto gastaram seis meses para se pôrem a par dos conhecimentos da guerra moderna, os não reservistas (os de terceira categoria) levaram um ano ou mais para se lhes igualar.

A alegação do Ministério é porém bem outra: antes desse decreto-lei tinha o Exército de buscar os soldados para encher seus quartéis das grandes cidades, em todo o interior do país e esse processo, alega o Ministério, além de dispendioso era contraproducente pois muitos rapazes, ao deixarem as fileiras, permaneciam nas cidades, nunca mais regressando aos campos. Não há dúvida que precisamos evitar o êxodo das populações rurais e nesse sentido apresentei uma emenda durante os trabalhos da Constituinte, mandando criar um Tiro de Guerra em cada grupo de Municípios que desse 600 recrutas. Esqueceu-se o Ministério, entretanto, que, graças a essa permuta de jovens, em idade militar, pôde o governo, durante a última guerra desengastar das regiões do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, milhares de rapazes que nada sabiam acerca do Brasil. Eram brasileiros natos que somente conheciam Hitler, Mussolini e Hiorito. Da língua portuguesa não sabiam uma só palavra. O serviço militar, em capitais longínquas de suas cidades, deu-lhes o conhecimento desse imenso Brasil, ensinou-lhes o português e a sua permanência após o serviço militar, nas capitais, longe dos quistos raciais em que viviam, foi, sem dúvida, um grande serviço que o Exército prestou ao país".

"Acresce ainda que a preparação de um reservista nos Tiros de Guerra, não custava (mas hoje

custa) um centavo sequer ao país enquanto que na tropa um reservista custa em média de seis a sete mil cruzeiros, gastos em fardamento, material, alimentação, vencimentos, etc."

"Com o sistema atual de convocação somente uma parte dos jovens pertencentes a cada classe é incorporada. Assim, por ano vai para as fileiras uma terça parte dos elementos de cada classe. Os dois terços restantes, alistados e não incorporados recebem certificado de reservista de terceira categoria. Não possuem instrução militar de espécie alguma o que quer dizer que no futuro, as reservas do Exército serão constituídas por um terço de soldados bem treinados e dois terços de indivíduos que precisarão um ano ou mais para se prepararem".

Ficou patente nesses três anos sem os Tiros de Guerra: — numa época em que o Brasil necessita que todos os filhos trabalhem e produzam numa idade em que o homem precisa iniciar a luta pela vida, luta essa que lhe preparará o físico, o moral e o intelecto para prestar serviços futuros ao país, não se pode impedir que, por falta de um certificado de reservista, venham eles a ser obrigados a se dedicar aos jogos, ao vício e ao ócio. É esse estado de coisas que o presente projeto de lei visa corrigir, com a restauração dos Tiros em todo o país". — Assim escreveu o Dr. Epilogo de Campos.

Apelemos para a Constituição Federal, antes de citar a Lei do Serviço Militar, em vigor:

"Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da pátria, nos termos e sob as penas da lei" (art. 181).

Este artigo tem um alcance elevadamente democrático, não isentando ninguém do serviço militar necessário à defesa da Pátria.

"Todos são iguais perante a lei" § I do art. 141, da Constituição Federal).

A Lei do Serviço Militar, aprovada pelo Decreto-lei n. 9.500, de 15-VII-946, em seu art. 167, revo-

gou as disposições que contrariassem os seus dispositivos; consequentemente, desapareceu o Decreto-lei n. 7.343, de 26-II-945, invocado pelo Dr. Epilogo de Campos, em seu projeto.

O serviço militar consiste em atividades desempenhadas nas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica (art. 1º).

"A obrigação de prestar o serviço militar, em tempo de paz, subsistirá durante o período de vinte e oito anos contados da data em que o cidadão houver completado dezoito anos de idade" (artigo 4º).

"Todo brasileiro deverá alistar-se para o serviço militar dentro dos primeiros seis meses do ano em que completou dezessete anos de idade" (art. 21).

"Todo brasileiro, alistado ou não, deverá considerar-se convocado para o serviço militar no ano civil em que completar dezoito anos de idade, independentemente de editais, avisos ou notificações" (artigo 34).

"Tendo em vista a prestação do serviço militar da classe, discriminar-se-ão, em grosso, no Plano Geral de Convocação, os destinados preferencialmente ao Exército, à Marinha ou à Aeronáutica" (artigo 38).

Os contingentes destinados à prestação do serviço militar no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica, e a receber instrução militar nos órgãos formadores de suas reservas, dependerão:

- a)
- b)
- c) das possibilidades de matrícula nos Tiros de Guerra e nos Centros de Formação de Reservistas (art. 39).

O Ministro da Guerra, ouvidos, em tempo, os Estados-Maiores das Forças Armadas e mediante autorização do Presidente da República, poderá, com a necessária antecedência da data inicial prevista para as primeiras inspeções de saúde, dispensar da incorporação, em cada ano, parcial ou totalmente, os alistados em municípios de recru-

tamento que possuírem uma das seguintes condições:

- a) indústria extrativa de interesse da defesa nacional;
- b) recenseamento militar de fraco coeficiente;
- c) meios de comunicações deficientes;
- d) pronunciada atividade agrícola;
- e) excesso sobre os totais necessários ao preenchimento dos claros nas guarnições federais próximas ou excessos sobre as matrículas previstas nos Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas (art. 37).

Nos municípios afastados das sedes de corpos de tropa do Exército e de acentuada densidade de população, serão mantidos os atuais Tiros de Guerra ou criados outros para instrução militar dos convocados nêles residentes.

§ 1º. Os Tiros de Guerra terão sede, material, móveis, utensílios e polígono de tiro, providos pelas Prefeituras Municipais, sem ficarem subordinados ao Executivo local.

§ 2º. Os convocados residentes em zona urbana ou suburbana dos Municípios onde existam Tiros de Guerra serão nêles matriculados; os residentes em zona rural desses Municípios ficarão à disposição dos comandantes de Região Militar, na forma do art. 37.

§ 3º. Os instrutores, o armamento, a munição, o fardamento de instrução e os alvos serão fornecidos pelo Exército, ficando a cargo dêste a conservação do material bélico.

§ 4º. Nos Municípios em que as Prefeituras não puderem suportar os encargos de que trata o § 1º do art. 74, os convocados não serão dispensados da incorporação e serão destinados aos corpos de tropa mais próximos (art. 74).

Os excedentes do contingente da classe convocada, os brasileiros por opção e os naturalizados com menos de trinta anos, residentes em localidades onde funcionem Centros de Formação de Reservistas ou Tiros de Guerra, nêles serão matriculados (art. 76).

Constituem prova de estar o cidadão em dia com suas obrigações militares:

- a) Certificado de Alistamento Militar, a partir dos dezessete anos até completar vinte anos de idade, satisfeitas as exigências de adiantamento de incorporação, se for o caso;
- b) Certificado de Reservista;
- c) Certificado de Isenção do Serviço Militar (art. 141 da Lei do Serviço Militar).

Da leitura dos artigos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei número 9.500, de 25-VII-946), despreende-se que, não houve proibição do funcionamento dos Tiros de Guerra, nas localidades onde não houver guarnição federal ou corpo de tropa.

O projeto n. 59, de 1949, apresentado pelo Dr. Epilogo de Campos, visa a criação de Tiros de Guerra nos colégios e associações que disponham de alunos ou associados em número superior a 500.

A medida ora pleiteada pelo ilustre legislador já foi executada em 1910, na lei do Marechal Hermes da Fonseca, em que foram mandados funcionar Escolas de Instrução Militar e Tiros de Guerra nos estabelecimentos de ensino secundário, nas associações e nos clubes desportivos.

Em todos os estabelecimentos de ensino havia um instrutor militar, oficial do Exército ativo, que ministrava a instrução militar aos alunos.

Findo o curso havia um exame de reservista para a aquisição da caderneta de segunda categoria.

Infelizmente, a prática demonstrou que a instrução ministrada nesses estabelecimentos de ensino era falha e deficiente.

Vejamos o que se passou nos Estados Unidos na última guerra.

Arrastados à guerra, decidem, com vontade inquebrantável, organizar-se para a vitória.

Na concepção como na execução, só se buscava a eficiência das organizações de combate, eficiência das indústrias de guerra e civil, eficiência do pessoal, eficiência do material.

O recrutamento, a seleção e a preparação do pessoal, com a aplicação integral do princípio — *Homenem — aptidão* — constitui talvez a maior vitória do sistema norte-americano. Essa aplicação orienta também a idéia da especialização, cada vez mais pronunciada, que deve dominar na constituição das forças armadas — verdadeiros grupamentos de técnicos especializados de guerra.

O General Marshall, bem assinala em seu relatório de 1943 a 1945, a importância do problema do potencial humano e aprecia os diferentes fatores que influíram na sua solução. A vantagem do Exército americano ter mobilizado 14 milhões de homens, formando apenas 90 divisões, residiu na capacidade combativa desse pequeno número de G.U., coesas e uniformes, graças ao sistema de instrução e de substituição ou recomplementamento e ao valor do armamento e do material. Sente-se a tendência de substituir o número, a massa, pela qualidade especializada.

Seleção dos homens, seleção dos comandos, seleção dos quadros, para todas as atividades, seleção dos grupamentos de operações e de serviços; organizações racionais e padronizadas; uma instrução intensa e essencialmente objetiva, quer física, quer técnica, quer espiritual; numa designação permanente de todos os indivíduos do país de maneira que em qualquer momento todos tenham o seu posto de ação, eis o que se espera nas organizações para a guerra futura, em que os primeiros golpes poderão ser inesperados e esmagadores.

Nos Estados Unidos, essa formação da Força Armada de cidadãos é facilitada pela sua tradicional Guarda Nacional.

Dá-se maior amplitude ao Serviço Nacional Obrigatório, que assumirá aspecto verdadeiramente democrático e, ao mesmo tempo, não se tolherá a liberdade do cidadão por longo tempo.

Haverá necessidade de:

— Reserva organizada e instruída.

Que a reserva tenha uma organização completa e em dia e uma instrução adequada às condições da guerra e à natureza das diferentes tarefas que lhe incumbirão.

Eis, em resumo, o que deve ser a preparação das reservas para o seu emprego imediato na guerra moderna.

Não podemos continuar com os atuais Tiros de Guerra, com uma organização obsoleta e sem finalidade imediata para a guerra.

Os Tiros de Guerra formavam volteadores de infantaria para a reserva.

A necessidade de especialistas, de especializados e de graduados num Exército moderno, não permite que se pense na formação de volteadores somente.

A atual Lei do Serviço Militar prevê a criação de Centros de Formação de Reservistas, que deverão funcionar anexo às unidades e aos C.P.O.R.

Penso que se poderiam aproveitar os meios em pessoal das unidades que tiveram os seus efetivos reduzidos para instruírem os excessos do contingente, sem prejudicar as suas atividades normais.

A criação de Tiros de Guerra nos colégios e associações, trará um aumento de pessoal e material para os mesmos, sem finalidade prática, apenas, para permitir que os estudantes e os moços de colarinho e gravata não ingressem na caserna para prestar o seu serviço militar. Será mais um processo de se burlar a Lei do Serviço Militar.

Somos favoráveis aos C.P.R., anexos às Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia, de Eletricidade, de Química, de Agronomia, de Veterinária e Técnica Nacional, para dar uma instrução militar aos seus alunos, que findo o curso serão aproveitados em estágios e nas suas funções, como oficiais ou na Mobilização Econômica.

Devemos criar C.P.R. com a finalidade de formarmos especialistas e graduados para a reserva. Reviver as Unidades-Quadros que deram ótimos resultados em certas Regiões Militares.

Não se mobilizam os Exércitos modernos apenas com reservistas

de segunda categoria que mal sabem manejar o fuzil, é preciso formar especialistas e especializados capazes de saberem manejar os múltiplos e variados engenhos de guerra, como bem demonstrou o Exército norte-americano nessa segunda guerra mundial.

Os americanos, com seu vasto parque industrial, as suas reservas de ouro e um potencial humano excelente, formam os seus homens nos Forts (Campos de Instrução), dispondo de todos os meios para poderem ser instruídos bem e em pouco tempo.

Aqui, no nosso país, teremos que apelar para os meios típicos a fim de resolver o problema da formação da nossa reserva instruída, criando os C.P.R. e as Unidades-Quadros.

Bibliografia

Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 25-VII-946).

"Coletânea" (n. 1, setembro de 1948, E.E.M.).

"Diário de Notícias" de 30 de abril de 1949.

ALBINO CASTRO - Comércio e Indústria S. A.

CASA FUNDADA EM 1882

Alfaiataria militar, confecções, couros, bandeiras, fornecimentos e artigos militares

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — TECIDOS EM GERAL

RUA TEÓFILO OTONI, 36 e 40

End. Telegráfico "ALBINOSA"

TELS. { Repartições 43-6408
Escritório 43-9308
Alfaiataria 23-2709

CÓDIGOS: RIBEIRO
MASCOTE
Caixa Postal 224

RIO DE JANEIRO

Contra dores

ASPIRINA



O remédio de confiança

VAMOS MODIFICAR O R. CONT. !

Capitão ACAIA

Deus me livre que julguem estarmos dizendo encontrar-se errado o Regulamento! Amaldiçoado seja quem pensar que nossa mente está a apontar falhas do Regulamento! Não! Jamais!

O Regulamento é sábio, está certo, primorosamente concebido! Tem sido infeliz, é verdade; infinitamente violado; relegado a um plano secundário; vive na penumbra e está quase no esquecimento.

Não é nossa intenção criticá-lo, pois já afirmamos julgá-lo absolutamente sem falhas. Pretendemos, isto sim, chamar a atenção para fatos cotidianos que o infringem de tal maneira que já se tornaram práticas não estranháveis.

É também nosso intento prestar um serviço aos camaradas das guarnições que não as das capitais, os quais ministram carinhosamente instrução geral aos seus subordinados, vêem as prescrições regulamentares serem rigorosamente cumpridas, e chegados a uma capital percebem estar tudo diferente; revoltam-se, a princípio, mas depois se acostumam, como aconteceu conosco.

A rigor, já estamos acostumados, porém inconformados, o que nos impele a escrever estas linhas que comparamos a um balão de São João; este pode subir e descer nòcuamente, pode elevar-se muito e descer até apagado, pode provocar um incêndio... e também pode ser "tascado".

Então, sobe balão! Ao caíres, vê e incendeias o R. Cont., pois talvez surja um novo que livre os oficiais do Exército de situações tão constrangedoras!...

Chegada da gloriosa F.E.B. dos campos de batalha, notou-se sensível diferença nas suas praças no tocante à disciplina. Estavam "americanizadas", isto é, no seu obtuso modo de compreender o que se passava no Exército de "Tio Sam" (educação, alfabetização, recrutamento, ambiente, formação, regulamentos, tudo diferente do nosso), e ainda envaidecidas, naturalmente, por voltarem vitoriosas de uma guerra, tripudiavam violentamente sobre o coitado do R. Cont.

Nessa época, viemos ao Rio em férias, e trajamos vestes militares unicamente em duas rápidas ocasiões, as de apresentação "por ter chegado" e "por ter de regressar"; dêsse modo nos livramos de momentos chocantes, o que não acontecia com os oficiais que tivessem necessidade de transitar fardados. Esses fatos possivelmente estão esquecidos, mas são incontestáveis.

Sabemos que "guerra é guerra", isto são coisas do passado e o que passou, passou. Amém! Se mencionamos tal coisa é para mostrar um marco inicial, pois desta ocasião datou a nova mentalidade das tropas metropolitanas, de terra, mar e ar.

Nova mentalidade, repetimos, em completo desacôrdo com o Regulamento, que é desrespeitado centenas de vezes por dia. Pobre Regulamento!...

Em 10 de fevereiro de 1942, pelo Decreto n. 8.736, foi aprovado para as Forças Armadas de todo o Brasil, o "Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito".

Dizem os seus dois primeiros artigos :

"Todo militar deve aos superiores, como tributo natural à autoridade de que se acham investidos por lei, provas de disciplina e cortezia, manifestadas em todas as circunstâncias de tempo e lugar por atitudes e gestos precisos, rigorosamente observados".

"A espontaneidade e a correção dos sinais de respeito são índices seguros do grau de disciplina das corporações militares, bem como da educação moral e instrução profissional dos seus elementos".

Estas são as palavras que iniciam o Regulamento. E o que se vê diária e freqüentemente ?

— Nos trens de pequeno percurso (e isto antes da "classe única" que ainda piorou a situação) sargentos, quer do Exército, quer da Aeronáutica, aboletam-se nos bancos, e não tomam conhecimento de oficiais que viajam em pé ; uns fingem não ver os superiores, outros simulam estar dormindo ou lendo distraidamente ; outros até encaram os oficiais e fica por isso mesmo. Raramente aparece um superior que tenha a elementar coragem de fazer o subordinado levantar e lhe ceder o lugar, pois todos ficam a baixar a vista, fingindo não ver o subordinado, receosos de que os julguem... fascistas ! Comumente o que se vê é, quando por um milagre um sargento oferece o seu lugar a um oficial, este, "bom-moço", mandar, contrariamente ao que dita o Regulamento, que o subordinado permaneça sentado !...

— Nos ônibus repete-se o fenómeno ; a sua intensidade aumenta assustadoramente nos das linhas que trafegam pela Estrada Rio-São Paulo, nas adjacências das instalações da Aeronáutica, ali existentes...

— Transite um oficial depois das 18 horas em qualquer trecho desde a Estação D. Pedro II até o Arsenal de Marinha : cruzará por milhares de marujos e não receberá uma dezena de cumprimentos militares. Tenha necessidade, um oficial de qualquer patente, de transitar fardado, entre 18 e 20

horas seja na calçada da mesma Estação D. Pedro II seja no abrigo de bondes mais próximo : encontrará vários grupos de marinheiros estacionados e muitos marujos isolados, parecendo até estar numa praça de guerra, mas não receberá talvez de nenhum o menor sinal de respeito.

— Sabemos disto por triste experiência própria ; não receamos contestação de ninguém, e caso haja quem ainda duvide disso teremos prazer em, trajando civilmente, acompanhá-lo para que "in loco" verifique a veracidade do que denunciaremos.

— Entre seis e oito horas, na plataforma da Estação Engenho de Dentro, na plataforma ou no viaduto de Cascadura, raro é o sargento da Aeronáutica e raríssimo o soldado da mesma corporação, que toma conhecimento da passagem ou da presença de um oficial do Exército, fardado.

Poderíamos ir estendendo esta catilinária por folhas e mais folhas de papel. Nada mais faríamos que ir citando fatos conhecidos de todos. Muito de propósito não abordamos os casos surgidos com a "classe única" na Estrada de Ferro Central do Brasil, para não ocupar mais espaço nas linhas desta Revista.

Perguntamos e respondemos : "A quem cabe a culpa deste descalabro ? — "A nós mesmos, oficiais do Exército".

O art. 3º do R. Cont., prescreve : "A oficialidade de terra, do ar e do mar deverá esforçar-se para que os sinais de respeito trocados entre os membros das suas corporações, primem mais pela franca cordialidade dos executantes em demonstrá-los espontânea e publicamente, do que pela obrigatoriedade que a disciplina militar impõe".

Muito certo, muito bem pensado e bem escrito, mas não é o que se vê. Se fôssemos jornalistas civis poderíamos aproveitar isto como tema para fazer "charges" em "quadrinhos".

Nas tropas metropolitanas em geral, soldado não cumprimenta soldado, marinheiro não cumprimenta marinheiro, praça da Aeronáutica não saúda seus companheiros. Evidentemente, não havendo a saudação militar entre eles, muito menos haverá este gesto de membros de uma corporação para os de outra!...

— Depois foi sendo esquecida a continência dos soldados (marinheiros, etc.) para os sargentos, os quais não reagiram contra esta indisciplina, acomodaram-se e a coisa foi chegando a tal ponto que atualmente se percebe que existe esta obrigação somente quando se manuseia o Regulamento.

Culpada a oficialidade, que devia ter-se esforçado melhor em prestigiar os sargentos neste particular, seja compelindo-os a se fazerem respeitados seja compelindo os soldados a cumprir este elementar dever.

— Fatalmente seria então a própria oficialidade atingida pelo fenômeno: nesta questão já está bem enfraquecida a Disciplina Militar.

Foram citados alguns exemplos que duvidamos não sejam do conhecimento geral; quem não estiver de acordo, se não bastar um exame de consciência, se não quiser fazer um esforço de memória, poderá verificar pessoalmente as nossas afirmativas.

Sobre este tema, que nos preocupa há algum tempo, temos palestrado com vários oficiais superiores, capitães e tenentes, os quais naturalmente ignoram ser nosso objetivo sondar o ambiente e o seu modo de pensar; propositalmente temos abordado este assunto unicamente com camaradas reconhecidos como sensatos, ponderados, intangíveis.

Uns dizem que não querem aborrecimentos. Grande parte prefere fingir que não vê. Outros andam somente à paisana para não se incomodarem com estas questões. Uns acham que devemos re-

agir, sendo que um brilhante camarada apontou a necessidade de imitarmos o Exército argentino criando também uma liga de "Oficiais Unidos" para que se ponha côbro a certas situações chocantes. Outros julgam que se deve agir com "prussianismo", o que pensamos ser exagero, uma vez que a "disciplina consciente" o supera vantajosamente. E há também o "bom-mocismo", naqueles que alegam ser "uma questão de compreensão" e não ficam ofendidos quando são diretamente atingidos pelas faltas que apontamos.

Somos do grupo dos que reagem contra a situação atual; do grupo dos inconformados; com isto ganhamos aborrecimentos, inimizades, incompreensões, nervos gastos e saturados.

Chegamos a esta conclusão: a oficialidade percebe esta indisciplina generalizada; uns poucos reagem e a maioria... "acha que a coisa não tem mais jeito". Lamentável!

— Haverá maneira de solucionar esta questão? Vemos dois caminhos:

O primeiro deles: "Cumpra-se o Regulamento!" Uma ação enérgica das autoridades militares e uma vigorosa reação da oficialidade, pensamos ser uma solução, embora penosa e demorada.

A segunda solução: "Modifique-se o Regulamento!" Suprimindo certas servidões, amoldando seus artigos à mentalidade reinante, adaptando a sua forma ao espírito da época, a revisão do Regulamento acarretará uma situação de desfato, dissipará recalques, não permitirá complexos, beneficiará a Disciplina, e será uma solução rápida e fácil.

Então, com o melhor dos propósitos, com a melhor das intenções, dentro do maior respeito, e cientes de não estar sendo maculada a disciplina militar, fazemos aos nossos chefes a seguinte proposta:

— "Vamos modificar o R. Cont. ?

UM GESTO RARO E SIGNIFICATIVO

General JOAO THEODURETO BARBOSA

I

Será frustrada, entre nós, toda tentativa destinada a empalidecer a ação benéfica exercida pelas Forças Armadas, no sentido do desenvolvimento e civilização do nosso povo. A ação pioneira desempenhada, particularmente pelo Exército, na maioria dos grandes empreendimentos nacionais, tem sido manifestada por fatos concretos de expressão e relevo visíveis e reais. Por toda parte do território pátrio encontram-se os testemunhos dos seus frutos e de sua obra. Nos tempos coloniais, a partir do desembarque da corte de D. João VI e das iniciativas felizes de Ministros com a estatura de um Visconde de Cairú, temos a fundação das primeiras Escolas Superiores, de cujo arcabouço se destaca, desde o início, a Real Academia Militar. Criação do Ministro Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, talvez a maior envergadura de estadista português, depois do Marquês de Pombal, esse Cenáculo estava talhado a exercer, pela sua organização e severidade de seus cursos e do seu professorado, uma influência cultural, cuja tradição chegou a nos atingir.

Foi essa Real Academia o embrião das antigas Escola Militar e Escola Central, centros científicos de onde surgiram as nossas Escolas Politécnica e Militar da Praia Vermelha, onde a sombra da austeri-

dade do Brigadeiro Manuel Felizardo e do General Polidoro, Visconde de Sta. Tereza, por anos a fio, moldou a inteligência e o caráter de numerosas gerações de engenheiros civis e militares.

Delas saíram os enxames de obreiros, da estirpe dos Rio Branco (pai), Rebouças, Taunay, Teixeira Soares, Passos, Frontin, Gomes Carneiro, Dionísio Cerqueira, Euclides da Cunha, Trompowsky, Souza Aguiar, Marques da Cunha, Tasso Fragoso e Rondon, verdadeira constelação de mestres e realizadores de talento.

Não apenas, as Bandeiras, dilataram as lindes do Brasil. Mais difícil, talvez, lhe fôsse definir os contornos, demarcando uma periferia desconhecida e hostil. Garantir a posse das terras conquistadas, a preço de tantos sacrifícios, desbravando-a e investindo-lhe os mistérios, em todos os sentidos. Povoar-lhe, por fim, os sertões assim devassados, ocupando o vasto tabuleiro, deserto e ignorado, por peças ativas e criadoras de uma civilização definitiva e estável.

A começar pela epopeia das Bandeiras, organização sabidamente militar, como fração do antigo terço, o Exército, em todos os nossos períodos históricos, esteve sempre presente às fases laboriosas da formação nacional. Desde sua origem remota, vem desempenhando o nobre papel de precursor, de aglutinador de energias, de fundador de

N.R. — O artigo que estampamos, sob o título singelo de "Um Gesto Raro e Significativo", firmado pelo Exmo. Sr. General João Theodureto Barbosa, merece a atenção particular e meditação cuidada de nossos leitores. Há nele idéias e sentimentos a cultivar intensamente e regista um exemplo que denuncia quanto há em nossa gente de lídimo sentimentos patrióticos. É o relato de um fato emocionante que está a demandar imitadores.

acampamentos e de colmados, bérço de inúmeras cidades brasileiras. Sua contribuição como desbravador e demarcador de fronteiras, construtor de vias férreas e linhas telegráficas, não pode ser esquecida, nem tão pouco depreciados seus trabalhos de abertura de rodovias e fundação de colônias militares, nas mais recônditas e inóspitas paragens do país. Conforta aos anônimos construtores dessa estrutura de civilização, já agora despertando o interesse e a atenção do mundo ocidental, o reconhecimento proclamado por espíritos de escol, em face da excelente obra realizada. Estão patentes aos olhos do povo, o primeiro elemento a aproveitar dos seus resultados, os efeitos benéficos do serviço militar, almejado pelo grande Caxias, mas, lamentavelmente protelado, por quase meio século, até depois de proclamada a República.

Quanto tempo desperdiçado em discussões estereis, pela falácia de políticos sem visão, desorientados pela obcecção anti-militarista, ou mal compreendidos ideais pacifistas. Quanto tempo perdido para as entradas civilizadoras e a recuperação física, intelectual e moral do nosso sertanejo, a quem a instituição do Serviço Militar teria de levar, até ao recesso das brechas e serranias, as vantagens da alfabetização, promovida pelas escolas regimentais, instituídas desde 1878 pelo General Osório. Milhares de Brasileiros, exatamente os mais indicados pela sua resistência física e capacidade moral, porquanto ainda isentos dos estigmas das doenças venéreas e das contaminações debilitantes e corruptoras dos centros litorâneos, ficaram assim privados do banho lustral, revigorante, oferecido pela caserna — a mais completa e restauradora das escolas. Não foram apenas numerosos jovens desviados deste magnífico centro revivificador, mas, igualmente, um número equivalente de patricios, a quem se negaram os atributos da cidadania e permaneceram na situação inexpressiva de meros elementos de estatística humana.

Passou, afortunadamente para nós, a época do soldado profissional. Incorporaram-se hoje às fileiras levadas sucessivas de rapazes, transformando-se, assim, a mentalidade do nosso homem médio e melhorando a dos letrados. Uns vêm adquirir além do hábito da leitura e do estudo, outros úteis à sua vida campestre. Entram em contacto com o bem-estar e as vantagens da civilização. Aprendem a andar calçados e vestir-se melhor, deixando a aparência desengonçada e a triste figura, dos primeiros dias da incorporação. Travam conhecimento com a higiene, com alimentação sã, com a vida dos quartéis, com a mesa e cama, até então ignoradas por muitos deles. Vacinam-se e armam-se de defesas para o combate às verminas e endemias.

Os outros, pelo despertar do discernimento e repontar da consciência, até aqui adormecidos, corrigem a displicência, o ar escarinho e o vício de desdenhar das coisas sérias. Adquirem o hábito da pontualidade e aproveitamento do tempo, subordinando-se à rigidez dos horários. Disciplinam seus costumes pessoais e as relações de cortezia com os seus pares, em regra frouxos e descuidados, por meio de discreta discriminação hierárquica, onde a afabilidade e o respeito mútuo excluem qualquer espécie de privilégio, ou distinção. Ambos retemperam os caracteres, com os ensinamentos periódicos da educação moral e na prática amadurecida do culto cívico encontram as virtudes básicas dos futuros cidadãos.

Este programa, a um tempo, discreto e severo, é o empregado pelas unidades do Exército na preparação profissional, cívica e moral dos seus conscritos. Atende, igualmente, a inteligência e aos sentimentos da mocidade, dispondo-a para a vida coletiva e o exercício da cidadania.

A despeito de sua objectividade e relevância, o Exército é acusado de provocar o êxodo dos campos. Isso, é óbvio, repousa em uma observação falha e desprovida de critério de julgamento.

Alguns elementos, é inegável, deixam-se tentar pelo conforto das

idades. São muito poucos. Apenas os madraços, por sua natureza, grupo de flutuantes, sem flidez, dado às aventuras da vida errática, constituindo os marginais de todas as populações das grandes comunidades. Além desses, só um número limitado permanece na cidade, no propósito de exercer a profissão adquirida, ou desenvolvida no Exército, e para cuja prática seria difícil, senão impossível, encontrar aplicação nos seus antigos pagos.

São elementos úteis, fatores de progresso, disputados ainda quando na atividade militar, pelo artesanato, pelas organizações de transportes, indústrias e outras profissões, não sendo raro atingirem alguns, pela sua inteligência e aplicação do preparo intelectual, postos elevados no seu meio social.

A grande massa, porém, regressa ao seu sertão, esclarecida pela observação e pelas lições recebidas na caserna, transformadas em seiva fecunda, verdadeiro fermento da renovação do nosso interior.

II

Tudo isso é sabido e avaliado por seu justo preço pelos estudiosos de nossos problemas sociais. Seria extemporâneo e sedição, se recordássemos esses fatos de nossa vida contemporânea, sem o propósito de torná-los objetivos, ilustrando-os com um acontecimento colhido, entre milhares do mesmo quilate, ocorridos constantemente.

Quando o Exército se empenha, seja pelas normas de sua direção superior, ou seja, notadamente, pela inteligente compreensão e diligência de suas unidades, distribuídas por todos os quadrantes do nosso território, no sentido de elevar os índices da nacionalidade, melhorando-lhes os padrões, nada mais está fazendo senão cumprir sua missão específica. Não lhe compete preparar, exclusivamente, o combatente, deixando à margem e no indiferentismo a formação do cidadão. Para uma Nação em começo do despertar de sua consciência coletiva, como a nossa, a maturidade só será alcançada e ex-

pressa pelo sentimento das responsabilidades, quando seu povo atingir a um nível de educação, cujo teor se meça pelo zelo demonstrado por seus filhos, no exercício da cidadania. Todos os processos e oportunidades, aproveitados na obtenção dessa finalidade, serão iniciativas louváveis e expressão indicativa de uma apreciação apurada de suas mais urgentes necessidades.

O Exército sendo um núcleo de características acentuadamente nacionais e constituindo uma instituição de ordem permanente, não pode eximir-se dessa tarefa cívica e está, por isso, destinado a imprimir um grande desenvolvimento ao nosso incipiente sentimento de nacionalidade. Rematará com sua ação educativa os ensinamentos ministrados à infância do país, ou os suprirá aos desperdícios, por falta de escolas, desse pão espiritual.

Sua influência nesse terreno tem sido apreciável, sem, contudo, ter atingido ao seu máximo, dada a exiguidade de compreensão de uns e a falta de tino e visão de outros. Se houvesse uma atuação coordenada, obedecendo a um programa, o esforço empregado e seus frutos seriam mais extensivos e de melhor padrão. Atenuar-se-iam a dispersão e as paralisações intermitentes, tão flagrantes e freqüentes, na realização da maior parte de nossos empreendimentos.

De coração ao alto e em sã consciência, ninguém proclamaria a perfeição de tudo quanto se pratica no seio do Exército, no propósito de enfrentar os complexos problemas da nossa segurança. Há muita coisa à espera de uma remodelação atualizadora e hábitos velhos mal ajustados a um aparelhamento complicado e sensível, como é um Exército moderno. Uma indagação sincera e conscienciosa, com a intenção de afastar a rotina e dar eficiência a todos os ramos de atividade, talvez produzisse efeito recuperador, dando maior rendimento a essa máquina tão indispensável à sobrevivência da Nação. Entre algumas outras, a organização do Comando e a redução da burocracia são providências de caráter ur-

gente e inadiáveis, por causa das repercussões e influências exercidas na estrutura, no preparo e na capacidade de emprego de um instrumento, cujo acabamento deve estar sempre pronto e experimentado.

Corrijam-se as falhas e eliminem-se os defeitos. Concluir, porém, dessas deficiências, facilmente sanáveis, pela inocuidade ou desvalia das Forças Armadas, mesmo agindo de boa fé, seria lamentável levandade, senão ignorância completa das condições e do ritmo de desenvolvimento do nosso país.

Não bastassem a razão de ser de sua existência e o desempenho de sua missão precípua, seriam suficientes, para justificar as despesas com a sua manutenção, a contribuição trazida ao nosso progresso material e os frutos de alcance social, colhidos com a aplicação do Serviço Militar. Investindo contra a inércia, ou resistências solertes, quase sempre pela persuasão mas, muitas vezes, pela energia da ação e do exemplo, estas forças dentro do anonimato e do silêncio de seu trabalho, têm sido o veículo de difusão dos nossos ideais cívicos, servindo ao mesmo tempo de broquel e coesor aos nossos sentimentos patrióticos e decidida inclinação progressista. Nosso desenvolvimento material, é visível, vem aumentando de vulto nestes últimos 40 anos. Idêntica duração tem a execução do Serviço Militar obrigatório.

Há quarenta anos, sem interrupção, através desse serviço, o Exército vai difundindo, por todo o país, o espírito de ordem e a noção de disciplina, além de levar-lhe, por meio dos conscritos licenciados, conhecimentos novos a respeito das mais variadas atividades e numerosos cidadãos recuperados pelos cursos de alfabetização, instrução redentora, há mais de meio século, funcionando regularmente em nossos regimentos.

Percorra-se o nosso interior e ver-se-á a diferença existente entre os reservistas e os indivíduos isentos da conscrição militar. A compleição física, o desembaraço e a capacidade mental são para aque-

les os fatores de sua prosperidade e a prova de sua recuperação, em todos os sentidos.

III

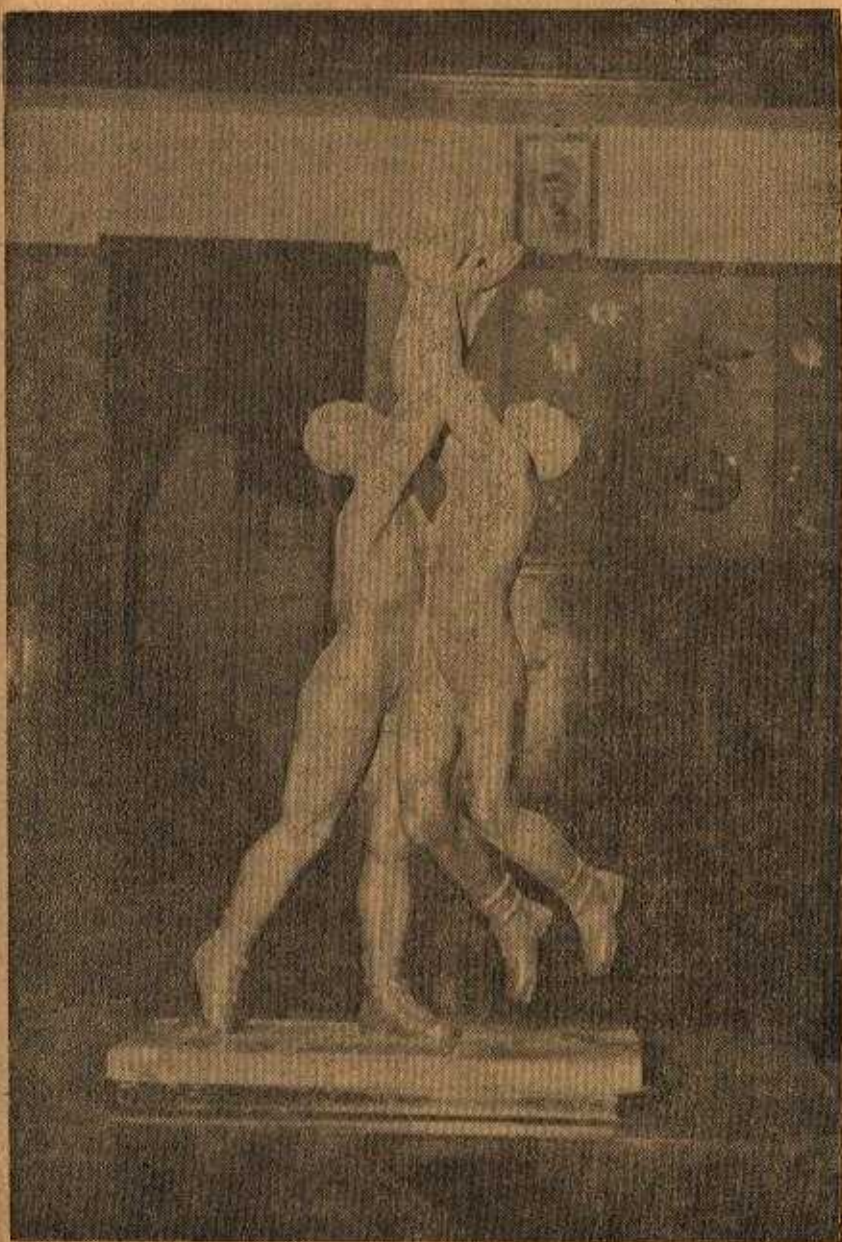
Dada a excelente formação moral do nosso homem, já ninguém se surpreende com a transformação mental experimentada pelos nossos reservistas. Renova-se, ou melhor, cria-se uma mentalidade sadia, donde desponta uma consciência coletiva esclarecida, confiante, dando valor aos esforços individuais e exercendo-os em um sentido objetivo e segundo uma vontade expressa. Vamos, por isso, aprendendo a deixar de lado a enumeração de nossas aflições e defeitos, para enfrentarmos, decididos, a correção desses males. Essa confiança, é inegável, tem suas raízes mais fortes na prestação do Serviço Militar.

Poderíamos enunciar uma série interminável de exemplos para ilustrar esta afirmação. Escolheremos um, aliás, interessantíssimo pela sua originalidade e feição toda especial, para demonstrar as vantagens desta instituição.

Em 15 de dezembro de 1925, colhido pela conscrição militar, abor-dava, receoso e cheio de apreensões, o portão das armas do quartel do 13º R.I., em Ponta Grossa, o jovem brasileiro João Marques Vieira. Saindo de S. Bento, seu torrão natal, para um burgo estranho, onde o aguardava, entre desconhecidos, uma vida intensa e de características jamais imaginadas, não será difícil avaliar, em face da situação enleante, a perplexidade do seu inexperiente espírito, de resto idêntica a todos os moços de sua idade, nas mesmas condições.

Não tiremos às cenas, então desenroladas, o sabor do ineditismo, deixando-o descrevê-las, tal como fez há cerca de um ano, no salão de honra do seu antigo regimento. Ouçamos suas próprias palavras.

"Há vinte e três anos, eu tinha a ventura de atravessar, pela primeira vez, os umbrais do grande portão deste quartel. Descalço, anali-



O "TROFÉU AMOR AO CORPO DE TROPA", bronze instituído pelo Exército e Industrial João Marques Vieira, a fim de ser disputado entre as subunidades do 13º R.I.

fabeto, com a roupa modesta do roceiro pobre e humilde, sentia-me tolhido e vexado e, por isso, rodava nas mãos, sem parar, no desafio natural aos homens do interior, o meu velho chapéu de palha, esfiapado pelas intempéries das colvaras. Fora disso, nada mais me ocorria fazer, porquanto a cabeça não parava também de andar à roda, dando-me a impressão do assombro e do vazio.

Dados, porém, os passos de rotina, dos primeiros dias da iniciação, dentro de pouco, eu recebia um número de ordem e, com ele, abriam-se-me os hábitos do dormitório, do lavabo e do refeitório, coisas para mim inteiramente novas.

A impressão mais avassaladora, contudo, recebida, foi a da Escola regimental. Sem embargo dos contrastes causados pela instrução físico-profissional, alguns penosos de sofrer, tive a intuição de vislumbrar no curso de alfabetização, a redenção do meu passado e todo o futuro, tão facilmente entreaberto aos promissores dias do meu porvir.

Entreguei-me aos estudos com a energia e obstinação de um náufrago.

Auxiliado por uns, amparado pela boa vontade de todos, graças ao próprio esforço e à correção de minha conduta, conquistei as promoções de cabo e sargento, modesto grau da hierarquia, onde, após nove anos bem vividos, me alcançou o licenciamento.

Volvi, assim, à vida civil. Pela segunda vez, teria de enfrentar as vicissitudes e percalços encontrados, por quem é forçado a abraçar uma nova profissão. Agora, já não era o adolescente vacilante e tímido, o sertanejo iletrado de 1925. Possuía o meu certificado e a carteira de identificação, além de uma instrução variada e prática, um pequeno pecúlio e a coragem desenvolvida na caserna, em face das dificuldades a vencer.

Conhecendo melhor o país e suas condições econômicas, fixei-me em São Paulo, onde instalei uma pequena indústria. Prosperei e hoje

me considero ao abrigo das incertezas do amanhã.

Cercado pelos cuidados da família, em um lar feliz e sem preocupações inquietantes, meu pensamento voltou-se para a fonte e causa de todo o meu bem-estar e ali encontrou o meu antigo regimento — o 13º R.I. Surgiu, então, a idéia de manifestar-lhe o meu reconhecimento perene, mas de modo a despertar nas gerações sucessivas, por ele instruídas, a gratidão e o amor às suas fileiras e tradições.

Veio-me à imaginação instituir o "TROFÉU AMOR AO CORPO DE TROPA", bronze a ser disputado, por largo tempo, em competições desportivas entre suas Subunidades, com a finalidade de estimular o culto deste nobre sentimento — poderosa âncora de fixação — ligando, pela solidariedade e espírito de equipe, todos quantos tenham a fortuna de passar por sua caserna, para servi-lo.

Concentro nessa estatueta o penhor dos meus sentimentos de gratidão e nela revejo os dias de prosperidade abertos à minha vida, desde quando atravessei o marco do seu início, representado pelo portão deste quartel. Ofertando-a ao 13º R.I., com o destino já referido, peço a Deus nos proporcione o fim colimado, e aos Comandantes do meu velho regimento se dignem de ser os executores do meu modesto e elevado intento."

Tudo quanto se acrescentasse à grandiosidade desse raro e significativo gesto, seria mesquinho e supérfluo. Só ele, por si mesmo, poderá exprimir com a grandeza do seu significado, a riqueza de sentimentos do seu idealizador. Nada, além da expressão de sua objetividade, poderá exaltar melhor a nobreza dessa intenção, nem terá autoridade mais digna para ferir sua finalidade espiritual e cívica.

Oxalá, todos compreendam o seu alcance e sua força, porque sem o "espírito de corpo" das pequenas comunidades, não é possível formar a consciência coletiva de um povo, nem forjar a alma de sua nacionalidade.

"GERICINÓ!..."

(ORAÇÃO AOS MORTOS)

Ten.-Cel. ERNESTO LEITE MACHADO
Do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Companheiros de farda!

Ouvimos, há pouco, em imponente cerimônia religiosa, a palavra autorizada e empolgante de S. Exa., o Sr. Bispo D. Fernando — esse simpático, eminente e autêntico Pastor de Almas.

Ainda ressoam aos nossos ouvidos aquelas frases eruditas, — doces e, a um tempo, profundas, — repassadas de sabedoria e fé robusta...

Após haverdes ouvido o Ilustrado antiste, pouco tereis de ouvir do soldado rude. Falou-nos, aquele, com o cérebro e o coração. Mas, este vosso companheiro só com o coração vos poderá falar... O motivo é óbvio...

* * *

Pobre de mim! Que posso oferecer aos bravos companheiros mortos? — Pouco... Muito pouco!...

Venho a este microfônio, amigos, apenas desfolhar e espargir, sobre suas sepulturas, algumas pétalas mirradas de saudade!...

* * *

Não assistimos, hoje, a uma cerimônia simplesmente religiosa e sim, cívico-religiosa.

A Religião, senhores, está — e deve estar — tão entrelaçada com

a Pátria; a Igreja, entre nós, se acha tão unida ao Quartel; a Cruz tem vivido tão aliada à Espada, que já se não torna fácil dizer onde começa uma e acaba outra!...

Meus camaradas: não me cansa, nunca, citar palavras dos preladados e sacerdotes católicos porque, entre eles, hei encontrado, — até hoje, — as culturas mais sólidas e os talentos mais fulgurantes!...

Há poucos dias, neste mesmo microfônio, citei-vos frases numerosas de um deles; daquele sergipano erudito, hoje residente em S. Paulo: — Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida.

Mais recentemente, na sede da minha modesta Repartição, — e no meu próprio boletim interno, — a 15 do mês corrente, — fiz exarar um item inteiro a respeito daquele documento memorável, expedido pelo imortal e sábio Leão XIII: a encíclica "Rerum Novarum"...

Hoje, — como sempre, — ainda não posso fugir a essa afinidade irrefragável, a essa forte simpatia, a essa atração irresistível, — confesso, — de vos reproduzir, aqui, palavras de dois outros notáveis sacerdotes católicos, oradores de raça, poetas ambos — e primorosos: um deles é o Exmo. e Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa DD. Arcebispo de Mato Grosso, — também escritor, jornalista, conferencista, membro destacado da Academia Brasi-

leira de Letras. O outro é o meu prezadíssimo amigo Monsenhor João de Deus, residente em João Pessoa e belo espécime de homem culto... apesar de modestíssimo...

Disse, o sábio D. Aquino: "existe, nos Quartéis, não sei que da santidade dos Templos!..." E, em verdade, vos direi, senhores — humildemente, aliás, — que, hoje, na vossa catedral, convenci-me, — vez por todas, — de que também existe, nos Templos, muita coisa do *Civismo dos Quartéis*!...

Cruz e Espada! Fé e Civismo! Religião e Pátria! — confundem-se; misturam-se; completam-se; consubstanciam-se num só grande ideal: Força! Unificam-se; fundem-se numa mesma, única e sublime Entidade! — DEUS!

É por isto, meus companheiros, que o soldado se sente tão feliz no Templo e o sacerdote se acha tão à vontade no Quartel!...

Por natural e espontânea associação de idéias, vêm-me à mente, — sem o querer, — aqueles versos admiráveis do meu genial conterrâneo — "O Cantor dos Escravos":

"Não cora, o livro de ombrear
[com o sabre,
nem cora, o sabre, de chamá-lo
[irmão"!...

E se eu imitasse esse primor e recitasse:

"Não cora, a Cruz, de ombrear
[com a Espada,
nem cora, a Espada, de tor-
[ná-la irmã?!"...

Que aconteceria, senhores?...
Acaso, faltaria à verdade?!"...

Igreja — mansão da Cruz!

Quartel — lar da Espada!

Não duvideis, senhores: — O Quartel é Templo e o Templo é Quartel. O Quartel é Templo porque é também lugar de culto: — à Bandeira; ao Hino; à Família; à Pátria; a Deus, portanto.

O Templo é Quartel porque, naquele, também se presta culto ao Civismo; aos Heróis; à Pátria!

Qual é, pois, o corolário natural de tudo isto? — Simplíssimo:

— A Cruz é Espada!...

E a Espada é Cruz!...

"O sacerdote é soldado de Deus! O soldado é sacerdote da Pátria!"

E tanto assim é, senhores, que, há pouco, assistimos a uma solenidade belíssima, verdadeiramente tocante, singularmente comovedora, — aquelas exéquias, — cerimônia, a um só tempo, misto de Fé e Civismo; Religião e Pátria; Igreja e Quartel; Cruz e Espada!...

Camaradas da Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Bombeiros e Exército! Bem sei, não ignorais que Jesus, — quando já crucificado, — no Cimo do Golgota, — reservou a última golfada do Sangue Puríssimo de Seu Divino Coração, para ungir, com Ela, a Espada do Soldado...

Por isso, não vos repetirei os pormenores desse sublime e memorável acontecimento...

Bastará, apenas, lembrar-vos que, daí em diante, ficaram entrelaçadas, para todo o sempre, "per omnia saecula, saeculorum", a Cruz e a Espada!

Espada e Cruz são símbolos, bem o sabeis. Aquela, da Força Física, Material. Essa, da Força Espiritual, Moral. É sagrado, o caráter de ambas.

Parece, até, que, há muitos séculos, — "in illo tempore", — os Ministros de Deus também cingiam espada à cinta, como os soldados...

Pelo menos, São Paulo dirigiu estas palavras aos Romanos:

"Não é debalde que traz, ele, a espada, porquanto é Ministro de Deus..."

Senhores!

Receio estar falando demasiado... sendo fastidioso... Bem me lembra que o grande Voltaire, — o sarcástico e irreverente filósofo francês, — dizia freqüentemente;

"Le secret d'ennuyer est celui de tout dire..."

("O segredo de enfadar está em dizer tudo"...)

E até a sabedoria popular recomenda o laconismo como condição indispensável para agradar: "Esto brevis et placebis" ... ("Sê breve e hás de agradar...")

Mas, sergipanos, como poderei ocultar, ou reduzir, essas pétalas de saudade, se me brotam, do coração, tão numerosas e espontâneas, embora pequeninas e murchas?!...

— Não vejo como!... Deixai-me desabafar!...

Não importa desagrade!...

* * *

Companheiros que vos fôstes!

Ainda fumega, derramado no solo feraz do Brasil, vosso sangue verde-amarelo!... Ainda escaldam, as lágrimas dos vossos entes idolatrados: — espôsas; noivas; filhos; pais; irmãos, — cujos corações se acham despedaçados de dor!

Parentes queridos!

Consolai-vos!... "Dulce et decorum est pro Patria mori!..." ("É grato — e honroso — morrer pela Pátria!...")

Confesso-vos, em verdade, que Valença, — Cunha, — Xexéu, — Padron, — Miranda, — Lacerda, — Droen, — Valdir, — Raulino e Sarmiento ainda vivem e viverão sempre!... Estão todos presentes! Presentes e vivos na nossa lembrança! Na saudade dos seus entes queridos e dos companheiros de verde-oliva! Na admiração dos seus concidadãos!

Felizes daqueles a quem Deus concede a ventura da imolação pela Pátria, — gloriosamente, — no cumprimento do dever!

Esses não morrem jamais! — transfiguram-se, tão somente!

Deixam o pequenino palco terreno e ingressam, para sempre, na admiração dos pásteros! No Panteão da Pátria! Metamorfosam-se, portanto: — trocam o acanhado tablado nacional, pela abóbada, rutilante e insondável, do Cruzeiro do Sul! Partem, da crosta grosseira deste planeta de sofrimento, para a Vastidão eterna, atordoadora, misteriosa, mas, feliz, do Infinito!...

Alegrai-vos, pois, pais, irmãos, espôsas, noivas!...

Foram dignos, vossos mortos!

"Deus dedit,

Deus abstulit!..."

("Deus deu. Deus levou!...")

Mas, não morreram!... Acredita-me!... São cadáveres, — é verdade, — mas, falam, ainda!!!...

Não percebeis suas vozes?!...

— Falam, sim, — senhores!...

Falam e sorriem!...

Apurai os ouvidos e escutareis sua linguagem!... Firmai a vista e divisareis seu sorrir!...

Falam, — no exemplo altilouquente que acabam de ministrar aos seus concidadãos! Exemplo de reto cumprimento do dever e honestidade profissional!

Falam, — no acervo de sacrifícios feitos pelo Brasil!

Falam, também — na beleza do ensinamento que, agora, legam a nós outros, — seus companheiros de farda!

Falam, — ainda, — na sublimidade comovedora do seu arraigado amor à Pátria!

Falam, — finalmente, — e com que eloquência! com que vigor! com que alegria!, — no derradeiro sorrir em que se entreabriram, seus lábios, no último instante, — quando os olhos, entrefechando-se, fitaram, pela vez derradeira, os Céus inconfundíveis do Brasil!...

Regozijai-vos, pois, entes queridos!

"Homo proponit, sed Deus disponit!..."

("O homem propõe e Deus dispõe!...")

* * *

E vós, companheiros idos!

Repousai em Paz!

Bem podeis dormir o eterno sono dos justos. Daqueles que partem deste Mundo de enganos para a Realidade dos Braços da Cruz Redentora! Para a Eternidade do Seio daquele Meigo Nazareno! — daquele Homem singularíssimo que chamava as crianças, quando seus discípulos as despediam por importunas!...

"Sinite parvulos venire ad me!..."

("Deixai que os pequenitos venham a mim!...")

Dormi, pois, soldados do Brasil! Ide com a consciência tranqüila do dever bem cumprido!

Juramos cultuar vossa memória de heróis legítimos!

Jamais havemos de esquecer o sacrifício dessas vidas moças — estuantes de Ambr e Cívismo — oferecidas à Pátria, em sublime holocausto...

Não vos admiram, apenas, os cidadãos e os camaradas de Aracaju que, hoje, foram à Catedral, — respeitosa, genuflexos, — oscular a fimbria desse crepe que envolvia vosso esquite!...

E não é, somente, o Exército Nacional que se curva, reverente, diante das vossas tumbas, humildes, mas honradas!

É esse Gigante, — é o próprio Brasil, — cuja dor não tem medida, — que se ajoelha, contrito, — diante dos túmulos destes filhos amantíssimos!

— É a própria Pátria estremecida que vem partilhar da dor dos vossos pais! Do infortúnio das vossas esposas! Da saudade dos vossos filhinhos! Da admiração imensurável dos vossos companheiros!

É Ela, — sim, — resignada, estoica, — que vem dobrar os joelhos diante destas sepulturas e beijar-vos, pela derradeira vez, as fronte alivas!

É também Ela que vem implorar, ao Deus dos Exércitos, o descanso eterno para vossas almas, — retas e generosas!

* * *

E agora, — Senhor, — Deus de Bondade e Misericórdia, — ouve os rogos dos nossos corações em favor dos servos que houveste por bem chamar ao teu Seio Amantíssimo!

Atende, — Senhor, — à prece do Brasil!

Conceda, a estes grandes filhos, o eterno descanso na Companhia dos Teus Eleitos!

E o sono perpétuo, — dos bravos, — no Panteão da História!

"Requiescat in Pace!..."

* * *

Companheiros que partistes!

— Sentido!

Quando ouvirdes o rufar dos tambores e o toque dos clarins, descei à Terra, pressurosos!...

Pairai sobre nossas cabeças!...

Guiai-nos para o Amor e para o Bem! Para a Religião e a Justiça!... E tu, meu colega; tu, Valença, que, além de brasileiro, és também sergipano, — por caprichosa coincidência!...

Como foi bela, tua morte! Como se me apresenta sublime, teu sacrifício! E como te invejo, Valença!

Morrer no campo de batalha, ou, mesmo, na paz, mas como tu, em plena Instrução, é bem digno de valente soldado de Caxias!

Morrer, — Valença, — decapitado por estilhaço de granada deve constituir Ideal e Glória para qualquer de nós!

Quão generoso foi, para contigo, o Onipotente!

Como me deploro a mim mesmo, e como te invejo, — meu amigo!

Morrer mutilado; ensanguentado; roto, mas cheio de vida e amor pela Terra de SANTA CRUZ!

Morrer com o crânio esmigalhado; o peito, — enfundado de esperança pelo Brasil, túmido de amor pela Pátria, — traspassado pelo aço frio, mas, redentor da baioneta, — é magnífico, Valença! É soberbo para um Soldado de Brio, como tu!

Como foste feliz, companheiro!

Ah! Valença!... Quanto eu teria, ardido, em febril desejo, para que tu fosses eu e eu fosse tu!...

Concedeu-te, — o Eterno, — a morte gloriosa dos bravos. A morte que só reserva aos seus grandes filhos: aquela que, em vão, lhe venho suplicando há muito tempo!...

"Requiem aeternam dona eis, Domine..."

("Dai-lhe, senhor, o descanso eterno!...")

Sergipanos!

Quero servir-me, agora, das palavras do Exmo. Sr. Gen. Dutra, — quando Ministro da Guerra, — numa comovente cerimônia pública, em 1942, no Rio de Janeiro — palavras oportuníssimas neste momento:

"Estamos cimentando, com lágrimas, suor e sangue, — na vida e na morte, — o edifício da Unidade Nacional! Construindo, na Dor e no Sofrimento, a própria Eternidade da nossa Pátria!"

Companheiros de farda!

Mirai-vos neste bellissimo exemplo dos dez heróis de Gericinó!

Trabalhai pelo Brasil! Embedai-vos de bons pensamentos!

Pensai, sempre, no Bem e para o Bem!

Não será demais, que eu, — como vosso irmão mais velho, nesta Guarnição, — recite, aqui, também para vós, aquelas mesmas palavras que, há poucos dias, recordei, na sede vetusta da 19ª C.R., aos soldados atuais daquela Repartição; aquêle sempre oportuno e bellissimo conselho que nos deixou Lamennais, — notável filósofo francês do século passado, — ao dirigir-se à mocidade de sua Pátria — a França:

"Faites un effort.
Voulez seulement.

Celui qui vos donne le desir
[de bien,
Vos donnera aussi celui de
l'accomplir!..."

("Esforçai-vos.

Basta que o desejeis.

Aquêle que vos dá o desejo do Bem — Deus — dar-vos-á, igualmente, o desejo de o realizar...")

Nada somos, meus amigos!...
nada, mesmo!...

"Memento, homo, quia pulvis
és et in pulverem reves-
tis..."

("Lembra-te, homem: és pó
e ao pó hás de voltar!...")

E agora, Sergipanos que, acaso, me ouvís, permiti-me utilize, — para terminar, — aquelas palavras magistrais de festejado escritor patricio:

"Há certos momentos na vida do homem, nos quais, qualquer que seja a posição do Corpo, a Alma se apresenta, sempre, de joelhos!..."

Pois bem. É precisamente nessa situação, — humilima, — que se encontra a alma singela d'este soldado rude e obscuro que vos fala!

"Ad maiorem Dei gloriam!..."

GONÇALVES MOTTA & IRMÃO

Cereais por atacado

RUA BENEDITO HIPÓLITO, 155

TELEFONE, 32-1232

RIO DE JANEIRO

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" recebeu, no período de 20 de agosto a 20 de setembro de 1949, as seguintes publicações :

- 1 — Ejército — N. 114 (Julio/1949) — Espanha.
- 2 — Revista de la oficialidad de complemento — N. 63 (Julio/1949) — Espanha.
- 3 — Guión — N. 86 (Julio/1949) — Espanha.
- 4 — Revista de las fuerzas armadas — N. 36 (Junio/1949) — Venezuela.
- 5 — El ejército ; factor ponderable en el desenvolvimiento económico, social y político de la Nación — Gal. Laureano Orenco Anaya — Argentina.
- 6 — Revista Militar — N. 8 (Agosto/1949) — Argentina.
- 7 — Revista del suboficial — N. 366 (Agosto/1949) — Argentina.
- 8 — Revista Militar y Naval — N. 338/340 (Abril/Junio 1949) — Uruguay.
- 9 — Memorial del Ejército de Chile — N. 230 (Mayo/Junio 1949) — Chile.
- 10 — Revista del Colegio Militar — Tomo X — N. 1 (Junio 1949) — México.
- 11 — Message des forces armées — N. 23 (1949) — França.
- 12 — Revista de las fuerzas armadas de la Nacion — N. 99 (Marzo/1949) — Paraguai.
- 13 — Revista Militar — N. 7 (Julho/1949) — Portugal.
- 14 — Revista da Cavalaria — N. 3 (Maio/1949) — Portugal.
- 15 — Militia — N. 9 (Março/Abril/1949) — Força Pública de São Paulo.
- 16 — Revista da Escola Militar — N. 60 (Dezembro/1948) — Escola Militar de Rezende.
- 17 — Revista do Clube Militar — Ns. 95 e 96 (Março e Abril de 1949) — Clube Militar — Rio de Janeiro.

AGRADECEMOS.

LEI DA PRAIA

INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE

Major SATURNINO LANGE

— A Lei n. 616, de 2-II-949, que altera os arts. 1º e 6º, da Lei número 288, de 8-VI-948, concedendo vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra, passou para o domínio público, cognominada "Lei da Praia".

— Naturalmente, assim a denominam pelo fato de se referir a oficiais que cumpriram missões de *vigilância e segurança do litoral*, durante as operações de guerra que recentemente ultimamos.

— Mas, o que motiva estas linhas não é, propriamente, a simplificada denominação a que aludimos, mas, unicamente, a interpretação e aplicabilidade da mesma Lei, que nos vive perturbando o espírito e restringindo o sono.

— Isto assim acontece, porque a mesma Lei veio criar a vantagem de uma modesta promoção para a reserva, cousa que não seria de desprezar nos momentos que correm.

— Que o indivíduo, inicialmente, pleiteie a criação de um direito do qual venha a auferir vantagens, dificultando, assim, por qualquer modo, determinadas diretivas econômicas de ordem pública, poderia não parecer muito elegante, mas, desde que um direito tenha sido espontaneamente criado pelos escalões competentes, o pleiteá-lo constitui tão só um ato de legítima defesa, muito humano, elegante e racional.

— Assim, por se ter reconhecido que a Lei n. 616 não era, por si mesma, muito explícita, foi pre-

parado o Decreto n. 28.907, de 18-VII-949, que definiu e delimitou os casos que a lei básica cominava, isto é:

1) NO EXÉRCITO:

- a) Os portadores de Medalha de Campanha;
- b) Os que se instalaram no terreno com a missão de vigilância ou de segurança do litoral brasileiro, ou por qualquer outra forma hajam cumprido efetivamente as mesmas missões;
- c) Os que tenham servido em fortaleza ou baterias isoladas na defesa do litoral.

— No entretanto, apesar de todo esse esforço elucidativo, a mesma dúvida continuou pairando sobre todos os espíritos, porquanto nos faltam elementos para caracterizar quando o indivíduo se instalou no terreno com a missão de vigilância e de segurança do litoral, ou quando, por qualquer outra forma, cumpriu, efetivamente, as mesmas missões.

— Assim ocorrendo, a parte penumbриста terá de ser discutida e publicamente analisada, para que não ocorram dúvidas na aplicabilidade final da legislação, na ocasião oportuna, e ninguém, no fim de sua vida pública, venha a sofrer desgostos e frustrações.

— Para este fim, a matéria terá de ser apreciada, primeiro sob o ponto de vista legal e, finalmente, sob o ponto de vista militar, para que tudo, enfim, possa ter uma

aplicabilidade inteiramente justa e certa.

1) PONTO DE VISTA LEGAL :

- O ponto de vista legal vamos encontrar na própria inteligência da Lei, segundo o que diz e torna público. Portanto, a quem favorece a Lei?
- Aos que se instalaram no terreno com a missão de :
 - Vigilância — ou de
 - Segurança — do litoral brasileiro
 - ou por qualquer outra forma hajam cumprido efetivamente as mesmas missões.
- Necessita-se, portanto, esclarecer como foram exercidas a MISSÃO DE VIGILÂNCIA e a MISSÃO DE SEGURANÇA e qual a QUALQUER OUTRA FORMA de cumprimento dessas mesmas missões.
- Para este fim, o assunto terá de ser examinado sob o ponto de vista militar, que abordamos em seguida.

2) PONTO DE VISTA MILITAR :

- Sob o ponto de vista militar, há a considerar duas situações distintas ou sejam — VIGILÂNCIA — e — SEGURANÇA.
- A vigilância constitui um complemento típico, básico e indispensável da segurança. Esta se adapta e se forma de acordo com os elementos da vigilância, que tanto pode ser exercida por unidades especializadas, em seu todo, fortalezas e unidades de costa, como também por pequenas frações de unidades, para este fim especialmente destacadas e estrategicamente distribuídas.
- Mas a segurança, em sua acepção completa e integral, só poderá ser executada pelo grosso da unidade, ou conjunto de uni-

dades, que apoiem os demais elementos de vigilância.

- Fora destas concepções, e particularizando o caso da Capital Federal, seria admitir que o território de seu litoral só teria para a sua segurança as fortalezas e unidades outras de costa. Seria admitir, como verdade militar, que, num caso de ataque por via marítima, essas mesmas unidades disporiam de todos os recursos próprios, para assegurar a defesa de seu território costeiro, sem qualquer interferência das demais unidades existentes, que, por isso, não partilhariam dos ônus decorrentes das operações realizadas, o que se nos afigura problemático.
- Por outro lado, não existe somente a vigilância e a segurança do litoral nos estritos limites dos horizontes marítimos. Há também a segurança interna do território litorâneo, decorrentemente da ação da quinta coluna, que constitui, nos tempos modernos, a arma de guerra mais danosa, terrível e traiçoeira.
- Portanto, não seria possível, sob um exato ponto de vista militar, deixarmos de concluir que, se as missões de vigilância foram exercidas pelas fortalezas e unidades de costa e pequenas frações de outras unidades, para este fim especialmente destacadas, as missões de segurança só poderiam ter sido exercidas por todo o conjunto de unidades que se achavam instaladas no terreno da orla do litoral, pois que tal representava o dispositivo de força militar, estrategicamente concebido e distribuído para garantia do território litorâneo do país.
- Nossas convicções, neste particular, decorrem da inteligência da lei. De acôr-

do com a LEI DE ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO — Dec.-lei n. 9.099, de 27-III-946 — “o fim essencial do Exército, em tempo de paz, consiste em preparar a nação para a guerra e garantir a *segurança interna, juntamente com as demais Forças Armadas*, Art. 1º. Para isso, prepara a *defesa do território nacional*, em colaboração com as demais Forças Armadas, Art. 1º, letra c)”.

— Portanto, forçoso seria concluir-se que, desde o tempo de paz, já o Exército prepara a *defesa do território nacional*, em que está incluído todo o seu litoral, como ponto vulnerável de possíveis desembarques e incursões inimigas.

— Mas a aceção de defesa traz, consigo, imediata e implicitamente, as aceções de *vigilância e segurança*, que militarmente se completam e racionalizam. E se tal acontece, desde a paz, pela distribuição estratégica de unidades de tropa e órgãos outros de serviços, encarregados do indispensável provimento material, pela orla costeira ou litorânea e pontos outros de cobertura aconselhável — como o seria em pleno estado de guerra?

— Agora e finalmente, ainda poderíamos facilmente constatar, que as missões de *vigilância e segurança*, regulamentar e funcionalmente executadas por todas as unidades que se encontravam instaladas no terreno da orla do litoral, foram missões de *vigilância e segurança de guerra*:

1) O Brasil estava com a sua Zona de Guerra legalmente delimitada e definida, dividida em subzonas e teatros de operações inteiramente

esclarecidos (Dec. número 10.490-A).

2) O Brasil estava em estado de guerra, porque tal fôra declarado para todo o território nacional (Dec. n. 10.358).

3) O Brasil estava em situação de mobilização geral, visto que esta providência fôra decretada para todo o território nacional:

— Mobilização geral — Dec. n. 10.451;

— Mobilização econômica — Decreto-lei n. 4.750;

— Mobilização industrial — Decreto-lei n. 6.388.

— Vemos, assim, que o Brasil havia satisfeito todas aquelas condições que caracterizam uma nação em pleno estado de guerra. Se não tornávamos, em princípio, a iniciativa da guerra ativa, realizávamos, a posteriori, e na ocasião oportuna, a preparação da Força Expedicionária Brasileira, com a qual comparecemos ao teatro de guerra da Europa. E o inimigo? Sabíamos quando nos atacaria e por onde iniciaria suas incursões? Seria pelo litoral, pelo caminho das fortalezas? E se o fôsse, a quem competiria a missão de vigilância, segurança e defesa desse mesmo litoral?

— Portanto, sob o ponto de vista militar, não haveria por onde fugir na função interpretativa da lei:

— MISSÕES DE VIGILÂNCIA:

— Exercidas pelas fortalezas, unidades de costa e frações outras de Unidades para este fim especialmente destacadas e distribuídas pela orla costeira.

— MISSÕES DE SEGURANÇA:

- Exercidas por todo o conjunto de unidades que se achava distribuído pela orla do litoral, constituindo o dispositivo de força militar, que garantia também a vigilância, segurança e defesa do território Pátrio.
- Haveria mais a considerar ainda que o Dec. n. 26.907 não se limitou a regulamentar a Lei n. 816. Foi mais além, criando situação nova que, incontestavelmente, restringiu a amplitude de aplicabilidade primitiva. Esta matéria nova de caráter restritivo, decorre da expressão — “os que se instalaram no terreno”... — condição que selecionou e limitou, passando a lei a favorecer não a oficiais que realizaram missões de vigilância ou segurança do litoral, mas a alguns oficiais que realizaram algumas missões de vigilância e segurança desse mesmo litoral.
- Quanto aos oficiais dos serviços — no que pudessem ser afastados das situações

e benefícios concedidos pela legislação analisada — cumpre-nos tão só colocar em posição de marcante relevo a importância vital dos aprovisionamentos materiais para todos os teatros e técnicas de operações de guerra, para indagarmos se nos seria possível realizar qualquer missão de vigilância, segurança e defesa do litoral, sem o concurso logístico de todos os quadros dos serviços de nosso Exército, sem qualquer apreciação de caráter específico.

- Mas, felizmente, ainda para esse caso, nada existe para se reclamar da inteligência justa e completa da legislação dissecada, porquanto a letra b), do item I, do artigo 1º, do Dec. n. 26.907, trouxe consigo uma cauda luminosa, constituída da expressão — “ou por qualquer outra forma hajam cumprido as mesmas missões”... — não havendo portanto possibilidades de sombras e dissabores futuros, desde que a interpretação e a aplicabilidade não se afastem do que é lógico, racional e justo.

CASA FERNANDES, MOREIRA LTDA.

Fundada em 1841

Capital realizado — Cr\$ 2.200.000,00

Mantimentos e molhados por atacado

Comissões, Consignações, Cereais e mais gêneros do país

RUA BORJA CASTRO, 13 e 15 — CAIXA POSTAL N. 234

Telefones 23-3952 e 23-3953 — Telegramas “Mandes”

RIO DE JANEIRO

O QUE PODE FAZER O EXÉRCITO

IMPRESSÕES DE UMA VISITA AO 2º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Capitão NEWTON C. DE ANDRADE MELLO

Rio Negro. Pequena e antiga cidade do extremo sul paranaense, a espiar, por sobre o rio daquele nome, a semelhante cidadezinha catarinense, Mafra. Nesse ambiente acanhado é que fomos deparar uma obra magnífica, tão magnífica quanto ignota, tão patriótica quanto modesta, levada a efeito por uma unidade do Exército. Um dos dois únicos Batalhões Ferroviários existentes no país. Que fazem êles em rincões tão afastados, executores de um empreendimento mais condizente com a atividade civil, sem embargo da preparação da reserva ferroviária? Por que se dá a um corpo do Exército uma finalidade que semelha ser precipua do Ministério da Viação? É possível que o saibamos responder, no decurso dêste depoimento.

ORGANIZAÇÃO SUMARIA

O 2º Batalhão Ferroviário (B.Ferv.) constituiu-se de 3 Companhias Ferroviárias, formadas de trabalhadores civis, de uma Companhia de Comando e Serviços e de uma Companhia de Instrução, recentemente criada, com o fim de atender à formação de reservas especializadas e de enquadrar o contingente civil. A par do B.Ferv. existe a Comissão Construtora da Estrada de Ferro Rio Negro-Bento Gonçalves (C.C.E.F.R.N.-B.G.), que, valendo-se da organização militar do Batalhão, constitui o órgão capacitado para empregar as verbas provenientes do Ministério da Viação. Destarte, são os mes-

mos os oficiais que preenchem os cargos do B.Ferv. e da Comissão.

Como se vê, é completa a simbiose, e dela resultam órgãos subsidiários da administração, fora dos quadros regulamentares, tais como a Seção de Exploração Ferroviária (S.Ex.), a Seção de Avanços e Edifícios (S.Av.E.), o Órgão Central de Apropriação (O.C.A.).

As obras são levadas a cabo ou pelo processo da empreitada, ou pelo da administração direta.

AQUARTELAMENTO

A sede do Batalhão, com o caráter de transitoriedade que reveste, é toda de madeira: órgãos administrativos, residências de oficiais e sargentos, alojamentos, oficinas, escritórios técnicos, depósitos. Dá prazer visitar cada uma das dependências. Tudo bem feito, paredes envernizadas, armários embutidos, camas de madeira (em lugar das dispendiosas camas tipo "Patente"), conservação fácil e positiva, apesar dos 10 anos de existência do aquartelamento, muita ordem e muito gosto. É como que uma proposta às autoridades supremas do Exército, expondo de modo real as excelências de um aquartelamento de madeira para as regiões temperadas, numa esplêndida solução para o caso brasileiro, mormente face aos habituais deslocamentos, por um motivo ou outro, das sedes das unidades: preço razoável, conforto, possibilidade de desmonte, conservação fácil e barata.

Grande é o patrimônio afeto ao B.Ferv. A construção de uma ferrovia é obra vultosa, demandando capitais avantajados, maquinária pesada, técnicos, muitos operários especializados ou não. Figuram, no extenso acervo da unidade (assim dizendo referimo-nos frequentemente ao órgão gêmeo do B.Ferv., a C.C.E.F.R.N.-B.G.), locomotivas, pranchas, automotrizes, vagões de carga e de passageiros, caminhões, "jeeps", autos de passeio, além das máquinas apropriadas à terraplenagem e serviços correlatos. Bem se pode avaliar o vulto das oficinas necessárias não só à construção em geral como à manutenção

Batalhões Ferroviários resultou de uma viagem de inspeção realizada pelo Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 5ª R.M. Antes, desconhecíamos por completo (e não nos pejamos de confessá-lo, porque tal só acontecer à maioria dos oficiais estranhos àquela arma) a obra dessas unidades. E o que presenciávamos empolgou-nos sobremaneira, tanto quanto aos demais membros da comitiva. E resolvemos, no limite de nossas débeis forças, tornar pública no seio de nossos camaradas do Exército a obra meritória que realiza, em pleno sertão do Paraná e Santa Catarina, uma de suas unidades. E note-se: não



Escola General Rabelo na sede do Batalhão



Crianças da Escola General Rabelo em forma para a sopa

de semelhante aparelhagem. Nesse particular, é entusiasmante ver as possibilidades do Batalhão, mormente no referente às oficinas de manutenção automóvel, absolutamente independentes das congêneres civis, com seus aparelhos de retificação de blocos e de árvores de manivelas, recuperação de válvulas, verificação de velas, recauchutagem, tornos diversos, etc.

MISSAO

Cabe-nos, antes de continuarmos, expor os motivos deste artigo, que é, sob certos aspectos, um panegírico à nossa Engenharia. O conhecimento da obra de nossos

pertencemos à arma de Engenharia, não somos parentes do Cmt. do 2º B.Ferv. nem o conhecíamos antes...

O 2º B.Ferv. foi criado em 1938, para, em comissão, construir o trecho Rio Negro-Rio Pelotas (R.G.S.), em obediência ao Plano Geral de Viação Nacional, datado de 1934. Em 1946, a "Comissão de Revisão e Atualização do Plano Geral de Viação Nacional" designou o tronco TM-7 (TM quer dizer tronco traçado segundo os meridianos), a que pertence a estrada, como "Tronco Principal Sul".

Cabe ao B.Ferv. estabelecer o traçado, levantá-lo, terraplená-lo

e lançar os trilhos. Quer dizer, é de sua exclusiva responsabilidade o planejamento técnico e a construção, além da administração equilibrada da verdadeira empresa industrial que de fato constitui.

Presentemente já se roda sobre 111 quilômetros de trilhos lançados pelo Batalhão, e a terraplenagem estende-se ao km 174. Não há força de imaginação sugerida pela leitura de um mapa que substitua a impressão real oferecida pelo sertão catarinense, pela Serra do Espigão, pela mata virgem que esses modernos bandeirantes foram varando, levando após si as reluzentes paralelas de aço. É obra

passo a tarefa de nossos companheiros.

As cotas que alinhamos abaixo bem mostram quão pesada se torna a construção, pelos desnivelamentos sucessivos:

Rio Negro.....	793 m
Alto da Serra do Espigão	1.265 m
Lages.....	890 m
Garganta do Boqueirão..	1.135 m
Rio Pelotas.....	635 m

Não admira, pois, que o traçado possa ostentar, entre outros, dois imponentes viadutos, o do "Minhocão" (já construído) e o "Engenheiro Faiva Chaves", de 261,10 metros, o qual, por sua altura má-



Viaduto do Bugre — km 15

de titãs jugular essa "fatalidade geográfica" de que nos fala Euclides da Cunha nos "Contrastes e Confrontos", essa "estrutura geológica, matriz de fácies topográfico-antemurais graníticos precipitando planaltos": são peraus matosos, de visão horripilante; são encostas a pique, que é mister penetrar ou contornar; são alagadiços extensos, de trabalhoso atêrro; são rochas duríssimas, geralmente à base da chamada *pedra-ferro*, que dificultam e atrasam os cortes inadiáveis. E impõem-se os inúmeros boeiros, os muros de apólo, os viadutos, os pontilhões, os túneis, tudo agigantando, passo a

xima de 51 metros (corresponde a um edifício de 16 andares), irá enfileirar-se entre os maiores do mundo. Destacam-se, entre os vários túneis, um de 1.500 metros (em vias de conclusão), um de 1.000 metros e outro de 1.800. Na fabulosa subida da serra do Espigão é que se resenha a grande parte dos túneis, viadutos e movimentos de terra.

Malgrado a "fatalidade geográfica", o terreno insultuoso, os dobramentos intermináveis da serra Geral, há que obedecer às modernas e excelentes imposições técnicas: raio mínimo de 306 metros, rampa máxima (em alinhamento

reto e na extensão máxima de 1.500 metros), de 1,5 %, além de satisfazer a todas as condições necessárias à transformação da bitola estreita em larga, bem como à eletrificação de toda a estrada.

Em que condições trabalham oficiais e praças? Não são muito de desejar a um amigo do asfalto: em vista de serem atacados trechos diversos a um só tempo, e dos trabalhos de conserva dos percursos em tráfego, as Companhias e Seções, comandadas por capitães e tenentes, respectivamente, são distribuídas mata a dentro. E aí é que moram — em residências de madeira, melhora-

E assim é que vão surgindo, aqui e ali, milagrosamente, núcleos de futuras povoações, definidas pelas estaçõeszinhas construídas pelo próprio Batalhão, de boa alvenaria, da mesma sorte que as moradias dos residentes.

Eis que brota da mata uma oficina. Sim, uma excelente oficina de reparação de material ferroviário, capaz de recuperar frisos de rodas, fundir em bronze ou ferro peças sobressalentes, tornear parafusos diversos dos mais variados passos, etc. Uma bem montada carpintaria executa magníficos trabalhos técnicos. E quem dirige tão importante setor da organização



Desfile



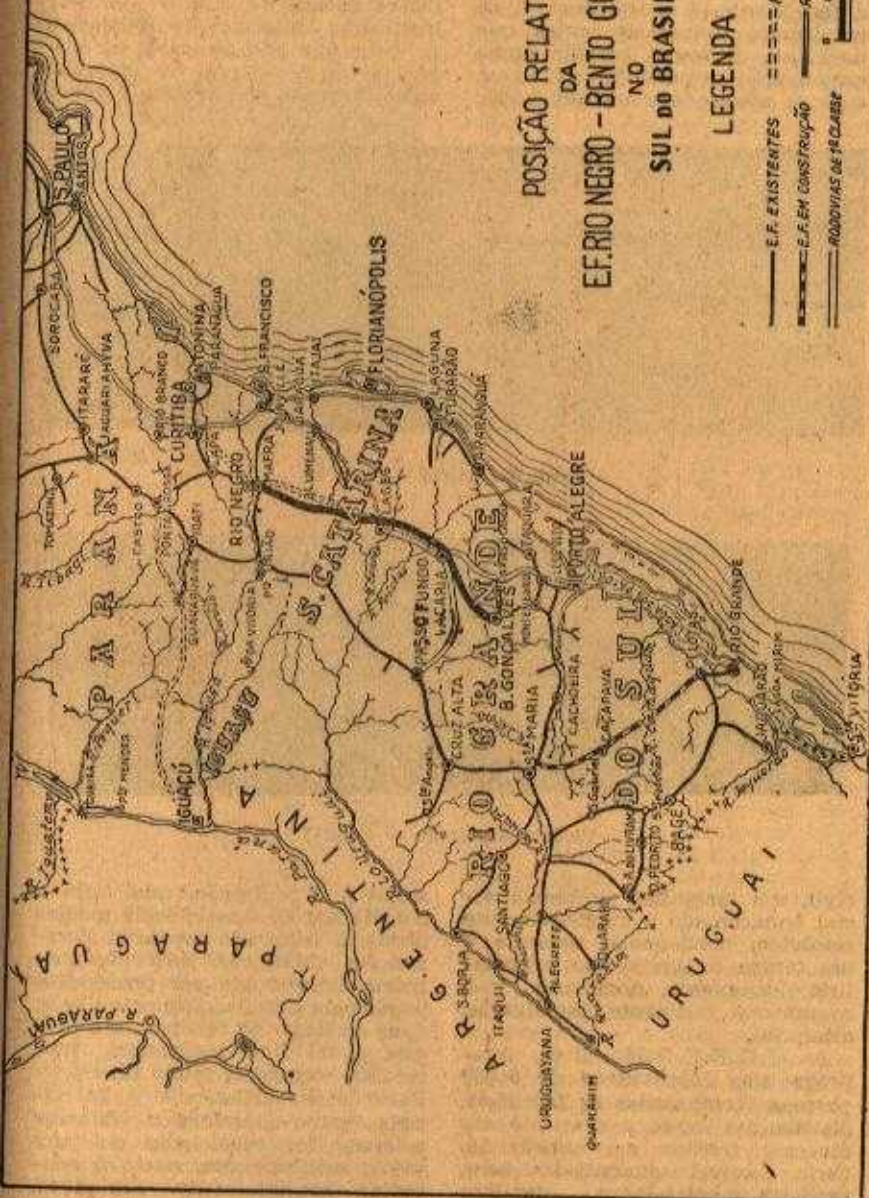
Corte Rio da Serra — km 94

das com os recursos locais — oficiais e sargentos com suas famílias. Abnegadas, amigas, as esposas partilham das agruras da mata virgem, animando, confortando os maridos, dilatando os rondantes esgotamentos nervosos provocados pelo trabalho árduo e os panoramas invariavelmente iguais. Sim, que os pinheirais e os ervais são virgens do machado civilizador. Antes que chegue aos grotões e serranias a bota do cidadão ou a alpargata do sertanejo, repercutirá, de quebrada em quebrada, vanguardeiro, prenunciando o advento do homem, o silvo estridente da máquina, promissor de civilização, de conforto, de saúde, de riqueza.

ferroviária? Nenhum especialista importado da Europa; e sim um legítimo pélo-duro, um brasileiro patriota e inteligente que, tendo adquirido cabedal noutra organização militar, embrenhou-se agora nos sertões, integrando-se na hinterlândia dadivosa e esteio do futuro. Lá, ele cria, transforma, melhora e improvisa, não raro, dispositivos mecânicos de onerosa e demorada obtenção nos centros industriais.

OBRA SOCIAL

Não sabemos se logramos a sorte de empolgar nossos camaradas com a descrição dos trabalhos empreendidos e executados pelos compa-



POSIÇÃO RELATIVA
DA
EF. RIO NEGRO - BENTO GONÇALVES
NO
SUL DO BRASIL

LEGENDA



nheiros da Engenharia. Mas estamos certos de que o faremos com a exposição de outro assunto, nada técnico ou militar, por sinal. Confessamos que foi o setor que impressões mais fundas nos proporcionou. Porque o problema social é fervilhante, é momentoso, é de amplitudes universais, antes que nacionais. E fomos assistir numa organização puramente militar, embora associada a um ministério

instrução intelectual? Sim, tudo isto é proporcionado aos membros civis e militares do B.Ferv., e não apenas por força das obrigações de empregador que cabe à Comissão, segundo as leis trabalhistas. O Serviço de Saúde e Obras Sociais (S.S.O.S.) é uma instituição interna, de iniciativa privada, que não só provê às exigências do Ministério do Trabalho como dispensa um efetivo amparo



Pósto Telegráfico — km 45



Viaduto Minhoesão — km 117

civil, um magnífico problema social equacionado e magistralmente resolvido, condenando dessarte a um tempo o capitalismo imperialista, absorvente, dominador, e o comunismo rastejante, dissolvente, ditatorial.

A C.C.E.F.R.N. - B.G. emprega uma coletividade de 5.000 pessoas (computadas as famílias), distribuídas desde a sede até aos diversos trechos em construção. Seria possível alimentá-las bem, vesti-las, medicá-las e... dar-lhes

social à organização, qual seja a hospitalização, a assistência médica diária, a assistência dentária, intervenções cirúrgicas, instrução primária (ministrada por professoras pagas pela Comissão, quer na sede, quer ao longo da ferrovia, em prédios a tal fim destinados), sopa escolar, recreação, ajuda funerária. Parte dessa assistência é indenizada (salvo quando a moléstia ou acidente fôr ocasionado em serviço), módicamente, parte é concedida gratuitamente. Em 1940,

por exemplo, forneceram-se 35.779 refeições escolares, no valor de Cr\$ 35.779,00; dispenderam-se, no serviço recreativo, Cr\$ 7.135,00 e prestou-se auxílio funerário no montante de Cr\$ 2.145,00, tendo sido realizadas outras despesas com a parte gratuita das assistências médica e dentária.



Túnel 10 — 1ª boca — km 119 •

Donde provém a verba para semelhante auxílio, se o trabalhador não desconta cota alguma para a Comissão? Provém do Serviço de Armazém de Emergência (S.A.E.), subdividido em Armazém Central, em Armazéns escalonados no trçado e num outro ambulante, que fornece alimentação, medicamentos e algum vestuário mediante o acréscimo de 10 % sobre o preço de custo. Seu movimento mensal eleva-se a mais de meio milhão de cruzeiros, e o lucro obtido reverte em grande parte ao S.S.O.S., sendo ainda uma parcela destinada aos compromissos de empregador afetos à Comissão, com relação ao I.A.P.I. (consequentemente o empregado não sofre nenhum desconto para aquela autarquia). É esse mesmo heróico S.A.E. que está permitindo, presentemente, que não desertem ou morram à mingua os trabalhadores, porquanto, não tendo o Ministério da Viação distribuído as verbas para o corrente ano, alimentação e remédio não lhes falta, por adiantado, sob exclusiva res-

pensabilidade do corajoso Cmt. do Batalhão.

De que se constitui a coletividade de trabalhadores? Serão bons estrangeiros, de sangue puro, ou mesmo colonos radicados? Nada disto, prezados camaradas; são legítimas aves de arribação, lídimos imigrantes brasileiros; são os arigós (como os batizaram os moradores locais), que provêm dos mais diferentes pontos do país, à cata de trabalho dignificante, de subsistência honesta, dada em troca de seu suor.

CONCLUSÃO

Este nosso Brasil está repleto de arigós. De gente que quer trabalhar; que quer instruir-se; que quer sobreviver; que quer tornar-se adulta e não perecer carcomida pela ancilostomíase, pela sífilis, pela tuberculose; que quer dar seu quinhão de suor e de patriotismo por que este grande "País do Futuro" não tarde em desabrochar num "País do Presente" — numa realidade confortadora.

A organização social posta em prática pelo B. Ferv. não é uma novidade no país, embora raríssima. Mas atental, camaradas, que tudo isso se passa dentro do Exército; este Exército que desbrava sertões, que emprega marginais, que deita trilhos Brasil em fora, numa ridente promessa de civilização, de próximos e melhores dias; que liga Estados e estreita a comunhão brasileira, numa pujante obra nacionalizadora; que resolve de maneira admirável a mais premente equação social de nossos dias: a relação entre empregados e empregadores.

Socializando, cooperativando ou coletivizando (ou qualquer outro nome que se lhe arrogue) o capital, beneficiando com ele os que lhe permitiram a circulação e asseguraram o desenvolvimento, amparando o trabalhador, emprestando-lhe dignidade e valor, como essencial fator de produção que é — eis um processo positivo e impositergável de tornar sáfaro o terreno em que se lance a semente perigosa

da subversão social. Ela não germinará, nem se perceberão os sulcos que antecederem ao plantio.

Embora testemunhas oculares do mérito incontestável de nossa Engenharia nos modernos campos de

batalha, não nos podemos furtar, face ao entusiasmo pelo que vivemos nos campos de paz, de prestar aos camaradas engenheiros as homenagens, ainda que modestas, da arma irmã — a Artilharia.

MARINHA — AERONÁUTICA — EXÉRCITO E FORÇAS AUXILIARES

INFORMAÇÕES MILITARES

Ten. -Cel. IDALIO SARDEMBERG, do E.M.G.

O livro mais completo sobre este assunto até agora publicado.

ÚTIL aos militares em geral.

Processo completo desde as informações estratégicas às táticas, desde a recepção das E.E.I. (informações necessárias) à difusão da informação, passando pelos planos de busca, pelas ordens de busca, pela recepção, tratamento e catalogação dos informes e difusão das informações.

350 páginas e 50 quadros e esquemas.

Tome parte nesta edição por cooperação, único processo que permite a venda deste livro por Cr\$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros) e Cr\$ 38,00 (trinta e oito cruzeiros), pelo Correio.

Pedidos para a DEFESA NACIONAL

Ministério da Guerra — 4º andar — Fundos
Caixa Postal 32 — Rio.

MOBILIARIA QUINTA AVENIDA FINKIELSZTAIN & BAUM LTDA.

GRANDE E VARIADO SORTIMENTO DE MÓVEIS
A VISTA E A PRAZO

Móveis — Tapetes — Colchões — Radios — Bicicletas
e Máquinas de Costura

RUA CAROLINA MACHADO, 1486
BENTO RIBEIRO — RIO DE JANEIRO

COMPROMISSO DOS RECRUTAS

ALOCUÇÃO A TROPA

Proferida no dia 6 de setembro na Fortaleza de São João e 1-2º G.A.C., por ocasião da solenidade de compromisso dos recrutas dessa unidade

1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA

Soldados!

Dia de glória e dia de graves responsabilidades para vós é o dia de hoje. Acabastes de proferir o mais sublime dos juramentos do soldado, aquele em que o militar se compromete, perante o Lábano Sagrado, a se dedicar inteiramente ao serviço da Pátria. Lembrai-vos, de hoje em diante, do importante juramento por vós proferido e, até o fim de vossas vidas, o trazei bem presente, como o guia de toda a existência, de todos os momentos. A partir de hoje estais considerados aptos a formar entre aqueles responsáveis pela defesa da Pátria, não só do seu solo como também de suas instituições, honra e integridade.

Soldados! Dentro de algum tempo saireis dos quartéis pelos mesmos portões que vos viram entrar, meses atrás, como recrutas bisonhos, como jovens que, abandonando seus afazeres normais, vinham à caserna cumprir o mais sagrado dos deveres do cidadão para com a Pátria. Saireis dos quartéis, e nós, oficiais e sargentos, aqui ficaremos esperando outras levadas de compatriotas que deveremos preparar para a defesa do País. Nossa é a missão de vos inculcar, não só ensinamentos materiais sobre os meios de fazer a guerra, como também princípios morais destinados a fazer com que possais encarar com mais seriedade os importantes deveres que tendes para com a família, para com o País,

para com os vossos concidadãos e para com os vossos semelhantes em geral. Não vos preparamos para a guerra traiçoeira ou para a luta fratricida, mas sim para que saibais defender com armas na mão os vossos lares e a nossa Pátria, quando todos os demais recursos suasórios houverem falhado. A índole pacífica da Nação Brasileira assim o indica e o nosso passado histórico assim o prescreve. Permiti, portanto, que vos lembre alguns pontos essenciais, e nós, militares de carreira, pediremos que os lembreis durante alguns momentos importantes de vossas futuras vidas.

Sois jovens, mais jovens que nós que labutamos quotidianamente nestas tradicionais Fortalezas, sentinelas avançadas de nossa integridade. Tendes o espírito alegre e jovial, mas deveis começar a encarar com seriedade graves responsabilidades que pesam sobre vossos ombros, desde quando começastes a receber, nos quartéis, missões de soldado. Meditai, por momentos, nas palavras por vós proferidas, com o olhar fixo na bandeira. Soldados, esta Bandeira que perante vós tremula e que vos acostumastes a ver sendo hasteada no mastro desta Fortaleza, elevando-se às alturas, qual ave protetora, enquanto estáveis em silêncio e em respeitosa atitude, representa, não um simples pano colorido, porém, a nossa própria Pátria estremecida, e

dai, perante ela ter sido proferido o vosso juramento. Não foram palavras vãs as que pronunciastes, mas sim um solene compromisso para com milhões de semelhantes, para com vossos pais, vossas famílias, para com velhos e crianças que deveis proteger, para com os centenares de milhares de antepassados que deram seu sangue para que a Pátria vos fôsse entregue íntegra e imaculada. Lembrai-vos sempre que não o podeis renegar, deveis conservar esse juramento de honra como o ponto capital de vossas vidas. Que cada um de vós seja juiz de si próprio, juiz severo que exija o cumprimento integral do compromisso sagrado, nem que para tal seja empenhada a própria vida.

Declarastes que, a partir deste momento estais incorporados ao Exército Brasileiro, e verdadeiramente o deveis estar, não pela farda que vestis e que em breve será substituída pelo traje civil, mas sim pelo compromisso de honra para com este Exército que vos preparou para o sacerdócio do dever pátrio. Torna-se cidadão aquele que cumpre seus deveres para com o País, e vós a partir deste momento sois cidadãos de uma grande e amável Pátria, devendo, por conseguinte, em toda vossa vida futura, vos lembrardes de que sois soldados brasileiros. No quartel, no lar, na escola, na oficina, em todo local, sereis soldados do glorioso Exército Nacional, se nesse local em que ides exercer vossa atividade, mantiverdes uma atitude digna dos maiores que escreveram nossa História com a própria vida, se vos empenhardes a fundo para o engrandecimento cada vez maior de nossa imensa Pátria.

Prometestes vos dedicar inteiramente ao serviço da Pátria. Essa dedicação poderá ser efetivada em qualquer local em que fordes exercer posteriormente vossa atividade civil. Lembrai-vos sempre que em toda profissão, em todo local de trabalho, podereis contribuir com uma grande parcela para o engrandecimento de nosso estremo Brasil, desde que puderdes declarar

posteriormente que cumpristes o vosso dever. Não se exige de ninguém que ultrapasse o estrito cumprimento do dever, mas esperamos sempre completa exaçoção nesse cumprimento, qual seja uma integral dedicação profissional, o que podeis ter em qualquer terreno em que estiverdes, quando abandonardes a caserna.

Soldados! Ides, completando o cerimonial de vosso compromisso solene, desfilar perante o Lábano Sagrado, um a um prestando-lhe a continência que lhe é devida. Encarai-a, soldados! Erguei bem alto as vossas cabeças! Olhai-a! Eis que estará desfraldada perante vossos olhos, como esteve nas águas de Humaitá, como esteve nos campos de Avaí e Tuiuti, como esteve nos montes Guararapes, como esteve nos mares do nordeste em luta com o traíçoireiro inimigo da última guerra, como esteve nos céus italianos, e como estará em qualquer ponto em que ameaçada for nossa soberania, quer levada pelas pontas das baionetas, quer levada pelos barcos de nossa invicta Marinha, quer levada pelos motores de nossa irmã mais nova, a FAB. Contemplai-a bem! Vêde esse verde? Representa a esperança em vós, representa a confiança esperançosa de uma Pátria que muito espera de seus filhos, que aguarda deles uma proteção integral que possibilite a continuação de sua gloriosa existência. Vêde esse ouro? Encarai-o, não somente como as incomensuráveis riquezas materiais de nosso território, mas também como esse inextinguível manancial de auríferos heróis, de impolutos filhos que se dedicaram inteiramente ao seu serviço, como esse precioso patrimônio que deveis defender. Vêde esse azul? Contemplai-o como contemplais as azuis noites calmas de nossa Pátria, em que brilhante sobressai o Cruzeiro do Sul, símbolo imperecível de nosso destino, guia nos céus e fanal de uma história de feitos imaculados. Que o branco divisor dessa esfera azul seja sempre o ideal de paz e concórdia que

nos tem animado em toda vida. Encarai, soldados, a Pátria bendita que, representada nesse Vexilo Sagrado, aqui se acha presente recebendo o solene compromisso de seus filhos. Orgulhosos, confiantes, vitoriosos e altaneiros, desfilai perante ela, intimamente repetindo o sagrado juramento.

Bandeira de minha terra, símbolo da Pátria Bendita!

Recebei, neste sacrossanto momento o compromisso de vossos filhos, e abençoai esses que aqui se acham depondo aos vossos pés as suas vidas. Indicalhes o caminho do dever, guiai-os no desprendimento completo do próprio ser e na integração absoluta ao vosso serviço. Recebei, Lábaro

Santo, a vida de vossos filhos, suas mais nobres e puras intenções para manter sempre bem alto e imaculado o vosso nome, seja, na Paz, como bons cidadãos, bons filhos, bons irmãos e bons pais, em trabalho profícuo e nobre, seja no combate, quando a tal o Clarim da Guerra os chamar, como dedicados soldados, prontos a derramar o próprio sangue para que permaneçais imaculada. Guiai-os, querido Pavilhão, agasalhando-os em vossas dobras quando exaustos deixarem a oficina de trabalho, na Paz, ou quando exangues tombarem no campo da honra. Recolhei o suor dos vossos operários do progresso e o sangue dos vossos soldados, Lábaro Idolatrado, Agasalho de Cidadãos, Mortalha de Heróis!

LIVROS À VENDA:

O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel	Cr\$
J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel	
J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de Cultura Geral):	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00

Compreendendo:

Que se passará na Rússia atual? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos: O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz? — O pacto do Atlântico.

NOTÍCIAS MILITARES

Oficial de Informações

Da obra "Dark December", transcrevemos o seguinte trecho:

"A função de um oficial do Serviço de Informações consiste, primeiramente, em obter, o logo apreciar e finalmente comunicar aos outros escalões do comando, a informação sobre o inimigo. Por um processo de super-especialização, que comumente amargura nossa vida, o oficial do Serviço de Informações parece atuar no vácuo, encarregado de descrever as intenções do inimigo sem levar em conta nossos planos. Um homem do Serviço de Informações que só considera a potencialidade do inimigo sem considerar as intenções e projetos de seus próprios comandos, não é um homem "inteligente". Isso o aprendemos através de lições muito duras. Os oficiais mais agressivos do Serviço de Informações conseguiram se sobrepor a esse defeito: os outros não o fizeram e tivemos que sofrer as consequências."

*

Guerra Química

De acôrdo com o artigo de Hanson W. Baldwin, surgido no "The New York Times", atualmente o Corpo Químico do Exército dos Estados Unidos submete a provas, no Centro Químico do Exército, em Edgewood, Md., novos gases infinitamente mais tóxicos e fatais que a lewisita ou gás mostarda. No referido estabelecimento experimental, melhorou-se o gás denominado "Tabun" que se achava em fase experimental no fim da última guerra, na Alemanha, não tendo sido usado, felizmente; me-

diante o "Tabun", que pertence à série "G" de gases tóxicos, chegou-se a obter outros ainda mais mortíferos. Essa série de gases é conhecida como "os três círculos verdes", em vista de afetar os nervos, sendo também chamados gases psicológicos, pois que, empregados sob certas condições, tornam as vítimas irresponsáveis por sua conduta. Pequenas quantidades desses gases aspirados ou sobre a pele, são letais.

As dificuldades que se apresentam para a fabricação dos novos gases, de efeitos tão tóxicos, são consideráveis, mas os alemães fabricaram, no decorrer da última guerra, enormes quantidades de "Tabun", das quais um respeitável estoque, conjuntamente com seu processo de fabricação e os químicos que colaboravam em seus trabalhos, caiu em mãos dos russos.

O Corpo Químico deve também considerar os agentes biológicos que complicam enormemente o problema da defesa e ainda em Edgewood, funciona agora uma escola para a defesa radiológica, análoga à que possui a Armada norte-americana na costa ocidental, mas no entanto só se pode esperar uma proteção parcial contra a radioatividade.

Realiza-se um vasto trabalho experimental no Ártico e nas atmosferas frígidas. Apresentou-se u'a máscara de gás para baixas temperaturas e se realizam provas de gases em ambientes polares.

*

Bombas atômicas

O semanário "United States News and World Report" diz que o país dispõe de suficientes bom-

bas atômicas para fazer frente às necessidades de uma guerra e, além disso, conta com fábricas capazes de produzir um milhão de bombas no prazo de dois anos.

Acrescenta que, segundo os dados publicados, a reserva de bombas que existe agora, varia de 200 a 250, mas alguns técnicos estimam que essa reserva sobe a umas 400. Cita-se a declaração do cientista especializado em assuntos atômicos, Dr. J. Rober Oppenheim, que disse que os estabelecimentos do país estão em condições de produzir mais de um milhão de bombas em dois anos. Um porta-voz da comissão de energia atômica se negou a confirmar as cifras sobre bombas publicadas nessa revista.

*

Armas sem recuo

A infantaria sueca foi, recentemente, dotada com canhões sem recuo de 105 mm, cujo peso é de aproximadamente 500 quilos e que, portanto, podem ser puxados por um único cavalo, se bem que normalmente se use um "jeep".

Essas peças que, como todas as outras desse mesmo tipo, têm pouca velocidade inicial, são no entanto suficientemente precisas até aproximadamente 2.000 metros de distância. O princípio em que se baseou sua construção é análoga ao de suas semelhantes de outros países: a expulsão dos gases provocados pela combustão da pólvora, pela parte trazeira do projétil. Nesse modelo, a citada expulsão não se produz até que a pressão originada pela combustão alcance um valor tal que rompa certas partes débeis que permitem a saída para o exterior dos gases.

A arma a que nos referimos é obra de dois suecos, especializados na questão, a quem seu país deve a introdução no mesmo do freio de boca e do fuzil contra-carro de 22 mm, também sem recuo.

*

Eles disseram

Cícero — "Somos servos das leis, para podermos ser livres."

Disraeli — "Os fatos demonstram que a educação não tende a diminuir, mas sim a se refinar e elevar o nível das virtudes militares."

Wellington — "Procurarei fazer com que nenhum chefe nem oficial sob meu comando se veja privado de poder atender a seu primeiro dever que é preparar os homens que estão sob suas ordens para derrotar qualquer força que se lhes oponha no campo de batalha."

Pérez Galdós — "O mundo físico é escravo do mundo ideal e executor cego de seus planos."

*

Pesquisas científicas

Sobre esse assunto, transcrevemos, a seguir, de "Military Review", as seguintes palavras do Major-General Anthony McAuliffe:

"As despesas com os aperfeiçoamentos e as pesquisas modernas são fabulosamente altas e estão crescendo à medida que a técnica se torna cada vez mais complicada. A maior parte dessas despesas correu, no passado, por conta das indústrias privadas e dos filântropos, mas hoje recai sobre o governo e os cidadãos, através dos impostos, constituindo um problema persuadir os contribuintes de que as despesas são imprescindíveis. Do mesmo modo, há sempre a interrogação a respeito das possibilidades econômicas deste ou de qualquer outro país, para suportarem os encargos de um longo conflito, utilizando, por exemplo, armas extremamente caras, próprias da profetizada guerra de apertar botões. Em face da necessidade de manter os preços de custo e tendo presente os resultados finais de nossos esforços — é essencial que os programas de pesquisas e aperfeiçoamentos sejam submetidos a uma revisão constante, a fim de evitar a produção de armas inadequadas às possibilidades da economia nacional".

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA

(Estado de São Paulo)

Com uma receita prevista de 512.200,00 cruzeiros, e orçamentos equilibrados, goza este Município de situação financeira satisfatória, sendo seu patrimônio avaliado em importância equivalente.

O atual Prefeito, em exercício apenas há dois meses, está empregando os recursos financeiros existentes no melhoramento das estradas de rodagem, mas acham-se programados para o exercício de 1950, várias



Patrocínio Paulista — Sr. Fsilheiros,
Presidente em exercício da Câmara
Municipal

obras de interesse público, entre as quais podem citar-se: a construção de duas rodovias ligando Batatais e Capetinga (Minas Gerais); instalação do Ginásio Municipal, já em vias de organização; reforma da rede de distribuição de água e da de esgotos.

A organização do programa da administração compreende mais as seguintes realizações: estradas — ensino — saúde rural — assistência pública — construção de edifício próprio para a instalação da Prefeitura e da Câmara — início da pavimentação de ruas e de outros logradouros públicos.

O Estado tem auxiliado o Município com a instalação de um Posto de Saúde, doação de 200 mil cruzeiros à Santa Casa, além da prometida criação dum Sector Agrícola dirigido por um agrônomo, para orientação

dos agricultores; a União contribuiu também com 20 mil cruzeiros como auxílio à Santa Casa.

A instrução pública é ministrada no Grupo Escolar, onde funcionam 7 classes, seis escolas isoladas e mais duas municipais. Em 1950 serão criadas mais duas escolas municipais e duas rurais, funcionando em prédios próprios.



Patrocínio Paulista — Passagem do cargo de Presidente da Câmara Municipal



Patrocínio Paulista — O Fórum



Patrocínio Paulista — Grupo Escolar



Patrocínio Paulista — Vista da Cidade

A Assembléia Legislativa cogita da instalação de um Ginásio Estadual.

As comunicações com Franca, Capetinga (M. Gerais), São Timat de Aquino (M.G.) e Batatais se fazem pelas rodovias municipais, estando em projeto as ligações com Ibiraci, Minas Gerais. O Município possui um campo de aviação com pista de 70 x 400 metros, do Aeroclube local, além de serviço telefônico, luz e energia elétricas.

As atividades políticas se processam, em cooperação, pelos membros integrantes do P.S.P., P.S.D., U.D.N. e P.T.N.

MUNICÍPIO DE FRANCA

(Estado de São Paulo)

Um dos mais prósperos municípios paulistanos, com uma renda prevista de seis milhões de cruzeiros, possui as seguintes fontes principais de renda: Imposto de indústria e profissões, imposto predial, imposto territorial urbano, imposto de licença, taxas diversas. Sua principal produção se compõe do seguinte: — *Produção agrícola*: café, arroz, feijão, amendoim, algodão, batata inglesa, milho, etc. Para este ano calcula-se em 450.000 arrobas a produção de café beneficiado.



Franca — O Sr. Prefeito Municipal



Franca — O Sr. Delegado de Recrutamento



Franca — Vista da Cidade



Franca — A sede do Aero Clube

Pecúria: têm sido alcançados promissores resultados, tendo o município produzido belos espécimes destinados ao aprimoramento dos rebanhos de outras plagas.

Indústria: existem no momento 291 estabelecimentos industriais, destacando-se dentre eles mais de 20 fábricas de calçados e 7 cortumes com ampla produção, bem como uma fábrica de fios para tecelagem.

Com os recursos municipais, tem o atual Prefeito reequilibrado a situação financeira que, de precária que era, já se apresenta animadora, permitindo que se iniciem obras de real utilidade para a coletividade. Dentre estas, podemos citar a construção de pontes, quer na divisa municipal, quer em seu próprio território, a instalação de cursos de alfabetização diurnos e noturnos, melhoria e conservação das estradas municipais.

No setor educacional, possui o município 73 Escolas, entre estaduais e municipais, com 2.338 alunos matriculados. Funcionam sete esta-

belecimentos de ensino particular, dentre os quais quatro ginásios e dois cursos normais. Existem atualmente 14 cursos municipais para alfabetização, que funcionam à noite. A matrícula aumenta de ano para ano, sendo de 8.925 alunos, a população escolar municipal. A prefeitura mantém 18 escolas municipais, existindo ainda dois cursos comerciais bastante frequentados.

A assistência social é levada a efeito por meio da Legião Brasileira de Assistência e por meio de instituições particulares dentre as quais podemos destacar o Asilo São Francisco de Assis, o Orfanato São Vicente de Paula, a Casa de Misericórdia, o Asilo de Inválidos da Irmandade de São Vicente de Paulo e o Albergue Noturno "Judas Iscariotes", existindo um total de 230 leitos, computando-se as entidades que recolhem e hospitalizam enfermos.

Dentre as necessidades mais prementes do município ressaltamos de acordo com a opinião expendida pelo Prefeito, o problema rodoviário que tem sido encarado decididamente pelo Executivo municipal, enquadrando-o harmonicamente nos planos estadual e nacional, na procura de uma solução que vise não somente os interesses municipais, mas também os nacionais.

Segundo as próprias palavras do Chefe do Executivo Municipal, o ponto essencial do progresso de Franca depende de uma estrada que ligue Franca a Araxá, numa extensão de cento e dez quilômetros.

Dista Franca 449 quilômetros da Capital, servindo-se, no intercâmbio com a Paulicéia, de estradas de ferro e rodovias estaduais. Para as demais regiões é servida por estradas municipais e por volumosa frota de ônibus. Possui um campo de aviação que, semanalmente, é visitado por um aparelho da Vasp, iniciativa essa do Aero Club local a quem está afeta a conservação desse campo.



Franca — O campo de aviação



Franca — Decolagem de um avião do aeroporto local



Franca — Chegada de um avião comercial



Franca — Ônibus de linha intermunicipal

MUNICÍPIO DE BARRETOS

(Estado de São Paulo)

Um dos municípios mais desenvolvidos do Estado de São Paulo, com uma renda de Cr\$ 4.542.000,00, com um perfeito serviço de água e esgotos, estando, economicamente, em completa independência do governo estadual, de quem não recebe auxílio. Acha-se em franco e grande progresso no ramo da Educação e Saúde, possuindo além de treze Escolas Municipais, mais um Ginásio e duas Escolas Normais, sendo uma Estadual e outra dos Padres Salesianos; e também uma Santa Casa, duas Casas de Saúde, duas maternidades, além de obras de assistência à Infância, à Criança Abandonada, e um Asilo de Pobres.



Barretos — Dr. Lopes, Prefeito Municipal



Barretos — Vista do jardim principal



Barretos — Escola típica rural



Barretos — Moto niveladora do D.E.R., em serviço

A sua gestão atual mostra-se empenhada na realização de obras de vulto, tendo em vista o desenvolvimento municipal, dentre as quais podemos citar: calçamento de 12.000 metros quadrados de ruas dentro do perímetro urbano, reparação de 412 quilômetros de estradas e a construção de sete escolas municipais, além da ampliação e reforma de três grupos escolares. Após esse empreendimento, pretende seu operoso Prefeito se dedicar às obras que se apresentam atualmente como as mais necessárias para o Município, como sejam: construção de algumas pontes e de uma Estação Rodoviária e mercado municipal, projetando-se a obtenção de um empréstimo de 3 a 4 milhões de cruzeiros para a execução desses melhoramentos.

MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA

(Estado de São Paulo)

O Município de Taquaritinga, constituído em cinco distritos: Taquaritinga, Cândido Rodrigues, Guabirola, Jurupema e Santa Ernestina, com um patrimônio avaliado em um milhão e cento e sessenta e quatro mil cruzeiros, tem sua vida administrativa e financeira bem equilibradas. De suas fontes de renda, cujas principais são o imposto de indústrias e profissões, o imposto predial urbano e a taxa de conservação de estradas, deve arrecadar no exercício corrente a receita prevista de Cr\$ 2.200.000,00.



Taquaritinga — Dr. Arêas Leão,
Prefeito Municipal



Taquaritinga — Futura sede da
Prefeitura Municipal

A atual administração vem realizando obras de interesse público, dentre as quais ressaltam a conservação das rodovias municipais, para cujo serviço adquiriu uma motoniveladora; a construção da ponte de concreto na estrada que liga a sede do Município à Vila de Jurupema; o calçamento a paralelepípedos de várias ruas da cidade, sua arborização e canalização das águas pluviais, além da ampliação da rede geral de esgotos, estando em andamento a solução do problema de mecanização da lavoura.

O ensino é ministrado em 6 grupos escolares, 16 escolas isoladas estaduais, 12 municipais, Escola Normal e Ginásio Estaduais, Escola de Comércio e Conservatório Musical "Santa Cecília".

A assistência social é dispensada pelo Centro de Saúde, Sociedade de São Vicente de Paulo, Posto de Puericultura, Santa Casa da Misericórdia e pelos serviços da L.B.A.

A vida social é centralizada no Clube Imperial, no Clube Atlético Taquaritinga, no São Paulo Futebol Clube e no Taquaritinga Tennis Clube.

A iluminação é fornecida pela Companhia de Eletricidade Taquaritinga, e o serviço de telefones pela Cia. Telefônica Brasileira. Possui, ainda, uma estação rádio-emissora, a ZYT4 e o Rádio Clube Imperial S.A.

O Município tem vivido de seus recursos próprios, sem apelar para o auxílio financeiro do Estado. O atual chefe do executivo municipal é o Dr. Arêas Leão.

MUNICÍPIO DE CAJURÚ

(Estado de São Paulo)

O Município de Cajurú, cuja receita orçada no corrente ano em Cr\$ 360.000,00, mas que atingirá talvez um milhão em 1950, notadamente se fôr cumprido o art. 67 da Constituição do Estado, goza de situação financeira equilibrada, graças aos auxílios que lhe vêm prestando o Estado e a União: o primeiro com a doação de uma possante motoniveladora e Cr\$ 200.000,00 destinados aos melhoramentos de interesse dos municípios como o alargamento e conservação das rodovias



Cajuru — O Sr. Prefeito Municipal



Cajuru — Máquina de beneficiar arroz



Cajurú — Fábrica de manteiga



Cajuru — Construção de uma ponte

municipais, e a União, doando Cr\$ 200.000,00, à Casa de Caridade São Vicente de Paulo. Como realizações de utilidade pública além das citadas, tem a atual administração executado a construção de 3 pontes, uma no Rio Cubatão, uma no córrego Cajurú e outra no Rio Pardo; construção de guias, sarjetas e cascalhamento das vias públicas; aquisição de viaturas motorizadas, etc. Pleiteia, junto ao Governo do Estado um empréstimo de três milhões de cruzeiros para ampliação da rede de águas e construção da de esgotos, e calçamento das ruas da sede municipal. Acha-se em via de instalação um posto de puericultura.

A instrução secundária é ministrada no Ginásio Estadual "Galdino de Castro", e a primária em 2 grupos escolares, 27 escolas estaduais e 2 municipais. A assistência social é garantida pelo Asilo São Vicente de Paulo, pela Casa de Caridade de igual nome, por um posto de saúde e pelo serviço da L.B.A.

Como meios de comunicação, o município é servido pela Estrada de Ferro Mogiana, e pela rede de rodovias municipais, com um desenvolvimento de 180 quilômetros. Dispõe, ainda, de 3 campos de aviação, dos quais um, próximo do perímetro urbano com 700 metros de pista.

A produção agro-pecuária do município é digna de nota. A produção agrícola é representada pelos seguintes algarismos: cana de açúcar, 72.000 toneladas; arroz, 45.000 sacos; café, 28.000 arrobas; feijão, 3.600 sacos; mamona, 14.400 quilos; algodão, 3.900 arrobas; milho, 35.000 sacos. A pecuária, por um rebanho bovino de 43.000 cabeças; equino, 3.000; muars, 600; caprinos, 600; suínos, 11.000; galináceos, 500.000 cabeças. Produção industrial: laticínios, 180 toneladas de queijo; 127 toneladas de manteiga; 9.800.000 litros de leite; 120 engenhos de açúcar; 20 usinas de açúcar; 30 fábricas de queijo; 1 de manteiga, 1 de móveis, 5 serrarias, 3 beneficiadoras de arroz e 10 de café.

* * *

MUNICÍPIO DE SANTA ADÉLIA

(Estado de São Paulo)

O Município de Santa Adélia possui um patrimônio de sua Prefeitura na importância de Cr\$ 200.000,00, esperando no corrente ano obter, como resultante feliz da administração do Dr. José Antenor d'Assis Xavier, superavit em seu orçamento que foi previsto em Cr\$ 960.000,00. Sua principal fonte de renda constitui-se no imposto de Indústria e Profissões. Possui duas escolas municipais, um grupo escolar e duas escolas estaduais.



Santa Adélia — Dr. Xavier,
Prefeito Municipal



Santa Adélia — Poços para o
abastecimento d'água

A administração atual tem realizado inúmeras obras, dentre as quais podemos citar a construção de 110 poços com capacidade para 360.000 litros e ainda um depósito que aumentará essa capacidade para 650.000 litros, o que será um bom início de solução para o problema que tem assobrado a Prefeitura, qual seja o de água e esgotos, que só poderá ser satisfatoriamente resolvido com auxílio estadual. Foi ainda construído o Jardim Público e 78 quilômetros de estradas e ruas foram conservadas, sendo consertadas pontes e mata-burros, com o auxílio que lhe foi fornecido pelo Estado, na importância de Cr\$ 40.000,00.

MUNICÍPIO DE IGARAPAVA

(Estado de São Paulo)

Em boa situação financeira, o próspero Município de Igarapava, por meio de sua operosa administração, acha-se atualmente empenhado em importantes obras públicas, como sejam: ampliação do serviço de abastecimento de água na sede e no Distrito de Aramina, dotação da água à Vila de Buritizal, e construção de inúmeras pontes, além da conclusão do calçamento da sede do Município.

Possui no seu patrimônio os seguintes edifícios: Prefeitura Municipal, Matadouro, Estação de Recalque do Abastecimento de Água e Depósito do Almojarifado.



Igarapava — Grupo Escolar



Igarapava — Indústria de cerâmica



Igarapava — Vista da Cidade



Igarapava — Ponte destruída pela enchente

No setor educacional dispõe de um Ginásio Estadual, 1º e 2º Grupos Escolares, 2 Grupos Escolares Distritais, 1 Grupo Escolar Rural, 1 Núcleo de Ensino Profissional em instalação e 18 Escolas Rurais Estaduais, além de 17 Escolas Rurais Municipais. É dotado de Santa Casa da Misericórdia, Casa da Criança, Posto de Puericultura e Maternidade.

A atual administração, que ainda não completou seu primeiro aniversário à frente dos destinos municipais, acha-se elaborando um vasto plano de realizações onde, a par de um minucioso estudo das mais pre-

mentes necessidades locais, encetará uma fase eficiente de realizações vultosas bem planejadas e, portanto, fadadas a real sucesso.

Internamente dotado de eficiente rede de estradas municipais, acha-se ligado a outros centros estaduais pela Estrada de Ferro Mogiana e Estradas de Rodagem Estaduais, não possuindo, no entanto, Campo de Aviação, apesar de em 1946 já ter a 4ª Zona Aérea procedido a estudos e levantamentos topográficos com a finalidade da planificação de um aeródromo que, quando construído, trará notáveis benefícios ao Município.

* * *

MUNICÍPIO DE ITUVERAVA

(Estado de São Paulo)

Contando com os recursos financeiros próprios, cujas fontes principais são o imposto de indústrias e profissões, o predial urbano, taxas de águas e de conservação de estradas, e impostos de licenças, etc., e dentro de uma receita prevista de Cr\$ 1.500.000,00, tem a atual gestão realizado obras de interesse público, tais como: conclusão do serviço de esgotos sanitários, calçamento da cidade com paralelepípedos, construção da rodovia da GROTA, criação do primeiro Grupo Escolar, no distrito de São Benedito da Cachoeirinha, de duas escolas rurais e duas classes infantis nos Grupos Escolares locais, instalações do Centro de Saúde local, construção de uma rodovia para a Vila de Capivari, ampliação do ser-



Ituverava — O Sr. Prefeito Municipal



Ituverava — Vista da Cidade

viço de limpeza pública, e início da construção do Ponto de estacionamento de automóveis. Sua situação financeira é satisfatória, e o exercício atual se encerrará sem déficit, se o Estado contribuir com a quota devida, pelo art. 67 da Constituição do Estado. A assistência social é prestada pelo Hospital Beneficente São Francisco de Assis, Maternidade, Posto de Puericultura, achando-se a Santa Casa de Misericórdia em construção. A instrução é ministrada no Ginásio Municipal, 1º e 2º Grupos Escolares, dois outros Grupos distritais, 8 escolas rurais municipais e 14 estaduais. O Clube de Aviação local mantém um campo com duas pistas de 600 e 900 metros. Há uma estação rádio-emissora e dois semanários: "CIDADE DE ITUVERAVA", que já conta 35 anos de atividades ininterrupta, e "A Tribuna". A sede do Município liga-se à Capital pela Estrada de Ferro Mogiana (544 km) e pela rodovia estadual (471 km), e dentro do Município mediante estradas municipais. Seu atual Prefeito é o Dr. João Athayde de Souza.

MUNICÍPIO DE JABORANDI

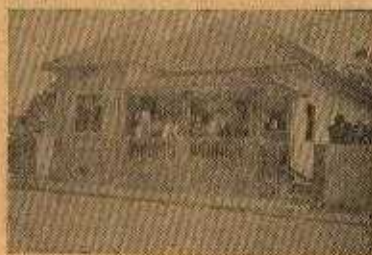
(Estado de São Paulo)

É um dos mais novos Municípios, pois foi criado a 1 de maio do ano corrente. Está, portanto, em plena fase de realizações, dentro das possibilidades financeiras de uma receita orçada em Cr\$ 284.900,00 para o atual exercício, sendo, por enquanto, sua principal fonte de rendas o imposto de indústria e profissões.

A instrução já vai sendo ministrada em 5 escolas rurais, das quais duas municipais e três estaduais. O Estado auxiliou com Cr\$ 500.000,00 a construção de um grupo escolar na sede do Município, onde aliás, funciona também um curso de alfabetização de adultos. A assistência social



Jaborandi — Sr. Junqueira, Prefeito Municipal



Jaborandi — Prefeitura Municipal



Jaborandi — Interior da Câmara Municipal



Jaborandi — Vista do jardim principal

é dada por um Posto de Saúde recentemente criado e anexado ao de Colina, que é a estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro mais próxima (16 km da sede). Dispõe de um posto telefônico da Cia. Telefônica Brasileira, e de iluminação elétrica fornecida pela Cia. Paulista de Força e Luz. Com os recursos próprios, acrescidos do empréstimo de Cr\$ 150.000,00 para a organização dos novos municípios, vai a atual administração cuidando da conservação das rodovias, dos logradouros públicos e projetando outros serviços de interesse geral. Carece ainda de um Serviço de Águas e Esgotos e da instalação de coletorias federal e estadual, e delegacia de polícia.

A produção agrícola é a mais importante; a pecuária ainda incipiente, existindo no município numerosas fazendas, cuja área varia entre 150 e 900 alqueires de boas terras.

O atual Prefeito de Jaborandi é o Sr. Orlando Junqueira de Oliveira.

MUNICÍPIO DE IBITINGA

(Estado de São Paulo)

Situado na latitude de $48^{\circ}49'$ e longitude de $21^{\circ}45'23''$, em um planalto levemente ondulado, com uma superfície de aproximadamente 536 km², o Município de Ibitinga, atualmente sob a administração do Dr. Victor Maide, acha-se em acelerada fase de desenvolvimento, com um orçamento elaborado para 1950 da ordem de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros).



Ibitinga — Dr. Victor Maide,
Prefeito Municipal



Ibitinga — A Escola Normal



Ibitinga — O agrônomo da "Casa da Lavoura" mostrando mudas de eucalipto



Ibitinga — Instalações para tratamento da água

Suas principais fontes de renda são café, algodão, cereais, legumes e milho, possuindo ainda adiantada indústria, onde destacamos um frigorífico, uma fábrica de sabão, diversas olarias, uma companhia de pavimentação e fábricas de laticínios.

Segundo o recenseamento executado em 1940, a população municipal é calculada em 28.479 habitantes. Possui um Aero-Clube com seis aviões, do qual é presidente o Sr. Adelino Pinto da Costa, e é ainda dotado de telefones explorados pela Cia. Telefônica Brasileira e Telégrafos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Dentre os inúmeros melhoramentos levados a efeito na atual administração, podemos destacar: criação e instalação da Escola Normal Municipal, criação e instalação do Curso Prático de Ensino Profissional, re-

forma geral das rodovias com a construção e reconstrução de várias pontes (Jacaré-Guassú, São Lourenço, São Joãozinho e outras), calçamento a paralelepípedos de aproximadamente vinte quarteirões, aquisição de novas viaturas, inclusive uma motoniveladora, um compressor, um caminhão basculante e um britador; além da criação de três novas unidades escolares rurais, o que perfaz o total de quinze escolas rurais mantidas pelo Município.

* * *

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

(Estado de São Paulo)

Próspero Município paulistano, com uma renda aproximadamente de Cr\$ 1.696.400,00, o que lhe dá uma regular situação financeira. Dentre as inúmeras obras realizadas pela atual administração podemos destacar a ampliação da rede de águas e esgotos, aquisição da moto-niveladora, calçamento e colocação de guias e sargetas em vários trechos de ruas, construção de pontes sobre o Córrego "Sabino" e a captação de novos mananciais para o abastecimento d'água, tôdas de real interesse para o bem estar municipal, e reveladoras de um sadio espírito patriótico.

Possui o Município um Ginásio Estadual, a Escola Técnica de Comércio "São José", 1º e 2º Grupos Escolares e 4 escolas municipais rurais, além de 18 escolas rurais estaduais. No setor da Assistência social, conta com o Asilo S. Vicente de Paulo e possui iniciadas as obras da Santa Casa de Misericórdia.

* * *

MUNICÍPIO DE BRODOSKI

(Estado de São Paulo)

É notável a atividade progressista deste Município: melhora do abastecimento d'água, reparação e conservação de pontes e estradas, reforma do Matadouro Municipal, construção de um necrotério, etc., tudo sem sacrifício da amortização continuada de compromissos anteriores, sendo boa a situação financeira, de vez que a renda prevista para 1949 é de Cr\$ 400.000,00.



S. Joaquim da Barra — O Sr. Prefeito Municipal



Brodoski — Prefeitura Municipal

MUNICÍPIO DE GUARÁ

(Estado de São Paulo)

Encontra-se este importante Município a uma distância de 528 quilômetros, por via férrea, e 452 quilômetros, por estrada de rodagem, da Capital do Estado, à qual se liga, respectivamente, pela Estrada de Ferro Mogiana e pela Estrada de Rodagem Estadual.

A rede rodoviária interna municipal atinge a extensão aproximada de 400 quilômetros e por ela circula a produção econômica do Município, representada pelo resultado de atividades agrícolas, da pecuária e industriais.

Suas instituições culturais constam de um Grupo Escolar, oito Escolas Rurais Estaduais, quatro Escolas Rurais Municipais e um Serviço de Alto-Falantes que supre a inexistência de imprensa e estações de Rádio, locais.



Guará — A Prefeitura Municipal



Guará — A Delegacia de Polícia

O patrimônio municipal se constitui, principalmente, dos edifícios da Prefeitura, do Matadouro Municipal, da Estação de Tratamento e Recalque do abastecimento d'água.

A renda do Município, cuja fonte principal de receita se encontra nos impostos de Indústria e Profissão, Predial Urbano, Territorial Urbano, de Licença, Taxa D'água e Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem, está estimado em Cr\$ 659.000,00, para o ano de 1949.

No entanto, o equilíbrio orçamentário só se poderá estabelecer com o recebimento do auxílio previsto na Constituição Estadual e da quota do Imposto de Renda Federal.

Malgrado as dificuldades financeiras, é grande a atividade que vem caracterizando a atual administração municipal, cujas principais realizações de utilidade pública são, no momento: a construção da Estrada da Lagoinha, o alargamento de outras estradas, o prolongamento das Ruas 7 de Setembro, Tiradentes, Capitão Antônio Ribeiro dos Santos e Capitão José Francisco Dias, a macadamização das ruas principais, a

construção de pontes nos córregos Rio Verde e Ponte Nova, a instalação do Posto de Assistência Médico-Sanitária, a montagem de uma bomba para o serviço de irrigação de ruas e estradas, a aquisição de uma plaina moto-niveladora, etc.

É seu pensamento, também, realizar a aquisição de um caminhão cisterna para o serviço de irrigação das vias públicas e contrair um empréstimo que será empregado em obras de calçamento de ruas e na instalação de esgotos.

Como se vê, dentro em breve serão colhidos os frutos dessa política de progresso e de desenvolvimento que se pratica presentemente em todo o Município.

* * *

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

(Estado de São Paulo)

Com seus orçamentos equilibrados, vai a administração realizando as obras mais necessárias e compatíveis com a renda do Município calculada, no ano corrente, em Cr\$ 210.000,00: — conservação de rodovias, melhoramento de ruas, irrigação, fabricação de tubos para canalização de águas pluviais, aquisição de prédio para a sede da Prefeitura, e ampliação do cemitério local. Falta-lhe ainda um serviço de águas e esgotos, instalação das coletorias federal e municipal e da delegacia de polícia. A instrução pública é ministrada em 4 escolas rurais



Terra Roxa — Dr. Corrêa
Prefeito Municipal



Terra Roxa — A posse do atual
Prefeito

estaduais e uma municipal, além de um curso de alfabetização de adultos. O Estado auxiliou com Cr\$ 740.000,00 a construção do Grupo Escolar e com Cr\$ 50.000,00 a construção da ponte sobre o Rio Palmeiras, além do empréstimo de Cr\$ 150.000,00 concedido aos municípios novos. Como assistência social dispõe apenas de um posto ante-malárico. O município é servido pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, dispõe de energia elétrica fornecida pela Cia. Paulista de Luz e Força e possui um posto telefônico da Cia. Telefônica Brasileira. Sua principal fonte de rendas é o imposto de indústrias e profissões. O Município, cujo patrimônio é avaliado em Cr\$ 150.000,00, foi fundado a 26 de março do ano corrente, e seu Prefeito atual é o Dr. Oswaldo Prudente Correia.

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO

(Estado de São Paulo)

O Município compreende dois distritos e uma vila e sua produção principal é o café, o algodão, cereais e legumes, sendo de Cr\$ 1.381.900,00 a renda prevista para o ano corrente, com seu orçamento equilibrado. A instrução pública é ministrada no Ginásio Estadual, na Escola Técnica de Comércio, no Grupo Escolar e nas escolas primárias estaduais e municipais. Como assistência social, foi instalado um Posto de Assistência Médico-Sanitária, e o Município faz doação de terrenos para a construção de casas para operários. O Estado tem auxiliado financeiramente a instalação do Ginásio, a encampação do serviço de águas e telefones, construção de pontes, etc. A conservação e melhoramento das rodovias foi impulsionada com a aquisição de novas viaturas, dentre as quais dois caminhões e uma moto-niveladora. Dispõe de um campo de aviação com pista de 800 metros. A administração municipal esforça-se por conseguir a ampliação do serviço de águas, construção de um hotel, instalação de um curso prático profissional, de uma Casa da Lavoura, e do prolongamento da via férrea E.M.A., além dos institutos de ensino estaduais e municipais. É Prefeito de Monte Alto o Sr. José Zacharias de Lima.



Monte Alto — Panorama da Cidade

* * *

MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

(Estado de São Paulo)

Este importante Município compreende quatro distritos: Jaboticabal, Taiaçu, Luzitânica e Córrego Rico.

Encontra-se ligado à Capital do Estado por ferrovia, rodovia e linhas aéreas, visto que possui excelente campo de aviação com pista de 1.200 metros.

Sua renda é estimada em Cr\$ 3.366.000,00 sendo o imposto de Indústria e Profissão a principal fonte de arrecadação.

A situação financeira é boa graças ao auxílio freqüente que o Município vem recebendo do governo estadual.

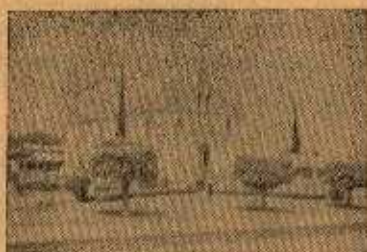
As atividades da atual gestão municipal constam de recente relatório publicado em "O Combate", acreditado órgão da imprensa local, e abaixo se enumeram em rápido resumo: construção do Grupo Escolar da Aparecida, iluminação da Praça "D. José Marcondes Homem de Melo", conclusão da ponte de concreto armado sobre o Córrego Jaboticabal na Avenida "Benjamim Constant", calçamento de dois quarteirões na mesma Avenida, construção do prédio para o jardim da infância "Prudente de Moraes" na Praça "Joaquim Nabuco", melhoria da iluminação pública em ruas, avenidas, etc., captação do manancial da "Estiva", etc., etc.

MUNICÍPIO DE TAMBAÚ

(Estado de São Paulo)

Com uma renda prevista de Cr\$ 1.200.000,00, tem o município sua produção agro-pecuária e industrial bem representada pelos seguintes algarismos: 60 mil arrobas de café; 80 mil de algodão e 30 mil toneladas de mandioca; 18 mil cabeças de gado; 9.500 de suínos, 7 mil equinos e muares e cerca de 150 mil galináceos. Produção industrial: 13 milhões de telhas planas; 9 milhões de manilhas, louças de barro, tijolos, etc.; 140 mil metros cúbicos de madeiras; 5.300 toneladas de amido de mandioca e 2.100.000 litros de leite.

A atual administração tem realizado várias obras de utilidade pública, entre as quais se podem mencionar: construção da rede de esgotos; calçamento de ruas da sede; cascalhamento de outras, inclusive dos jardins públicos; reconstrução das rodovias que ligam Casa Branca-Santa Rita do Passa Quatro — Santa Rosa — S. Cruz das Palmeiras e a povoação de São Pedro dos Morrinhos, com alargamentos, reconstrução de pontes de madeira de lei, aterros, boeios e esgotos. Reconstrução de 180 metros da linha adutora, com tubos de concreto. Me-



Tambaú — Jardim público



Tambaú — Grupo Escolar



Tambaú — Uma rua central, vindo-se a motoniveladora

lhoramentos do Grupo Escolar para funcionamento do Ginásio do Estado; criação de três classes no Grupo Escolar e uma de Educação Infantil e funcionamento do Posto de Saúde.

As principais fontes de renda do município são os impostos de indústrias e profissões, de licenças, o predial urbano e o territorial, as taxas de água e esgotos e a rodoviária. Sua desenvolvida indústria cerâmica, garante a principal fonte de arrecadação.

O Governo do Estado tem amparado o município, criando o Ginásio, já em funcionamento; concedendo o empréstimo para terminação do serviço de esgotos; criando o Posto de Saúde e um Curso Prático de Ensino Industrial e incluindo o município no plano rodoviário.

A instrução é ainda ministrada em dois cursos de alfabetização de adultos, no curso do SENAC, no Externato Progresso, no Grupo Escolar Alfredo Guedes, em 15 escolas rurais estaduais e quatro municipais.

A imprensa e o rádio são representados pelo semanário "O Tambaú", e pelos serviços de alto-falantes da Prefeitura, do Tambauense e o da Paróquia. A vida social é animada pela Sociedade dos Amigos de Tambaú, sociedade recreativa e cultural e pelas associações desportivas: Clube União e Esporte e Esporte Clube Operário.

Quanto à assistência social, é dispensada pelo Asilo São Vicente de Paulo, Santa Casa da Misericórdia, Posto de Puericultura, além do Posto de Saúde do Estado.

A situação financeira é bem equilibrada; a Prefeitura está instalada em prédio próprio, sendo Prefeito atual o Sr. José Gatto.

* * *

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS

(Estado de São Paulo)

Fundado em 15 de setembro de 1893, auferir suas rendas principalmente do imposto de indústrias e profissões e da quota de imposto de rendas. Entretanto, sua situação financeira é satisfatória, sendo de Cr\$ 600.000,00, a receita prevista. Com esses recursos, a atual administração está reconstruindo o matadouro municipal, prossegue o repedregulhamento das ruas, conservação das estradas e os trabalhos de iluminação, que será levada até o distrito de Imbitiúva, além do ser-



Pitangueiras — Dr. Caldas, Prefeito Municipal



Pitangueiras — Prefeitura Municipal

viço de águas e esgotos, telefones, etc. A instrução é ministrada no Grupo Escolar, em quatro escolas rurais municipais, 12 rurais estaduais e num curso de alfabetização de adultos. Como assistência social, dispõe de um Centro de Saúde. O município é servido pela estrada de Ferro Paulista e nele situam-se cinco estações: Macuco, Passagem, Pitangueiras, Plínio Prado e Imbitiúva. Com a aquisição de um trator, um caminhão e o empréstimo, pelo Departamento de Estradas de Rodagem, de uma moto-niveladora, tem o atual Prefeito, Dr. Euclides Zanine Caldas, impulsionado o serviço de conservação das rodovias, reconstrução de pontes, etc., dentro dos limitados recursos financeiros de que dispõe o município e apesar de dificuldades de outra natureza.

MUNICÍPIO DE MORRO AGUDO

(Estado de São Paulo)

Com um patrimônio municipal no valor de Cr\$ 485.000,00 e com uma renda prevista de Cr\$ 580.000,00, este Município se apresenta em promissora situação financeira, sendo a principal fonte de renda o imposto de Indústria e Profissão.

O Município possui posto de saúde, um grupo escolar, 8 escolas rurais estaduais, 6 escolas rurais municipais, um curso de alfabetização de adultos e dispõe de iluminação pública e serviço telefônico.



Morro Agudo — O Sr. Prefeito Municipal

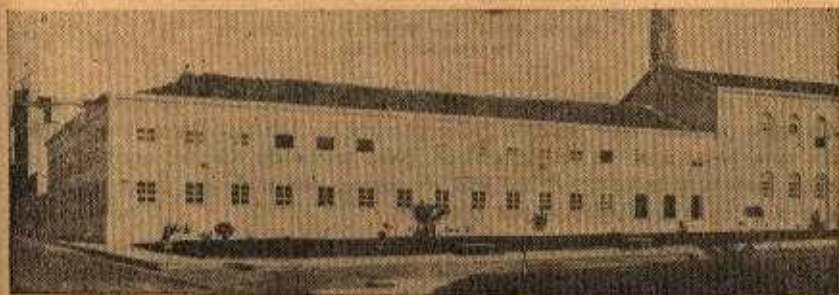


Morro Agudo — Vista da Cidade

Sua atual administração, tendo obtido "superavit" no orçamento, vem realizando numerosas obras de utilidade pública e incrementando consideravelmente os serviços de conservação de estradas, construção e reconstrução de pontes e bueiros, remodelação de ruas e praças, irrigação das vias públicas, etc., para o que já adquiriu por Cr\$ 110.000,00 uma plaina motoniveladora e por Cr\$ 107.000,00 um caminhão-pipa, irrigador.

A atenção do executivo municipal acha-se presentemente voltada para o problema da água e do esgoto, o qual, espera resolver dentro em breve.

* * *



Itu — Fábrica de tecidos São Luiz — Rua Paula Souza

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO

(Estado de São Paulo)

A renda prevista do município ascende a 740 mil cruzeiros, o que lhe assegura uma situação financeira satisfatória e orçamentos equilibrados.



Santa Rosa de Viterbo — O
Sr. Prefeito Municipal

O Estado proporcionou-lhe um auxílio de 50 mil cruzeiros para melhoramento de rodovias, construção de pontes, boeiros, etc. Com esse recurso e as arrecadações dos impostos de indústrias e profissões, vem a atual administração municipal realizando obras e ampliando ser-



Santa Rosa de Viterbo — Pre-
feitura Municipal

viços de interesse público, tais como a extensão da rede de distribuição de água potável, cujo volume foi acrescido de 150 mil litros, construção de uma balsa, por 22 mil cruzeiros, para travessia do rio, aquisição de uma moto-niveladora, por 85 mil cruzeiros, remodelação e conservação das Escolas e dos logradouros públicos.

A instrução primária é ministrada em três escolas municipais, estando projetadas, para 1950, várias escolas típicas rurais.

Dispõe o município de um campo de aviação particular, de propriedade do Conde Matarazzo.

MUNICÍPIO DE ALTINÓPOLIS

(Estado de São Paulo)

Município de produção mista — agrícola, pecuária, industrial — em franco progresso tem, para o ano de 1949, uma previsão de receita da ordem de Cr\$ 365.000,00, com "superavit" sobre a despesa orçada.

Sua situação financeira, graças à equilibrada atuação do Prefeito Sr. Joaquim Ferreira, é boa, sendo o impôsto de indústria e profissão a principal fonte de renda.



O Prefeito Municipal de Altinópolis,
Sr. Joaquim Ferreira



Altinópolis — Vista da Cidade

Como único auxílio financeiro recebe da União, apenas, a quota do impôsto de renda.

A sede do Município possui boa luz, prédio próprio para a Prefeitura, Matadouro Municipal, Posto de Saúde, Hospital de Misericórdia e outras instituições de assistência social.

A atual administração municipal vem se preocupando seriamente com o principal problema — instalação de água e esgotos — sem se descuidar da construção de estradas, pontes, boeiros, meios-fios para calçamento de ruas, etc.

* * *

MUNICÍPIO DE CONCHAL

(Estado de São Paulo)

* Com um receita prevista de 278 mil cruzeiros, cuja fonte principal é o impôsto de indústrias e profissões, e um patrimônio avaliado em 231 mil cruzeiros, a situação financeira do Município é satisfatória e equilibrada.

Com seus recursos próprios, e o auxílio dispensado pelo Governo do Estado, emprestando ao Município 150 mil cruzeiros e doando 50 mil para a reconstrução da ponte sobre o Mogi-Guaçu, tem a atual administração do Prefeito, Sr. Francisco Magnusson realizado algumas obras de interesse público, dentre as quais se contam: — a instalação e organi-

zação da sede municipal; a construção de uma Escola Típica Rural, com auxílio do Estado; instalação de uma escola primária municipal; a construção da rodovia que liga a cidade de Conchal ao Município ARTUR NOGUEIRA.

A instrução primária é ministrada no Grupo Escolar, numa escola municipal e em seis escolas mistas estaduais.

O Município é servido pela Estrada de Ferro Sorocabana e por algumas rodovias. Carece, entretanto, de um serviço de abastecimento de água, e de esgotos, de energia elétrica e de ligações telefônicas. A iluminação elétrica de que dispõe, é deficiente.

Do Governo da União, nada tem recebido até o presente. Mas o esforço, a boa vontade e a cooperação de todos os munícipes, hão de resultar no progresso e no bem-estar da coletividade.

* * *

MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ

(Estado de São Paulo)

A economia deste Município se fundamenta na produção agrícola e na da pecuária, sendo que esta concorre com duas mil cabeças anuais e aquela, de natureza mista, atinge a 75.000 sacas de produtos diversos.

A renda do Município é estimada em Cr\$ 115.000,00 com "supervavit" sobre a despesa orçada, sendo pois regular a situação financeira municipal.



Itirapuã — O Sr. Prefeito Municipal



Itirapuã — Vista da Cidade

O Município dispõe de boa rede de estradas, possui campo de aviação e está ligado por telefone aos centros vizinhos.

Sua atual administração que vem cuidando intensamente da limpeza da Cidade, da remodelação de suas ruas, da arborização da praça principal e de outros numerosos serviços de utilidade pública como a reforma do matadouro, a conservação de estradas de pontes, etc., compõe-se do Prefeito Sr. Francisco Coelho do Nascimento, do Secretário da Prefeitura, Sr. Benedito de Oliveira Almeida, do Fiscal Municipal, Sr. Hermínio Vicente Alvarez, do Administrador do Matadouro, Sr. Manoel Gomes Prior e do Zelador do Cemitério, Sr. Firmo Pereira Sobrão.

MUNICÍPIO DE ITAJOBÍ

(Estado de São Paulo)

Possuindo 22.292 habitantes, o Município de Itajobí, no Estado de São Paulo, atualmente sob a direção do Sr. Raul Galvani, com seu orçamento de Cr\$ 939.000,00, acha-se com a receita e despesas equilibradas, aplicando seus recursos na conclusão de duas escolas típicas rurais, na aquisição de um prédio para o posto de saúde e na montagem de uma pequena serraria destinada a atender às necessidades da Prefeitura, além do reajustamento do funcionalismo e pagamento da dívida do Município, levadas a efeito na atual gestão. Para a conservação de suas estradas, adquiriu a Prefeitura, além de uma motoniveladora no valor de Cr\$ 320.000,00, mais três caminhões, um trator e uma plaina.



Itajobí — Grupo Escolar

* * *

MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA

(Estado de São Paulo)

Dotado de uma renda orçada em Cr\$ 600.000,00, o Município de Orlandia acha-se empenhado, por sua esclarecida administração, em obras de grande interesse municipal, como sejam a continuação do calçamento, o serviço de reforço d'água, a construção duma praça pública, e reparação das rodovias e vias públicas.

No setor educacional possui um Ginásio Estadual, uma Escola de Comércio, seis Escolas Rurais Estaduais, Cursos Práticos de Ensino Profissional e o Grupo Escolar "Coronel Francisco Orlando", com 16 classes e aulas em dois turnos; além de 4 escolas Rurais Municipais.

Dispondo de energia elétrica fornecida pela Cia. Paulista de Força e Luz (Rib. Preto), e com telefones de propriedade particular, tem o Município de Orlandia como principais fontes de renda o imposto de indústrias e profissões, o imposto predial e a taxa de consumo d'água.



Orlândia — O Ginásio e a Praça Rosa Martins

A ESTRADA DE FERRO ARARAQUARA E SUAS REALIZAÇÕES

As estradas de ferro, para bem cumprirem sua missão, e, ao mesmo tempo, poderem suportar a tremenda concorrência que lhes estão a fazer os transportes rodoviários, garantindo um orçamento equilibrado, estão sendo forçadas a se modernizar, isto é, a aumentar a sua capacidade de tráfego com diminuição concomitante de suas despesas de custeio. Este é o rumo que está sendo seguido por todas as ferrovias nacionais, quase todas em regime deficitário.

O que está fazendo nesse sentido a Estrada de Ferro Araraquara corresponde a um vasto e complexo programa de obras novas e melhoramentos que, uma vez ultimados, a colocarão em situação proeminente entre suas congêneres do País.



É assim que, cumprindo seu programa de fomentar o progresso de uma vasta e rica zona do Estado de São Paulo, a Estrada de Ferro Araraquara está, com firme determinação, alongando suas linhas e melhorando consideravelmente todos os seus serviços.

Em 1945, foi efetuado o prolongamento de sua linha tronco no trecho Mirasol-Vutoporanga, numa extensão de 84,183 km e recentemente foi entregue ao tráfego o trecho Vutoporanga-Fernandópolis, numa extensão de 36,770 km. O trecho seguinte, Fernandópolis-Pôrto Presidente Vargas (antigo Pôrto Taboado), nas barrancas do Rio Paraná, numa extensão de 94,910 km, está com todos os seus estudos completos e em vias de ser atacado com toda a energia, uma vez que todos os trabalhos de terraplenagem estão já empreitados com firmas construtoras nacionais.

Ao terminar esse prolongamento, até o Pôrto Presidente Vargas, ficará a Estrada de Ferro Araraquara com 460,00 km em sua linha tronco a partir de Araraquara, ficando aquele pôrto fluvial distante 774,00 km de São Paulo e 853,00 km da cidade de Santos, sendo, juntamente com a Noroeste e a Sorocabana, a terceira estrada de ferro a alcançar as barrancas do rio Paraná.

Com a finalidade de melhorar a sua capacidade de tráfego, emparelhando-a com as melhores estradas de ferro de bitola métrica, estão sendo estudados e construídos, dentro de excelentes condições técnicas, seguintes variantes :

Araraquara-Tutoia.....	7,101 km
Silvânia-Matão.....	11,825 km
Santa Ernestina-Pindorama.....	68,554 km
Uchôa-Engenheiro Schmidt.....	19,382 km
Engenheiro Schmidt-S.J. Rio Preto.....	10,920 km

Tendo em conta as condições técnicas de cada trecho, o plano de obras e melhoramentos da Estrada de Ferro Araraquara prevê duas trações de tração distintas :

Araraquara-Mirasol.....	243,861 km
Mirasol-Pôrto Presidente Vargas.....	215,863 km

Com intuito de melhorar substancialmente sua linha tronco, está a estrada substituindo os trilhos antigos por outros de 44,6 kg/m, sendo que os de 32 kg/m estão sendo assentados no prolongamento da linha e os de 20 kg/m, substituídos, serão empregados apenas nos desvios.

O leito da linha está sendo todo lastrado com pedra britada, com uma camada sob os dormentes de 10 a 30 cm de espessura, sendo que o número daqueles é de 1.670 unidades por km de linha, número considerado suficiente para uma boa linha tendo em vista o tipo de trilho empregado.

As obras de arte permitem o tráfego de locomotivas de 18T/eixo e, no momento, não necessitam de reforço ou substituição, de vez que as locomotivas mais pesadas são de 16T/eixo.

Embora o tráfego da Estrada de Ferro Araraquara ainda esteja muito longe de exigir a duplicação de sua linha tronco, este problema, entretanto, por uma necessidade de previsão futura, está na cogitação de seus administradores, sendo doutrina assente que ela só será empreendida, dentro do plano geral de obras e melhoramentos, após a revisão de seu traçado.

A fim de satisfazer as necessidades crescentes de seu tráfego, está a estrada melhorando seus serviços de abastecimento d'água e combustível, perfurando, com êxito, em vários pontos, poços semi-artesianos e fornecendo, a exemplo de suas co-irmãs, seus hortos florestais, tendo já cerca de 3.500.000 árvores das 18.000.000 programadas.

Para aumento de sua capacidade de tráfego, a Estrada, à medida que efetuando a revisão do traçado e o prolongamento de sua linha tronco, também ampliando os pátios das estações e aumentando o número de extensão dos desvios e, do mesmo passo, melhorando seu sistema de sinalização, sendo de seu programa substituir a sinalização a braço pela automática, colocando cabines modernas em todas as estações.

A melhoria da linha em planta e perfil será feita na medida em que avançarem os trabalhos de revisão de seu traçado para a rampa máxima de 1 % e raio mínimo de curva de 788 m.

A supressão das passagens de nível das estradas de rodagem importantes será feita na medida da progressão da revisão do traçado pela construção de viadutos, já estudados.

As oficinas da Estrada de Ferro Araraquara são atualmente deficientes. Novas oficinas, entretanto, perfeitamente aparelhadas, serão construídas em Araraquara, em terrenos para esse fim adquiridos, e nas quais será possível a execução de quaisquer serviços, com capacidade para atender a todas as necessidades da Estrada, mesmo computando o prolongamento da linha até as barrancas do rio Paraná.

IGUAÇU E GUAPORÉ

EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS

(Trechos de relatórios)

IGUAÇU

O território federal de Iguaçu foi criado em setembro de 1943; em março de 1946 assumia seu governo o Ten.-Cel. Frederico Trota, que o dirigiu até sua extinção em setembro deste mesmo ano.

Este território foi constituído por alguns municípios dos Estados de Paraná e Santa Catarina; limitava a W. com as Repúblicas da Argentina e Paraguai e Estado de Mato Grosso, ao S. com o Rio Grande do Sul e a L. com os Estados do Paraná e Santa Catarina. O Rio Paraná banha-o desde a Foz do Iguaçu à do Ivaí; ao S. banha-o o Rio Uruguai e no Centro os Rios Iguaçu e Piquiri.

No setor Saúde as notas que se seguem são extraídas do relatório do respectivo Diretor: anteriormente existiam no território quatro Postos de Saúde com quatro médicos, o atual governo organizou cinco Distritos Sanitários com os mesmos limites dos cinco municípios do território.

Ao N. do território a malária é endêmica; o tipo a — desintéria, o alastrim, a varíola e o mal de Hansen constituem graves problemas.

A Divisão de Saúde ficou assim organizada:

- 1º Distrito — Iguaçu, população 16.200 hab., superfície 37.666 km², um hospital e quatro médicos;
- 2º Distrito — Foz do Iguaçu, população 8.600 hab., superfície 30.100 km², um posto e três médicos;
- 3º Distrito — Clevelândia, população 19.500 hab., superfície 9.525 km², um posto e um médico;
- 4º Distrito — Manguaerinha, com um subposto;
- 5º Distrito — Xapencó, com um posto e um médico.

Um hospital do governo foi construído em 32 dias e reais serviços prestou à população.

Todos os serviços nos hospitais e postos eram gratuitos.

No setor rodoviário havia o seguinte plano de comunicações:

- a ligação de Iguaçu com a Foz do Iguaçu e Guarapuava;
- da Foz do Iguaçu a Dionísio Cerqueira mais ao S.;
- de Iguaçu a Clevelândia por Chopin, Pato Branco, Clevelândia e Xapencó;
- Iguaçu — Chopin — Pato Branco — Clevelândia — Abelardo Luz — Xanserê — Xaxim — Xapencó — Caxambu — Capanem — Mondai — Vila Oeste — Separação — Dionísio Cerqueira — Santo Antônio — Foz do Iguaçu;
- Foz do Iguaçu — Santa Helena;
- Chopin — Manguaerinha — Santa Maria;
- Manguaerinha — Clevelândia;
- Clevelândia — Dionísio.

No setor do Ensino o quadro abaixo mostra a evolução do território.

Municípios	CNR	CS	GE	ER	EI	SOMA	Escolas Municipais	TOTAL
Iguaçu.....	1	1	2	3	11	18	11	29
Mangueirinha.....			2		8	10	9	19
Clevelândia.....			2	1	16	19	15	24
Foz do Iguaçu.....		1	2	1	12	16	4	20
Xapencó.....		1	5	5	40	51	49	100
SOMA.....	1	2	13	10	87	114	88	202

LEGENDA

CNR — Curso Normal Regional.

CS — Curso Supletivo.

GE — Grupo Escolar.

ER — Escola Reunida.

EI — Escola Isolada.

Durante o ano de 1946 cursaram as escolas primárias do Território 7.767 alunos. Em 31 de março de 1947 a comissão nomeada para efetuar a entrega dos bens do Território relatava suas atividades, finda a incumbência. Em síntese, eram as seguintes, em cruzeiros, as responsabilidades do governador do Território:

Cr\$

Divisão de Educação.....	461.941,10
Divisão de Obras.....	5.913.966,07
Divisão de Produção.....	225.893,70
Divisão de Saúde.....	363.629,48
Divisão de Segurança.....	550.475,06
Serviço de Administração Geral.....	102.660,40
Serviço de Geografia e Estatística.....	8.867,40
Almoxarifado Geral.....	4.597.632,15
Oficina Mecânica e Garages.....	678.060,77
Palácio do Governo.....	38.807,80
Arquivo e Protocolo Geral.....	16.843,00

GUAPORÉ

Este território fica situado entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso e a República da Bolívia. Separam-no deste país os Rios Guaporé e Abunã, afluentes do Madeira, que banham sua parte norte. Tem por capital Pôrto Velho, com seu Posto de Puericultura, com a sua Ma-

ternidade, com sua Escola Normal e vários grupos escolares em construção; estava prevista a construção de hotéis em Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

No setor da Educação, além do início da construção dos grupos escolares de que tratamos acima, foi introduzido o sistema de distribuição gratuita do material escolar, uniformes e merendas em todos os grupos escolares; funciona um Curso Noturno de Alfabetização com cinco turmas e foi reaberta a Escola Rural de Jaci Paraná fechada há dois anos, cuja frequência atinge 280 alunos.

No setor da Saúde foram criados subpostos de saúde nos mais remotos pontos do território; além destes postos e subpostos existiam elementos itinerantes que periodicamente percorrem os rios. O posto de Puericultura é o mais completo do norte do País, segundo o Departamento Nacional da Criança.

O trabalho no setor da Administração foi muito grande, pois, houve necessidade de reorganização completa da máquina do governo.

Era de franco progresso em todos os setores a situação desta região do país quando juntamente com os outros territórios foram extintos.

Dos relatórios ainda consta que o Tribunal de Contas apreciando as várias prestações de contas do então governador Trota, dos Territórios de Iguazu (1946) e Guaporé (1948) julgou-as em perfeitas condições legais dando plena quitação das quantias recebidas em um valor aproximado de 100 milhões de cruzeiros.

* * *

MUNICÍPIO DE SALTO

(Estado de São Paulo)

Município agrícola-industrial, em franco progresso, ligado a São Paulo por estrada de ferro e estrada de rodagem, tem uma renda orçada em Cr\$ 926.200,00, um patrimônio avaliado em Cr\$ 4.410.986,50 e uma população de 16.000 habitantes.

Possui fábricas de fiação e tecelagem, de papel, de tacos, de bebidas, cerâmicas, cortumes, correias, máquinas de beneficiar arroz, café, etc.

Sua produção agrícola compreende milho, algodão, arroz, café, feijão, uvas, batatas, cana de açúcar, abacaxis, etc.

Na pecuária produz gado vacum e cavalar.



Salto de Itá — O Sr. Prefeito Municipal

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

(Breve notícia da situação dessa Empresa)

HISTÓRICO :

Quando o Governo, pelo Decreto-lei n. 4.648, de 2 de setembro de 1942, incorporou ao Patrimônio Nacional as empresas que constituíam a "ORGANIZAÇÃO LAGE", atravessavam essas empresas gravíssima crise, para a qual uma única solução se apresentava — a falência.

Para essa delicada situação concorria a Costeira, empresa principal do Grupo, com o seu passivo, que ascendia à cifra de Cr\$ 216.377.291,80, sendo o seu ativo disponível constituído, em sua maior parte, de créditos contra as demais empresas que, por sua vez, apresentavam um passivo superior a Cr\$ 100.000.000,00.

Em face, pois, não só do regime deficitário em que viviam as empresas do Grupo Lage, senão também da falta de recursos para a solvência de um enorme passivo, dia a dia mais agravado com a falta de pagamento de juros, apresentava-se a falência dessas empresas como fato inevitável; e isto ter-se-ia dado, se com os aumentos de salários verificados nos anos de 1944, 1945 e 1946, que determinaram um acréscimo de Cr\$ 80.000.000,00 anuais na verba de pessoal somente para as empresas de navegação, novas disposições legais não viessem regular, perante o Estado, a situação.

O Decreto-lei n. 9.521, de 26 de julho de 1946, regulou de vez a situação, determinando a incorporação das companhias de navegação e dos bens imóveis do Espólio de Henrique Lage, discriminados abaixo :

- a) acervo da Companhia Nacional de Navegação Costeira ;
- b) imóveis abaixo discriminados, cujo domínio pleno ou somente útil pertencia ao Espólio de Henrique Lage :
 - 1) ilhas de Santa Cruz, Cachimbau e Manoel João, bem como as pedras "Bú" e "Baleia", na baía de Guanabara ;
 - 2) fazendas de "São José", "Tatú", "Colégio" e "Soarinho", situadas na comarca de Nova Friburgo e fazenda Santa Maria, situada nas comarcas de Rio Bonito e Nova Friburgo ;
 - 3) terrenos da "Vila Lage", no 4º distrito do Município de São Gonçalo ;
 - 4) terrenos de marinha e acrescidos, no 5º distrito de Niterói, Maruí Pequeno, Estado do Rio de Janeiro (lotes ns. 669, 674, 675, 676, 670, 684 e 2.045) .
- c) benfeitorias, móveis, semoventes e demais instalações existentes nesses imóveis, que já não pertençam ao acervo das empresas indicadas nas letras a, d, e e f ;
- d) acervo do Loide Nacional S.A. ;
- e) acervo da Companhia Serras de Navegação e Comércio ;
- f) acervo da Sociedade Brasileira de Cabotagem Ltda. ;
- g) navio "Araponga", registrado em nome de Henrique Lage.

Finalmente, por efeito das disposições contidas no Decreto-lei número 9.870, de 14 de setembro de 1946, assumiu o Governo Federal a res-

ponsabilidade do novo passivo das empresas definitivamente incorporadas, passivo que se formara no período que vai de 4-IX-942 a 21-VIII-948, abrindo para isto um crédito de Cr\$ 87.000.000,00 e concedendo às referidas empresas um crédito de Cr\$ 30.000.000,00.

NOVA ADMINISTRAÇÃO :

Em fevereiro de 1948, assumiu a Superintendência das empresas definitivamente incorporadas ao Patrimônio Nacional o Tenente-Coronel José Pinheiro de Ulhôa Cintra, quando já havia a União dispendido com as mesmas, para cobertura de "deficits", as seguintes parcelas :

	Cr\$
a) dívida para com o Banco do Brasil contraída no período de 4 de setembro de 1942 a 21 de agosto de 1946.....	93.203.568,40
b) dívidas ao Banco do Brasil, decorrente da importação de vários materiais.....	18.000.000,00
c) dívidas na praça, contraídas entre 4 de setembro de 1942 a 21 de agosto de 1946.....	87.000.000,00
d) adiantamento concedido pelo Decreto-lei n. 9.370, de 1946	30.000.000,00
e) subvenção nos anos de 1945, 1946 e 1947.....	22.500.000,00
f) adiantamento por conta do fundo de indenização de guerra	10.000.000,00
TOTAL.....	260.703.568,40

Vê-se que, até então, o prejuízo anual, verificado nos anos de 1943 a 1947, ascendeu a mais de Cr\$ 52.000.000,00. Deve-se, entretanto, por em evidência que foi a partir de janeiro de 1948 (data em que se verificou o último aumento de salários dos marítimos), que mais se acentuaram as dificuldades, por isso que o acréscimo de vencimentos do pessoal iria exigir daí por diante, somente na verba pessoal, um reforço de Cr\$ 54.000.000,00 anuais, sem compensação na majoração de fretes autorizada, como é fácil demonstrar :

- a receita de fretes e passagens atingiu, no ano de 1948, a cifra de Cr\$ 162.000.000,00, enquanto a de 1945 apresentava um total de Cr\$ 132.000.000,00.

Verifica-se, pois, que o excesso de Cr\$ 30.000.000,00 entre uma e outra foi insuficiente para cobrir as despesas de Cr\$ 54.000.000,00, decorrentes do aumento de salários. Da mesma forma, a receita de 1947 perfez um total de Cr\$ 170.000.000,00 e daí uma diferença para mais de Cr\$ 38.000.000,00 sobre a receita de 1945, ainda insuficiente para enfrentar o aumento ocorrido em janeiro de 1948.

Assim, as dificuldades encontradas pelo novo Superintendente ao assumir seu cargo eram grandes.

A FROTA :

A frota estava, então, reduzida a apenas 29 unidades, das 36 incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Atualmente, possui a Companhia Costeira, em tráfego, 26 navios que, de acordo com a data em que foram construídos, podem ser agrupados da seguinte forma :

a) entre 20 e 30 anos.....	12
b) entre 30 e 40 anos.....	8
c) entre 40 e 50 anos.....	2
d) entre 50 e 60 anos.....	2
e) entre 60 e 70 anos.....	1
f) com mais de 70 anos.....	1
TOTAL.....	26

Confrontando-se a idade desses 26 navios com a idade considerada limite para exploração econômica de um barco mercante — 20 anos para navio a motor Diessel e 30 anos para navio a vapor — chegamos à conclusão de que somente 5 navios estão nesses limites, pois dos 12 classificados no grupo de 20 a 30 anos, 7 são navios a motor. Se considerarmos ainda que dos 5 navios a vapor incluídos naquele grupo, 3 já contam mais de 28 anos, verificamos quão precária se apresenta a exploração da atual frota da Costeira. E a comprovação dessa assertiva iremos encontrá-la no vulto das despesas que decorrem da conservação, manutenção e reconstrução da frota, as quais durante os anos de 1946 atingiram a média anual de Cr\$ 50.200.000,00.

Compreendendo a imperiosa necessidade de renovação da frota, procurou a atual administração, por todos os meios ao seu alcance, substituir alguns velhos e onerosos barcos, mas a falta de recursos só permitiu, até hoje, a aquisição do Loide Brasileiro, de dois navios americanos, dos excedentes de guerra.

Os navios assim adquiridos possuem a capacidade de 6.000 toneladas D.W. cada um e a sua despesa de conservação por ton. D.W. é de Cr\$ 25,00. Se deduzirmos esta quantia do valor médio obtido para a frota incorporada, verificaremos que haverá um saldo de Cr\$ 470,00, que proporcionará para as 6.000 tons. D.W. um total de 2.820.000,00, economia anual, que permitirá a amortização, em cinco anos, do capital correspondente a um navio tipo C 1 — M — AV 1 — U.S. Maritime Commission.

Por aí se vê que a quantia de Cr\$ 260.703.558,40, empregada pelo Governo na cobertura dos "deficits" produzidos pela Costeira, no período de 1943 a 1947, teria sido suficiente para a renovação de sua frota.

Em face das realidades expostas, só há uma conclusão, a de que a Companhia Nacional de Navegação Costeira só poderá subsistir se lhe forem concedidos os recursos indispensáveis à renovação de sua frota.

O PARQUE INDUSTRIAL DA ILHA DO VIANA:

No desenvolvimento do parque industrial da Ilha do Viana não houve um planejamento adequado e sistemático. Algumas oficinas, a fim de atenderem as múltiplas necessidades do conjunto de empresas que compunham a "Organização Lage", tiveram um desenvolvimento exagerado, enquanto outras, embora vinculadas à construção naval, conservaram as mesmas instalações de 20 anos passados.

A ausência de um programa objetivo de construções e a crise financeira em que há muitos anos se debate a Costeira, não lhe permitiram uma orientação segura, nem a obtenção dos recursos indispensáveis à remodelação de seus estaleiros.

Não obstante isso, a sua atual Administração deu início à construção de 8 chatas para o Serviço de Navegação da Baía do Prata, com a capacidade total de 3.820 toneladas D.W., ao preço de Cr\$ 11.510.000,00.

Prova evidente desta nossa afirmativa, vamos encontrá-la na instalação de um magnífico forno Siemens — Martin para lá conduzido com o propósito de fabricar perfis e chapas que seriam utilizadas na construção naval. Os laminadores, entretanto, nunca existiram e só mais tarde foram adquiridas, ao preço de sucata, algumas velhas peças de laminador primitivo, que nunca puderam produzir vergalhões homogêneos. Já o encontramos paralisado, por determinação do nosso antecessor, em virtude do prejuízo de cerca de Cr\$ 400.000,00 que produzia mensalmente (carta do Diretor da Ilha do Viana no D.G. 700 45-1, de 10 de setembro de 1945).

Está fora de dúvida que as atuais instalações da Ilha do Viana não permitem o rendimento econômico que instalações modernas permitiriam.

Não há negar, entretanto, que a Ilha do Viana representa um marco na indústria de **CONSTRUÇÃO NAVAL NO BRASIL**, por isso todos os esforços devem ser envidados, no sentido de modernizá-la e melhor aparelhá-la. Este é o pensamento do atual Superintendente, que procura assegurar ali uma continuidade de trabalho, ou seja, a execução de um programa mínimo, já proposto ao Governo.

A atual Administração tem procurado contornar a crise existente desenvolvendo esforços na obtenção de encomendas e procurando, por outro lado, diminuir a despesa, avultando a redução obtida na folha do pessoal da Ilha, de Cr\$ 4.600.000,00 já em 1948, pela dispensa de empregados cujos serviços não eram mais necessários e, sobretudo, pela severa vigilância desenvolvida na execução dos trabalhos extraordinários.

Assim, à nova direção da Companhia Nacional de Navegação Costeira, deparou-se-lhe um imenso trabalho a realizar. O equilíbrio entre receita e despesa apresentava-se, como tarefa de difícil, ou melhor, de impossível execução. Basta dizer-se que para uma receita bruta (exercício de 1947) de Cr\$ 245.578.910,70, havia uma folha de pagamento do pessoal que atingia a importância de Cr\$ 153.482.425,60 (aproximadamente 60 %).

Não obstante ter-se conseguido, em 1948, uma sensível diminuição na folha de pagamento, que baixou para Cr\$ 131.340.262,45, e um aumento apreciável na receita, que foi de Cr\$ 262.497.084,10, perduravam ainda assim as condições, que tornavam de difícil execução a tarefa a realizar. Tais condições podem ser assim consubstanciadas:

- 1ª. Impossibilidade, por absoluta falta de recursos financeiros, de renovação da frota;
- 2ª. Impossibilidade de um racional e econômico aproveitamento dos estaleiros.
- 3ª. Impossibilidade de redução do pessoal.

AÇÃO DA NOVA ADMINISTRAÇÃO :

Medidas postas em prática a fim de atenuar os prejuízos. Esforços dispendidos no sentido de aumentar a receita e comprimir a despesa.

A atual Superintendência, tendo em conta as possibilidades da frota e a situação portuária, que caminha para a normalidade, promoveu uma reestruturação das linhas de navegação, conseguindo um melhor aproveitamento dos portos de maior movimento. Foi organizada, uma linha rápida ligando os portos de Santos e Rio aos de Salvador, Maceió, Recife e Cabedelo, o que proporcionou transporte imediato dos produtos industrializados de São Paulo e Rio para o Norte e, ao mesmo tempo, o escoamento em tempo útil das safras de algodão e açúcar dos Estados nordestinos. Além disso, a escala obrigatória em Santos de todos os navios procedentes de Belém permitiu o escoamento direto dos produtos de Sergipe e do sul da Bahia para o sul do País, o que veio satisfazer os reclamos dos exportadores e agricultores daquelas regiões.

Seria fastidiosa a enumeração das modificações introduzidas no tráfego com o objetivo de dar um aproveitamento mais rendoso à frota da Companhia. Do acerto dessas providências fala bem alto a elevação de receita proveniente de fretes e passagens, que no ano de 1948 apresentou um acréscimo de Cr\$ 32.463.179,90 sobre o de 1947 (em 1948 — Cr\$ 239.087.390,80 ; em 1947 — Cr\$ 206.624.129,90).

Conjuntamente com as providências adotadas para aumentar a receita, outras foram postas em prática para reduzir a despesa. Para esse fim, entre outras medidas, foi feita uma revisão nos contratos dos agentes, que permitiu reduzir a exagerada remuneração auferida por alguns, como exemplo, o agente de Recife, que percebia quantia superior a Cr\$ 70.000,00 mensais. E está sendo feita uma reestruturação no sistema de agências

da Companhia, que permita um controle perfeito. Na Ilha do Viana, foram dispensados algumas dezenas de operários, sem prejuízo do nível de produção dos estaleiros. Por outro lado, não foi admitido um único funcionário, nem preenchidos os claros ocorridos. O serviço extraordinário ficou reduzido estritamente às necessidades do serviço. Essas medidas proporcionaram uma economia de Cr\$ 7.401.722,25 na verba de pessoal do quadro da Companhia, em relação a 1947.

Estenderam-se, ainda, as medidas de compressão de despesas à aquisição de materiais e de víveres. Dessas medidas resultou uma economia de Cr\$ 11.238.702,00, somente na verba comestíveis e massames, em relação ao ano de 1947 apesar da indiscutível elevação do custo das utilidades.

Paralelamente às medidas de compressão de despesa foi organizada a Seção de Vendas, destinada à incrementar a exploração comercial de certos recursos existentes na Ilha do Viana, com bons resultados, Cr\$ 1.000.000,00 em 10 meses apenas de atividade.

No tocante a "faltas e avarias", tendo em vista o número e o vulto dos pedidos de ressarcimento por parte das companhias seguradoras, foi considerado que seria de maior interesse associar à prática da navegação de cabotagem a exploração do seguro contra os riscos de transportes encaminhando neste sentido proposta ao Sr. Ministro da Fazenda.

Para clareza dos resultados obtidos pela atual Superintendência com as providências adotadas em benefício da receita e na compressão da despesa, apresentamos o seguinte quadro comparativo. Cumpre, antes, esclarecer que, pelo fato de não ter havido durante esses dois anos consecutivos qualquer variação no valor do frete e das passagens, bem como nos vencimentos do pessoal, apresentam eles a possibilidade de uma fiel comparação :

ESPÉCIE	1947	1948	Diferença para mais ou para menos em 1948
<i>Receita</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>
Frete e passagens.....	206.624.129,90	239.087.309,80	+ 32.463.179,90
Estaleiros.....	33.522.864,90	18.260.107,40	- 15.262.757,50
Receitas diversas.....	5.431.915,80	5.149.666,90	- 282.248,90
TOTAL.....	245.578.910,60	262.497.084,10	+ 16.918.173,50
<i>Despesas</i>			
Carvão.....	31.296.993,80	30.648.927,40	- 748.066,40
Docas.....	23.128.263,90	24.892.298,40	+ 1.764.035,50
Óleo combustível.....	13.376.014,60	24.694.376,80	+ 11.288.362,20
Estiva nas agências.....	22.142.163,20	24.929.923,70	+ 2.787.760,50
Vencimentos de pessoal de nomeação.....	131.340.262,45	123.938.539,70	- 7.401.722,75
Comestíveis e massames...	54.808.097,30	43.569.395,30	- 11.238.702,00
Compras de navio "Arariba", "Arari" e "Rios Jurua e Guaporé".....	7.231.400,00	5.708.098,30	- 1.523.301,70

ESPÉCIE	1947	1948	Diferença para mais ou para menos em 1948
Selos, impostos e taxas....	2.619.783,40	2.984.848,90	+ 365.065,50
Gratificações.....	1.531.951,80	199.023,90	- 1.332.927,70
Despesas com barca-tanque	535.543,50	414.544,00	- 120.999,50
Reparos em navios e embarcações.....	855.023,10	1.231.322,80	+ 376.297,70
Diversos de agências.....	3.055.134,18	3.786.681,00	+ 731.546,82
Diversos de sede.....	3.375.777,80	2.612.961,70	- 762.816,10
TOTAL.....	295.398.389,81	289.580.932,10	- 5.815.457,71

SOLUÇÕES

A espíritos menos observadores, que desconhecem por completo a situação real do Loide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira, poderá parecer muito simples a solução ideal, que consistiria na fusão das duas empresas, já que ambas, pertencentes ao Governo, poderiam subordinar-se a uma só administração, o que não só redundaria em economia, mas ainda viria evitar uma possível e danosa concorrência entre as duas.

A atual administração manifestou-se ponderadamente contrária à fusão, por entender, que, de nenhum modo, seria prejudicial uma competição; corrigir-se-iam, dêsse modo, erros e falhas em benefício da coletividade. Entretanto não seria possível a dispensa de 1.500 funcionários em face das garantias estatuidas em lei, que importariam em indenizações no valor de Cr\$ 100.000.000,00.

Julga o atual Superintendente da Costeira que pode ser outra a solução: que a renovação parcial da frota da Costeira viria assegurar-lhe condições de equilíbrio e trazer-lhe a prosperidade indispensável à sua transformação em sociedade anônima ou em sociedade de economia mista, colocando o Governo, sob a forma de ações, nas mãos dos embarcadores, senão a totalidade, ao menos boa parte do capital que teria de inverter na substituição dos navios anti-econômicos. Apresenta esta modalidade como a mais viável e conveniente aos interesses nacionais. Entende que uma vez restabelecido o equilíbrio financeiro e assegurada à empresa uma razoável base econômica, não faltarão interessados na aquisição de ações, uma vez que lhe sejam garantidas certas facilidades de transporte nas quadras do ano em que este se torna mais difícil.

Conclui o Superintendente que não é simples nem pouco dispendiosa uma solução para o caso da Costeira. Não lhe parece acertada a inversão de vultosas somas para a redução de trabalho, para a criação de desemprego num dos setores industriais que oferecem, depois da realidade de Volta Redonda, razoáveis possibilidades.

Esses argumentos levam-no a concluir pela conservação da atual Companhia Nacional de Navegação Costeira, desde que:

- 1º. Seja feita com urgência a renovação parcial de sua frota;
- 2º. Seja assegurado aos seus estaleiros um programa mínimo de construção naval.

A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

(NOTAS EXTRAÍDAS DO OBSERVADOR ECONÔMICO E DE UM RELATÓRIO DE SEU DIRETOR, CORONEL LIMA FIGUEIREDO)



Uma estrada de ferro que inverteu os termos do problema. Não foi planejada para servir a uma economia. Coube, pela própria, criar a zona a que hoje serve.

Cidades rebentaram à margem dos trilhos. Lins, Birigui, Pirajui, Penápolis, Valparaíso, Guararapes, Araçatuba, Andradina, Promissão, Pereira Barreto, Campo Grande, são, dentre outras, "urbs" nascidas neste século, depois de 1906.

"Longe estavam de pensar os pioneiros que se lançaram à tarefa de abrir uma estrada de ferro de penetração, que a mesma viria, apenas meio século mais tarde, assumir a feição de um caminho continental estreitando, num amplexo, três povos irmãos e amigos, permitindo que dois deles, Estados mediterrâneos do continente, viessem a contar com saída para o litoral do Atlântico. Se porventura não incluíram aquela possibilidade em seus cálculos, denunciaram larga intuição econômica: partindo de Baurui, hoje transformada num importante centro comercial onde se entrosam os trilhos de três grandes ferrovias, a

rêde daquela que seria depois a Noroeste do Brasil foi dar acesso à prodigiosa região cedo tornada em uma nova província cafeeira.

Os primeiros 48 quilômetros postos em tráfego, no ano de 1906, rapidamente cresceram, marchando primeiro em sentido quase paralelo ao Tietê para cruzarem o Paraná bem abaixo do ponto em que aquele se lança neste, penetrando no Estado de Mato Grosso para desvendar uma outra zona cujo potencial está ainda longe de ser plenamente estimado. Depois de assistir ao nascimento de Três Lagoas, pouco além das

margens do Paraná, corta a ferrovia o extenso cerrado, tão semelhante ao pampa gaúcho como à caatinga nordestina, indo finalmente, as faldas da Serra de Maracajú, encontrar e dar vida à povoação de Santo Antonio de Campo Grande, a hoje próspera metrópole sul-mato-grossense. Daí por diante entramos na zona de influência do Rio Paraguai, onde estão cidades cujos nomes recordam lendas da história, tais como Aquidauana e Miranda. Cortando a Serra de Maracajú, atravessa entre a Serra de Bodoquena e o pantanal, vence este em largo trecho para atingir, às margens do Paraguai, Porto Esperança. Pela Ponte Presidente Eurico Dutra, leva seus trilhos para o Norte, rumo de Corumbá, onde entrará em conexão com a Brasil-Bolívia, cuja via já atinge S. José de Chiquitos, na trilha de Santa Cruz de la Sierra.

Esgalhando em Indubrasil, pouco além de Campo Grande, lança-se o ramal de Ponta Porã, cobrindo a Serra de Maracajú e já em tráfego até Itarhum, nas vizinhanças da prodigiosa região de Dourados, a 50 quilômetros do seu destino, onde deverá se encontrar com a projetada ferrovia paraguaia que a porá em contacto direto com Concepcion.

Um estudo sobre a Noroeste do Brasil sugere, de pronto, três aspectos diversos:

- I — O político.
- II — O econômico.
- III — O social.

Este será, no fundo, o roteiro que procuraremos seguir nestas páginas, escritas após uma viagem ao longo de suas linhas, no curso da qual as observações colhidas serviram para confirmar pontos de vista já definidos.

Partindo daqueles 48 quilômetros iniciais, é hoje a importante via férrea uma respeitável rede com cerca de 1.600 quilômetros de extensão, ligando o extremo Oeste ao litoral através de sua conexão com as redes da Paulista e da Sorocabana, trabalhando ativamente pelo desenvolvimento da produção e do comércio, tornando mais rápida a circulação das riquezas.

Compreendida no seu todo é uma estrada ímpar pela sua direção, a única via terrestre nacional que corta o Brasil de Leste a Oeste, desviando-se do critério comum de servir ao litoral no sentido Norte-Sul. O seu traçado vem sendo corrigido e melhorado, tendo-se em conta o fator econômico do transporte sem que, no entanto, se perca de vista o interesse de uma melhor articulação nacional, onde uma região pobre, de largo vazio econômico e demográfico, como é por exemplo Mato Grosso, é posta em contacto com São Paulo, cujo surto de trabalho, no deslocamento febricitante em busca de novos recursos naturais e de novas áreas, vai cruzando a majestosa ponte Francisco Sá, caminho natural, hoje, lançado por sobre as barrancas do Paraná."

"FUNÇÃO POLÍTICA DE UMA ESTRADA"

O Brasil, que sempre viveu um pouco à margem dos vizinhos com que confina pelo Oeste, vem utilizando a Noroeste como um laço pelo qual possa melhor estreitar suas relações com a Bolívia e o Paraguai, nações cujas áreas limítrofes estão naturalmente indicadas ao intercâmbio com as nossas mais importantes praças comerciais, sobretudo a de São Paulo, cujo parque manufatureiro pode encontrar, num e noutro país, um mercado que está praticamente desguarnecido.

"Com os trilhos que avançam pelo interior da Bolívia, marchamos para uma zona de subsolo rico e de comércio promissor.

O deslocamento para o Sul, através da área por onde outrora se desenvolveu a primeira etapa da luta entre o Brasil e o Paraguai, fazêmo-lo hoje armados de desejos de paz, que, aliás vêm sendo compreendidos pelo Paraguai, a quem vamos levar novas oportunidades para o fomento econômico.

Na disposição dos fatos políticos na América do Sul, os dois ramais lançados pela Noroeste, em atenção aos propósitos do Governo Federal, em conexão com iniciativas da Bolívia e do Paraguai, ambas estimuladas e merecendo a cooperação do Brasil, estamos melhor dispondo os fundamentos de nossa posição política no continente, conforme os lineamentos da nossa própria situação geográfica do país.

Procuramos completar, dêsse modo, a tarefa outrora iniciada e gisada pelos nossos diplomatas, com o Barão do Rio Branco à frente. É, por assim dizer, a consolidação da obra de fixação de fronteiras, o que ora praticamos."

FUNÇÃO ECONÔMICA

Sempre que se desejar, no Brasil, fazer sentir a algum espírito mais cético, a função desbravadora da estrada de ferro, bastará levá-lo a viajar pela Noroeste, acompanhando-o de um bom guia que lhe faça sentir com precisão a juventude das cidades que rebentam às suas margens. Ela foi o mais eficiente dos bandeirantes neste século e se contemplamos o imenso vazio demográfico e econômico que ainda hoje, não obstante ela, é o Sul de Mato Grosso, deveremos compreender que sua tarefa, neste particular, está longe de ser inteiramente cumprida.

Pouca gente, é verdade, tem noção exata de sua extensão e de sua importância; no entanto, a ela deve o Brasil o rápido desenvolvimento de uma rica zona econômica, cuja idade produtiva é, realmente, a própria idade dos trilhos da Noroeste. No começo do século, era um simples projeto, por assim dizer: somente em 1906 entraram em tráfego os seus primeiros quilômetros de linha. Atualmente, se movimentam em seus trens cerca de 700.000 toneladas de mercadorias, cada ano; por ela viajam cada ano em torno de dois milhões de passageiros. Durante a maioria dos seus anos de existência tem sido deficitária, mas o seu movimento cresce e aquilo que o governo com ela despende é um capital cujo rendimento indireto torna-se largamente compensado.

AÇÃO SOCIAL DA ESTRADA

Com sua área de influência disseminada numa extensa região, ocupando um total de 6.775 servidores em fins de 1948, o que importou, no ano passado, em pagamentos de salários e ordenados no total de Cr\$ 85.181.452,90, não se pode passar por cima do que chamamos aqui de ação social da estrada.

Atendendo ao volume de sua despesa e comparando-o com os seus gastos de pessoal, verifica-se o peso desta rubrica, correspondente a mais de 50 por cento do total dos gastos. O salário médio, atual, é de Cr\$ 1.204,07, o que significa, na região servida, de São Paulo e Mato Grosso, uma das melhores remunerações, atendidas as médias pagas aos que trabalham na indústria, na lavoura, na pecuária e no comércio. Deve-se a isto o número daqueles que batem às portas da Noroeste solicitando trabalho.

(Transcrito do "Observador Econômico".)

SITUAÇÃO DESTA ESTRADA

Economia e finanças:

Cr\$

Receita orçada.....	146.571.400,00
Despesa orçada.....	204.738.540,00
Prejuízo econômico.....	58.165.140,00

O prejuízo acima foi reduzido conforme o comparativo assim discriminado:

Despesa realizada.....	165.001.705,80
Receita realizada.....	149.854.389,00
	15.147.316,80
Subvenção federal.....	16.564.800,00
trazendo em consequência um Superavit financeiro de	1.417.483,20

Na execução do orçamento:

Despesa orçada.....	204.738.540,00
Despesa realizada.....	165.001.705,80
Realizada a menos.....	39.736.834,20
Receita orçada.....	146.571.400,00
Receita arrecadada.....	149.854.389,00
Arrecadada a maior.....	3.282.989,00

A 31-12-48 — Compromisso a curto prazo.....	38.609.972,20
Valores realizáveis (transportes).....	35.509.949,90
Valor disponível.....	13.357.697,60
	48.867.647,50

Café transportado que não chegou a destino.....	7.401.545,00
---	--------------

Conclusão:

Cruzeiros realizáveis.....	48.867.647,50
Responsabilidades.....	38.609.972,20
Reservas para 1949.....	10.257.675,30

Do relatório do Diretor da N.O.B., consta:

Governo da União deve.....	16.017.666,50
Estrada de Ferro de S. Paulo deve.....	5.000.000,00
Governos estaduais devem.....	3.300.944,60

Em conclusão, o Cel. Lima Figueiredo diz:

Nossa situação econômica é ainda boa, mas a financeira, por motivos que não dependem absolutamente de nós, é má.

Pessoal:

Presentemente a estrada conta com 6.775 servidores aos quais paga por ano Cr\$ 97.514.840,00 e por mês Cr\$ 270.874,55.

Neste setor, não preenchendo vagas, foi feita a economia de Cr\$ 12.333.387,10.

Com o aumento de salários a despesa anual passou para Cr\$... 570.874,50 por mês, portanto, mais 300.000,00.

Para atender a situação difícil criada com o aumento, a N.O.B. foi subvencionada com Cr\$ 16.564.800,00 no ano passado e o será este ano, entretanto nenhuma importância recebeu da União.

Material:

Cr\$

Dotação orçamentária.....	68.890.000,00
Gastos feitos.....	45.873.254,70
Quantia transferida.....	422.480,00
Economia feita.....	22.594.265,30

As verbas gastas o foram particularmente em lenha, dormentes, material elétrico, etc. A lenha cada vez se torna mais escassa.

Tráfego:

O tráfego desde 1946 vem diminuindo devido:

- à queda geral da produção
- à concorrência rodoviária.

A receita industrial de 1948 foi menor em mais de 3 milhões que a do ano anterior, embora o volume das mercadorias transportadas tivesse sido maior.

O quadro abaixo mostra claramente a razão porque há 5 anos a estrada apresentava saldo e agora deficits:

Ano	Empregados	Pessoal	Material	Total
		Cr\$	Cr\$	Cr\$
1944	1526	11.488.760,30	1.993.482,20	13.482.242,50
1945	1570	13.449.203,90	2.279.446,60	15.728.652,50
1946	1583	17.255.605,00	2.287.026,30	19.542.021,30
1947	1606	20.080.468,10	3.140.775,70	23.221.243,80
1948	1664	24.452.645,10	3.906.214,70	28.324.859,80

O transporte de passageiros vem caindo anualmente :

1946.....	2.078.006
1947.....	1.997.511
1948.....	1.950.701

O transporte de Café vem aumentando em

1944.....	799.007 sacos
para em 1948.....	2.183.467

O transporte de gado da mesma forma, em

1944.....	144.236 cabeças
para em 1948.....	276.697

Em 1947 foram organizados 15.040 processos sobre irregularidades no tráfego e em 1948, 11.674.

Locomoção :

Há na Estrada 150 locomotivas das quais 16 tem entre 40 e 60 anos de trabalho.

Obras novas :

Ramal — Pôrto Esperança a Corumbá a terminar ainda este ano.

Ramal — Campo Grande a Ponta Porã.

Variante — Miranda a Guaicara.

Variante — Campo Grande a Lagoa Rica.

PLANOS

Programa :

Tem a Noroeste do Brasil o seu programa, para o futuro, estabelecido numa série de problemas que estão exigindo soluções imediatas. Dentre eles, repontam como mais importantes :

- 1 — Eletrificação ;
- 2 — Empedramento ;
- 3 — Substituição de trilhos ;
- 4 — Renovação das locomotivas ;
- 5 — Construção de casas para operários.

Cada um deles está subordinado a uma série de razões da maior relevância. A eletrificação, por exemplo, é uma medida que deve gozar de todas as prioridades, pois somente com ela se terá resolvido a questão do combustível, a qual se torna, cada vez mais, premente. A lenha é pouca e assim mesmo tem que ser trazida de longe, o que de muito onera o custo da tração.

O empedramento, por seu turno, que se acha praticado em quase toda a distância que medeia entre Baurú e Três Lagoas, deve ser continuado a galope, a fim de pôr fim à poeira que tanto depõe contra a Noroeste. Quem tenha percorrido toda a extensão desde Baurú até Campo Grande, há de saber a diferença que existe a partir de Três Lagoas.

A substituição de trilhos, que já vem sendo feita, conforme mencionamos, impõe-se a fim de que as locomotivas possam transitar de uma ponta a outra das linhas, acudindo no ponto em que o tráfego estiver congestionado, permitindo inclusive um maior aproveitamento das máquinas, com reais economias para a estrada.

A renovação das locomotivas é também um imperativo econômico. Tivemos oportunidade, num dos itens deste estudo, de examinar a idade das máquinas de que dispõe a Noroeste, bem como o elevado custo das reparações. Máquinas que já venceram o seu tempo de vida normal, consomem vultosas somas em reparos e o seu rendimento está sempre abaixo do que seria de desejar.

Quanto ao último dos cinco itens relacionados — construção de casa para operários — ela obedece a um justo princípio, de que cada operário deve ter a sua própria moradia, de modo que, quando transferido de um lugar para outro encontre teto para abrigar-se e a sua família. Em Bauru, ainda este ano, deverá ter início a construção da Vila Presidente Eurico Dutra, com 450 casas, uma capela e uma escola. É preciso pôr termo à vida em promiscuidade, nas residências coletivas, que tanto concorrem para o baixo nível moral.

Dentre as estradas de ferro brasileiras ocupa, a Noroeste do Brasil, o décimo lugar pela extensão da rede, estando classificada entre as de primeira categoria, servindo a dois Estados em regiões de intensa afinidade econômica. Pela originalidade do seu traçado, avulta sua importância no plano ferroviário nacional e, perante o Brasil, ela representa não apenas um fator de riqueza, mas da própria segurança nacional.

A sua posição deve, pois, ser considerada e reconhecida não apenas em face do conjunto mas, sobretudo, pelas características e circunstâncias especiais que lhe emprestam papéis de via estratégica, política e econômica.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

O passado e o presente do SAPS

A INÉRCIA DE OUTROS TEMPOS SUCEDU UM PERÍODO DE ARROJADAS REALIZAÇÕES

A atual administração do Serviço de Alimentação da Previdência Social iniciou suas tarefas não sem pequenas dificuldades, que resultavam de muitos fatores adversos acumulados durante mais de um lustro, destacando-se, como o maior deles, a completa desorganização dos serviços da importante Autarquia.

Pouco ou nada existia que não apresentasse a marca da inércia e da demagogia que caracterizaram a vida pregressa da instituição.

O SAPS, na verdade, vivera até fins de 1945, à margem de suas finalidades, resumindo-se naquele casarão da Praça da Bandeira, onde funcionava o Restaurante Central, e mais alguns outros restaurantes de menor capacidade, todos localizados no Distrito Federal. As instalações do primeiro, como dos últimos, eram precaríssimas, reduzindo-lhes o rendimento em mais de cinquenta por cento. Fixemos, porém, à luz de dados estatísticos, as duas fases do SAPS, isto é, o que era e possuía a instituição em janeiro de 1947, e o que passou a representar e a possuir depois dessa data, até o presente.

Ou melhor, o que o SAPS era antes da administração do Major Umberto Peregrino, e o que é agora, graças ao que conseguiu realizar essa mesma administração. Em 1-I-947, tinha o SAPS 11 restaurantes. Em 29-X-949, esse número subiu para 16. Nos 7 primeiros anos de sua existência, o SAPS forneceu 16.284.165 refeições, com a média anual de 2.298.936. A partir de janeiro de 1947, até outubro de 1949, as refeições atingiram à cifra de 18.497.637, com a média anual de 6.726.408, o que representa o acréscimo de 192,6 %.

O confronto, como se vê, é expressivo. Isso no que diz respeito aos restaurantes.

Postos de Subsistência. Quanto a esse setor de suas atividades, de inegável importância para a economia doméstica da família do trabalhador, era isto o que havia: 52 Postos em janeiro de 1947, desorganizados, mal instalados, sem o necessário suprimento. Hoje existem 67 Postos. Os primeiros atenderam até 1947 a 4.579.724 compradores, ou seja a média anual de 915.944. No período de janeiro de 1947 a outubro de 1949, esse número foi de 5.604.249, com a média anual de 2.037.900. O acréscimo foi de 122,5 %. De 1943 a janeiro de 1947, o total das vendas dos Postos de Subsistência foi de Cr\$ 88.376.549,70, isto é, a média anual de Cr\$ 17.675.309.

De janeiro de 1947 a outubro de 1949, aquele total subiu a Cr\$ 130.456.008,60. A média anual foi de Cr\$ 47.438.544,00, com o acréscimo de 168,4 %.

Outro confronto também expressivo.

Bibliotecas Populares. O SAPS possuía, até 1947, uma única Biblioteca, inaugurada em fins de 1942, com um total de 72.377 leitores, ou a média anual de 14.007 leitores. De janeiro de 1947 a outubro de 1949, a frequência às Bibliotecas, já em número de 5, foi de 229.389 leitores, ou seja a média anual de 83.412, com o acréscimo, também anual, de 495,5 %.

No Restaurante do Leblon, nesta Capital, o SAPS conta com mais uma Biblioteca, a qual se acha instalada num Pavilhão construído nos terrenos do Restaurante do Leblon — pavilhão esse que acaba de ser inaugurado em solenidade especial presidida pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa.

A construção do referido Pavilhão foi, aliás, uma iniciativa que veio dar novo impulso às atividades da Seção de Visitação Alimentar, por isso que servirá de sede do Clube dos 4E do Leblon. Esse Clube mantém uma escola infantil e um clube de donas de casa. A escola infantil, que é dotada de magníficas instalações, contando inclusive com um moderníssimo play-ground, fornece diariamente às crianças alimentação adequada à idade, enquanto que o clube para donas de casa se destina a ministrar educação alimentar às famílias dos trabalhadores.

Discotecas. Até 1947 não existia nenhuma discoteca. Hoje existem 5, com frequência cada vez maior.

Só a da Praça da Bandeira foi freqüentada, de janeiro a outubro do ano em curso, por 27.646 pessoas. No desenvolvimento das suas tarefas educacionais, Bibliotecas e Discotecas do SAPS têm representado papel importante, realizando-se, nas primeiras, periodicamente, concursos diversos como estímulo à boa leitura, e, nas últimas, além dos seus programas normais, são realizados, aos sábados, audições coletivas de músicas selecionadas.

Cursos Técnicos. Na atual administração esses Cursos foram ampliados, dando-se-lhes um sentido altamente científico no campo das pesquisas sobre nutrição e alimentação.

Ainda no campo administrativo, podemos enumerar, entre os mais importantes resultados obtidos, os seguintes: a) Regularização do provimento de carreiras que se encontravam em crônica irregularidade. Assim, foram promovidos concursos para médicos nutrólogos, para laboratoristas, para dactilógrafos, para motoristas, além de ter sido regulamentado, sob critério impessoal, o aproveitamento das moças diplomadas pelos cursos de Nutricionistas e de Visitadoras de Alimentação, as quais gozam hoje de amplas garantias de nomeação e de estabilidade, decorrentes, unicamente, da classificação alcançada nos aludidos cursos; b) Regulamentação dos diversos Cursos Técnicos do SAPS e criação da respectiva Congregação; c) Criação dos Setores de Desenho, de Rádio, Cinema e Teatro, de Visitação, e de Engenharia. É preciso lembrar que, antes, o custoso equipamento dos nossos Restaurantes funcionava sob o regime de completa irresponsabilidade, sem a menor técnica, sofrendo, portanto, um acelerado desgaste; d) Estabeleci-

mento de assistência médica aos servidores do SAPS nos Estados, através de contratos firmados com médicos locais; e) Racionalização dos serviços dos Postos de Subsistência, retirando-os da emperada e onerosa organização burocrática em que viviam, para um sistema simples, inspirado nas nossas melhores organizações comerciais. Dentro desse sistema estabeleceu-se o empacotamento prévio, feito no Almoarifado Central, de modo que os gêneros já chegam aos Postos prontos para entrega ao público.

Com isso o serviço foi melhorado, houve economia de pessoal, e eliminou-se a pródiga fonte de irregularidades que era o empacotamento no âmbito de cada Posto.

Entre outras iniciativas da atual administração, que muito prestigiaram o SAPS, podemos citar estas: I) O Convênio com a A.I.A., em função do qual se encontra no SAPS uma técnica norte-americana, a qual assiste os trabalhos do Setor de Visitação; II) Participação do SAPS na Conferência de Técnicos de Alimentação, em Montevideu, promovida pela F.A.O., e na 4ª Conferência de Organização Alimentar e Agricultura das Nações Unidas, realizada em Washington; III) Instituição do Prêmio de Literatura Infantil e do Prêmio Nacional de Alimentação, do valor de 10.000 e 25.000 cruzeiros, respectivamente, o último conquistado, na sua primeira distribuição, por um dos maiores expoentes da ciência da nutrição no Brasil, o Prof. Moura Campos, catedrático de fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo; IV) Participação do SAPS na última Embaixada Olímpica Brasileira, por intermédio de um dos seus médicos nutrólogos que teve a incumbência de orientar a alimentação dos atletas nacionais. Isto foi feito pela primeira vez no Brasil; V) Criação da Revista "Arquivos Brasileiros de Alimentação", destinada à divulgação nos meios científicos do Brasil e do estrangeiro, dos trabalhos efetuados pelos nossos técnicos de alimentação. Criação também de um "Boletim" quinzenal, de ampla distribuição entre os frequentadores dos Restaurantes do SAPS, contendo conselhos úteis sobre alimentação, correspondência dos mesmos frequentadores à Direção Geral da Autarquia, com sugestões, críticas, etc., seções diversas, noticiário sobre o movimento das Bibliotecas, Discotecas e outras informações; VI) Realização de uma Mesa Redonda sobre o Pão Misto, presidida pelo Ministro Daniel de Carvalho e ainda a recente conferência do geneticista Iwar Becman sobre a cultura do trigo no Brasil, conferência já publicada em volume pelo SAPS. No domínio das realizações materiais, o nosso acervo de trabalho é bem volumoso.

Senão vejamos. Não é demais aludir aos restaurantes, dos quais três foram inaugurados, um em Niterói, com capacidade para 5.000 refeições em cada turno; um em Santos, para 3.500, outro em Juiz de Fora, para 5.000. Restaurantes não populares foram postos a funcionar 5, os quais se acham instalados na Câmara dos Deputados, no Ministério da Guerra, na Escola Técnica e no IAPETC. Postos de Subsistência foram criados 19, em diversos pontos do território nacional, e

mais não foram criados porque o SAPS não dispõe de recursos financeiros suficientes. Porque, — é preciso dizer — tudo que a atual administração realizou até agora, ela o fez com os recursos normais da instituição, isto é, com o mesmo orçamento que, nas administrações anteriores não chegava para realizar nada, nem sequer para conservar o precário patrimônio da Autarquia.

A Padaria da Praça da Bandeira, que era antiquada e funcionava precariamente, sofreu reformas radicais, recebendo um moderno forno elétrico, amplas masseiras novas, além de outros equipamentos que a colocaram à altura das necessidades do SAPS.

Foi instalada outra Padaria junto à Universidade Rural, no km 47, da Estrada Rio-S. Paulo, onde funciona também um restaurante do SAPS.

Uma moderna Torrefação foi também instalada no Distrito Federal, e todo o café consumido nos Restaurantes e Postos de Subsistência do SAPS provém da mesma, com apreciáveis vantagens de preço e qualidade.

A criação de uma alfaiataria foi outra iniciativa que resultou em sensível economia para a Instituição, ao mesmo tempo que veio permitir maior presteza na confecção dos uniformes que são fornecidos ao pessoal dos restaurantes, dos transportes, das oficinas, dos almoxarifados, além dos contínuos.

Com a instalação de uma mesa telefônica, o SAPS resolveu, ainda com economia, a crise de telefones em que se debatia o Órgão Central da instituição.

Era também deficiente a corrente que fornecia força às instalações da Praça da Bandeira.

Essa falha foi sanada com a instalação de um transformador de alta tensão. Agora, todas as máquinas elétricas do Órgão Central podem funcionar, simultaneamente, com o máximo de rendimento e de eficiência.

Cabe, aqui, uma referência especial à "Cantina do Trabalhador", inaugurada na Praça da Bandeira. Trata-se de um conjunto de Posto de Subsistência, Bar, Barbearia e Engraxate. Os resultados têm sido tão extraordinários que já agora o SAPS cogita da instalação de outras Cantinas. Mas, de todos os empreendimentos acima enumerados, e cuja importância não é lícito por em dúvida (e muitos outros nos escaparam), o que reveste significação transcendental para a vida do SAPS, são as suas Granjas de Produção.

Possui a Autarquia até agora duas: uma em Fortaleza e outra nos terrenos da Universidade Rural, à margem da Rio-S. Paulo. A Granja de Fortaleza é de pequenas proporções, porquanto se destina a servir apenas um restaurante e uma Escola de Nutrição, que é o que temos naquela Capital cearense.

A do km 47 é, porém, um empreendimento de vulto, pois terá a responsabilidade de abastecer, em certos artigos, toda a rede de restau-

rantes do SAPS, no Distrito Federal. No momento, esta Granja já fornece bananas, laranjas, verduras, legumes, milho verde, aipim, batatas, melado, doce de leite, aves e ovos. Pelo plano traçado pelo SAPS e já em adiantada execução, dentro em pouco os cardápios dos seus restaurantes poderão incluir frutas consideradas finas, como abacate, melancia, mamão, abacaxi, etc. O estado atual da Granja do km 47, traduz-se nos seguintes números: instalações para cevar 1.000 porcos por ano, existindo em criação 450; instalação para 10.000 galinhas, já existindo 4.000 em criação. As novas instalações serão para o tipo de confinamento; 3 hectares de aipim, para colheita dentro de 90 e 120 dias, e em plantio 10 hectares; 2 hectares de abóbora; 3 hectares de cana para melado; 400 hectares de coqueiros, tipo anão; 4 hectares de batata doce; 162 hectares de fruta de conde; 250 hectares de cajueiros; 800 mamoeiros; 8.000 pés de bananeiras; 150 de mangueiras; 20.000 pés de abacaxi. Na Horta, foi iniciado o transplante de 200.000 mudas de espécies hortícolas como: tomate, alface, couve, pimentão, berinjela, repolho; 1 hectare de quiabo; 1/2 hectare de pepinos; 1 hectare para utilização de milho verde; 50.000 mudas de inhame chinês.

Não é possível, neste comentário enumerar, com os devidos detalhes, tudo que a atual administração do SAPS já realizou e está em fase de conclusão. Nem mesmo dissemos tudo sobre a Granja do km 47, a qual, na realidade, representa, por si só, uma obra capaz de firmar o conceito de uma alta administração, considerando-se as finalidades do SAPS no campo da assistência e da educação alimentar do trabalhador e sua família. Mas, o que aí fica, é suficiente para mostrar que o SAPS de hoje não se parece em nada com o SAPS de antes de 1945.

INSTRUÇÃO DE MORTEIROS

(Mrt. 60 mm — M2 e Mrt. 81 mm — M1)

Major Euro Lobo Martins

AVISO

Apareceu, finalmente, a edição por cooperação da Separata do artigo "INSTRUÇÃO DE MORTEIROS" de autoria do Major EURO LOBO MARTINS.

Os Camaradas, residentes nesta Capital, e que se inscreveram para a respectiva aquisição, são convidados a comparecerem na nossa Redação a fim de receberem o exemplar que lhes foi reservado.

COLABORARAM NESTE NÚMERO :

Gen. João Theodureto Barbosa
Cel. J. B. Magalhães
Ten.-Cel. Agulnaldo José Sena Campos
Ten.-Cel. Antonio de Castro Nascimento
Ten.-Cel. Ary Quintella
Ten.-Cel. Ernesto Leite Machado
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Ten.-Cel. Manoel Alves Pires de Azambuja
Ten.-Cel. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva
Maj. Antonio Andrade Araujo
Maj. Saturnino Lange
Cap. Acaia
Cap. Murillo Gomes Ferreira
Cap. Newton C. de Andrade Melo
Cap. Nilton Freixinho
Cap. Sylvio Octávio do Espírito Santo
1º Ten. Diogenes Vieira Silva
2º Ten. Henrique Luiz Stephan
2º Ten. José Arnaldo Teixeira Bolina



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro — 1949